

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNNB_102.13
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 82
Dia/ Mês/Ano	1977-1999
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1977-1999, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla declarações sobre o projeto de lei de parceria civil entre homossexuais, notas acerca de questões políticas e sobre as campanhas eleitorais.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Lei; Eleições.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



Notas explicativas	<p>A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a “01”.</p> <p>Lista das páginas em língua estrangeira: 20, 21, 22, 23, 24 e 25.</p>
---------------------------	--

Bibliothek

CNBB

1977 - 1999

CEDIM

Institut für Brasilienkunde
KI-BR 102.13
Bibliothek

03.10.10

CEED

IM



Documento dos bispos teve 524

... said it did not fi

Exigências cristãs de uma

JORNAL DO BRASIL □ Sexta-feira, 25/2/77 □ 1º Caderno

Emendas entre duas versões

Ordem política

Documento aprovado pela XV Assembleia Geral da CNBB, Itaiaci, 8 a 17 de fevereiro de 1977

Ao fim de quatro redações e com 524 emendas sobre o texto anteriormente publicado, foi apresentado ontem pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter, o documento Exigências Cristãs de uma Ordem Política, votado em plenário pelos bispos — 210 a favor e três contra — em sua recente Assembleia-Geral de Itaiaci, São Paulo.

Um dos mais elaborados e discutidos, este documento da CNBB é, para Dom Ivo, "uma reafirmação das constantes orientações sociais da Igreja Católica tantas vezes mencionadas mas tão pouco estudadas e muito menos seguidas"; para o Cardeal Eugênio Sales, "o melhor que se pôde fazer diante da complexidade dos assuntos e da diversidade do país"; e para o Bispo do Xingu, Dom Eurico Krauler, "um documento não só de sabedoria humana mas também o fruto amadurecido de muitas orações".

O QUE NÃO É

Dom Ivo, que já na semana passada tinha comentado o novo documento da CNBB, repetiu ontem que os autores não pretenderam com ele fazer "nenhum diagnóstico" do panorama político — já que isso seria "exatamente difícil" e "a Igreja Católica não se julga árbitro dos acontecimentos sociais e políticos mas apenas cumpre sua missão de ser luz, sal e fermento". Repetiu ainda que o documento "não tem nenhum destinatário especial, são todos os brasileiros" e que foi "lamentável" ter ele saído a público quando ainda estava em fase de estudo.

Dom Ivo criticou como "injúria à CNBB" o fato de "certos jornais terem feito insinuações" de que o texto ontem divulgado não corresponderia ao que os bispos aprovaram no fim da sua assembléia.

O texto é rigorosamente obra do plenário dos bispos. Aqui no secretariado-geral nossa tarefa foi apenas a do trabalho mecânico — afirmou.

O secretário-geral da CNBB entregou o documento com uma nota explicativa, segundo a qual é de se esperar que sua leitura e meditação "contribuam para o aprimoramento do nosso convívio político".

Dom Eurico Krauler, presente à entrevista, deu também seu depoimento afirmando que o documento "pode ter aqui ou acolá um sabor menos agradável" mas "trará benefícios incalculáveis para o Brasil. Ele nos ensina, com amor, como devemos viver o cristianismo na vida pública para o bem da Nação e do indivíduo". Acrescentou ainda que conhece muitos países mas que "em poucos, será possível encontrar um documento tão lúcido e completo na matéria que aborda".

Dom Ivo chamou a atenção para algumas passagens e detalhes do texto final. Sobre o texto da segunda redação (que foi publicado), o definitivo ganhou mais duas proposições (24 e 39) e a Conclusão. Segun-

do o Bispo, é significativa a inclusão de "numerosas e importantes" modificações entre as 524 que sofreu até o texto definitivo, bem como a aprovação final (por 210 contra três).

Observou ainda a divisão do texto em duas partes. As primeiras 21 proposições tratam de aspectos gerais; as restantes 27 "descem a consequências práticas deixando perceber melhor o alcance das teses expostas".

Cada capítulo é precedido de passagens da Constituição conciliar *Gaudium et Spes*, da Encíclica *Populorum e da Carta Octogesima Adveniens* do Papa Paulo VI. Segundo Dom Ivo, essas transcrições mostram que "o documento da CNBB não é, nem pretende ser, mais do que uma reafirmação das constantes orientações sociais da Igreja Católica, tantas vezes mencionadas mas infelizmente tão pouco estudadas e muito menos seguidas".



Introdução

Por ocasião do 25.º aniversário da CNBB, no décimo aniversário da *Populorum Progressio*, reunidos em nossa 15a. Assembléia-Geral, nós bispos do Brasil, como Pastores do Povo de Deus, muito embora reconhecendo nossas limitações e fraquezas, sentimo-nos no direito e no dever de fazer chegar nossa palavra a esse mesmo Povo, porque todos somos chamados a construir uma Nação sempre mais justa, sempre mais fraterna, e, por isto mesmo, sempre mais cristã. Em outros momentos difíceis temos nos pronunciado. Também agora julgamos dever pronunciar-nos, enunciando princípios éticos e cristãos que possam facilitar e orientar o encaminhamento de soluções cristãs para problemas que preocupam o nosso país. Pastores da Igreja, pretendemos apenas que nossas palavras, inspiradas unicamente no amor que nos une a Deus e em Deus a nossos irmãos, sejam fraternas, claras e justas na enunciação das exigências cristãs de uma ordem política.

A salvação inaugurada por Cristo

"O próprio Verbo Encarnado... entrou, como homem perfeito, na história do mundo assumindo-a e recapitulando-a... O seu Reino já está presente em mistério aqui na terra. Chegando o Senhor, ele se consumará" (G. S. n.ºs. 38, 39).

1. Comunicando-se aos homens de muitas maneiras, Deus o fez principalmente através de seu próprio Filho (Hb 1,1-2), que se tornou nosso irmão. O mistério da Encarnação confere assim, a todos os homens, sem discriminação, uma dignidade nova e inalienável: todos são chamados a um destino eterno, prefigurado na Ressurreição de Jesus.

2. Pela presença de Cristo Jesus na História humana, toda ela assume o sentido pleno de realização do designio salvador de Deus. A salvação torna-se, deste modo a única ordem real. A partir dela, todo mal é pecado ou consequência do pecado, e todo bem é fruto da graça. Toda ação humana tem, assim, uma referência objetiva à salvação.

A missão da Igreja

"No campo social a Igreja sempre teve uma dupla preocupação: iluminar os espíritos... e entrar na ação para difundir as energias do Evangelho" (Oct. Adv., n.º 48).

3. Jesus mandou que a Igreja anunciasse e promovesse a salvação. Em plenitude ela será vivida na casa do Pai. Mas já deve começar aqui na terra a manifestar os seus frutos pelo amor e pela fraternidade. No desempenho de sua missão, a exemplo de Jesus, a Igreja tem que se comprometer com todos os homens, especialmente com os pobres (Mt 11, 5; Lc 4, 18), cuja situação de miséria é eloquente testemunho do pecado que se instala no coração do homem, contaminando toda a sua vida individual, familiar e social (G. S., n.º 13).

4. Realizando a sua missão, a Igreja busca orientar-se pelos critérios da Fé, que complementam os postulados da razão e natureza humana. Mostra o sentido último do homem e do mundo à luz da Ressurreição de Cristo, manifestação definitiva do sentido da História. Para a Igreja, a Fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à ordem política.

5. A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja, iluminada pela Fé, procura definir com sempre maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. Nós, Pastores, temos consciência de não estarmos exorbitando de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com estes princípios.

6. Salvaguardando a legítima autonomia das realidades terrestres, sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas, mas iluminá-las e formar a consciência dos homens. Temos a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço, formulando as exigências morais, indicando as contradições entre essas exigências e a realidade e, sem pretender fazer um balanço crítico da mesma, alertar para os riscos, estimular o que há de bom e positivo, encorajando o esforço de todos os que se empenham na realização de modelos cada vez mais adequados àquelas exigências.

O homem ser social

"Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares... que reclamam uma sociedade mais ampla... a sociedade política" (Oct. Adv., n.º 24).

7. O homem, criado por Deus, é um ser naturalmente social. Precisa associar-se a seus semelhantes para criar os bens indispensáveis ao seu desenvolvimento normal.

8. Alguns destes bens lhe são garantidos pelo grupo familiar ou sociedade doméstica; outros lhe são garantidos pelas mais diversas instituições ou formas de associação por ele livremente criadas para responderem a suas necessidades de natureza econômica, social, cultural e religiosa.

A origem da sociedade política

9. Além destas necessidades es-

pecíficas, as pessoas, as famílias, as instituições experimentam urgentes necessidades de caráter mais geral, como a necessidade de paz baseada na justiça, de segurança, de ordem e de estímulo para o desempenho normal de suas atividades em vista do bem comum.

10. Para atender a estas necessidades de caráter mais geral, os homens associam-se em comunidades mais amplas e criam a sociedade política, representada pelo Estado responsável, assim, pelo bem comum geral ou pelo bem público dos indivíduos, das famílias e das instituições.

11. O Estado, em sua acepção moderna, como organização da autoridade política, é uma instância relativamente recente na história da evolução da humanidade; muito antes dele, já existiam pessoas humanas, famílias e instituições, com deveres e obrigações definidas e com direitos naturais e inalienáveis.

Os modelos

"Diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente, e a busca continua" (Oct. Adv., n.º 24).

12. Nenhum modelo é perfeito ou definitivo; por isso, todos são questionáveis e precisam ser continuamente aperfeiçoados. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indevida ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser do Estado.

13. A Igreja, pela sua hierarquia, não se atribui funções que não lhe competem, nem propõe estratégias ou modelos alternativos, mas anuncia alguns princípios básicos visando ao aperfeiçoamento dos modelos. Entretanto, a fé não pode ser instrumentalizada a serviço de uma ideologia nem o cristianismo reduzido a um fenômeno cultural, em nome de cujos valores se pretenda falar para justificar doutrinas que lhe são alheias, ideologias ou modelos.

Direitos e deveres do Estado

"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários" (Oct. Adv., n.º 46).

14. Não é o Estado que outorga esses direitos às pessoas, às famílias e aos grupos intermédios. Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que eles, isoladamente, não poderiam alcançar e que constitui, portanto, a própria razão de ser do Estado.

15. No nível dos fins, o Estado ordena-se à pessoa. Essa, como sujeito de direitos naturais inalienáveis, é origem, centro e fim da sociedade. No nível da execução deste fim, as pessoas subordinam-se ao Estado, que dispõe de autoridade para urgir a colaboração de todos no esforço comum. Em virtude desta autoridade, que tem sua justificação nos planos de Deus, sendo o homem "por sua natureza íntima, um ser social" (G. S., n.º 12), o Estado pode tudo aquilo e só aquilo que é exigido e útil para a realização do bem comum.

16. E' dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum.

17. E' nesse direito que se funda a força da autoridade do Estado. Toda força exercida à margem e fora do direito é violência. Um Estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação jurídica estável, na qual as pessoas, as famílias e as instituições gozam de seus direitos e têm possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes para defendê-los e reivindicá-los legalmente.

18. Assim como a Igreja deve respeitar os direitos naturais e inerentes ao Estado legitimamente constituído, igualmente o Estado tem o dever de respeitar a liberdade religiosa das pessoas, bem como o direito divino que a Igreja tem de anunciar o Evangelho sem constituir-se em árbitro da ortodoxia da doutrina por ela anunciada.

Deveres das pessoas para com o Estado

"Entre os deveres de todos os cidadãos é preciso lembrar o dever de prestar à nação os serviços... exigidos pelo bem comum" (G. S., n.º 75).

19. Em correlação com seus direitos, e na medida em que eles forem assegurados pelo Estado, as pessoas e os grupos têm também deveres cívicos e morais para com a comunidade política, representada pelo Estado: tais deveres se exprimem em todas as justas prestações exigidas pelo Estado para a realização do bem comum, tais como: os deveres políticos, os deveres fiscais e o reconhecimento das autoridades legitimamente constituídas e consequente obrigação de respeito e obediência às mesmas. Não pode, porém, o Estado impor deveres que ferem direitos fundamentais da pessoa humana.

O bem comum

"O bem comum compreende o conjunto das condições de vida

que permitam aos homens, às famílias e às instituições conseguirem... a própria perfeição" (G. S., n.º 74).

20. O bem comum é o conjunto de condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Assim, a característica essencial do bem comum é, precisamente, que seja comum a todos, sem discriminações culturais, sociais, religiosas, raciais, econômicas, políticas ou partidárias.

21. De acordo com o princípio da subsidiariedade, compete ao Estado promover os grupos intermediários e não se substituir a eles, nem limitá-los as iniciativas que não são contrárias ao bem comum. Sem a mediação das instituições, as pessoas ficariam facilmente expostas ao arbítrio do Estado, que, assim, ou destruiria as instituições ou as reduziria à condição de meros transmissores das exigências e da ideologia de um sistema.

A marginalização como negação do bem comum

"Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos" (Pop. Progr., n.º 33).

22. A existência, em vastas regiões, do fenômeno da marginalização é prova da não realização do bem comum; entre outras causas, a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos e não em função dos interesses de todo o povo.

23. A marginalização manifesta-se através de situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas. Ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizado é não ter possibilidade de participar. É ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem.

24. A correção destes males, que não são novos, é tarefa não só dos poderes públicos como de todas as instituições que possam contribuir para a educação do povo.

A participação

"Uma dupla aspiração do homem se exprime cada vez mais viva, na medida em que ele desenvolve sua informação e educação: aspiração à igualdade e aspiração à participação, duas formas de dignidade do homem e de sua liberdade" (Oct. Adv., n.º 24).

25. Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa.

26. A participação supõe e exige o direito de se reunir e de constituir associações, bem como o "de conferir a essas associações a forma que a seus membros parecer mais idônea à finalidade almejada" (P. in T., n.º 23), contanto que não atentem contra o bem comum.

27. A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema.

28. A participação deve ser exercida e aceita com lealdade, mesmo quando, explicitando os anseios do povo e suas necessidades prementes, desempenhe uma função crítica construtiva.

29. A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo às dos estudantes, intelectuais, artistas, operários, lavradores e líderes populares.

30. A liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais, dentro do ideal democrático, é uma forma fundamental de participação nas sociedades políticas bem ordenadas. Só esta liberdade garante o direito à oposição, a possibilidade do debate sobre as alternativas do destino de uma nação. Sem esta liberdade, o próprio direito de pensar gera suspeitas de ameaça à ordem pública, tornando-se objeto de ação repressiva. Uma censura arbitrária nesse campo não teria justificativas nas exigências do bem comum e levaria, rapidamente, à

perda de credibilidade da parte do Estado como poder legal.

31. Só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais, de outra forma, podem criar tensões e revoltas sociais, com agravamento do estado de violência, de repressão e de corrupção.

32. A participação se exercita através do uso responsável da liberdade, que é um direito inalienável e um dever para todos. Este uso não se confunde com a permissividade que deve ser coibida precisamente em nome da liberdade e da ordem pública, visto que a permissividade precipita os homens e as famílias em formas degradantes de escravidão moral.

Liberdade e segurança

"Trata-se de construir um mundo no qual a liberdade não seja uma palavra vã" (Pop. Progr., nº 47).

33. A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do país contra interferências indébitas e garante internamente a tranquilidade pública, a sequência normal da vida da nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira PAZ, como consequência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem-moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes, e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade frequente e quase total.

38. A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a nação, entre o Estado identificado com um sistema e a nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema. Este distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum, e dos princípios cristãos.

39. Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam em um governo, dificilmente poderão se libertar dos seus princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (Oct. Adv., nº 36).

Os regimes de exceção

"Da ordem jurídica desejada por Deus deriva o direito inalienável do homem a uma segurança jurídica protegida contra toda intrusão arbitrária" (Pio XII, Natal, 1942).

40. Toda sociedade política atravessa momentos de crise, que podem ameaçá-la de desintegração. A superação de tais momentos exige, por vezes, regimes de exceção, que reconstituam as condições normais de funcionamento de toda a sociedade. A lógica mesma destas condições exige que a exceção não se torne regra permanente e ilimitada.

41. Quando se inspiram numa visão da ordem social concebida como vitória constante sobre a subversão ou uma incessante revolução interna, tais regimes de exceção tendem a prolongar-se indefinidamente. Perde-se assim de vista que o desenvolvimento integral é que fornece os meios de proteção indispensáveis contra os riscos que ameaçam a ordem pública.

O desafio do desenvolvimento

"O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral" (Pop. Progr., nº 14).

42. A resposta ao desafio do desenvolvimento resume as exigências concretas do bem comum, para os

países subdesenvolvidos. Tal resposta implica obviamente um processo de mudança. Este processo, no entanto, está sujeito a imperativos éticos que subordinam o desenvolvimento ao objetivo fundamental do *ser mais* do homem e de todos os homens.

43. O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum é o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social, cultural e religioso. A experiência demonstra que o desenvolvimento econômico não se traduz necessariamente em desenvolvimento social. O crescimento econômico a qualquer preço determina a concentração da renda em áreas geográficas limitadas e em estratos restritos da população, gerando assim, dentro da mesma nação, contrastes de riqueza e de miséria que são por si próprios uma afronta à justiça e à equidade.

44. A promoção do desenvolvimento constitui um imperativo moral que obriga a todos da mesma forma que as exigências do bem comum. Ninguém pode furtar-se a essa obrigação.

45. O desafio do desenvolvimento impõe sacrifícios que, salvo em casos excepcionais, não são assumidos espontaneamente pela nação. Nestas condições, um regime autoritário, que defere ao Poder Executivo maior iniciativa e rapidez de decisão, pode atender melhor às urgências do bem comum. Para que tal regime porém não sucumba ao risco de evoluir para regime totalitário, é indispensável que se preservem e respeitem a liberdade e a dignidade dos outros Poderes, do Legislativo e do Judiciário, no desempenho de suas funções constitucionais.

46. Todo desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado. Tal preço não é justo quando não há equivalência entre o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada. Não é equitativamente distribuído, quando recai mais pesadamente e sem razão que o justifique sobre uma parte da nação mais que sobre a outra. Não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de classes privilegiadas.

47. O desenvolvimento integral, que responde às exigências do bem comum, não se mede apenas pelo crescimento quantitativo de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não contáveis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados ou ao menos dispõe de recursos primários de defesa, como os expressos no habeas corpus, quando dispõe de sistemas que discipli-

nam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo, quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermediárias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os Partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das idéias não é limitado por formas arbitrarias de censura; quando pode escolher com liberdade aqueles aos quais delegue o exercício da autoridade. Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos, é poder viver na paz e na fraternidade, é poder alimentar esperanças fundadas de um futuro sempre melhor.

A comunidade internacional

"O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade" (Pop. Progr., nº 43).

48. As decisões políticas não podem ser ditadas por ambições hegemônicas, nem tão pouco se inspirar exclusivamente em interesses egoístas que perdessem de vista os imperativos de uma justiça supranacional. Com efeito, todas as nações do mundo são hoje solidárias num destino comum: ou, estimulando formas sempre mais sofisticadas de consumo e permitindo uma exploração predatória da natureza, caminham para um colapso global; ou decidindo aceitar formas de realização humana a níveis de consumo mais austeros e mais igualitários, garantem a sobrevivência da humanidade.

Conclusão

Enquanto contemplamos com sincera preocupação pastoral a complexidade dos problemas da nossa realidade terrena, volvemos ao mesmo tempo um olhar de esperança a Deus, "Pai das luzes, de cujas mãos vêm todas as bênçãos e toda a possibilidade de fazer o bem" (Tg 1,17) e para todos os homens de boa vontade, para todos aqueles que, nas mais diversas posições e situações, trabalham, lutam, sofrem e esperam por uma ordem política sempre mais cristã. A todos queremos como bispos do Brasil, levar a nossa solidariedade, a nossa mensagem e a nossa esperança. Imploremos a Deus nosso Senhor, na oração e na penitência e tenhamos certeza de que olhando para Jesus Cristo Mestre dos corações e Senhor da história e unidos a Ele, "viveremos de acordo com a verdade e cresceremos em tudo pela caridade" (Ef 4,15), sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida, Mãe, Rainha e Protetora do Brasil.

Em ritmo de abertura

As eleições na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil devem refletir as transformações do momento político que o país começa a viver

As quietas colinas nas quais se engasta o antigo noviciado jesuíta de Itaici, interior de São Paulo, compõem um perfeito cenário para o conveniente exercício da prudência. Ali, de 18 a 27 deste mês, aproximadamente 250 dignitários da Igreja Católica escolherão os novos líderes executivos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) — um presidente, um vice-presidente, um secretário-geral, além dos demais membros da diretoria —, para um mandato de quatro anos. Não será, porém, uma eleição como as anteriores, quando os bispos se concentravam primordialmente na discussão de temas religiosos: dela, além da adaptação da Igreja, do Brasil, às decisões da recente Conferência Episcopal de Puebla, no México, sairá o seletivo grupo de preladados encarregados de adequá-la ao novo quadro gerado pelo processo de abertura política, em curso no país. Por sinal, ao longo deste verão já puderam ser captados indícios de que as relações entre a Igreja e o governo brasileiro caminham para um período de bonança. Dias antes de começar seu governo, o general João Baptista Figueiredo consolidou um projeto calidamente articulado com seus assessores: deslocou-se até a sede da CNBB, em Brasília, e conversou com o cardeal Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, presidente da entidade em final de mandato. O gesto, inédito no currículo dos presidentes brasileiros, seria retribuído na posse presidencial, à qual dom Aloísio compareceu, ladeado pelo cardeal Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador, e pelo bispo José Newton Baptista, arcebispo de Brasília, de modo igualmente surpreendente — tanto que não houve tempo para incluir o nome dos três entre as autoridades saudadas por Figueiredo.

Finalmente, na greve dos metalúrgicos do ABC, o bispo Cláudio Hummes, de Santo André, por solicitação do mi-

nistro Murillo Macedo, do Trabalho, serviu de intermediário nas negociações que puseram fim ao movimento. Agora, cogita-se nos meios eclesiais e governamentais que o bispo e o ministro poderiam ser mobilizados numa aproximação em nível mais amplo, do governo com a Igreja.

BOM DE URNA — Mudou a Igreja, o regime ou o tempo? Todos mudaram. Já vão longe os anos em que recíprocas animosidades quase levaram as relações Igreja-Estado ao colapso, embora sempre tenha havido canais de comunicação. No governo Costa e Silva, como VEJA apurou na semana passada, ins-

Dom Aloísio: no fim do mandato, diálogo mais cordial com o governo



SALOMON CYTRYNOWICZ



RICARDO CHAVES

Dom Ivo e os colonos: com a mesma desenvoltura das gestões políticas

Um especialista em diálogo a qualquer nível

O homem corpulento, de roupa escura, que fala aos colonos de Júlio de Castilhos usando palavras simples em tom didático, é o mesmo que, horas antes, perante uma platéia exigente e heterogênea na Faculdade de Filosofia de Santa Maria, a 100 quilômetros dali, debatera os rumos da Igreja depois de Puebla. Para quem conhece dom José Ivo Lorscheiter, 51 anos, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, uma de suas maiores virtudes é justamente essa, de dialogar com quem quer que seja, com igual desenvoltura. Metódico e organizado, dom Ivo divide rigorosamente suas atividades: os primeiros quinze dias do mês são dedicados à diocese de Santa Maria; os outros, às tarefas administrativas da CNBB, em Brasília. E, tanto na direção de seu carro, sempre sozinho, pelas estradas de terra do interior gaúcho, como na condução das mais delicadas gestões políticas perante autoridades do país, não há quem não o reconheça um pastor dedicado e um negociador arguto.

Neto de imigrantes alemães e filho de agricultores, esse gaúcho de 1,80 metro de altura, 90 quilos, sempre apressado mas sempre gentil, é tido como imbatível na próxima eleição para a presidência da CNBB. Uma entidade, aliás, em nome da qual fala quase todos os dias, nos últimos oito anos, não fo-

ra ele, além do mais, um especialista em comunicação social. Por iniciativa sua, a CNBB criou uma assessoria de Imprensa, que alimenta diariamente os jornais de notícias, comentários e opiniões; e, ali mesmo, funciona o único aparelho de telex da Igreja em todo o Brasil. Hábil manipulador de palavras, disse na semana passada, naquela palestra em Santa Maria, referindo-se aos que criticam a Teologia da Libertação, que "o demônio também sabe muita teologia, mas nem por isso deixa de ser demônio". E, durante suas andanças pelos municípios, colônias e lugarejos da diocese, concedeu à repórter Adélia Porto da Silva, de VEJA, uma longa entrevista, da qual destacamos alguns trechos.

As teses da Igreja agora são de todo mundo

VEJA — Como o senhor definiria o papel da Igreja hoje no Brasil?

DOM IVO — Eu prefiro pensar em como ela deveria ser. A Igreja cristã, sendo uma instituição religiosa de fins transcendentais, não deixa contudo de ter reponsabilidades com respeito à promoção integral do Homem. Depois de Puebla, gostaríamos que não houvesse mais dualismo entre a ação espiritual e a ação social da Igreja.

VEJA — De que forma transparece hoje esse dualismo?

DOM IVO — Muitos perguntam se de fato a Igreja no Brasil não se voltou demasiadamente para o campo social. Não temos a impressão de ter

omitido a parte espiritual. As ações no campo social aparecem mais porque é a elas que a imprensa dá uma atenção maior. Esta Assembléia, por exemplo (a da eleição), vai tratar do problema da extrema unção, um assunto para o qual a imprensa não dá muita importância.

VEJA — A Igreja tem tido problemas com o governo. Como está esta questão hoje?

DOM IVO — É bom a gente notar a convergência de datas. Quinze anos atrás houve uma revolução. Um ano depois, terminou o Concílio Vaticano II. Quer dizer, a Igreja tinha a consciência crescida, diante de um Estado autocrático. Mas, à medida que se concretize a abertura política, esses problemas poderão ser superados.

VEJA — A visita do presidente Figueiredo à CNBB é um sinal para a superação desses problemas?

DOM IVO — O general Figueiredo foi à CNBB e proclamou que o diálogo deveria continuar. Ele mesmo quis ir. Isto é um processo normal, não que a Igreja vá mudar, nem que se alarme quando há dificuldades. Sociologicamente falando, de um ano para cá todo mundo proclama aquelas teses que a Igreja sozinha tem proclamado há muitos anos.

VEJA — Alguns setores conservadores acreditam que a ênfase dada à Teologia da Libertação pode levar a Igreja ao cisma. E o senhor?

DOM IVO — Não creio nisso porque somos bastante católicos para manter a unidade. Pode haver alguma insistência nas discussões, mas isso até é bom. E, sempre que houver dissensões graves, o papa pode decidir.

VEJA — Depois de oito anos na CNBB, o senhor se considera um candidato forte à presidência?

DOM IVO — Oito anos podem ser também um argumento contra. Chega de tanto Lorscheiter, com t ou com d. Com 300 bispos, pelo amor de Deus, vamos escolher, vamos mudar.

VEJA — Segundo suas previsões, quem tem chance de ganhar?

DOM IVO — Todos têm chance. O certo é que, depois de alguns escrutínios, alguém vai ganhar...



Dom Cláudio: de mediador na greve a provável secretário-geral

talou-se uma comissão tripartite composta pelo governo, empresários e Igreja, para a troca de opiniões. No governo Medici, os empresários se afastaram e a comissão se transformou em bipartite — uma vez por mês havia um dia inteiro de estudos de documentos (sobre a conferência episcopal de Medellín, sobre a guerra revolucionária), de discussões (sobre o conceito de segurança nacional, sobre a idéia de uma Igreja progressista), bem como de lamúrias (“Por que vocês andam perseguindo e prendendo?” ou “Senhor bispo, aquele seu padre andou dizendo bobagens”). No governo Geisel, a comissão foi suspensa, teoricamente para a CNBB “ter acesso direto às instâncias de decisão”. Agora, Figueiredo acaba de autorizar “que a CNBB possa ir diretamente à presidência da República”.

Assim, é natural que todo esse clima ecoe na próxima assembléia de Itaici, para a qual já desponta como favorito à presidência o bispo Ivo Lorscheiter, de Santa Maria (RS), atual secretário-geral da CNBB e grande executor da linha imprimida por seu primo, dom Aloísio. Embora mais identificado com os progressistas, dom Ivo é um candidato que desencoraja as pretensões tanto dos bispos politicamente à esquerda como à direita e, num certo sentido, satisfaz as duas correntes. E suas possibilidades crescem à medida que outros fortes candidatos à presidência da CNBB se recusam a concorrer com ele. O primeiro foi dom José Freire Falcão, arcebispo de Teresina, de indiscutíveis méritos intelectuais, sondado pelo grande articulador da ala conservadora, dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju. Nova investida de dom Luciano, desta vez na direção de dom Clemente Isnard, bispo de Nova Iguaçu, respeitadíssimo pelo empenho na renovação litúrgica da Igreja, também ma-

Nova Friburgo



Dom Mauro: decidido organizador

quando sobre seu nome convergiram votos da maioria que não desejava a Igreja transformada num partido político, à esquerda ou à direita, nem por tempo e deixar de ser a forte entidade da atualidade.

Como resultado desse trabalho, salvadas as surpresas de última hora há nomes altamente cotados. Para a secretaria-geral, por exemplo, não se esperava a eleição de dom Luciano Mendes de Almeida, da região episcopal leste, de São Paulo, um jesuíta de fama de hábil conciliador. Considerado “bom de urna” (ele chegou a ser o voto mais votado para a delegação brasileira ao México, à frente de seu superior hierárquico, o cardeal paulista dom Paulo Evaristo Arns), revelou-se definitivamente em Puebla, onde redigiu o texto das conclusões da conferência. Há quem lembre, ainda, dom Mauro Morelli, o afável titular da região episcopal sul, de São Paulo, admirado no centro-sul pela capacidade de organização demonstrada como secretário-geral de sua regional da CNBB. Sem a mesma profundidade de pensamento, seu confrade jesuíta, dom Mauro, atrai seus simpatizantes, é mais decidido que dom Luciano Mendes. Outros, porém, acham que ele perdeu pontos junto ao eleitorado moderado. Em 1978, quando deu seu apoio ao Movimento do Custo de Vida, na condição de substituto de dom Paulo, que se encontrava em Roma. Por último, também para a secretaria-geral, cogita-se o nome de dom Cláudio, o mediador na greve dos metalúrgicos do ABC, embora exatamente seu papel na paralisação contrarie uma das idiossincrasias



Dom Luciano: hábil conciliador

da Igreja: sempre que um bispo vê crescer seu prestígio popular, declinam em contrapartida suas possibilidades eleitorais no plenário da CNBB. Porém, independente das tradições internas da CNBB, o nome de dom Cláudio para a secretaria-geral é dado como certo por importantes autoridades governamentais.

PROBLEMA MAIOR — Por outras razões, falou-se em dom Antônio Celso Queiroz, o bispo da região episcopal sudeste, de São Paulo. Contudo, dom Antônio Celso sofre de problemas renais e só com muito sacrifício consegue permanecer sentado mais de uma hora. Entre o episcopado, caricatura-se com bom humor o relacionamento Igreja-Estado, caso um desses nomes ascenda à secretaria-geral. Ao sair de uma audiência com um ministro de Estado, dom Luciano Mendes refletiria horas a fio em torno da melhor maneira de evitar que suas declarações causassem discordância. Já dom Mauro convocaria a imprensa para uma abrangente e clara entrevista coletiva. Dom Cláudio, por sua vez, redigiria uma homilia. E dom Antônio Celso ficaria uma semana a refletir sobre o que dissera ao ministro.

Caricaturas à parte, o fato é que, segundo comentários, problema maior representaria a escolha do ocupante da vice-presidência da CNBB, para a qual o articulador dos conservadores, dom Luciano Duarte, pretenderia indicar dom Falcão. Membro há três anos da Congregação Para a Doutrina da Fé, da Cúria Romana, o antigo e temido Santo Ofício, visitador apostólico da Santa Sé para as dioceses de São Félix do Araguaia, Diamantina e Goiás Velho, dom Falcão é tido como “fechado” em questões sociais — cujos temas jamais abordou em seus artigos dominicais no jornal *O Estado*, de Teresina.

A seu nome os progressistas oporiam o de dom Clemente José Isnard, bispo de Nova Friburgo, que por sinal está sendo considerado “menos forte” que o de dom Falcão. Alguns observadores admitem a possibilidade de os progressistas se unirem aos moderados e lançarem o sorridente dom João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, de tendência não qualificável, venerado por toda a CNBB.

Evidentemente, como sempre acontece com os bispos em tais ocasiões, nenhum dos candidatos surgidos até o final da semana passada admitia-se como tal. “Em nossas eleições não há chapas, os nomes surgem naturalmente em plenário”, esforçava-se para explicar um deles. Mas, como é extremamente difícil realizar uma eleição sem candidaturas, quando os bispos forem chamados a votar, não haverá dúvida de que, mais que em torno de nomes, eles se dividem em alas claramente definidas, ainda que dom Aloísio haja declarado a VEJA na semana passada que tais segmentações “são um reducionismo superficial.” Os conservadores, por exemplo, constituem um grupo integrado por doze bispos, capitaneados por dom Luciano Duarte, dom Sigaud, dom José D’Angelo, de Pouso Alegre (MG), e dom Antônio Castro Mayer, de Campos. Há quem vislumbre um subgrupo, próximo a eles, liderado por dom Falcão e dom Eugênio Salles, cardeal-arcebispo do Rio, não quantificável. No lado oposto estão 53 bispos progressistas (eles se auto-intitulam “generosos”), liderados por dom Paulo Evaristo e dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. No entanto, a esmagadora maioria do episcopado, quase 200 bispos, compõem a facção moderada, fiel ao centrismo do papa João Paulo II.

Em Roma, por outro lado, não há dúvida de que a Cúria Romana acompanha com o necessário interesse a sucessão da CNBB, para ela não apenas a pioneira entre as conferências episcopais como a maior e a melhor organizada de todas. Além disso, a CNBB tem se mostrado inestimável instrumento de organização religiosa e de ação pastoral, em sintonia quase perfeita com a Santa Sé. Uma guinada para a esquerda ou mesmo para a direita, como a ocorrida na eleição dos novos dirigentes do Conselho Episcopal Latino-Americano, no último dia 31, que escolheu surpreendentemente para seu presidente o bispo Alfonso López Trujillo, de Bogotá, férreo defensor do magistério tradicional da Igreja, e, para vice-presidente, o brasileiro dom Luciano Duarte, seria recebida com desagrado.

CNBB diz que cor Política

rupção supera a do

JORNAL DO BRASIL

regime militar

Amaral ataca e desafia

O deputado Amaral Netto diz que agradece a Deus pelas críticas que o *Centrão* e ele vêm recebendo da CNBB. "Meu medo é que a CNBB me apóie. Nesse momento vai me atrapalhar. Dela quero é veto e condenação. Faço minha campanha dizendo isso. E espero que ela continue me ajudando em futuras eleições."

Amaral Netto afirma que adora os vigários, padres e bispos, mas detesta os que estão na CNBB. "Lá não tem vigário. Só tem vigarista. Não gosto deles." E

desafia: "Não tenho medo. Sei que tem muitos aí que morrem de medo dos padres e bispos vigaristas. Eu quero é colocar à disposição deles todos os meus bens, para que falem mal de mim o quanto quiserem."

Para Amaral Netto, as críticas da CNBB não prejudicam o *Centrão*: "O *Centrão* não tem nada a ver com a CNBB. O *Centrão* é de gente honesta e a CNBB é de vigaristas. Se falassem bem do *Centrão*, atrapalhariam. Espero que continuem a falar muito mal do grupo."

Machen wir

— / Frage 1: /
MARTIN LANGE:

— / Antwort 1: /
PRÄLAT STEHLE:

BRASÍLIA— "A corrupção no Brasil está superando os tempos áureos do regime militar, deixando a sociedade curvada e sem dignidade", afirmou ontem o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, ao distribuir nota sobre o momento nacional, na qual propõe a fixação de datas para as próximas eleições, pela Constituinte, "levando em conta os anseios do povo pelo fim da transição e por reformas e mudanças profundas".

Ele criticou os conchavos da Assembleia Nacional Constituinte, que tem tomado decisões em defesa de interesses próprios, o que vem provocando a frustração e uma "insatisfação crescente como a cólera santa, quando Cristo expulsou os vendilhões do templo". Na nota, ele afirma que é da frustração coletiva que se alimenta a cólera do povo: "E não nos iludamos, a insatisfação popular poderá explodir e assumir proporções convulsivas de consequências catastróficas".

Asfixia— Dom Luciano Mendes de Almeida disse que a transição do regime militar para a Nova República contribuiu apenas para mudar a consciência do povo, já que a estrutura do poder da sociedade não se alterou. "Passamos da asfixia da repressão para a asfixia da pressão econômica", disse o presidente da CNBB.

Mais combate ao 'Centrão'

BRASÍLIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) decidiu reforçar seu lobby para impedir que o Centrão anule a iniciativa popular de leis, o mandado de segurança coletivo, a gratuidade da ação popular e o habeas-data (acesso do cidadão aos dados existentes sobre ele em organismos de informações). Esses pontos, presentes no projeto constitucional da Comissão de Sistematização, não estão nas emendas do Centrão.

A CNBB faz seu lobby em dois campos: nos corredores do Congresso Nacional, onde religiosos procuram os parlamentares e lhe pregam no peito adesivos sobre a democracia participativa; e em sua sede, com a promoção de reuniões entre parlamentares e integrantes da Comissão de Acompanhamento da Constituinte. Nesses encontros, são pedidas informações sobre o andamento dos trabalhos da Constituinte e se recomenda aos parlamentares que não permitam a aprovação de uma Carta retógrada como a do Centrão. A entidade acha que a Constituição deve ser de entendimento, não tão avançada como quer a esquerda, sob o risco de sequer ser implantada.

Respaldo — O lobby da CNBB nasceu antes de iniciados os trabalhos da Constituinte. "A equipe surgiu ainda em 1986, para dar respaldo ao documento *Por uma nova ordem constitucional*, de abril daquele ano, que resume o que a CNBB quis propor à Constituinte", conta o padre Virgílio Uchoa, coordenador da Comissão de Acompanhamento, composta por seis leigos, dois padres e três

O secretário-geral da entidade, Dom Antônio Celso Queiroz, e o vice-presidente, Dom Paulo Ponte, informaram que a nota, intitulada *Urgência de Grandes Decisões*, será distribuída a todas as 244 dioceses do país, para que seja discutida e analisada em todas as igrejas, com os fiéis. Eles querem que essa discussão seja feita agora, quando se aproxima o prazo fatal para a votação da futura Constituição.

A nota afirma que a situação nacional vem se "deteriorando em ritmo acelerado, empurrando para uma crescente marginalização a grande maioria humilhada do povo" e que foram frustradas as esperanças que nasceram com o fim do ciclo militar. "A inflação não foi reduzida e ameaça escapar do controle. Caíram os investimentos produtivos e aumentou a especulação financeira. O desemprego não diminuiu e os salários reais se aviltaram".

"O senso moral e a consciência da responsabilidade cívica estão alarmantemente desgastados. A corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chega às raias da convivência. Como essa deterioração vem do alto, ela permeia toda a sociedade. Na falta de um gesto realmente significativo que demonstre ao povo não haver pacto possível com a corrupção, cai-se num imobilismo, com a degradação do senso de dignidade nacional e da capacidade de indignação ética", acrescenta a nota.

bispos. Seu presidente é dom Cândido Padin, bispo de Bauru (SP).

Na opinião do padre Virgílio Uchoa, o lobby da CNBB é diferente, pois não defende apenas os interesses específicos da Igreja. "Estimulamos todo tipo de participação popular e convidamos o povo a apoiar as medidas positivas que a Constituinte tem tomado." Para esse contato com o povo, a CNBB divulga em todas as dioceses do Brasil um boletim semanal com notícias da Constituinte e fornece informações para 50 rádios católicas e não-católicas.

Cinco pontos — O boletim informa levando em conta cinco pontos: ordem social, ordem política, ordem econômica, ordem cultural e ordem internacional. Na ordem social, defende uma sociedade participativa, livre e responsável em suas condições de auto-organização; na política, uma sociedade democrática, política e economicamente participativa; na econômica, uma economia atenta às necessidades básicas e vitais da população; na ordem cultural, o direito à educação, à cultura e à informação; e na internacional, a paz universal e o desenvolvimento entre todas as nações.

A CNBB critica muito o Centrão. No último boletim, diz que o grupo se formou sob o patrocínio dos empresários industriais e da UDR (União Democrática Ruralista). As emendas do Centrão são tidas como "amalgama da concepção autoritária do Estado, com exigências das oligarquias rurais e do caciquismo político".

— / Frage 2: /
MARTIN LANGE:

— / Antwort 2: /
PRÄLAT STEHLE:

-2-

Até ateus entram nas reuniões

Assim que a Constituinte começou a trabalhar, a CNBB mostrou ativa participação. Passou a promover em sua sede, em Brasília, constantes reuniões com parlamentares, nas quais defendia a manutenção da família, o direito à educação, a reforma agrária, e condenava o aborto.

As primeiras reuniões assemblaram-se a pequenas sessões da Constituinte. Em abril do ano passado, houve uma com 80 parlamentares. Aconteceu de tudo, de apartes a questões de ordem. Estavam lá católicos da linha moderna como Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), da linha tradicional como Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Victor Faccioni (PDS-RS), evangélicos como Ly-sâneas Maciel (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ), e ateus como José Genoíno (PT-SP).

Aos poucos as reuniões foram se tornando menos concorridas. Segundo o padre Uchoa, "o trabalho da Constituinte cresceu, os parlamentares não puderam mais vir, tivemos de suspender os encontros". Isso levou a CNBB a mudar de estratégia. Semanalmente, um ou mais constituintes são convidados para almoçar com um bispo.

O lobby católico, entretanto, ainda não deixou nenhuma marca na Constituição em preparo. Destaca-se mais pelo desempenho individual dos que o integram. O deputado Victor Faccioni (PDS-RS), por exemplo, assíduo na CNBB e em almoços e jantares com bispos, abandonou o Centrão porque o líder do PDS, Amaral Netto (RJ), discursou criticando bispos que tinham condenado o grupo.

"Não pude aceitar que, em nome do Centrão, Amaral Netto xingasse os bispos de safados, bandidos e outros adjetivos.



Amaral Netto



Plínio Sampaio

Abandonei o grupo", disse Faccioni. Na última sexta-feira, ele visitou o padre Virgílio Uchoa e lhe fez um relato do andamento dos trabalhos da Constituinte, disse que sem entendimento a Constituição não sai.

Católico e de esquerda, Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) é outro constituinte que frequenta a CNBB, e quase toda semana tem um almoço de trabalho com dirigentes da entidade. Ele discute as pautas da Constituinte com os bispos, passa dicas de trabalho, defende idéias da Igreja. "Nós, que somos de partidos populares, temos muita afinidade com a Igreja Católica. Nossas bases são muito católicas", diz Plínio.

Nem a Santa Sé está livre

Das Sucursais de Brasília
e Porto Alegre

Ao responder ontem às críticas ao governo feitas sábado passado pelo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, o presidente José Sarney disse que nem mesmo a "Santa Sé" está livre da "solerte invasão" da corrupção. Em carta que remeteu a d. Luciano, Sarney cita o caso do Banco Ambrosiano, do Vaticano, que quebrou de forma fraudulenta no ano de 1982. O presidente disse ter ficado "chocado" com os termos da nota que a CNBB distribuiu à imprensa sobre a proliferação da corrupção no governo.

Sarney fez um apelo a d. Luciano: "venho pedir-lhe humildemente que me ajude, precisando fatos e pessoas, para que melhor eu possa coibi-los e puni-las". Com uma ponta de ironia no texto, Sarney afirma que jamais abandonou seus "padrões éticos". "No Palácio da Alvorada, nestes três anos, o único ato que se celebra é a Santa Missa, todos os domingos, assistida por mim, por minha mulher, filhos e netos. Nenhuma festa, nenhum banquete, nenhum salão."

A nota da CNBB dizia que "a corrupção continua impune e protegida por uma tolerância que chaga às raias da convivência". A frase atingiu diretamente o presidente da República. "Tenho dado mostras de

paciência, concórdia e tolerância, e perseverarei nelas", respondeu Sarney em sua carta. "Vossa reverendíssima preside uma comunidade muito grande. Mas somente o fato de ser presidente da CNBB não lhe torna possível controlar qualquer desvio de conduta de quem quer que seja, e nem por isso deve ser acusado de chegar às raias 'da convivência', acrescentou.

Antes de remeter cópia de sua carta à sede da CNBB, Sarney pediu ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que telefonasse para d. Luciano. Costa Couto leu a carta para o presidente da CNBB e convidou-o para uma audiência, hoje às 17h30, no Palácio do Planalto. O convite foi aceito.

O episódio do Banco Ambrosiano, lembrado por Sarney, ocorreu em 1982. O papa João Paulo 2º recusou-se, à época, a entregar à justiça italiana o arcebispo Paul Marcinkus e seus assessores Pellegrino de Strobel e Luigi Mennini, respectivamente presidente e administrador do Instituto para Obras de Religião, acusados de envolvimento na quebra fraudulenta do banco.

No Rio Grande do Sul, a nota divulgada sábado pela CNBB dividiu a Igreja. Foi elogiada pelo presidente da CNBB gaúcha, d. Ivo Lorscheiter, para quem "o povo não acredita mais nas instituições, nos políticos, no governo e no seu futuro" e criticada pelo arcebispo metropolitano, d. Cláudio Colling.



O presidente José Sarney, que se defende

'Jamais abandonei meus padrões éticos'

A seguir, a íntegra da resposta de Sarney à CNBB:
Brasília, 02 Fev. 88.

"Estimado e
Meu caro amigo, Reverendíssimo Dom Luciano

Acuso o recebimento de sua carta encaminhando-me a Nota da CNBB que trata da conjuntura nacional.

Sabe Vossa Reverendíssima o apreço que lhe tenho. Não é de hoje e não se apóia em nenhuma forma de cooptação. Acompanhei sua brilhante vida de sacerdote, sua doação à causa da criança, sua atividade apostólica. Acresce ainda um dado sentimental e importante para mim: as raízes maranhenses, plantadas no tronco do grande Senador Cândido Mendes de Almeida, parte de nossa gloriosa tradição.

Católico de corpo inteiro, membro da Igreja em que me mantenho na fé, na prática dos meus deveres de cristão, fiel à mensagem do cristianismo que me orientou a vida, confesso-lhe que os termos da referida Nota e as suas declarações à imprensa chocaram-me. Toda generalidade é perigosa e pode descambar para a injustiça e injúria. O Padre Antônio Vieira dizia ser esta como penas soltas ao vento. Uma vez espalhadas, não se podia recolhê-las todas, e sempre ficariam muitas.

Para que isso não aconteça, venho pedir-lhe humildemente que me ajude, precisando fatos e pessoas para que melhor eu possa coibi-los e puni-las. Seria isto uma inestimável colaboração. Nenhum episódio da área pública envolvendo prática condenável chegou ao meu conhecimento sem que tivesse tomado as providências da lei. Jamais

abandonei os meus padrões éticos, sob qualquer interesse, e no exercício da Presidência ninguém pode negar a minha conduta de austeridade monástica. No Palácio da Alvorada, nestes três anos, o único ato que se celebra é a Santa Missa, todos os domingos, assistida por mim, por minha mulher, filhos e netos. Nenhuma festa, nenhum banquete, nenhum salão.

A corrupção, todos sabemos, é uma erva daninha que devemos combater sem tréguas. Veja V. Revma. que à sua solerte invasão não pode fugir nem mesmo a Santa Sé. O caso do Banco Ambrosiano mostra como é insidiosa. Nem por isso devemos generalizar nem identificar um sinal de decadência ou diminuição dos padrões da administração da Igreja.

A violência que a referida Nota profetiza jamais terá meu incentivo. Tenho dado mostras de paciência, concórdia e tolerância, e perseverarei nelas.

Vossa Reverendíssima preside uma comunidade muito grande. Mas somente o fato de ser presidente da CNBB não lhe torna possível controlar qualquer desvio de conduta de quem quer que seja, e nem por isso deve ser acusado de chegar às raias "da convivência".

De minha parte terão sempre o país e a minha Igreja a manutenção desses padrões que me fizeram cristão e me dão a paz interior, que é a paz do espírito.

Como dizia S. Paulo, "eu que escrevi esta epístola, vos saúdo no Senhor".

O amigo de sempre, com estima e afetuoso abraço
José Sarney



da corrupção, diz Sarney

José Luiz

Recortes 12/88

Documento de bispos condena "poderosos"

SALVADOR — No encerramento da Assembléia Nacional do Regional III da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), os 21 bispos dos estados da Bahia e de Sergipe divulgaram ontem documento denunciando a esterilização de "mulheres pobres e indefesas" em troca de votos nas últimas eleições e a impunidade dos crimes praticados contra os camponeses nos conflitos de terra. O tema principal das discussões na Assembléia, iniciada na segunda-feira, foi o documento Igreja, comunhão e missão, divulgado em abril pela CNBB.

Citando como exemplos assassina- tos do presidente do Sindicato dos Traba- lhadores Rurais do município baiano de Várzea Nova, Moisés Vitório dos Santos — ocorrido na última segunda-feira, no dia da abertura da Assembléia —, e do agricultor Antônio Guilhermino de Oli- veira, em Santo Sé, também na Bahia, os 21 bispos que elaboraram o documento denunciam "a impunidade e o descaso de algumas autoridades constituídas diante dos crimes perpetrados por poderosos".

Eles também condenam o modelo econômico brasileiro, "que concentra a terra, a riqueza e o poder de decisão nas mãos de uma pequena elite". A conse-

quência, conforme afirmam, é "a fome, a sede, a doença, o desemprego, a violên- cia e a corrupção".

Na análise sobre a última campanha eleitoral, os bispos manifestam decepção diante do que consideram "total desres- peito à pessoa humana, através da troca de votos por favores humilhantes, inclusi- ve a esterilização em massa de mulheres pobres e indefesas" — numa alusão ao que ocorreu em Feira de Santana, a 108 quilômetros de Salvador.

O que predominou nas campanhas dos candidatos, ainda segundo os bispos da Bahia e Sergipe, foram "os ataques pessoais de baixo nível e o auto- engrandecimento em lugar da apresenta- ção de propostas sobre as questões de maior interesse para a vida do povo".

No final do documento, eles concla- mam os católicos a se empenharem para fazer prevalecer seus direitos e o cumpri- mento da nova Constituição. Chamam também a atenção para a necessidade da mobilização popular no acompanhamen- to da elaboração das constituições esta- duais e das leis orgânicas dos municípios, além da continuidade do trabalho de organização das camadas populares.

Jornal do Brasil, 26.11.88

Cardoso Sobrinho. gegen die Kritik

28/4/87

FOLHA DE S. PAULO

D. Luciano é eleito presidente da CNBB e reafirma 'evangelização libertadora'

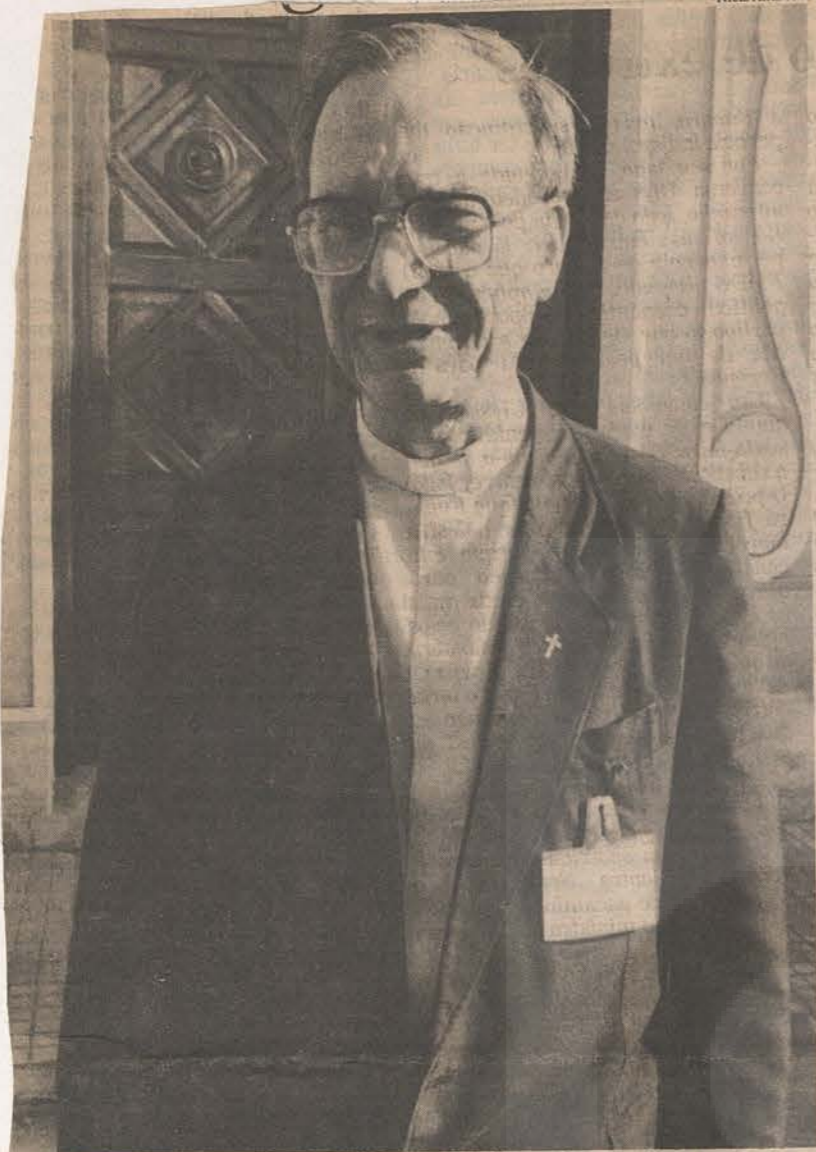
DERMI AZEVEDO
Enviado especial a Itaiçi

O bispo-auxiliar de São Paulo, d. Luciano Pedro Mendes de Almeida, 56, colaborador da Folha, foi eleito às 15h de ontem o novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sucedendo a d. Ivo Lorscheiter, 59, que esteve no posto durante oito anos. Ele recebeu, em segundo escrutínio, 196 votos dos 258 bispos votantes que participam —no convento jesuíta de Itaiçi, município de Indaiatuba (99 km a noroeste de São Paulo)—, da 25ª Assembléia Geral da CNBB, tornando-se o 1º bispo-auxiliar eleito para a presidência de uma conferência episcopal no mundo católico.

A noite, os bispos votaram para escolher os novos vice-presidente e secretário-geral da CNBB, mas o resultado só será divulgado hoje. Os nomes mais cotados são os de d. Paulo Ponte para a vice-presidência, e o de d. Celso Queiroz para a secretaria geral. A CNBB é a terceira maior conferência de bispos da Igreja Católica, com 374, vindo depois da italiana, com 455, e da norte-americana, com quatrocentos bispos.

Em entrevista coletiva às 16h, em Itaiçi, logo após ser eleito, d. Luciano disse que a CNBB continuará atuando com base na linha da "evangelização libertadora", cujos fundamentos foram definidos pelos bispos da América Latina na assembléia que realizaram em 1979 na cidade mexicana de Puebla. D. Luciano afirmou que "cabe à Igreja anunciar a verdade sobre Jesus Cristo e sobre o homem". Destacou que a CNBB aprofundará seu apoio à reforma agrária e do solo urbano, aos programas de atendimento ao menor, à educação básica e à moradia para os sem-casa. Afirmou que a Igreja "lutará para modificar a sociedade, de modo que ela não marginalize o menor, já que o menor não é problema, mas o problema somos nós".

Quanto à conjuntura nacional, d. Luciano disse que "o momento é delicado e difícil, requerendo maior colaboração por parte de todos os brasileiros" e que o relacionamento entre a Igreja e o governo será marcado "pela vontade de colaboração com vistas ao serviço ao povo, em favor da construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna".



D. Luciano aparece em frente à entrada do salão onde se realizou a votação

No prévia secreta, d. Luciano, até então secretário-geral da CNBB, conseguiu 191 votos e no primeiro escrutínio obteve 168, apenas um a menos do total necessário para sua eleição com dois terços dos sufrágios. O segundo colocado na eleição para a presidência foi o arcebispo de Belo Horizonte (MG), d. Serafim Fernandes de Araújo, que obteve 113 votos na prévia (mesmo número de votos dados ao arcebispo de Uberaba, d. Benedito Ulhoa Vieira), 71 votos no primeiro escrutínio e 53 no segundo. No primeiro escrutínio, d. Benedito teve doze votos, número que baixou para cinco no segundo. O bispo de

Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, não participou da eleição por não aceitar as normas eleitorais da CNBB e não quis participar de uma das juntas apuradoras. Na prévia secreta para a vice-presidência, realizada antes da votação, d. Paulo Pontes obteve 136 votos, seguido por d. Serafim Fernandes, com 110. Os bispos deverão eleger também os delegados da CNBB para o Sinodo dos Bispos, o novo representante da CNBB junto ao Concílio Episcopal Latino Americano —Celam—, além dos novos titulares da Comissão Episcopal de Doutrina e da Comissão Episcopal de Pastoral.

Quem é d. Luciano Mendes de Almeida

O novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Pedro Mendes de Almeida, nasceu no Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1930, filho de Cândido Mendes de Almeida e Emília Mello Vieira Mendes de Almeida. Acompanhou as atividades intelectuais e jornalísticas dos ambientes em que seu pai atuava. Fez os estudos primários no Rio de Janeiro, de 1941 a 1945, e o segundo grau em Nova Friburgo (RJ), onde também estudou filosofia de 1951 a 1953. O curso de teologia foi feito em Roma, de 1955 a 1959. Doutorou-se em filosofia na Itália, entrou na Companhia de Jesus em 5 de julho de 1947, e foi ordenado padre, em Roma, em 5 de julho de 1958. Foi nomeado bispo, por Paulo 6º, em 1976, sendo ordenado para o episcopado em 2 de maio de 1976, na Catedral da Sé, pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, que o escolheu como bispo auxiliar da região episcopal de Belém, bairro da zona leste paulistana. Foi, também, designado como responsável pela pastoral do menor e pelas escolas católicas da arquidiocese de São Paulo.

Colaborador da Folha, d. Luciano foi eleito, pela primeira vez como secretário-geral da CNBB, em 1979, sendo reeleito em 1983. No plano político, é definido, por seus colaboradores, como um democrata que, mesmo discordando das opiniões de seus padres e assessores, respeita-as e deixa que trabalhem com autonomia. Seu relacionamento com o governo é cordial e independente. Antes da visita presidencial ao papa, em agosto do ano passado, foi convidado para jantar com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto. Só procura o governo em duas circunstâncias: quando algum bispo lhe telefona queixando-se da violência ou atitude de autoridades ou quando é chamado para conversar com o presidente ou algum ministro. É moderadamente progressista. Tem bom relacionamento com o papa João Paulo 2º que o respeita "pela santidade e competência". Eleito para presidir a CNBB, poderá ser transferido para alguma arquidiocese, sendo um dos nomes citados para suceder a d. Avelar Brandão Vilela, em Salvador (BA). (DA)

Mudança

Para a CNBB, importante



Dom Ivo Lorscheiter (centro) fala sobre a reforma a jornalistas na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Já existiam sinais da decisão na primeira quinzena de maio

Da Súcursal de Brasília

De cima de um caminhão estacionado no cemitério de Tocantinópolis, cidade do extremo norte goiano, a cerca de 1.300 km de Goiânia, o ministro da Reforma Agrária, Néelson Ribeiro, ouviu, às 15h do último dia 12, o bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, pedir que ele renunciasse ao cargo. Ao ouvir o pedido de d. Pedro, Ribeiro, que estava a uns dois passos do bispo, virou-se e disse: "Em toda a minha vida nunca fiquei tão sensibilizado. Estas palavras, este protesto da multidão aqui presente, tocaram-me".

O ministro, dez bispos (entre eles d. Pedro, d. Tomás Balduino, de Goiás Velho, e d. Luciano Mendes,

secretário-geral da CNBB) e mais 58 padres participavam, em Tocantinópolis, do enterro do padre Josimo, assassinado no último dia 10, em Imperatriz (MA), a cerca de 700 km ao sul de São Luís, por questões que envolviam disputa por terras. O enterro fora acompanhado, das 11h às 15h, por uma multidão calculada em 3 mil pessoas.

Antes de ouvir as palavras de d. Pedro Casaldáliga, Néelson Ribeiro havia feito um discurso, de cima do caminhão, garantindo que se não pudesse permanecer no Ministério para ser a voz dos trabalhadores rurais, ali não mais estaria. Foi aplaudido, apesar de alguns integrantes da Central Única dos Trabalhadores (presentes com faixas) ensaiarem vaias durante todo o seu discurso.

DES. PAULO

no Ministério

é a reforma, não os nomes

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, 58, disse ontem em Brasília que a Igreja Católica não entra no mérito da demissão do ministro Nelson Ribeiro. "O que nos interessa, neste momento, é que a reforma agrária não seja prejudicada", afirmou. Segundo ele, a reforma agrária está "demasiadamente demorada", o que pode agravar os conflitos na área rural. "O nosso receio é que o povo perca a paciência, perca o ânimo, perca a esperança", disse dom Ivo.

Na noite em que recebeu a carta de demissão do ministro Nelson Ribeiro, o presidente José Sarney telefonou ao presidente da CNBB para comunicar a mudança no ministério. Sarney não disse a dom Ivo de sua intenção em convidar o prefeito de Cuiabá (MT), Dante de Oliveira. Mas, mesmo que o tivesse feito, a CNBB não teria se pronunciado. "Este não é nosso papel. Nós não somos tutores de

nomes, não somos vetantes de nomes", disse o bispo.

Quando lhe perguntaram sobre a indicação do deputado Dante de Oliveira para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, o presidente da CNBB respondeu: "Nem o conheço. Só sei que é aquele das Diretas Já. Nem sei se é alto, baixo, magro ou gordo". Dom Ivo Lorscheiter contou que na segunda-feira, o ministro Nelson Ribeiro procurou os bispos reunidos em Brasília para a avaliação mensal da CNBB e informou que estava demissionário.

O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, 46, após uma reunião com o ministro Nelson Ribeiro, ontem, disse que "Dante (Dante de Oliveira) é um bom nome mas o mais importante é que o Planalto decida se o plano vai aplicar o oficial ou o oficioso" (referindo-se ao Plano Mestre, do ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil). Ele afirmou que "se

o que está ocorrendo no campo fosse na cidade" estaria configurada uma "guerra civil". Os conflitos, prevê ele, devem se acirrar.

O ex-líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, 71, lançou ontem no Rio a proposta de um pacto a ser proposto aos usineiros de Pernambuco para possibilitar o início da reforma agrária na região canavieira daquele Estado: cada um doaria 10% de suas terras, "de forma espontânea e conciliatória, como se estivesse pagando o dizimo", que seriam distribuídas aos trabalhadores "de uma das regiões com maior concentração de pobreza do Brasil".

Francisco Julião disse que não acredita "na reforma agrária de Sarney, porque por trás dele existem forças muito poderosas e bem organizadas a quem não interessa a reforma". Julião considera que o pedido de demissão do ministro Nelson Ribeiro, "foi um ato de dignidade da parte dele, ainda que um pouco tardio, já que seu poder de articulação se estreitava dia a dia".

Bispos afirmam que saída foi 'at

Da Reportagem Local

O pedido de demissão do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, foi considerado ontem, por bispos e dirigentes de organismos católicos ligados ao trabalho urbano e rural, uma atitude coerente.

Em Chapecó (SC), o bispo local e presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), d. José Gomes, disse ao meio-dia que Nelson Ribeiro "foi coerente ao demitir-se, diante da grande pressão dos setores interessados em frear a reforma agrária, dentro e fora do governo". Acrescentou que "ele estava remando contra a maré" e deveria, agora, fazer "uma denúncia pública" dos motivos que o levaram à demissão. Quanto à possibilidade de intervenção federal nas regiões rurais mais conflitivas do país, afirmou que "se for feita como na década de 70, na região centro-oeste, servirá apenas para iludir a opinião pública, já que os grandes proprietários escondem suas armas e os pequenos são os únicos atingidos,

com a captura de seus instrumentos de trabalho e de caça rudimentar".

O bispo de Goiás Velho (GO), d. Thomas Balduino, um dos fundadores da CPT em 1975, disse às 15h que "pouco importa a queda de Nelson ou do Dantas (referindo-se ao presidente do Inca, Pedro do Carmo Dantas, que também pediu demissão ontem) e a subida do Dante de Oliveira. Está instalada, em nosso país, a crise da reforma agrária, e o governo da Nova República só conseguiu desmantelá-la". Criticou o chamado "Plano Mestre" de reforma agrária da Casa Civil da Presidência da República e afirmou que, "a partir de agora, o governo será o maior responsável pela violência no campo, que tende a aumentar, e cuja raiz é o latifúndio". Ele sugeriu que seja feita uma "ampla campanha nacional" pela reforma agrária.

Para o bispo de Tocantinópolis (GO), d. Aloísio Hilário de Pinho, superior do padre Josimo Moraes Tavares, assassinado no último dia 10, em Imperatriz (MA), "a saída do ministro Nelson Ribeiro já era sentida diante de seu compromisso

com uma reforma agrária autêntica e do clima pesado de resistência ao seu trabalho, dentro do próprio governo". Não quis, porém, opinar sobre a escolha de Dante de Oliveira para o ministério. Sobre a situação na região do "Bico do Papagaio", no norte goiano, d. Aloísio afirmou que "continua o clima de medo e instabilidade". Declarou que a diocese não foi informada sobre a visita do ministro da Justiça, Paulo Brossard, e do superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, à região, a partir de hoje.

"Se for procurado —disse o bispo—, nada terei a dizer ao ministro, a não ser cobrar as providências que pedimos ao governo federal, antes da morte do padre Josimo. Cobrarei, igualmente, a audiência que tentamos ter com ele e não conseguimos".

Pastorais

Em Brasília, um dos dirigentes da Pastoral Operária, vinculada pastoralmente à CNBB, Nivaldo Donizetti, disse às 12h30 que "a queda de Nelson Ribeiro era prevista porque tinha boas intenções, mas não dá

Em Goiânia, um dos membros do secretariado nacional da CPT, Ivo Poletto, afirmou às 11h que o governo federal, "qualquer que seja o ministro da reforma agrária ou o presidente do Inca, deve começar a operação desarmamento pelas grandes fazendas e pelas sedes das milícias privadas a serviço de grandes proprietários rurais". Ele disse que a CPT recebeu informações do norte goiano de que membros da UDR (União Democrática Ruralista) "esconderam armas, em grande quantidade, nos últimos dias, em função do noticiário de que o governo poderia iniciar uma operação de desarmamento na região".

o coerente'

para fazer reforma agrária só com boas intenções". Outro membro da executiva nacional da Pastoral Operária, o metalúrgico Waldemar Rossi, disse em São Paulo que "a saída do ministro indica a incapacidade do governo de levar adiante um plano mínimo —e até mesmo conservador— de reforma agrária", afirmando lamentar que "enquanto ministros e funcionários são substituídos, nada se faz de efetivo para garantir a vida das lideranças sindicais rurais".

UDR diz que pressionou para mudar planos

Do enviado especial a Imperatriz

As mudanças feitas nos Planos Regionais de Reforma Agrária pelo Gabinete Civil da Presidência da República, que geraram a crise que levou à demissão do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, foram em atendimento às pressões da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que congrega fazendeiros contrários à reforma agrária.

A opinião é do coordenador nacional da UDR, Ronaldo Ramos Caiado, 36, que diz ter encaminhado um dossiê ao ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, pedindo que os Planos Regionais não contivessem citações das áreas prioritárias para desapropriações.

Segundo Caiado, a UDR, em nome dos fazendeiros de vários Estados brasileiros, fez o que pôde para impedir que fossem definidas as

áreas específicas para desapropriações. "Essa, sem dúvida, foi uma vitória importante para a UDR", disse ele à Folha, ao esclarecer a posição da entidade diante da situação criada pelas alterações nos Planos da reforma. Em sua opinião, porém, as mudanças feitas "não representam um retrocesso na reforma agrária como andam dizendo por aí".

Critérios definidos

O coordenador da UDR disse que, na opinião dos fazendeiros de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Maranhão, Estados aonde a UDR está estruturada, "era preciso que se definisse, além dos municípios, prioritários, os critérios para as desapropriações". Assim, no caso de Goiás, por exemplo, tinham sido definidos na proposta original 71 municípios prioritários para os próximos quatro anos, 28 dos quais seriam áreas de implantação da reforma ainda em 1986.

Por proposta da UDR, colocada em votação numa comissão criada em Goiás para elaborar o Plano Regional do Estado, já encaminhado ao presidente José Sarney, ficou definido que,

nos municípios prioritários, seriam desapropriados, em primeiro lugar, as terras do governo, depois as de entidades ("da Igreja, por exemplo", disse Caiado), seguindo-se as que estivessem em mãos de estrangeiros e, só no final da lista, as dos "latifúndios produtivos".

Essa discriminação, porém, foi eliminada na proposta encaminhada ao presidente Sarney, razão pela qual, segundo o coordenador da UDR, a entidade resolveu recorrer ao ministro Marco Maciel.

Outra versão

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg), Divino Goulart, entrevistado por telefone, disse que, de fato, houve a votação citada por Caiado na comissão formada em Goiás por duas dezenas de órgãos governamentais, entidades classistas e educacionais ligadas à agricultura.

"Ocorre que, no ministério, nos explicaram que não cabia nos Planos Regionais de reforma a definição do tipo de propriedade que deveria ser desapropriado primeiro, mas, sim, as áreas onde se registravam conflitos mais urgentes", afirmou Divino.

Entidades rurais têm diferentes reações à troca

Da Reportagem Local

A demissão de Nelson Ribeiro gerou diferentes reações entre as entidades dos proprietários e trabalhadores rurais. Para José Francisco Malta, presidente em exercício da Sociedade Rural Brasileira, a saída de Nelson Ribeiro já vinha sendo cogitada desde a reforma ministerial. "A Sociedade Rural não estava nem satisfeita nem insatisfeita com o ministro. Tínhamos diferentes pontos de vista. Ele queria uma reforma agrária com prioridade para a implantação do homem onde ele estava, sem visar a melhoria da produção e da produtividade, e prejudicando, do nosso ponto de vista, o consumidor", disse Malta.

Fernando Vergueiro, presidente da Câmara de Debates e Estudos Econômicos e Sociais (Cedes), afirmou que "Ribeiro estava de tal modo imobilizado, que a saída seria fatalmente uma nova opção. Ele representava a saída socialista moderada, com apoio da Igreja, para a reforma agrária. Ele foi um aparador de pressões extremistas, e cumpriu este papel tão bem que ficou imóvel". Sobre o novo titular da pasta, Dante de Oliveira, afirmou que "seu perfil faz temer que haja radicalização por parte dos que se opõem à reforma agrária. A situação exige uma pessoa equilibrada".

"Pontapé na reforma"

Uma "perda muito grande" foi, para a entidade representativa dos trabalhadores rurais, a saída de Ribeiro. "Este é mais um pontapé, outro choque que a reforma recebe. Esperamos que o governo se firme politicamente para que ela possa ser executada", disse o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Orlando Issac Birmann.

Para ele, o setor lamenta essa demissão e, julgando o prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, "um cidadão com todas as condições de levar a bom termo a tarefa do ministério", disse esperar que o governo lhe dê o necessário suporte político para isso. Caso contrário, acrescentou, "a simples troca de homens no ministério não vai resolver a questão da reforma. O movimento dos trabalhadores punha toda sua confiança em Nelson Ribeiro".

Para a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), representante dos produtores, a demissão de Ribeiro foi "um ato natural e normal do governo". Segundo o presidente da Faesp, Fábio Meirelles, 52, "esse ato mostra a preocupação do governo em sintonizar sua equipe para melhor desenvolver seus programas".

Meirelles, porém, fez restrições à indicação de Dante de Oliveira para o cargo: "Uma função destas exige a participação de uma pessoa que entenda bem os diversos aspectos do problema da terra no Brasil, da sua produção rural. Indicar para o cargo uma pessoa que faz política partidária não me parece ser a melhor solução".

A palavra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

INDÚSTRIA BÉLICA E ENERGIA NUCLEAR

Documento aprovado pela Vigésima Assembléia Geral da CNBB, de 9 a 18 de fevereiro de 1982, em Itaiaci.

1. A Pontifícia Academia de Ciências terminou sua recente Declaração sobre as conseqüências do emprego das armas nucleares com esta frase categórica: "Se não falarmos, nos arriscamos a trair a nós próprios, nos arriscamos a trair nossa civilização", (7, 8 de outubro de 1981)."

2. Nós, os Bispos do Brasil, unidos ao Santo Padre, o Papa, em suas declarações repetidas em favor da Paz e do desarmamento recolhemos igualmente as apreensões hoje expressas por políticos, cientistas e pelo povo, que, freqüentes vezes, se manifestam nas mais diversas partes do mundo.

3. O medo da destruição da vida humana por uma guerra nuclear ou por conflitos sucessivos começa a acalorar as consciências e a exigir medidas adequadas para sustar a proliferação de armas de todos os tipos.

4. Exatamente, no momento em que se noticia que o mundo inteiro começa a pôr em dúvida a promoção da paz, através da corrida armamentista, a CNBB vem propor algumas reflexões, com o intuito de colaborar com o Povo do Brasil para a preservação da paz:

5. I — Reconhecemos, com o Santo Padre, que "o cristão, quando se dedica a combater e prevenir todas as formas de guerra, não precisa em recordar, em nome de uma elementar exigência da justiça que os povos têm o direito e também o dever de proteger, com meios proporcionados, a sua existência e a sua liberdade contra um injusto agressor" (Mensagem do Papa João Paulo

II para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1/1/1982, nº 12)."

6. Na mesma mensagem, João Paulo II, no entanto, também convocou os cristãos todos a consagrar o melhor de suas energias à Paz, "dom de Deus, confiado aos homens". (ib. 11).

7. II — Neste momento, publica-se, dentro e fora do País, que o Brasil ocupa o quinto lugar na produção e exportação de armas. Concorre desta forma para acelerar a corrida armamentista, sobretudo no terceiro mundo, tão castigado pela fome e as doenças. Já nos advertia o Profeta Oséias: "Confia-te nos teus carros e na multidão de teus guerreiros. Portanto, entre teu povo se levantará o tumulto da guerra". (Oséias 10. 12-14).

8. Antes que tal aconteça, pedimos aos responsáveis pela fabricação e venda de armas: revejam sua posição.

9. "Se queres a Paz prepara a Justiça", costumava repetir Paulo VI. E o Presidente Dwight D. Eisenhower, após a terrível experiência da II Guerra Mundial e como um dos protagonistas dela, pôde advertir o mundo, em 1953: "Cada arma fabricada, cada belonave lançada, cada foguete disparado, significa, no final, um roubo àqueles que padecem fome e não têm o que comer, àqueles que estão nus e não têm o que vestir".

10. Nossa exortação de pastores ao Povo se baseia na palavra do próprio Deus: "O Senhor julgará entre muitos povos e corrigirá nações poderosas e longínquas: converterão as suas espadas em relhas de arados e suas lanças em foices" (Miquéias 4. 3.).

11. Que os recursos de guerra sejam, na medida do possível, empregados na educação, na saúde, na indústria, na lavoura, na construção e nas demais necessidades prementes da população.

12. III — No final, não podemos deixar de acrescentar uma palavra sobre a produção de energia nuclear:

13. Não discutimos se ela vem ou não a desempenhar papel preponderante na construção do mundo de amanhã.

14. No entanto, é bem visível que o mundo de hoje mais se amedronta do que se encoraja com ela.

15. O chanceler brasileiro, Ramiro Saraiva Guerreiro, tentou interpretar, cremos nós, o pensamento da maioria do nosso Povo, quando declarou na Trigésima Sexta Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, abril de 1981: "O risco de uma guerra não diminuiu, e a segurança de nenhum país aumentou". Em seguida, conclamou ele os povos à "cooperação internacional para a melhoria de condições de vida dos povos".

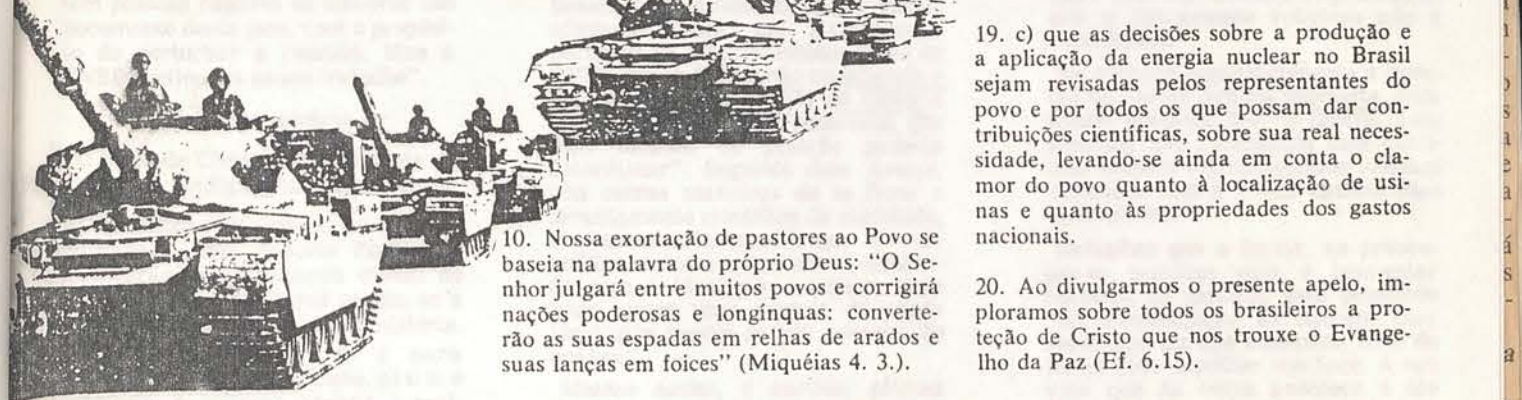
16. Novamente nos sentimos pois no dever de apelar a todos os responsáveis e à nação inteira, para concentrarmos a atenção sobretudo em três pontos:

17. a) que seja garantida, por todos os meios, a aplicação pacífica da energia nuclear a ser produzida no Brasil;

18. b) que haja as maiores garantias contra os acidentes já tantas vezes registrados em outros países bem mais avançados que o nosso. Igual cuidado se proporcione ao tratamento do lixo atômico, tão altamente nocivo à vida humana e ao meio ambiente;

19. c) que as decisões sobre a produção e a aplicação da energia nuclear no Brasil sejam revisadas pelos representantes do povo e por todos os que possam dar contribuições científicas, sobre sua real necessidade, levando-se ainda em conta o clamor do povo quanto à localização de usinas e quanto às propriedades dos gastos nacionais.

20. Ao divulgarmos o presente apelo, imploramos sobre todos os brasileiros a proteção de Cristo que nos trouxe o Evangelho da Paz (Ef. 6. 15).



tempo e presença
março / abril 1982.

Serviço de Recolha
5184

CNBB recolhe texto clandestino contra "infiltração"

CARLOS DE OLIVEIRA
Enviado especial a Itaiçi

Um documento com denúncias de infiltração comunista na Igreja católica e da presença da chamada Igreja popular do País, acobertada por bispos e pela cúpula da CNBB, circulou ontem entre os prelados que participam da 22ª Assembléia-Geral da Conferência Episcopal Brasileira, em Itaiçi, município de Indaiatuba. O documento é assinado por uma certa Cruzada de Libertação Cristã que, no ano passado, já havia enviado textos semelhantes aos bispos.

A existência desse material foi confirmada por alguns participantes do encontro, entre eles o cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela. Segundo informações, uma pilha de envelopes contendo os textos foi encontrada em Itaiçi, um dia antes do início da assembléia. O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, determinou o recolhimento dos pacotes e, durante uma das sessões plenárias, comunicou sua existência aos bispos. Disse que os interessados em conhecer o conteúdo dos textos poderiam requisitar um envelope. O restante deverá ser incinerado.

Para dom Avelar, "esse documento, como alguns outros, são acusações contra a Igreja progressista, contendo reflexões que fogem ao que se poderia esperar". Disse que a assembléia não tomou conhecimento dos textos, mas admitiu que "existem pessoas e grupos que não vêem com bons olhos a marcha de trabalho da Igreja".

Segundo o cardeal, "através desses documentos, manifestam seu mal estar, de maneira anônima, que é um processo incorreto e, naturalmente, não deixa de causar uma certa preocupação no sentido de que existem pessoas capazes de elaborar um documento desta jaez, com o propósito de perturbar a reunião. Mas a CNBB continuará no seu trabalho".

Reforma agrária

O bispo de Chapecó e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom José Gomes, e o bispo de Ji-Paraná, dom Antônio Possamai, criticaram a propaganda oficial no sentido de que no Brasil realiza-se a maior reforma agrária da história. Segundo os bispos, "se é para entregar terras ao latifúndio, aí sim é verdade. A reforma agrária é realmente a maior, pois nunca o latifúndio e as agroindústrias receberam tanta terra neste País".

Dom Antônio, disse estar preocupado com o volume de migrantes verificado em sua diocese, situada em áreas pertencentes a Rondônia e Mato Grosso. Destacou que o Incra reduz cada vez mais a área de glebas a ser distribuída aos pequenos agricultores, o mesmo não acontecendo

com os latifundiários. De acordo com o bispo, o pequeno proprietário é obrigado, por determinação do Incra, a ocupar e cultivar seu lote de terra. "Os latifundiários não cumprem com essa determinação e jamais perdem suas glebas, ao contrário do que ocorre com os pequenos".

Lembrou que a doença, especialmente a malária, vem atacando os migrantes, que não resistem a ela e acabam abandonando seus lotes. Na opinião de dom Antônio, as estradas precárias, a falta de escolas e a impossibilidade de saldar financiamentos também levam o migrante a deixar suas terras. Em 83, de acordo com o bispo, mais de mil pequenos agricultores perderam suas glebas. "Essa é a grande reforma agrária apregoada", disse.

Para dom José Gomes, "a reforma agrária do País não atinge suas metas, mas outras: o despoamento dos campos, para dar lugar aos bois ou para os grandes projetos de cana de açúcar ou produção de alimentos que não alimentarão os brasileiros, mas serão exportados". O bispo de Chapecó observou que das 208 famílias de posseiros da região de Onda Alta, no Rio Grande do Sul, transferidas para Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, apenas 58 permaneceram no local. "Muitos desistiram e outros entregaram suas terras apenas para conseguir dinheiro de volta para suas regiões de origem".

ITAIÇI (Do enviado especial Carlos de Oliveira) — O cardeal primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, afirmou ontem, em Itaiçi, onde participa da 22ª Assembléia Geral da CNBB, que a Igreja não recomenda o uso da análise marxista na teologia da libertação, "pelos equívocos que essa tomada de posição poderia determinar". Segundo dom Avelar, "há outras maneiras de se fazer o levantamento científico da realidade, sem necessariamente lançar mão da análise marxista, que não se confunde com a ideologia marxista, mas pode trazer uma espécie de carga ideológica dentro do seu conceito de análise".

Mesmo assim, o cardeal primaz destacou que "não se pode condenar a teologia da libertação em bloco, de maneira nenhuma, porque ela, hoje, está correndo dentro da América Latina e tendo assento no mundo inteiro". Na opinião de dom Avelar, a teologia da libertação tem um sentido

mais amplo do que aquilo que às vezes traz um pouco de inquietação em certos meios eclesiais, nem tanto pela teologia da libertação em si, mas às vezes por certas tentativas que alguns setores que a defendem podem assumir, quando, por exemplo, preocupam-se exageradamente com assuntos sociais, políticos e econômicos, em detrimento da missão específica da Igreja no campo ético, religioso e educativo".

Ao analisar o conceito global da teologia da libertação, dom Avelar afirmou que essa prática "pode ser compatibilizada perfeitamente com as preocupações da Igreja de hoje, de modo especial na América Latina e no Brasil, porque chegamos à conclusão de que os direitos humanos têm sido violentados, a dignidade do homem tão espezinhada, que a Igreja não pode ficar indiferente, absolutamente, a esse tipo de situação, por um dever de consciência".

O problema, na teologia da libertação, segundo afirmou dom Avelar, "é dar à libertação e à salvação uma interpretação global. Na antiguidade, pensava-se mais na salvação da alma, e os problemas e necessidades materiais eram deixados de lado. Hoje, existe uma consciência mais profunda a nível de Igreja, de que o conceito de salvação é abrangente e envolve a pessoa humana integralmente. Portanto, a salvação deve ser global, envolvendo o homem nas suas aspirações de ordem espiritual e transcendental, mas também o corpo, na sua expressão de vida existencial: a saúde, a educação e a vida digna. Isso vem preocupando a Igreja hoje. O problema é como compatibilizar os anseios espirituais da pessoa e do grupo com os anseios do bem-estar humano".

Para o cardeal Brandão Vilela, "estando a teologia da libertação colocada dentro deste espírito, corre com tranquilidade em todos os continentes e merece a aprovação da Santa Sé". Em sua opinião, "a dificuldade é quando se faz carga sobre os problemas sociais, econômicos e políticos, dando a impressão de que o tipicamente religioso não é considerado".

Ao abordar especificamente a questão do uso da análise marxista, dom Avelar destacou que "a Igreja, oficialmente, não recomenda esse caminho, embora alguns cristãos venham utilizando com a devida cautela esse instrumental".

Ressaltou que a Igreja, ao preocupar-se também com o bem-estar material do homem, está pensando "na comunicação do homem com Deus, que diz que o homem, filho de Deus, deve espelhar sua face. A subvida que às vezes acontece é tão degradante que o homem está, ali, desfigurado e destruído. Temos o interesse de que a pessoa humana, como tal, seja realmente expressiva nos seus anseios de alma, de corpo e de vida, para que todos tenham vida e vida em plenitude".

Tempo e Presente
março (abril 1985)

geração de empregos e de oportunidades novas de ocupação e trabalho, com a participação de todas as forças sociais, um verdadeiro mutirão nacional.

O salário mínimo vigente no país, um dos mais baixos do mundo, não faz justiça a quem trabalha e nem atende aos próprios imperativos constitucionais. O aumento do salário mínimo, porém, sem redução da enorme e escandalosa disparidade salarial, revelar-se-ia ineficaz.

Em contraste chocante com os propósitos de modernidade e, principalmente, com a condição humana, o país continua a conviver com o trabalho escravo e, mais grave ainda, crianças e adolescentes obrigados a trabalhar e, até, se prostituir para sobreviver.

A distribuição da renda, através da garantia de trabalho, participação nos lucros e salário mínimo definido segundo a Constituição, é inadiável para vencer a violência e a desagregação familiar.

Por sua vez, a concentração da terra é matriz geradora de muitos e graves problemas que ameaçam os frágeis fundamentos da democracia brasileira, entre os quais destacamos a questão indígena, a marginalização do povo negro, o inchaço das cidades e o quadro vergonhoso de indigência e fome.

A reforma agrária deve, pois, ser assumida com coragem e determinação pelo governo, em todos os seus níveis, a fim de que a paz possa reinar no campo, trazendo tranquilidade e bem-estar ao país. A reforma agrária, acompanhada de política agrícola voltada à produção de alimentos para a mesa do povo, é uma exigência da própria democracia.

Esta compreensão da realidade e dos rumos que desejamos para o país é proposta aos três níveis de governo - municipal, estadual e federal - e aos três poderes - legislativo, judiciário e executivo. O Poder Judiciário, em especial, deve concorrer para a paz social, tornando-se ágil na distribuição da justiça e no julgamento imparcial dos poderosos, cuja impunidade revolva e deixa estartejada a nação.

O agravamento das questões sociais e a ausência de medidas eficazes obrigam-nos neste momento a clamar com novo vigor. *"É necessário despertar a consciência ética diante dos problemas sociais, percebendo-se que a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. Exige-se a busca de uma nova articulação entre políticas econômicas e políticas sociais"* (CNBB - Doc. 54, nº 138).

Devemos ser criativos na busca de soluções para a grave crise social que atinge todos os países do mundo. Uma economia iluminada pela ética e sob o comando da política, efetivamente a serviço do bem comum, poderá ser o caminho da paz para todos os povos.

É nossa esperança que o novo milênio nos conduza à grande confraternização em que a justiça e a paz se abraçarão (Sl.85,11). Porém, sem conversão e libertação dos pecados que negam a vocação humana à vida fraterna e solidária, dificilmente venceremos a violência, a fome e a miséria que angustiam e fazem sofrer milhões de criaturas humanas.

Enfim, conduzidos pelas mãos maternais de Maria, a Senhora Aparecida, acorramos ao Trono da Graça, para receber a misericórdia do Senhor que sacia os famintos e enxuga toda lágrima de nossos olhos (cfr. Ap. 7.9-17).

Vila Kostka - Itaipú - Indaiatuba - SP - 24 de abril de 1996

Exigências cristãs para a paz social Declaração da 34ª assembléia geral da CNBB

Como bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos em tempo de Páscoa, não podemos deixar de anunciar a Ressurreição de Jesus como vitória da Vida sobre a morte e fundamento da restauração da humanidade. É nossa missão testemunhar, promover e defender a vida como do precioso da sabedoria e do amor infinito de Deus.

A Campanha da Fraternidade dedicada à "Fraternidade e Política", a proximidade das comemorações do Dia do Trabalho e as vindouras eleições municipais para os cargos legislativos executivos, recomendam uma mensagem pastoral à sociedade brasileira e aos vários níveis de governo. Os recentes massacres em Corumbiara e Eldorado do Carajás, despertando indignação e angústia em todas as pessoas que prezam a vida e a dignidade do ser humano, fortalecem nossa determinação de apresentar algumas exigências cristãs para a paz social.

Em comunhão e solidariedade com nosso povo e com os sentimentos de Jesus, o Bispo Pastor, desejamos chamar a atenção para graves situações sociais e oferecer elementos que possam iluminar e motivar decisões políticas que definam e orientem os rumos do desenvolvimento do país em função do atendimento dos direitos básicos do povo.

Alegramo-nos com os avanços já obtidos no processo de construção de uma sociedade democrática. Com ampla mobilização da sociedade conseguir-se-á percorrer o caminho que conduz à justiça social e chegar ao dia em que todos os brasileiros gozem, efetivamente, dos direitos fundamentais de cidadania como alimento, moradia, educação, saúde e trabalho com remuneração condigna.

Uma moeda forte e o controle da inflação, que todos apreciamos e reconhecemos como fundamentais ao bem-estar social, não são suficientes para renovar o país e assegurar tranquilidade à família brasileira.

É urgente a definição de um modelo de desenvolvimento e de um plano de governo que priorizem as políticas sociais para combater as desigualdades entre indivíduos e classes. Urgente também, através de incentivos e implantação de polos de desenvolvimento sócio-econômico-cultural, corrigir distorções e desigualdades entre as regiões do país, com especial atenção ao semi-árido nordestino.

A concentração da renda impossibilita uma vida digna para milhões de famílias brasileiras, causa desagregação familiar e rompe, cada vez mais, o tecido social com o crescimento da violência de outras atividades marginais, frutos da exclusão social. Neste contexto, queremos destacar o elevado preço pago pelas mulheres trabalhadoras, em grande número "chefes" de família, enfrentando dupla jornada de trabalho para atender às necessidades de seus filhos.

Os povos indígenas, primeiros habitantes desta porção imensa e rica do nosso planeta, continuam clamando por garantias e medidas que reconheçam e promovam, eficazmente, o direito sobre suas terras - base de sua cidadania. Por isso, questionamos o decreto nº 1775/96, que lhes desconhece o direito originário e favorece invasão e redução de suas terras.

A violência estrutural é também causa de crime, de corrupção e de dissolução da consciência moral. Este quadro da realidade é agravado pela ação policial, quase sempre violenta, pela impunidade e pela morosidade dos procedimentos forenses, gerando descrédito do Poder Judiciário. Com urgência devem ser modificadas as condições desumanas em que vivem os encarcerados. Sem mudanças profundas no sistema penitenciário, torna-se quase impossível reeducar e recuperar os detentos, especialmente os mais jovens, e evitar ocorrência de rebeliões, repressão violenta e mortes.

O mundo do trabalho está sendo atingido duramente pelos ajustes estruturais da economia e pelos avanços da tecnologia moderna. Entre nós, altas taxas de juros praticadas, sobretudo, para garantir estabilidade ao Plano Real e outras medidas econômicas têm inviabilizado o funcionamento de muitas empresas, principalmente de micro e médio porte, com o conseqüente agravamento do desemprego.

Para fazer frente ao elevado número de trabalhadores fora do mercado produtivo e sem nenhuma perspectiva de trabalho, propomos que os poderes públicos, em todos os níveis, priorizem

"Há uma diferença muito grande entre o discurso e a prática" do F Governo não quer reforma a

ANIELA FALCÃO
da Sucursal de Brasília

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) avaliou o governo federal na abertura da 37ª reunião ordinária do Conselho Permanente, e o governo federal não está disposto a fazer a reforma agrária.

Apesar de fazer discurso favorável à reforma, o governo federal não está se esforçando o suficiente. Há uma diferença muito grande entre o discurso e a prática", afirmou o secretário-executivo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Irio Conti.

Hoje, ele deverá apresentar aos religiosos que participam da reunião um relato da situação no campo e uma análise do que o governo vem fazendo para agilizar a reforma agrária.

Segundo d. Demétrio Valentini, Bispo de Jales (SP) e responsável pela área social da CNBB, o país vem "arrastando há anos a decisão de fazer a reforma agrária e continua na mesma situação".

Para Conti, o governo comete graves falhas "graves" que comprometem o andamento da reforma: estaria cedendo à pressão da bancada ruralista, liberando recursos para desapropriações com lentidão e demorando muito para fazer as imissões de posse.

"Desde maio, houve 134 decretos de desapropriação, mas nenhuma imissão de posse. Está evidente que há uma contradição muito grande entre o discurso do

governo e o que está de fato acontecendo", disse Conti.

O acordo feito entre o governo e a bancada ruralista no Congresso para aprovar o projeto que proíbe desapropriações em terras produtivas invadidas é, segundo o padre, um "retrocesso total do ponto de vista legal" para a reforma agrária.

"Se o governo estivesse realmente preocupado com a questão social, não teria feito acordo desse porte", afirmou.

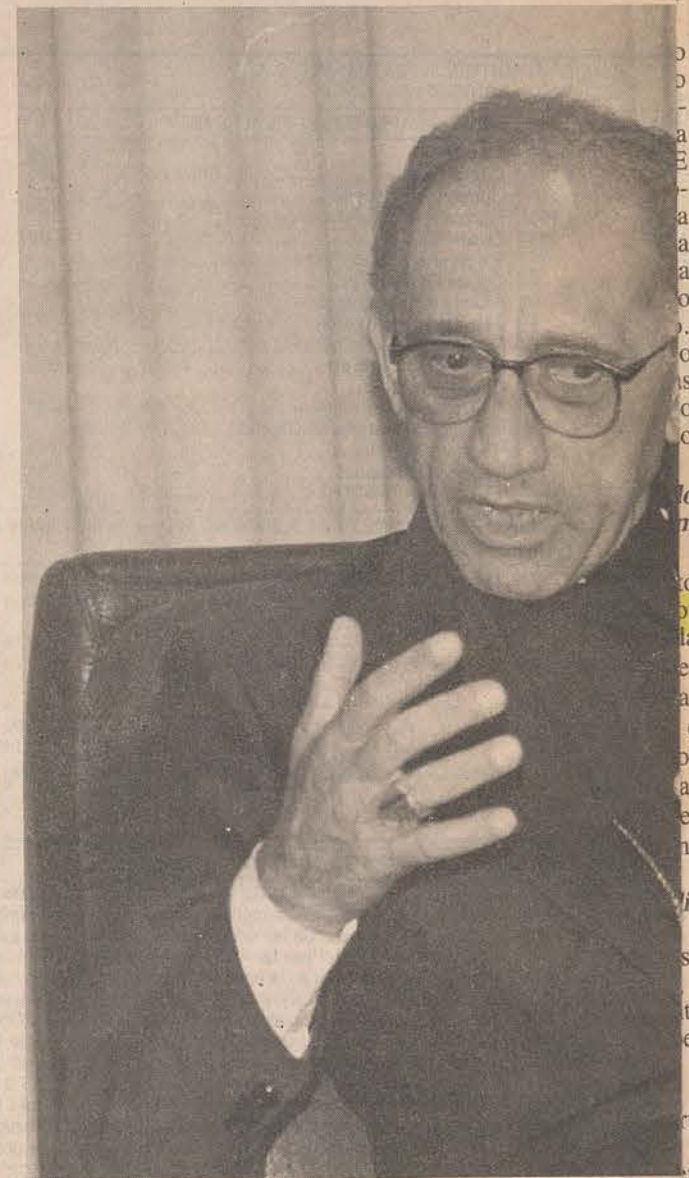
Conti também criticou a lentidão na liberação de recursos para formalizar as desapropriações e a ameaça do ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) de suspender o diálogo com o sem-terra se as invasões continuarem.

"Fico preocupado porque, por trás da afirmação do ministro de que não vai negociar sob pressão, pode estar escondido o desejo de dismantelar os movimentos sociais", afirmou.

Para a CPT, a ocupação de terras é um instrumento legítimo dos sem-terra para reivindicar seus direitos. "Vamos continuar apoiando as invasões, apesar de a igreja não ter posição de consenso sobre o assunto."

Conti disse que a doutrina social da igreja diz claramente que os bens devem ter função social.

"Aqueles que não cumprem devem ser desapropriados por meios legais. Como o governo é tímido, a ocupação passa a ser uma forma de pressão legítima de um segmento que não está sendo ouvido", disse.



D. Lucas Moreira Neves, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

analto, avalia secretário-executivo da CPT grária, diz CNBB

Lula Marques/Folha Imagem

August	31	32	33
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	

Conselho avalia ação

da Sucursal de Brasília

O Conselho Permanente da CNBB se reúne duas vezes por ano, em agosto e novembro, para avaliar o trabalho das pastorais e dioceses. Também é feita uma análise de conjuntura sócio-política e religiosa do país para orientar a atuação dos padres e bispos.

Participam cerca de 70 religiosos: 27 bispos, além de padres, teólogos e presidentes de pastorais. Quem coordena a reunião é o presidente da CNBB, d. Lucas Moreira Neves.

Entre os temas discutidos nesta reunião —que vai até sexta—, estão a criação de uma pastoral afro-brasileira, a possibilidade de a igreja doar terras para a reforma agrária e a necessidade de intensificar o diálogo entre católicos e luteranos.

Hoje, d. Lucas participa de encontro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. O presidente Fernando Henrique Cardoso deve se reunir com representantes dessas igrejas.

encíclica defende a ética

Presidente da CNBB rebate críticas ao documento

MÁRIO SIMAS FILHO
Enviado especial a Itaiçi

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, discorda das críticas feitas à nova encíclica papal. Segundo ele, a "Veritatis Splendor" está longe de representar mais uma ofensiva do Vaticano sobre a Teologia da Libertação.

Desde quinta-feira, d. Luciano participa da 2ª Assembléia dos Organismos dos Povos de Deus —encontro que reúne 250 leigos e religiosos de todo o país, em Itaiçi, interior de São Paulo. O presidente da CNBB concedeu entrevista à Folha na última sexta-feira, na qual criticou a forma como o Congresso vem conduzindo a revisão constitucional.

★
Folha - Como a Igreja no Brasil recebe a nova encíclica?

D. Luciano Mendes de Almeida - A encíclica é extremamente positiva. Ela ratifica o anseio que a sociedade brasileira demonstra por valores éticos. O papa apresenta Cristo como exemplo de vida moral que deve ser seguida. A encíclica tem aplicação direta na medida em que rejeita o relativismo ético. Isso é, busca a possibilidade de uma ética universal. A grande novidade da encíclica é a reapresentação da liberdade cristã.

Folha - O conceito de liberdade cristã não é novo. O sr. mesmo fala em reafirmação.

D. Luciano - A questão é que hoje vivemos um momento peculiar que consiste na negação por parte de alguns moralistas do fundamento da vida moral, caindo numa afirmação de uma liberdade sem medida. A encíclica responde a isso. Ela coloca a verdade de Cristo e sua vida como limite para a liberdade.

Folha - Essa reação otimista não tem sido mostrada por diversos setores da Igreja. Leigos e religiosos analisam a nova encíclica como autoridade, retrógrada. Como o sr. avalia essas críticas?

D. Luciano - O papa trabalhou pessoalmente na elaboração dessa encíclica desde 1987. Trata-se de um texto para leitura e reflexão. Não pode ser lido de maneira rápida ou parcialmente, sob pena de chegarmos a conclusões equivocadas. As críticas, prematuras, dizem que o docu-

mento mostra uma posição de Igreja vigilante e limitadora da liberdade. Nesse caso se responde: vigilância sim. Não no sentido de diminuir a liberdade mas de expressar a grandeza dessa liberdade.

Folha - Há trechos da encíclica que afirmam que o papa não pode ser contestado. Não se trata de limitar a liberdade de crítica. Não é um recado aos "progressistas"?

D. Luciano - Concordo que a leitura de pontos isolados da encíclica dá essa impressão. Contudo, não é essa a mensagem do documento. O papa afirma que a vida de Cristo é exemplo inquestionável —e a encíclica é dirigida aos bispos. Cabe aos bispos fazer a leitura do documento e depois transmitir seu conteúdo à comunidade. Trata-se, como já disse de uma leitura complicada, que requer muita reflexão. Não estamos acostumados a encíclicas assim. Também não podemos perder de vista que a encíclica não vale só para o Brasil.

A vigilância da Igreja deve ser para não diminuir a liberdade

Folha - A encíclica não vai alterar a posição da Igreja no Brasil e na América Latina? Não há o risco de ela provocar um novo calar de vozes como ocorreu com Leonardo Boff?

D. Luciano - De maneira alguma. Pelo contrário, a encíclica reforça a luta pela vida em sua plenitude, com dignidade. O documento fortalece a luta pela libertação, o que implica moradia e emprego. O papa não está puxando orelhas, mas abrindo caminho. Ou seja, a encíclica não questiona posturas, mas fundamenta essas posturas em valores éticos.

Folha - O texto tem clara posição contra o aborto e o controle de natalidade, temas polemizados nos bastidores deste encontro em Itaiçi. Isso não é um sinal de que o documento do papa contraria a vontade das bases da Igreja no Brasil?

D. Luciano - Não é o papa quem condena o aborto. Isso é condenado por todas as consciências que conheçam o valor da

vida.

Folha - As pessoas argumentam que com o estágio de miséria a que chegou o país, muitas mulheres estão morrendo em mesas clandestinas de aborto. Como a Igreja vai se posicionar diante dessa questão, admitida inclusive por religiosos?

D. Luciano - O movimento feminista tem avançado muito nessa questão. Há uma preocupação altamente positiva com a saúde, com a vida da mulher. Isso é elogiável. Quem se preocupa com a saúde se preocupa com a vida. Mas da mesma forma como se defende a vida da mãe é preciso defender a vida do nascituro, que é um ser indefeso. Precisamos lutar para superar o estado de miséria do país, mas enquanto isso não for resolvido não vamos fazer a apologia do aborto.

Folha - E a questão do homossexualismo, que também é condenada na encíclica?

D. Luciano - O documento não fala em homossexualismo, mas coloca os princípios da vida moral. Sob esse prisma podemos examinar o homossexualismo. Precisamos ver porque e como isso acontece. Precisamos ter compreensão com essas pessoas, mas temos que ser claros na indicação disso é uma desordem na vida moral.

Folha - Como a Igreja avalia a revisão constitucional?

D. Luciano - O Congresso está sendo precário. Em maio, a CNBB soltou um documento onde revela três preocupações básicas. A primeira afirma a necessidade de reformular a Constituição. A segundo adverte para a necessidade de que a escolha dos temas a serem alterados seja feita com a aprovação de maioria absoluta do Congresso e não da metade mais um. E, finalmente, a terceira preocupação da Igreja é a de que a revisão seja feita de forma a assegurar plena participação popular nos debates. Isso não está sendo feito. Uma revisão feita às pressas impede que a sociedade se organize e participe.

Folha - A Igreja teme a revisão constitucional?

D. Luciano - Sim. Temos receio de que conquistas sociais sejam perdidas para os grupos que mobilizam o poder econômico. Esses grupos são fortes e o Congresso não está imune a ele. Prova disso é a recente venda de siglas partidárias.

F&SP 10/10/93

Para d. Luciano, a nova

Monat: Oktober '93

Datum	Vormitt./E	Nachm./E	Abend/E	Frzausgl./E	Urlaub/T	Krank/T
1.	X	X				
2.						
3.						
4.	X	X				
5.					X	
6.						
7.						
8.						
9.						
10.			X			
11.	X	X				
12.						
13.	X	X				
14.	X	X	X			
15.	X	X				
16.						
17.						
18.						
19.						
20.		X	X			
21.				X X		
22.						
23.	[X]	[X]	X SMS			
24.	[X]	[X]	X WE			
25.	X	X				
26.	X			X		
27.	X	X				
28.	X	X				
29.	X	X				
30.						
31.						
Summe:	(1)			(2)	(3)	(4)

Soll/T: ArbeitsT - (Url./T+Krank./T) = 20 Tage
 Ist/T: (Summe (1) - Summe (2)) : 2 = 10 Tage
 Diff.: T

Frzausgl./T/Vortrag: — Tage
 Frzausgl./T/Übertr.: 2 Tage

BRASILIEN

Die Förderung moralischer Werte

Erklärung der 31. Vollversammlung der CNBB

Die Brasilianische Bischofskonferenz (CNBB) kam vom 28. April bis 7. Mai 1993 in Itaici zu ihrer 31. Vollversammlung zusammen. Mehr als 280 Bischöfe nahmen daran teil. Sie verabschiedeten mehrere Erklärungen und Botschaften. Nachfolgend der Text der Erklärung über die Förderung moralischer Werte und der Botschaft an die Menschen im Nordosten Brasiliens.

Wir alle spüren, daß sich in den vergangenen Jahren die gesellschaftlichen Handlungsweisen stark verändert haben. Man hat eine Art zu denken, zu handeln und zu leben, die außerhalb dessen liegt, was noch vor kurzem geschätzt und akzeptiert wurde. Man spricht von einer moralischen Krise. Schlimmer noch: Es handelt sich um eine Krise der moralischen Wertordnung, d.h. man nimmt diese neue Situation als etwas »Natürliches« hin, so als ob es keine Norm gäbe, die für das menschliche Handeln des einzelnen wie der Öffentlichkeit maßgebend ist. Es fehlt an der Akzeptanz einer notwendigen moralischen Wertordnung, die jene Werte umfaßt, die fähig sind, die persönliche und soziale Verwirklichung der menschlichen Natur zu garantieren, die seiner Würde und dem Sinn seines Lebens entspricht.

Diese Krise ist allgemein; sie existiert nicht nur in Brasilien, sondern ist ein charakteristisches Merkmal des modernen Lebens. Sie hat die Familie, die Mode, die Schule, den Handel, ganz besonders aber die sozialen Kommunikationsmittel und die Politik erfaßt. Es vergeht kein Tag, an dem nicht von öffentlichen Betrügereien, von Korruption, von Machtmißbrauch, von Ausbeutung, von Ausschweifungen, von Gewalttaten, von Unterdrückung derer berichtet wird, die Hilfe und Gerechtigkeit nötig hätten.

Es ist notwendig geworden, daß wir alle darum kämpfen, daß diese erniedrigende Situation überwunden wird, daß die Korruption ausgerottet wird und daß stattdessen

eine tiefgreifende Reform der Institutionen durchgeführt wird. So etwas ist möglich. Es gibt in vielen Bereichen Anzeichen dafür, daß man schon auf der Suche nach neuen moralischen Wegen unterwegs ist.

Als Hirten möchten wir von neuem feststellen, daß wir ohne eine aufrichtige Rückkehr zu den moralischen Leitlinien des Evangeliums nicht der Sauerteig in einer neuen Gesellschaft sein werden. Wir haben uns vorgenommen, den Christen unserer Herde sowie allen Menschen, die im Evangelium eine Botschaft des Lebens und der Hoffnung sehen, aber auch denjenigen, die ihr Vertrauen auf die katholische Kirche als Förderin der moralische Werte setzen, einige Überlegungen vorzulegen. Zusammen mit dieser Stellungnahme übergeben wir der Öffentlichkeit des Landes ein anderes, größeres und systematischeres Dokument: »Moral für Personen und für die Gesellschaft«. Mit diesem Dokument wenden wir uns besonders an die Aufmerksamkeit der führenden Leute unserer Gesellschaft im Erziehungswesen, in der Politik, in der Wirtschaft und in den Kommunikationsmitteln.

Wir möchten damit der dynamischen Demokratie unseres Landes einen Dienst erweisen, wo einige wenige Reiche immer reicher werden auf Kosten vieler Armer, die immer ärmer werden.

»Die Existenz von Millionen verarmter Menschen ist eine fundamentale Verneinung der demokratischen Ordnung. Diese Situation, in der die Armen leben, ist ein Kenn-

zeichen für das Maß an Güte, Gerechtigkeit und moralischer Gesinnung sowie für die Effektivität der Demokratie. Die Armen sind die Richter des demokratischen Lebens eines Landes«¹.

I. Krise und Wiederentdeckung der Moral

In dieser Krisensituation können wir Anzeichen für eine Wiederentdeckung der Moral erkennen.

In der heutigen Gesellschaft folgen Wirtschaft, Politik, Wissenschaft und Technik ihrer jeweils eigenen Logik, ohne Bezug auf Religion oder Moral. So wird auf das Wohl des einzelnen keine Rücksicht genommen, und es entsteht eine Situation, die sehr stark auf die Sorge um das Gemeinwohl konzentriert ist. Die einzelnen fühlen sich alleingelassen und dazu gebracht, daß jeder für sich kämpfen muß.

Im Gegensatz dazu zeigt sich der Widerstand von Personen, Gruppen, Gemeinschaften und von sozialen Bewegungen, die versuchen, die moralischen Forderungen in den verschiedenen Bereichen der menschlichen Tätigkeit am Leben zu erhalten.

In diesem Zusammenhang stimuliert und fördert die moderne Gesellschaft den Individualismus, der die Wünsche und Entscheidungen des einzelnen begünstigt, indem er ausschließlich die eigenen Interessen berücksichtigt. Man sagt oft: »Entscheide dich selbst! Es stimmt zwar, daß jeder Mensch aufgefordert ist, persönliche Entscheidungen zu treffen. Aber es ist falsch zu meinen, daß jeder einzelne sich nach eigener »Lust und Laune« entscheiden dürfte.

Bei der Entscheidung muß man die Stimme des Gewissens beachten, die uns sagt: »Tu das Gute und meide das Böse!« Jeder Mensch hat die Pflicht, sein Gewissen zu bilden, indem er versucht, sich Wahrheit zu verschaffen und zu erkennen, was zum Guten beiträgt.

Der verschärfte Individualismus unserer Tage führt viele Menschen dazu, nach dem Motto zu leben: »Jeder für sich! ...« Damit höhlt man den Sinn für Brüderlichkeit von innen her aus. Man wiederholt sozusagen die Frage des Kain: »Bin ich denn der Hüter meines Bruders?« (Gen 4,9).

Voll Freude stellen wir fest, daß im – Ge-

gensatz zur Tyrannei des Individualismus sich heute viele konkrete Anzeichen für ein aufrichtiges Suchen nach Solidarität insbesondere in verschiedenen Gruppen, Bewegungen und Organisationen erkennen lassen, die sich für den Schutz und die Förderung des Lebens einsetzen.

In Brasilien hatte das Kolonial- und Sklavensystem die Ungleichheit der Menschen festgeschrieben und die Arroganz des Stärkeren gefestigt. Man sagte oft: »Wer kann der kann!« Wer die wirtschaftliche oder politische Macht besitzt, der findet es für richtig, das zu tun, was er für gut hält; die Privilegien zu genießen, wie es ihm beliebt; Gewalt anzuwenden und seinen Reichtum zu verschwenden. All das steht in direktem Gegensatz zu dem fundamentalen Prinzip der Gerechtigkeit und weckt das Verlangen nach Macht.

Dem Recht des Stärkeren steht das Bewußtsein der menschlichen Würde und die Verteidigung der Rechte der Schwächeren gegenüber.

Es gibt viele Initiativen zur Verteidigung der Rechte, zum Kampf für die Rechte der Bürger, und trotz eines gewissen Nachlassens des Kampfes, das man im heutigen Brasilien feststellen kann, gibt es immer wieder Initiativen, um die Kleinen zusammenzuschließen, um die Achtung des Gesetzes und die Mitarbeit am Gemeinwohl und seine Weiterentwicklung zu fördern, um den Aufbau eines Rechtsstaates und die Stärkung der Demokratie anzustreben.

Das gesellschaftliche Zusammenleben verschlechtert sich nicht nur durch die Anwendung von Gewalt, sondern heutzutage besonders durch die Korruption. Sie hat tiefe Wurzeln getrieben, und wir tun uns schwer, sie mit diesen Wurzeln in unserem Land auszurotten. Man hat das schöne Wort des hl. Franz von Assisi verfälscht: »Wer gibt, der empfängt«. Zu oft gehen wir, die wir die ersten Verteidiger und Förderer des Gemeinwohls sein müßten, dazu über, unsere eigenen Interessen mit heimlichen Abmachungen zu verteidigen. Man schiebt sich gegenseitig unrechtmäßige Vorteile zu, man verschwendet öffentliche Gelder, um private Interessen zu fördern; man besteht auf bestimmten persönlichen Einflüßbereichen, auf gewissen Privilegien, auf hohen Löhnen, die im Gegensatz zum Elend der Bevölkerung stehen. Die Tatenlosigkeit und das langsame Wirken der Justiz tragen

dazu bei, daß die Korruption zum Schaden des Gemeinwohls blüht.

Wir wissen, daß der Kampf gegen die Korruption einen langen Weg vor sich hat, der durchlaufen werden muß. Aber es scheint uns schon verheißungsvoll zu sein, daß die Politiker in Frage gestellt werden, die ihre Interessen über die Wünsche ihrer Wähler stellen, deren Handeln wenig durchsichtig ist, die sich der Korruption oder des Machtmißbrauches schuldig gemacht haben. Die Initiativen gegen die Korruption sind Zeichen der Hoffnung auf eine tiefe Erneuerung der Politik und der Gesellschaft.

Vielversprechend ist auch das Engagement der Politiker, die sich ehrlich, großherzig und unter Opfern für das Gemeinwohl einsetzen, denen es an der Unterstützung und Dankbarkeit seitens der Bevölkerung nicht fehlen sollte.

Die Ungleichheit führt einerseits zu Situationen der Ungerechtigkeit und der Armut; andererseits bringt sie die Bevölkerung dazu, eine »Art listiger Geschicklichkeit«, eine Schlaueit, Nachlässigkeit und das Warten auf einen glücklichen Zufall zu praktizieren. Sie weckt die Lust auf Glücksspiele, auf Lotterien und darauf, von Seiten der Reichen und Mächtigen Vergünstigungen zu erhoffen. Viele Menschen halten den Grundsatz »Rette sich wer kann!« für richtig und gehen dazu über, jedes Mittel für erlaubt zu halten, das zum Überleben hilft. Das Fehlen der Hoffnung auf einen würdigen und gesicherten Lebensunterhalt durch ehrliche Arbeit führt dazu, daß man Zuflucht zu unehrlichem Handeln nimmt.

Die Frage nach der rechten Moral, die sich aus dem Gegensatz zwischen der Fülle an wirtschaftlichen und technischen Schätzen und dem Hunger und Elend ergibt, die das menschliche Leben zerstören, wird zu einem Drama.

Die moralische Entrüstung über das Drama der Hungersnot ruft als Ausnahmelösung die »Aktion der Bürgerschaft gegen das Elend und für das Leben«² hervor.

Mit Genugtuung stellen wir fest, daß heute in vielen Kreisen die Diskussion über Moral und Wirtschaft verstärkt stattfindet. An diesen Diskussionen hat die katholische Kirche aktiv teilgenommen, nicht nur mit Hilfe der Verlautbarungen des Papstes und der Bischöfe, sondern auch dadurch, daß sie

viele Laien angeregt hat zu versuchen, die Soziallehre der Kirche in die Praxis umzusetzen.

Wenn wir einerseits eine moralische Krise und eine Krise der Moral feststellen, so bestätigen wir andererseits die Wiedergeburt der Moral durch soziale Bewegungen für einen neuen Lebensstil, der vom Gefühl der Freiheit und der Solidarität geprägt ist sowie von einer Öffnung hin zur Erfahrung des Heiligen im menschlichen Leben.

Als Hirten bekräftigen wir: »Christus ist der Maßstab unseres moralischen Verhaltens« und der volle Sinngehalt unseres Lebens³. Die Verkündung und Gründung des Reiches Gottes durch Jesus ist eine prophetische Ankündigung von Glück für alle, die seine Frohbotschaft annehmen. Diese wird zu einer sittlichen Forderung gemäß der »Moral der Seligpreisungen«, die das Gesetz in den Geboten der Liebe zu Gott und zum Nächsten zusammenfaßt, einer ungeschuldeten, allgemeinen Liebe, die zu Verzeihung und Versöhnung fähig ist.

Wir verkünden Christus, den Auferstandenen, der das Prinzip jeder Evangelisierung, die Wurzel und Grundlage der moralischen Werte ist, die in das Herz und in die Strukturen der Gesellschaft eindringen müssen.

Die Kirche fühlt sich verantwortlich, nicht nur die Botschaft des Evangeliums zu verkünden, sondern auch die moralischen Prinzipien und Normen anzugeben sowohl für den einzelnen als auch für die gesellschaftliche Ordnung, soweit die Kirche sie für das Heil als notwendig erachtet und als eng mit den grundlegenden Menschenrechten verknüpft⁴.

II. Auf der Suche nach Antworten

Nur eine Moral, die in bezug auf die moralischen Forderungen des Evangeliums ganz auf den Menschen hin ausgerichtet ist, bringt uns dazu, die Schritte zu unternehmen, die für die Erneuerung des einzelnen und der Gesellschaft notwendig sind. Grundlegend ist dabei, daß der Abstand zwischen der öffentlichen und der privaten Moral überwunden wird, d.h. zwischen der Verantwortung für das Gemeinwohl und der Selbstverwirklichung des einzelnen. Es gibt keine zwei Wege, keine zwei Arten von Moral, sondern nur ein einziges Projekt der Erneuerung des einzelnen und der Gesellschaft.

¹ Ethische Erfordernisse der demokratischen Ordnung. Erklärung der Bischofskonferenz, April 1989, Nr. 72.

² Ação da Cidadania Contra a Miséria em favor da Vida.

³ Dokument von Santo Domingo, Nr. 231.

⁴ Vgl. Katechismus der katholischen Kirche, Nr. 2032.

1. Die öffentliche Moral

Ein gemeinsames Projekt zur Schaffung einer Gesellschaft, die von der Moral geprägt ist, bedarf einer moralischen Zielsetzung, die von den Prinzipien der Solidarität und der Mitarbeit der Beteiligten beleuchtet wird.

1.1 Moral in der Politik

Das politische Leben muß seine Würde beim Aufbau einer menschlichen Stadt wiederfinden, in der alle Menschen die Möglichkeit haben, sich persönlich zu verwirklichen und eine solidarische Gemeinschaft zu finden. Der Geist der Gemeinschaft muß wieder von der Öffentlichkeit Besitz ergreifen, indem man entsprechende Strukturen und Institutionen schafft, was dann die Politik zu entsprechenden Konsequenzen veranlaßt. Ein erster Schritt drängt sich auf: Eine korrekte Beziehung zwischen dem, was öffentlich, und dem, was privat ist.

Die Wiedergesundung der Politik muß jedoch zunächst die moralische Befähigung der Politiker in Angriff nehmen, damit sie als echte »Diener des Staates« und nicht als »Verwalter der Macht« handeln, die im Netz persönlicher Interessen verstrickt sind. Das verlangt den Abbruch aller Bindungen zwischen Politik und Privatinteressen.

Wenn die öffentlichen Dienste moralisch einwandfrei sein sollen, dann müssen sie für alle zugänglich und effektiv sein; sie müssen von Menschlichkeit und sozialem Mitgefühl geprägt sein. Schmarotzertum, verwerfliches Schielen auf die Nutznießer, ärgerliche Saumseligkeit, mangelnde Bereitschaft, Verantwortung zu übernehmen, Vernachlässigung der Kranken, ... machen eine Umerziehung in Richtung auf »ein Gefühl des Dienens« gegenüber unserer Bevölkerung nötig, die dessen so sehr bedarf.

Das Dokument von Santo Domingo gibt eine düstere Beschreibung der Realität in ganz Lateinamerika: »Die Korruption ist allgegenwärtig geworden. Die öffentlichen Mittel werden in der Wirtschaft schlecht eingesetzt; Demagogie, Populismus und die »Lügenpolitik« in bezug auf Wahlversprechen nehmen zu; die Rechtsprechung verkommt zum Betrug; die Straffreiheit dehnt sich immer weiter aus, und die Gemeinschaft fühlt sich macht- und schutzlos gegenüber dem Verbrechen«⁵.

⁵ Santo Domingo, Nr. 233.

⁶ Ebenda Nr. 296.

⁷ Ebenda Nr. 201.

⁸ Centesimus Annus, Nr. 40.

1.2 Moral in der Wirtschaft

Die erste Herausforderung, die für die Armen einen Hoffnungsschimmer verheißt, der in dem Dokument von Santo Domingo erwähnt wird, ist »die Schaffung einer sozialen und politischen Wirtschaftsordnung«⁶. Die grundlegende moralische Forderung lautet, daß diese Ordnung auf der Basis einer »solidarischen Wirtschaft« gerichtet wird, die der Wirklichkeit entspricht und effektiv ist«⁷.

Die Leitlinien der kirchlichen Pastoralarbeit in Brasilien (1991-1994) bekräftigen, daß das neoliberale Wirtschaftsmodell in unserem Vaterland von der Trennung zwischen Wirtschaft und Moral geprägt ist. Der Individualismus und die Klassenordnung – sowohl innerhalb der Unternehmen als auch in den Gewerkschaften – herrscht vor, ohne daß man Rücksicht auf das Gemeinwohl der Gesellschaft nimmt.

Der technologische Modernisierungszug setzt die Wissenschaft als den entscheidenden Faktor für die Schaffung von Reichtum ein und verringert dadurch die Bedeutung der Arbeit und läuft zugleich Gefahr, die menschliche Person zu einer Ware zu reduzieren. Der Markt entwickelt sich zum Mittelpunkt aller Dinge. Die Enzyklika »Centesimus Annus« sagt uns, daß »die Aufgabe des Staates ist, für den Schutz und die Sicherheit gewisser kollektiver Güter zu sorgen, z. B. für das natürliche Umfeld ebenso wie für das menschliche Umfeld, deren Erhaltung nicht durch die einfachen Regeln des Marktes sichergestellt werden können«⁸. Neben dem Staat haben auch die Unternehmen eine soziale Rolle zu spielen.

1.3 Moral in den Kommunikationsmitteln

Die Gesellschaft hat ein Recht auf Information, die auf Wahrheit, Gerechtigkeit und Solidarität beruht.

Es ist Aufgabe der Gesellschaft, die Demokratisierung der Kommunikationsmittel und die Schulung für einen kritischen Sinn zu fördern. Die rechtverstandene Freiheit der Meinungsäußerung setzt ihre Unterordnung unter moralische Kriterien voraus.

Den Kommunikationsmitteln kommt eine grundlegende Rolle bei der Durchführung der Aufgabe zu, Information, Schulung und kulturelle Förderung in den Dienst am Gemeinwohl zu stellen. Um eine ungehinderte und wahrheitsgemäße Information zu bie-

ten, müssen die Kommunikationsmittel eine fast monopolartige Situation überwinden. Sie dürfen nicht fiktive Notwendigkeiten oder falsche Erwartungen erzeugen, die Ausbeutung von Gewalttaten und von Pornografie betreiben; noch weniger dürfen sie die Massen manipulieren, indem sie die Ereignisse aus parteiischer Sicht darstellen oder Institutionen oder Personen preisen oder schlecht machen.

2. Moral im Berufsleben

Die Ausübung eines Berufes in der Gesellschaft muß moralischen Normen entsprechen. Das Fehlen einer moralischen Schulung bei vielen Berufstätigen ist für die Irrwege in der eigenen Gesellschaft verantwortlich. Der Unterricht in Moral an den Universitäten und an den Ausbildungsstätten könnte unseren Berufstätigen helfen, dem Gemeinwohl zu dienen.

Die wissenschaftliche Forschung im Einklang mit den moralischen Forderungen erfüllt – besonders in einem Land wie dem unsrigen – nur dann ihren Auftrag, wenn sie die dringenden Bedürfnisse der Bevölkerung berücksichtigt.

3. Persönliche Moral

Man darf die Moral des öffentlichen Lebens und im Berufsleben nicht von der Moral des einzelnen und der Familie trennen.

3.1 Der Leib und die Sexualität

Die menschliche Person zeigt sich als ein sexuell geprägtes Wesen, als Träger einer Energie, die den Menschen dazu antreibt, den Kontakt mit anderen zu suchen, und die ein Treffen mit freien und selbstbewußten Menschen ermöglicht. Auf diese Weise wird die Reifung zur Persönlichkeit und die Integration mit anderen Personen auf gemeinsamer und sozialer Ebene zu einem bevorzugten Weg für die Beziehung des Menschen zu Gott.

Weil die Sexualität zum Grundbestand des menschlichen Lebens gehört, wird sie zu einem Instrument der Zerstörung der menschlichen Persönlichkeit, wenn man sie zu einem Werkzeug oder zu einem alles beherrschenden Faktor macht. Wenn die Lust auf die Geschlechtlichkeit beschränkt wird, dann kann sie ein Mechanismus sein, der die Personen voneinander trennt. Die Kampagnen für die Abtreibung und zur Geburtenkontrolle sind ein Beweis für die Ansicht, die in der Fruchtbarkeit der armen

Familien die Hauptursache für die gesellschaftlichen Probleme sieht.

Die Permissivität, die jedes beliebige Sexualverhalten als frei von moralischen Normen betrachtet, entwürdigt den Sex und mißbildet das Gewissen, vor allem von Jugendlichen, die noch nicht erwachsen sind.

Der Leib ist nicht nur ein Objekt der biologischen Natur. Im Leib und durch ihn verwirklichen wir uns in bezug auf unsere Persönlichkeit und auf die Gesellschaft. Man darf ihn nicht auf die private und egoistische Ansicht herabwürdigen: »Ich bin der Herr meines Leibes; ich mache damit, was mir gefällt.«

Die moralische und christliche Sicht der Sexualität gehört wesentlich zur Würde der menschlichen Person. Die Größe und der Adel des Sexuallebens bezeugen den Opfercharakter der Liebe. Deswegen ist alles, was den Sex und die eheliche Liebe geringschätzt, eine Verletzung der Würde des menschlichen Wesens. Wir müssen wieder dazu erzogen werden, die Übel der Permissivität, der Ausschweifung, der außerehelichen Sexpraktiken und anderer Irrwege des Verhaltens zu vermeiden. Eine gut durchgeführte Sexualerziehung, die sich nicht auf einige biologische Erklärungen beschränkt, sondern sich an den Zielen der menschlichen Sexualität orientiert, wird gewiß eine weitreichende pädagogische Wirkung haben. Man muß seine Hoffnung auf die wertvolle Zusammenarbeit der Familie, der Schule, der Kommunikationsmittel und der Kirche setzen, damit die menschliche Person es versteht, die Sexualität als ein Geschenk Gottes zu schätzen.

3.2 Die Förderung des Lebens und der Familie

Die moralische Krise zeigt sich auch in der Zunahme von Gewalt in der Gesellschaft, in den Anschlägen auf das menschliche Leben und auf seine Würde, in dem gegenwärtigen Zerschlagen der Familie. Das menschliche Leben, ein Geschenk Gottes, ist heilig; es muß von seiner Empfängnis an geachtet und geschützt werden; niemand hat das Recht, es zu zerstören.

Wenn man die Todesstrafe anwendet, um gegen die Problematik der Gewalt in unserer Gesellschaft zu reagieren, dann bedeutet das, daß »man die eigene Gewalt als Verhaltensweise der Gesellschaft« übernimmt, ganz abgesehen davon daß es »eine Art des Verurteilens wäre, die im Ge-

gensatz zu den besten Prinzipien der Gerichtsordnung stehen würde«⁹.

Die Förderung des Lebens hat die Familie als ihren privilegierten Ort des Handelns. Sie muß »als Heiligtum des Lebens« und »als Urzelle der Gesellschaft« geachtet werden¹⁰.

Förderung der Familie, das heißt heute, die menschlichen Voraussetzungen der ehelichen Liebe, wie sie im Evangelium erwähnt werden, gegen die Tendenzen durchsetzen, die die Bande der Treue und Unauflöslichkeit lockern wollen, die durch Scheidung zerbrochen und durch das freie Zusammenleben verneint werden.

Ein weiteres Feld, das den Schutz des Lebens fordert, ist die Ökologie. Es ist zu einer dringenden Aufgabe geworden, den weiteren Fortschritt mit der Achtung der Umwelt zu verknüpfen. Das Dokument von Santo Domingo sagt dazu: »Die Entwicklungsprojekte müssen moralischen Kriterien unterzogen werden. Die ökologische Moral fordert die Übernahme des Grundsatzes, daß die Güter der Schöpfung für alle Menschen bestimmt sind, und daß die Förderung von Gerechtigkeit und Solidarität unverzichtbare Werte sind«¹¹.

Bei der Suche nach neuen Wegen für die Moral genügt es nicht, auf die Symptome

der Krise hinzuweisen und sie als die Ursachen der Krise darzustellen. Ebenso wenig genügt es, ihre schlimmen Folgen für die Gesellschaft und im Gewissen der Menschen zu bekämpfen. Es erweist sich notwendig, daß alle sich um die Bildung eines moralischen Gewissens bemühen. Die Kirche weiß, daß diese Aufgabe nicht nur ihr zufällt, sondern der ganzen Gesellschaft, von der sie ein Teil ist. Es wäre unmöglich, diese Aufgabe zu lösen, ohne einen umfassenden und vielfältigen Dialog zu führen. Vereinen wir uns daher mit den verschiedenen Sektionen oder gesellschaftlichen Klassen, mit der Regierung, mit dem Volk, mit den Unternehmen, mit den Gewerkschaften, mit den repräsentativen Institutionen der verschiedenen Volksgruppen, Kulturen und Religionen, um eine gerechte und solidarische Gesellschaft aufzubauen, deren Fundament die Förderung der moralischen Werte ist.

Wir bieten diese Überlegungen der Bevölkerung unseres Landes an und bitten den Schöpfer, daß er die guten Samenkörner zum Sprießen bringt, die er in das Herz und das Gewissen eines jeden Menschen gelegt hat.

Itaici, den 6.5.1993

Botschaft an die Menschen im Nordosten

Aus Itaici, São Paulo, möchten wir katholischen Bischöfe Brasiliens von unserer 31. Vollversammlung aus uns mit euch, unseren geliebten Brüdern und Schwestern im Nordosten, in Christus solidarisch erklären, mit euch, die ihr neben den Schwierigkeiten der zunehmenden Verarmung des Nordostens jetzt auch noch eine der schlimmsten Dürreperioden erleidet, durch die es vielen von euch an Brot und Wasser mangelt. Wir bedauern, daß das Notprogramm der Bundesregierung, das von der Gewerkschaft der Landarbeiter des Nordostens durchgesetzt wurde, nur für 90 Tage gilt und daß es nur einen Minimallohn zahlt, der nicht einmal der Hälfte der notleidenden Familien zugutekommt.

Unsere brüderliche Solidarität erstreckt sich auch auf diejenigen Bewohner des Nordostens, die von der Not gezwungen wurden, in anderen Regionen des Landes – vor allem im Süden Arbeit zu suchen

improvisierte Notpfälsterchen sind, wie man anlässlich der großen Dürreperioden gesehen hat. Wir sind überzeugt, daß die fundamentale Ursache der fortdauernden Mangelsituation des Nordostens in der wachsenden Konzentration an Landbesitz liegt. Dies hat zur Folge, daß der Reichtum und die Macht der Besitzer wächst. Daher fordern wir als unerläßlichen ersten Schritt die Durchführung der Agrarreform.

Eine umfassende und gerechte Agrarreform, die von einer entsprechenden Agrarpolitik gefolgt wird, löst gleichzeitig die Konzentration von Landbesitz, von Pachtgeldern und von Macht auf. Außerdem wird sie Tausende von Arbeitsplätzen schaffen, die Produktion von Lebensmitteln vergrößern, die Gewalt auf dem Land und die Landflucht verringern und dadurch das Ausdehnen unserer Städte mindern.

Wir anerkennen auch die Notwendigkeit,

auf Wasseranlagen zurückzugreifen, z. B. auf Dämme, Talsperren, Brunnen, Zisternen, die Schaffung ständig fließender Flüsse, unterirdischer Speicherung des Wassers der Regenzeit, Wiederaufforstung und Bewässerungsanlagen. Wir bitten, daß in bezug auf die Pläne einer eventuellen Umlenkung des Wassers der großen Ströme in den halbtrockenen Nordosten eine Studie durchgeführt und eine Entscheidung gefällt wird.

Habt Vertrauen! Bleibt einig und organisiert! Wie Jahwe einst das Schreien seines Volkes gehört hat und es eines Tages von der Knechtschaft Ägyptens befreit hat, so wird Gott, der den Kampf der Armen segnet, auch euch, Bewohner des Nordostens, von der Knechtschaft durch die Großgrundbesitzer, von den Dürrekatastrophen, von Hunger und Elend befreien.

□

Quelle:
Conjuntura Social e Documentação Eclesial, Brasília, Nr. 156, 13.5.1993. Übersetzung aus dem Portugiesischen: P. Willi Vollert P.A.

⁹ Für das Leben – gegen die Todesstrafe. Erklärung des Ständigen Rates der Bischofskonferenz, 27.6.1991.

¹⁰ Centesimus Annus, Nr. 39 und Familiaris Consortio, Nr. 42.

¹¹ Santo Domingo, Nr. 169.

BRASILILIEN

Leben für alle

Erklärung der 29. Vollversammlung der CNBB

Die Brasilianische Bischofskonferenz (CNBB) kam vom 10. bis 19. April 1991 in Itaiçá, São Paulo, zu ihrer 29. Vollversammlung zusammen. Etwa 300 Bischöfe, dazu Gäste und Beobachter aus mehreren Ländern nahmen daran teil. Die Oberhirten verabschiedeten mehrere Deklarationen. In der Erklärung »Leben für alle« beklagen sie die Welle der Abtreibungen, die Morde an Kindern und Jugendlichen; sie verurteilen die ungerechte Verteilung des Reichtums, die unzureichende Erziehung und die entwürdigenden Löhne in Brasilien. Die Erklärung zeigt, in welchem starkem Maße sich die Brasilianische Bischofskonferenz weiterhin der sozialen Gerechtigkeit verpflichtet weiß.

Als Jünger des Herrn Jesus und Bischöfe der katholischen Kirche haben wir uns während der großen Osterfeier zu unserer 29. Vollversammlung zusammengefunden. Wir halten es für unsere Aufgabe und Pflicht, Zeugnis zu geben vom Sieg des Lebens über den Tod. Wir glauben an den Gott, der der »Urheber des Lebens ist« (Apg 3, 15). Damit alle Leben haben, auf der Erde wie im Himmel (vgl. Joh 10, 10), begab sich der von einer Frau geborene Sohn Gottes auf den Weg durch unsere Geschichte und gab als Beweis seiner großen Liebe sein Leben für uns (vgl. Joh 15, 13).

Durch die Taufe mit ihm vereint und bestellt zu Hirten seines Volkes, sind wir dazu eingeladen, seine Auferstehung zu bezeugen und das Leben zu verkünden, zu schützen und zu fördern. Weil das Leben die größte Gabe der schöpferischen Liebe Gottes ist, muß es angenommen, verteidigt, wertgeschätzt und entwickelt werden. Wir müssen alles tun, damit das Leben jedes einzelnen Menschen sich entfalten und wachsen kann, bis es zu Reife und Fülle findet.

Als Forderung des Glaubens und Ausdruck unseres pastoralen Auftrags und in Gemeinschaft mit Papst Johannes Paul II., der inmitten einer Kultur des Todes das Leben fördert und verteidigt, denunzieren und verurteilen wir, in einer Situation sich verschärfender Gewalt, alle persönlichen wie kollektiven Verbrechen gegen das Leben. Ebenso verurteilen wir Vorschläge und Praktiken, welche die Grundwerte der menschlichen Würde und des Leben in Ge-

schwisterlichkeit und Gemeinschaft untergraben und in Abrede stellen.

Deshalb sind wir, wie wir uns in der jüngeren Vergangenheit Unterdrückung und Folter widersetzt haben, auch jetzt gegen Gesetzesvorlagen im Nationalkongreß, mit denen die Todesstrafe eingeführt werden soll. Wir halten es für List und Flucht, mit der Todesstrafe zu kommen, um damit schwierige Probleme der Gerechtigkeit und der moralischen Ordnung zu lösen. Die Gewalt sprießt und wächst doch im Laboratorium der Gesellschaft, und dort herrschen ungerechte Einkommensverteilung, Korruption, Drogenhandel, Unterlassung von Strafverfolgung und Marginalisierung, ganz zu schweigen von den schweren Mängeln auf dem Gebiet des Wohnungs-, Gesundheits- und Bildungswesens.

In diesem Zusammenhang klagen wir auch den Mord an Kindern, Jugendlichen und Erwachsenen an, die auf den Straßen wie in den Randzonen, Favelas und Vorstädten der großen städtischen Agglomerationen umgebracht werden¹. Wer zu solchen Kilertruppen gehört oder sie unterstützt und finanziert, steht in krassem Widerspruch zum Plan Gottes. Nicht minder scharf verurteilen wir Überfälle, Entführungen, Lynchjustiz und kaltblütigen Mord.

Radikal widersetzen wir uns im Namen des Gottes des Lebens dem Gesetzesvorschlag, mit dem die Abtreibung bei uns ermöglicht werden soll. Das erschreckende Ansteigen der verbrecherischen Abtreibungspraxis

¹ Siehe dazu WELTKIRCHE 1/91, S. 29f.

veranlaßt uns, uns umso entschiedener für das Leben einzusetzen. Wer sich auf den Weg des Todes einläßt, sagt Nein zu Gott selbst und bringt die Zukunft der Menschheit schwer in Gefahr.

Aus Solidarität mit dem Leid zahlloser Frauen, die Opfer von Gewalt oder sozialer Ungerechtigkeit geworden sind, können wir die Abtreibung als Lösung für ungewollte oder schwer belastende Schwangerschaften weder hinnehmen noch rechtfertigen.

Ein schweres Verbrechen ist außerdem die Verstümmelung der Quellen des Lebens bei Männern und Frauen. Vor allem verurteilen wir Massensterilisierungen, insbesondere wenn sie ohne Wissen und Zustimmung der betreffenden Personen erfolgen. Weiterhin klagen wir eine geburtenfeindliche Mentalität an, die zur unterschiedslosen Anwendung von empfängnisverhütenden, ja abtreibenden Mitteln führt.

Die Entwertung des Lebens und die Mißachtung der menschlichen Person zeigen sich überdies in dem Skandal, wie im Stich gelassene Kinder durch unsere Straßen streuen müssen und wie alte Menschen und Rentner gedemütigt und erniedrigt werden. Absurd sind nach wie vor die Zahlen der Arbeits- und Verkehrsunfälle, die Menschen verstümmeln und Leben dahinfliegen lassen.

Das Problem von Grund und Boden in Stadt und Land ist immer noch die größte Herausforderung für die Demokratie in unserem Staat. Konzentration und Kapitalisierung von Grund und Boden verletzen die Söhne und Töchter Gottes in ihren Rechten. Ohne eine gerechte Zweckbestimmung und Verteilung des Landes haben die indianischen Völker keine Zukunft, kommen die Schwarzen nicht aus Marginalisierung und Diskriminierung heraus, schwellen die Städte, was Ausmaß und Gewalt betrifft, weiter an, verletzt und zerstört der Hunger auch in Zukunft menschliches Leben und wird auf dem Lande nie der Friede einziehen.

Schließlich können wir nicht schweigen, wenn es um die Verschuldung und wirtschaftliche Verklavung geht, denen das Land während der letzten Jahrzehnte mit schweren Folgen für das Leben des Volkes ausgeliefert worden ist. Wir werden unsere Brüder im Bischofsamt in den Nationen der Ersten Welt über die entwürdigenden Verhältnisse unterrichten, in welche die transnationalisierte Wirtschaftsordnung das brasilianische Volk gestürzt hat. Umgekehrt hat die gegenwärtige Wirtschafts- und Finanzpolitik zu Rezession, Arbeitslosigkeit, Lohnkürzung und Verarmung der Mittelschicht

geführt und verschärft mithin gefährlich die soziale Lage.

Alle, die im Gesundheitswesen tätig sind und über von Gott gegebene Einsicht und Weisheit verfügen (vgl. Sir 38,2-6), ermahnen wir, im Einklang mit dem Eid, den sie einmal geleistet haben, unermüdlich das Leben zu fördern und zu schützen.

Ebenfalls machen wir die Fachleute und Unternehmen im Medienbereich nachdrücklich auf die verheerenden Folgen aufmerksam, die die systematische Darstellung eines Lebensmodells im Widerspruch zu den – von der Weisheit des Evangeliums her inspirierten – Grundwerten von Familie und gesellschaftlichem Zusammenleben hat.

Der brasilianischen Gesellschaft bieten wir unsere Mitarbeit an. Wir sind bereit, mitzumachen bei der Suche nach Verständigung wie auch bei der Formulierung von Kriterien für Ziel und Richtung einer Wirtschaft und einer gesellschaftlichen Organisationsform, die uns allen ein Leben in Gerechtigkeit, Geschwisterlichkeit und Solidarität möglich machen. Wir sind davon überzeugt, daß wir ohne Mitsprache und Teilhabe des Gemeinwesens und ohne Organisation des einfachen Volkes nie ein Land sein werden, in dem Frauen und Männer ihr Bürgerrecht voll realisieren können.

Alle, die in der Republik Macht innehaben und Verantwortung tragen, ermahnen wir, allen persönlichen und gruppenbezogenen Interessen das wirkliche Gemeinwohl vorzuziehen. Dazu gilt es, die Justiz zu erneuern und zu verbessern, Stellenklüngel und Korruption zu bekämpfen und dem ganzen Volk ein Leben in Würde und Frieden zu ermöglichen.

Dem armen und leidenden Volk, vor allem den an den Rand Gedrängten und Diskriminierten, sagen wir ein weiteres Mal, daß wir ihm und ihnen in engagierter Solidarität zur Seite stehen. Die Auferweckung Christi ist Zusage und Gewähr einer neuen Zeit der Gerechtigkeit und des Lebens. Als Zeichen der Hoffnung begrüßen und fördern wir alle Initiativen, die das Leben schützen und stärken.

Wir bitten Gott, bei dem ja »die Quelle des Lebens« (Ps 36,10) ist, Geist und Herz der Menschen zu bekehren, die ungerechten und unterdrückerischen Strukturen zu verändern und dadurch die Ströme des Todes einzuhalten. Wir bitten Gott, den Herrn der Geschichte, sein Volk zu besuchen und uns die Freude des neuen Lebens im auferstandenen Jesus zu erfahren zu geben.

□

Quelle:
Kopie des Originals.
Übersetzung aus dem
Portugiesischen:
Horst Goldstein.

D. Luciano diz que CNBB analisa polêmica sobre a Bíblia Pastoral

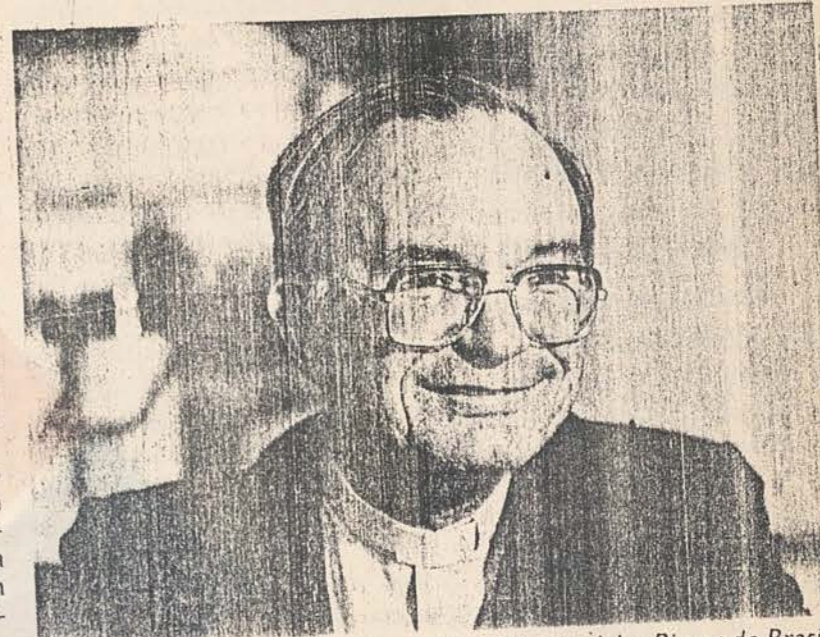
Da Reportagem Local

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, 60, disse ontem que a entidade "está analisando" a polêmica entre bispos e religiosos na imprensa sobre a Bíblia Edição Pastoral, lançada em abril pelas Edições Paulinas. A CNBB não é favorável a que os bispos discutam questões consideradas polêmicas na Igreja através da imprensa.

Mendes de Almeida é arcebispo de Mariana (MG). Ele falou à Folha por telefone, de Belo Horizonte (MG), onde se submete a sessões de fisioterapia, ainda em recuperação de acidente automobilístico sofrido em fevereiro.

A polêmica sobre a Bíblia Edição Pastoral foi motivada por duras críticas à sua tradução e interpretação feitas pelo bispo auxiliar de Recife (PE) d. João Evangelista Martins Terra, na semana passada. Ele afirmou que a tradução e os comentários da Bíblia Pastoral utilizam um vocabulário baseado na análise sociológica "de conotação preponderantemente marxista".

O bispo divulgou um documento de 24 páginas onde critica a tradução. Ele disse ter elaborado o documento a pedido da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé. Vários cardeais da congregação recomendaram a publicação, segundo Terra. O bispo é perito da Comissão Bíblica Romana (departamento da Congregação para a Doutrina da Fé) e



D. Luciano, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

membro da equipe teológica do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). A Bíblia Pastoral recebeu o imprimatur (autorização para imprimir) da CNBB, através do bispo d. Vital Wilderink, responsável pelo setor de catequese na entidade.

Mendes de Almeida informou que a CNBB dará "um parecer posterior" sobre o conteúdo da Bíblia Pastoral. O assunto será analisado pela Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB. A comissão deve concluir o trabalho dentro de um mês, afirmou. O presidente da CNBB voltou de Roma na última quarta-feira, onde participou da 8ª Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos. O Sínodo (encontro mundial de bispos realizado a cada três anos) foi

encerrado no final de semana.

Para Mendes de Almeida, um dos principais temas debatidos no Sínodo foi a "formação permanente" dos sacerdotes. "É preciso atenção especial e constante para a reanimação e renovação espiritual aos que já estão no ministério sacerdotal", afirmou. Segundo ele, o número de padres hoje diminuiu em vários países "mas aumenta em outros".

A proposta feita pelo bispo d. Valfredo Tepe, de Ilhéus (BA), de aproveitamento de sacerdotes casados em regiões onde faltam padres, "não foi adiante no Sínodo", conforme Mendes de Almeida. As comunidades católicas, segundo ele, "devem ajudar no esforço para o aumento das vocações". (Gilberto Nascimento)

Folha de São Paulo, 31/10/90

CNBB realiza 3ª Semana Social Brasileira

Religiosos convocam o povo brasileiro para lutar contra o neoliberalismo e cobrar as dívidas sociais

12 SETEMBRO 1998 Jornal Sem Terra

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) realizou de 4 a 8 de agosto, a 3ª Semana Social Brasileira, em Itaici (SP). Coordenada por pastorais, entidades ecumênicas, organismos e movimentos populares, a iniciativa é parte da programação da CNBB para viver o Jubileu dos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo.

No início do evento, a CNBB divulgou um estudo que aponta a Reforma Agrária, o desemprego e a concentração de renda como algumas das principais dívidas sociais impostas ao povo pelas elites. O relatório demorou um ano para ser elaborado e contou com a participação de 150 dioceses em todos os Estados, envolvendo cerca de 10 mil pessoas. Mostra 28 pontos de carência, descaso e ineficiência governamentais, sendo discutidas as causas dos problemas e possíveis soluções.

Segundo a CNBB, FHC não vê a Reforma Agrária como prioridade e as medidas para combate ao desemprego tomadas pelo governo não são suficientes. O sucateamento do sistema público de saúde, incapaz de atender as 120 milhões de pessoas que dele dependem, além da crise da educação, com índices alarmantes, são alguns dos outros problemas apontados.

Para os participantes da 3ª Semana Social Brasileira, é hora de cobrar a responsabilidade do governo. De acordo com dom Demétrio Valentini, bispo responsável pela Pastoral Social da CNBB, o povo está se organizando nas bases para cobrar o resgate das dívidas sociais.

A 3ª Semana Social defendeu, também, o apoio aos países muito pobres visando articular o perdão total e imediato de suas dívidas externas. Os líderes cristãos discutiram o impacto do crescimento das dívidas externa e interna brasileiras e a criação de uma nova relação de todos os países com o capital.

Veja os principais pontos da Carta ao Povo Brasileiro, resultado das discussões na 3ª Semana Social Brasileira.

QUAIS SÃO AS DÍVIDAS SOCIAIS?

São as dívidas que as elites dominantes impuseram ao nosso povo, em

500 anos de exploração. Dívidas que se materializam no desemprego, nos salários indignos, nos sem terra, no abandono dos pequenos agricultores e dos pescadores artesanais, na escravidão que persiste, na fome torturante, no extermínio dos povos indígenas e de outros grupos sociais.

Os credores das dívidas sociais são a maioria do povo brasileiro. Não precisamos, aqui, indicar quantos são os sem-terra, os sem-teto, os desempregados, os sem-cidadania... A existência de uma única criança abandonada já nos causa indignação e nos faz lutar contra o projeto político excludente que domina a sociedade brasileira, campeã mundial de desigualdades sociais.

RAÍZES E RESGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS

O modelo neoliberal, implementado no Brasil principalmente a partir de 1990, reforça a desigualdade estrutural existente na sociedade brasileira. Vivemos sob o domínio das chamadas leis do mercado, do individualismo, da competitividade, do consumismo. A idolatria do mercado sufoca os valores da igualdade, da solidariedade, da soberania nacional, de uma democracia participativa.

O grande capital exige subordinação de nossa sociedade, impondo privatização de estatais, abertura comercial sem salvaguardas nem contrapartidas, desmantelamento dos serviços públicos.

Agravam-se o desemprego, a violência, a crise de valores. Mas, as soluções estão à vista e à mão. Nossas mazelas não se devem à falta de recursos: suas causas são políticas e estruturais.

É necessário construir um novo projeto de sociedade, orientado por valores e por estratégias capazes de promover a distribuição da riqueza, da renda, da terra, do poder e do saber, criando oportunidades para que todos os brasileiros possam viver com justiça, dignidade e alegria.

Esta nova sociedade já vem sendo construída, pelos movimentos populares, pela sociedade civil, na luta contra o projeto dominante.



ATO DE ENCERRAMENTO DA 3ª SEMANA SOCIAL NA PRAÇA DA SÉ EM SÃO PAULO

NOSSOS COMPROMISSOS

Convidamos todo o povo brasileiro a assumir conosco os seguintes compromissos:

1 Com a vida: denunciaremos o neoliberalismo e tudo que atenta contra a dignidade da vida, em todas as suas dimensões;

2 Com a verdade: lutaremos pela democratização da informação, incentivando as rádios e TVs comunitárias, desmascarando a manipulação e a desinformação promovidas pelos monopólios de comunicação;

3 Com a organização e a mobilização do povo: lutaremos pelos direitos dos povos indígenas e dos remanescentes de Quilombos, por Reforma Agrária, moradia digna, emprego, saúde, educação, justiça, pela plena realização dos direitos humanos. Combateremos todo e qualquer tipo de discriminação e intolerância. Assumimos o Grito dos Excluídos, o Tribunal da Dívida Externa e a Campanha Brasil 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular;

4 Com a verdadeira democracia: queremos que o Estado seja um instrumento da sociedade para a sociedade. Lutaremos por uma política que garanta o exercício pleno da cidadania, contra as distorções na representação proporcional e contra a corrupção eleitoral promovida pelo poder econômico;

5 Com um novo projeto de

sociedade: trabalharemos pela instauração de uma nova ordem econômica, política, social e cultural, que rompa com a dependência frente ao capital externo, que afirme a soberania nacional, que garanta uma vida digna e com segurança para nosso povo e o futuro de nossa juventude. Que sejam definidos limites orçamentários para os gastos com o pagamento das dívidas externa e interna, compatíveis com o resgate das dívidas sociais e ecológicas;

6 Com a educação: lutaremos por um sistema educacional público, que garanta a todos os brasileiros uma educação de qualidade, fundamentada nos valores da justiça e da solidariedade. Apoiaremos as iniciativas de educação popular no campo e na cidade;

7 Com o direito ao trabalho: lutaremos por empregos estáveis e por salários dignos. Estimularemos iniciativas que gerem trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias;

8 Com a Campanha Internacional Jubileu 2000: assumiremos esta Campanha, que pede o cancelamento da injusta dívida externa. No Brasil, exigiremos uma auditoria da dívida externa, possibilitando identificar a dívida ilegítima e injusta que deve ser cancelada;

9 Com o estabelecimento de uma nova ordem internacional: lutaremos para que a globalização financeira e excludente seja substituída por uma globalização solidária e ecológica.

CNBB nega ter rompido com MST

Júlio Bernardes - 22.fev.2001/Folha Imagem

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), dom Jayme Chemello, disse ontem que a Igreja Católica aceita a invasão de terra desde que ela seja uma estratégia adotada eventualmente. Afirmou também que a CNBB não rompeu com o MST, como foi veiculado na semana passada.

“Que uma ou outra vez o movimento dos sem-terra mostre ao governo que há propriedades não produtivas e de repente invada para criar uma busca dessas terras não é tão grave, porque terra improdutiva não devia ter também”, declarou d. Jayme, em entrevista à rádio Guaíba, de Porto Alegre.

Ele comparou a ação dos sem-terra à de um faminto que se apropria de algo para comer. “É como a pessoa que está com fome e ninguém dá nada para ela. De repente ela entra em uma propriedade e rouba uns cachos de uva. A igreja nunca viu isso como um mal”, afirmou.

O presidente da CNBB condenou, porém, a invasão como um instrumento sistemático de pressão contra o governo. “Não aceitamos, achamos que é errado”, disse. “Vamos supor que o povo, para comer, comece a invadir sistematicamente todos os lugares de venda de comida. Vai acontecer o caos no país, um caos antidemocrático, perigosíssimo.”

Ele reiterou que a igreja não apóia radicalismo na reforma agrária e “até faz essa crítica aos sem-terra” quando julga que o movimento comete excessos.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, de acordo com d. Jayme, acredita que “muita coisa que os



O presidente da CNBB, d. Jayme Chemello, que negou rompimento da Igreja Católica com o MST

sem-terra dizem é verdadeira”, como a afirmação de que querem terra para plantar.

D. Jayme afirmou ter sido distorcida sua declaração, na semana passada, segundo a qual a CNBB teria rompido com o MST.

“Essa notícia não foi fiel ao que eu disse. Na verdade, não nos afastamos. O que ocorreu foi que ambas as partes (governo e MST) não conseguiam sentar à mesa de

diálogo. Então, pediram a ajuda das CNBB para sentar juntos e conversar. Queríamos apenas aproximar o diálogo. E, quando nós fizemos isso, havíamos achado que havíamos concluído nossa tarefa. Chegou um ponto em que achamos que não nos competia mais continuar”, disse.

O religioso afirmou também que o papa João Paulo 2º “defende a reforma agrária” na qual a

distribuição de terra seja acompanhada de uma política de produção e de iniciativas que melhorem a infra-estrutura dos assentados.

“Queremos um esquema razoável que deixe o pessoal no interior, porque na cidade não há trabalho. As cidades estão inchadas, desorganizadas, cada dia mais. Basta ver São Paulo, que é um caos permanente, e o Rio de Janeiro também”, afirmou.

Acordo no RS dá R\$ 62,5 mi a assentamentos

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

A destinação de R\$ 62,5 milhões para novos assentamentos no Rio Grande do Sul foi garantida ontem com a assinatura de um aditivo a um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o governo do Estado.

Como consequência, as cerca de 700 famílias que haviam invadido a fazenda Santa Bárbara, na semana passada, saíram pacificamente da área, na região metropolitana. O documento foi assinado pelo ministro Raul Jungmann e pelo governador Olívio Dutra (PT).

O governo federal destinará R\$

40 milhões, por meio de Títulos da Dívida Agrária, para comprar terras desapropriadas, e R\$ 4,5 milhões para pagar as benfeitorias. O governo do Estado entrará com os outros R\$ 18 milhões.

Segundo o governo gaúcho, o convênio, que receberá um novo aditivo no ano que vem, respon-

derá pelo assentamento de 6.600 famílias no Estado, das quais 1.000 já receberam terra e 600 estão em processo de assentamento.

De agora até março de 2002, o calendário prevê o assentamento de mais 2.500 famílias, o mesmo número de beneficiários programados para 2002. (CAS)

Bispos reúnem-se na primeira Assembléia Geral do novo milênio

Bispos estudam revisão do estatuto da CNBB na 39ª Assembléia Geral

Dom Raymundo Damasceno Assis

começa amanhã, dia 12, a 39ª Assembléia Geral da CNBB, a primeira deste novo milênio. A Assembléia, que prossegue até o dia 21, tem como tema central "A CNBB: vida e organização a serviço de sua missão".

Um momento não só para deliberar sobre assuntos pastorais de interesse comum, mas também um espaço para partilhar pastoralmente as alegrias e preocupações do ministério episcopal e aprofundar o afeto colegial.

Mosteiro de Itaici, no município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, tornou-se nacional, e não que não dizer internacionalmente conhecido, desde que as Assembléias Gerais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil começaram a ser realizadas ali, a partir de 1974. A escolha feita para a Assembléia do ano 2000, realizada em Porto Seguro, na Bahia, por se tratar esta também dos 500 anos de evangelização do Brasil.

A Assembléia Geral é o órgão máximo da Conferência dos Bispos do Brasil e se reúne normalmente durante dez dias. Cada Assembléia reflete o momento histórico e a caminhada da Igreja no Brasil. É um momento não só para deliberar sobre assuntos pastorais de interesse comum, mas também um espaço para partilhar pastoralmente as alegrias e preocupações do ministério episcopal e aprofundar o afeto colegial. É um ponto de encontro e de diálogo na riqueza da unidade na diversidade; lugar para auscultar o que o Espírito tem a dizer à Igreja (Ap. 2,7) e à sociedade, por meio dos sinais dos tempos.

Embora o processo de revisão do estatuto canônico da CNBB já estivesse em andamento, a Carta do Santo Padre João Paulo 2º, dirigida ao presidente da Conferência, em dezembro de 2000, manifestou o desejo de que já nesta próxima Assembléia se iniciasse a revisão e adequação do estatuto canônico à Carta Apostólica "Apostolos Suos", acerca da natureza teológica e jurídica das Conferências dos Bispos.

A Comissão Episcopal, encarregada da preparação do tema central desta Assembléia, enviou recentemente um projeto de revisão de estatuto aos senhores bispos, a partir das emendas feitas ao anteprojeto elaborado pela mesma Comissão.

Esse projeto é que será objeto de estudo e aprovação na 39ª Assembléia. O momento atual para a revisão do estatuto, adaptando a organização da Conferência às circunstâncias atuais, com vistas a um melhor serviço à comunhão e à missão evangelizadora, não poderia ser mais oportuno. Estaremos atendendo a um pedido do Santo Padre, num momento histórico, em que a Conferência se prepara para celebrar o jubileu de ouro de sua fundação.

A Conferência foi fundada no dia 14 de outubro de 1952, no Palácio São Joaquim, residência do então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, com a presença de 20 arcebispos, ou seus representantes, e do núncio apostólico, dom Carlos Chiarlo. Nessa ocasião, foi escolhido como primeiro presidente o cardeal dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que indicou para secretário-geral dom Hélder Pessoa Câmara, bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, o qual foi escolhido por aclamação.

Além do tema central, os bispos se debruçarão sobre um problema urgentíssimo para o povo de Deus: as exigências éticas do combate à pobreza. Desta forma, a Assembléia segue sua tradição histórica. Por mais urgente que se lhe pareçam suas necessidades internas, a CNBB procura estar em sintonia com a conjuntura do país e, sobretudo, com as angústias da nação. A pauta da Assembléia é sempre muita extensa, mas mesmo assim sabemos que não conseguimos responder a todas as urgências dos 16 regionais que a estruturam, de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Haverá comunicações de interesse comum, apresentadas pelos diversos setores, organismos e pastorais, indo da realidade dramática da Amazônia até o dia-a-dia de nossas mais de cem mil comunidades, espalhadas por todo o país.

Reunimo-nos convencidos de que a Assembléia é um tempo propício para também fazer a Igreja de Cristo acontecer, pois aí somos a Igreja, chamada a expressar a sua identidade de comunhão e participação, em vista da missão evangelizadora, que é a própria razão de ser da Igreja.

Não há dúvida de que a comunhão entre os bispos, expressa na Conferência Episcopal, com o sucessor de Pedro, é fundamental para o trabalho evangelizador, face aos grandes desafios deste novo século. O êxito da missão depende, em primeiro lugar, da ação do Espírito Santo, protagonista da evangelização, mas também da união de forças e de sentimentos de todos os membros da Igreja, no respeito e valorização das legítimas diferenças.

Conscientes de que é o Senhor quem nos convoca, como Igreja, cabe-nos responder, com os olhos fixos em Cristo Jesus, autor e consumidor da fé (Hb 12,2), com a mesma disposição de Maria: "Eis a serva do Senhor! Faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). ✠

IGREJA Entidade envia carta aos 513 deputados federais dizendo que união de homosse

CNBB faz lobby contra parce

FÁBIO ZANINI

DA REPORTAGEM LOCAL

A Igreja Católica decidiu intensificar a campanha contra a aprovação do projeto de lei de parceria civil entre homossexuais.

O projeto, que garante direitos de herança e previdência a casais do mesmo sexo, foi incluído no mês passado na pauta da Câmara dos Deputados pelo presidente da Casa, Aécio Neves (PSDB-MG), e está pronto para ir a votação.

Em reação, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) enviou a todos os 513 deputados uma carta em que fala do "perigo" de uniões "antinaturais".

A carta, de 9 de maio, é assinada pelo secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno Assis, e pelo bispo responsável pelo setor Família e Vida da entidade, d. Aloysio José Leal Penna. "O que o projeto pretende é dar legitimidade a uniões antinaturais, de pessoas do mesmo sexo", diz a carta.

O projeto de parceria civil entre homossexuais, número 1.151/95, é de autoria da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), que o apresentou quando deputada, em 1995. O projeto recebeu substitutivo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Chamado pejorativamente de "casamento gay" por seus opositores, o projeto prevê a possibilidade de recebimento de herança, pensão e direitos previdenciários por um homossexual no caso de morte de seu companheiro.

Ele não contempla a oficialização de "casamento" nem a possibilidade de um casal homossexual adotar filhos. A CNBB, no entanto, não acredita nas ressalvas.

"É ilusório arguir que tal parceria não teria o mesmo status do casamento, que os parceiros não teriam direito à adoção e que apenas estaria protegido o seu patrimônio comum", diz a carta.

Em outro trecho, a entidade eclesial diz que o assunto é

"grave".

"A indiferença nesse aspecto se assemelha a uma apatia perante a vida ou a morte da sociedade."

Um dos mais atuantes opositores do projeto, o padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente do grupo Pró-Vida, de Anápolis (GO), afirma que a Igreja está apenas "defendendo a Constituição".

"A Constituição prevê a defesa da família. Com essa carta, estamos reiterando nossa posição pela defesa da inviolabilidade da vida e da família", diz ele.

O projeto já esteve pronto para ser votado outras vezes, mas seus proponentes acabaram recuando por avaliar que o risco de derrota era muito grande.

Agora, Jefferson está confiante de que poderá levá-lo a votação até o fim do mês.

"Claro que a pressão da Igreja Católica tem impacto sobre deputados indecisos, mas creio que o ambiente atualmente na Casa é favorável ao projeto, que trata unicamente de direitos humanos", diz o deputado.

É preciso conseguir maioria simples na Câmara e em seguida no Senado para assegurar a aprovação do projeto.

"O Brasil não pode tratar os homossexuais como cidadãos de segunda classe", declara o deputado Jefferson.

O presidente da Associação da Parada do Orgulho Gay de São Paulo, Roberto de Jesus, diz que a carta da Igreja "acaba alimentando um sentimento hostil contra os homossexuais".

"A Igreja, sempre que se intromete em áreas que não de sua especialidade, acaba tendo comportamento desastroso", diz.

Os homossexuais prometem responder à ofensiva da CNBB na Marcha do Orgulho Gay, programada para 17 de junho em São Paulo, em que o tema será exaustivamente abordado.

"Vamos reagir à altura", declara Roberto de Jesus.

TRECHOS DA CARTA DA CNBB

(Trecho da Carta da CNBB, 9 de maio de 1995)

Ora, o que o Projeto de Lei no. 1.151/95 pretende é dar legitimidade a uniões antinaturais, de pessoas do mesmo sexo.

"... o que o projeto de lei nº 1.151/95 pretende é dar legitimidade a uniões antinaturais, de pessoas do mesmo sexo"

... argumentar a convivência homossexual, mas tais somen... a os bens a propriedade e à sucessão de duas pessoas em contrato de "parceria registrada". É ilusório arguir que tal "parceria registrada" não teria o mesmo "status" do casamento, que os "parceiros" não teriam direito à adoção e que apenas estaria protegido o seu

"É ilusório arguir que tal 'parceria registrada' não teria o mesmo 'status' de casamento"

Tal assunto é tão grave que esta Conferência Episcopal não se pode mostrar indiferente ou apática. Pois - (como diz o Documento sobre as "uniões de fato") - "a indiferença dos órgãos públicos nesse aspecto se assemelha a uma apatia perante a vida ou a morte da sociedade, a uma indiferença face à sua projeção de futuro, ou à sua decadência" (Documento "Matrimônio e União de Fato", nº 65)

"Tal assunto é tão grave que esta Conferência Episcopal não se pode mostrar indiferente ou apática"

"... a indiferença dos órgãos públicos nesse aspecto se assemelha a uma apatia perante a vida ou a morte da sociedade..."

ESQUELETO DO BC Ministro pede relato

Malan não quis ouvir testemunha, diz Suplicy

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) diz não entender por que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, está se mostrando "irritado" com a ausência de um relato formal sobre as denúncias de irregularidades no Banco Central durante o ano de 1998.

Na sexta-feira, Malan mandou uma carta para o senador, "lamentando" a ausência de um relato da testemunha que Suplicy diz ter sobre o repasse de informações sigilosas do BC a cinco bancos de investimento.

"Sugeri que ele [Malan] ouvisse a pessoa diretamente e ele não concordou", diz Suplicy. A assessoria de Malan afirma que o ministro não vai ouvir a testemunha porque as acusações foram públicas e têm que ser comprovadas publicamente.

Suplicy diz estar esperando uma resposta do ministro da Fazenda sobre dois requerimentos de informações: os resultados das operações dos cinco bancos e de instituições de mesmo porte no mercado futuro de câmbio e juros nos anos de 97 e 98 e a relação dos credores desse bancos.

domingo, 1

Sexuais é "antinatural"
ria gay

“
A Igreja, sempre que se
intromete em áreas que não são
de sua especialidade, tem
comportamento desastroso

ROBERTO DE JESUS

Entrevista/ Dom Serafini

Um moderado

de Fernandes de Araújo

para a CNBB



Teodomiro Braga e
José Guilherme Araújo

JORNAL DO BRASIL — O senhor concorda com a interpretação de que a visita do presidente Sarney a Roma acabou por reforçar ainda mais a posição da CNBB em favor das reformas sociais, em razão da incisiva manifestação do Papa João Paulo II em defesa da reforma agrária?

Dom Serafim Fernandes — Acho que a conclusão é a maior do que as premissas, pois o papa no documento que mandou aos bispos já mencionava a reforma agrária, quando falava em reforma inadiáveis. Ele falou de reforma agrária ao presidente Tancredo Neves. Em relação à reforma agrária, a sintonia entre o papa e os bispos brasileiros é absolutamente total. Basta dizer que o documento sobre o problema, discutido há alguns anos em Itaipaci, foi aprovado quase por unanimidade. Acho que o papa foi muito conseqüente com a linha de doutrina social da Igreja. Ele foi mais conseqüente com a Igreja do que com a própria CNBB.

JB — Depois de ter apoiado o golpe militar de 1964, hoje a Igreja Católica está na linha de frente dos movimentos progressistas pelas transformações sociais. Como o senhor explica essa guinada?

Dom Serafim — A Igreja que apoiou a revolução não era tão consistente como a Igreja que hoje apóia as mudanças. Não me lembro de a CNBB, enquanto CNBB, e de os bispos, enquanto bispos, terem apoiado a revolução. Eu, por exemplo, fui insistentemente pressionado a participar da marcha da vitória da revolução, até mesmo por gente do clero, e não aceitei participar. Houve apenas um ou outro bispo que achava que aquilo era uma solução. Agora, os fatos mudaram, principalmente mudou o lugar social da própria Igreja e os problemas do Brasil. E mais do que isso, providencialmente, a Igreja foi colocada como o único canal de comunicação com o governo, a única voz que fazia chegar às autoridades os anseios do povo. Cresceu depois de 1964 a

Papa

Se o papa for rotulado, ele é conservador, mas do ponto de vista social é progressista

Brossard

Creio que Brossard respondeu aquilo por conta dele, não como porta-voz do presidente Sarney

afinidade da Igreja com os problemas vitais do país e hoje esta posição que eu, da minha parte, não chamaria de progressista. Evito muito os termos progressista e conservador. Basta dizer que, para mim, se o papa rotulado doutrinariamente, é conservador, mas, do ponto de vista social, é progressista.

JB — Falando em rotulação, o senhor vê como um conservador que o trânsito entre os progressistas. Como pondera essa rotulação?

Dom Serafim — Não. Sou um ministro tranquilo. Tenho minhas posições acho que pedagógica e politicamente temos de caminhar, mas caminhar com segurança. Diria até que sou uma pessoa que gosta muito de caminhar para a frente mas com muita gente. Não seja, não gosto de facções, não gosto de dividir. Talvez caminhe menos na imprensa mas gosto de levar muita gente a trabalhar comigo. Para a Igreja, mais interessante que os bispos toda a pastoral caminham com poucos passos do que alguns caminhando em muitos passos mas deixando os outros para trás.

JB — A crescente interferência da Igreja em assuntos políticos já começa a trincar as suas relações com o governo Sarney, como demonstra a declaração do ministro Paulo Brossard acusando a CNBB de estar desempenhando um papel semelhante ao adotado pela Santa Inquisição. Vem aí uma nova crise Igreja/Estado?

Dom Serafim — Não há mais clima para isso. Essa batalha verbal se faz praticamente pelo que sei do governo em nível bastante artificial. Acho que profundamente há um entendimento ou pelo menos se procura haver um entendimento. Talvez o que exista neste momento é que outros segmentos da sociedade gostariam que o governo ouvisse mais a eles do que a própria Igreja. Creio que o ministro Brossard respondeu aquilo por conta dele, pelo seu estilo simples e aberto de falar, não como porta-voz do presidente Sarney. Pelo que vejo agora da visita de Sarney ao Santo Padre, penso que a discussão ainda é periférica. Pode ser, por exemplo, que em assuntos graves o governo venha sair daquilo a que ele se determinou e ocorram divergências. Diria que poderá haver divergência até que há divergência. Mas talvez não volte a haver atrito.

JB — Mas a demissão do ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, que era bastante ligado à CNBB, não criou o entusiasmo da Igreja com a Nova República?

Dom Serafim — O fato de o governo não ter assumido a reforma agrária

Belo Horizonte

— Está despondo um Tancredo Neves na disputa pela sucessão da presidência da entidade máxima da Igreja católica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O nome apontado como capaz de reunir o difícil consenso entre as diferentes correntes em que se divide o clero brasileiro é o de um fanático torcedor do Atlético Mineiro, daqueles que chegam a chorar por causa de uma derrota: o arcebispo de

In
de

Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, 61 anos, 37 de sacerdócio, que atualmente cumpre seu segundo mandato como presidente regional Leste II da CNBB. Tal como o arcebispo da Nova República, esse bispo que se considera "absolutamente mineiro" exibe as credenciais essenciais para a missão: apesar de pertencer à ala moderada da CNBB que lançou o seu nome para concorrer à sucessão de Dom Ivo Lorscheiter na

modo que a Igreja pensava e de algumas reformas terem demorado provocaram em alguns segmentos mais afoitos da Igreja uma diminuição de entusiasmo e de ritmo, isto é verdade. Mas não uma ruptura ou um atrito.

JB — A atuação da Igreja, a seu ver, deve ser apenas pastoral ou também política?

Dom Serafim — Para mim as duas coisas não se separam. O nível eclesial e o nível ético e político são conseqüência um do outro. Porque nós temos de salvar os homens em nome de Cristo, temos de pegar o homem como ele é. E esse homem como ele é está encarnado em um país, em uma família, numa situação real. Se omitíssemos o nível eclesial, salvífico, destruindo o outro, aí seria um erro fatal. Aí viraríamos políticos e fugiríamos totalmente daquele missão.

JB — A politização da Igreja católica coincide com a infiltração de grupos políticos de esquerda em seus movimentos de base. Sobre o PT, que hoje dá os rumos de muitas das comunidades eclesiais. Até que ponto o avanço político da Igreja se deve à esquerdização de suas bases?

Dom Serafim — Nesse ponto penso muito claro. Acho que a comunidade eclesial de base, que apóie o PT ou qualquer outro partido político, deixa de ser comunidade eclesial de base e se transforma num núcleo partidário. Qualquer membro de comunidade eclesial de base tem o direito de militar. É até uma obrigação a militância política. Mas no momento em que a comunidade eclesial de base assume uma posição partidária, ela está contra toda a orientação da Igreja e da própria CNBB. Jamais poderia aceitar que uma CEB fosse um núcleo do PT. Se acontece isso é um desvio.

JB — A Igreja deve estruturar alguma forma de apoio à atuação dos católicos na política?

Dom Serafim — Não só deve como tem a obrigação de formar os leigos

Belo Horizonte, eleição de abril de 1987 —, tem excelente trânsito entre os setores progressistas da entidade.

Dom Serafim admite concorrer à presidência da CNBB desde que seja indicado como candidato de consenso, como revela nessa entrevista, na qual explica a politização da Igreja, fala das divergências da CNBB com o governo, critica a Nova República e condena os cartolas pela desclassificação da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

para a política. Estamos passando por um problema seriíssimo agora nessa eleição porque, ao invés de termos cristãos que se vistam de políticos para militar eclesialmente em nome da Igreja e de sua doutrina social, temos políticos que se vestem de cristãos. E daí a deficiência tremenda que temos de cristãos engajados numa política verdadeiramente em nome da Igreja.

JB — Como seria esse apoio concretamente, na atual campanha eleitoral?

Dom Serafim — A Igreja deve apoiar, iluminar e conduzir os leigos individualmente para que se engajem nos partidos que quiserem. Mas jamais vamos indicar os partidos como não haveremos também de indicar nomes. A Igreja, como Igreja, não vai indicar nomes.

JB — O senhor concorda com a maneira como foi convocada a Constituinte?

Dom Serafim — Houve erros, como o fato de os próprios deputados, que vivem um ritmo político de interesses e de facções, serem aqueles que irão fazer uma lei magna que não deveria pensar em facções e privilégios. Por isso, a Igreja defende que deveria haver homens escolhidos pelo povo única e exclusivamente para fazer a Constituição. Outro ponto negativo que vejo é a participação dos senadores que não foram eleitos para fazer a Constituição.

JB — Por que o senhor compara a Nova República à Velha?

Dom Serafim — Os mesmos defeitos que existiam na Velha República continuam na Nova. Mudaram-se algumas pessoas, nem todas, e eles continuam agindo do mesmo modo político — o modo esquivo, o modo de os fins justificam os meios. E continua a mesma burocracia sem sentido, o problema de certos setores do governo absolutamente parados. É um governo muito moroso, não só sobre a reforma agrária, pois tudo aquilo que foi prometido na área social está muito atrasado.

JB — É cada vez maior o número de religiosos que acham possível conciliar a doutrina marxista com os princípios cristãos. O senhor também acha possível isto?

Dom Serafim — Absolutamente impossível. Os dois documentos da Igreja sobre a libertação, principalmente o segundo, não dão a menor possibilidade de se usar o marxismo. O papa mesmo disse: "Teologia da Libertação sem marxismo." Toda vez que se introduz o marxismo, mesmo como análise de uma realidade dentro da Igreja, para mim é uma coisa errada.

JB — Mas o senhor endossa a Teologia da Libertação?

Dom Serafim — Como o papa disse, ela é útil, é necessária. Não é nova, pois vem do próprio Evangelho. Hoje, Teologia da Libertação não é nada mais do que um modo de ação da doutrina social da Igreja. A conotação que a tornou tão aparente é porque ela vem justamente num momento em que o mundo está mais sensível a questões sociais. Então ela se coloca mais facilmente nessa linha de libertar o povo.

JB — Muitos acusam a Igreja de não participar dos princípios democráticos que prega quando os seus interesses estão em jogo. A crítica se refere principalmente às pressões da Igreja em favor da censura a novelas e filmes, como o caso da fita Je Vous Salue, Marie. Não há um fundo de verdade nisso?

Dom Serafim — O problema está no conceito que a Igreja tem de liberdade e libertinagem. A Igreja defende o conceito verdadeiro de liberdade, que não se adapta a uma opção intransigente da coisa errada. Então, nesse momento em que a Igreja defende não a libertinagem mas a liberdade, ela está sendo conseqüente. Pelos nossos princípios, uma censura aberta a tudo é um mal e como um mal a gente é contra. Ou melhor, um mal tem de ter cerceamentos para que não produza os seus efeitos. Então, aí, tem de contrariar a liberdade de algumas pessoas e até de filmes, como foi o caso de Je Vous Salue, Marie.

N
Repúbl
*Os mesmos de
que existia
Velha Repú
continua
Nova. Mud
algumas pes.
Nem t*

JB — A partir de sua amizade com o frei Beto, o presidente cubano Fidel Castro criou laços com diversos religiosos brasileiros. O senhor também mudou sua opinião a respeito do líder comunista cubano?

Dom Serafim — Tudo o que li, seja do frei Beto ou de outros, não me deu ainda a consistência para mudar meu pensamento sobre o regime de Cuba. Para mim continua um regime marxista que não dá liberdade e, por isso, continuo pensando da mesma maneira. Embora ele tenha tomado algumas medidas que visam a justiça, para mim ainda não dá para batizar Fidel Castro.

JB — Falar com o senhor e não mencionar o Atlético, é o mesmo que ir a Roma e não ver o papa. O senhor ainda continua um fanático torcedor do Atlético?

Dom Serafim — Continuo, embora não tenha mais tempo de ir aos jogos. É um amor velho, não acaba fácil não. Eu gosto do futebol, gosto do Atlético. Mas a estrutura do futebol brasileiro, para mim, está altamente decepcionante. Por isso, o meu entusiasmo de hoje é mais racional, exige muito mais do que era antigamente, quando eu era mais jovem e pensava no futebol como uma coisa muito pura. Hoje, vejo muitas mazelas no futebol.

JB — Essa desilusão é por causa dos Nabis que ocuparam a CBF?

Dom Serafim — Não tenho condições de criticar o Nabi, que nem conheço, mas fiquei muito decepcionado na copa do mundo. Primeiro, porque custaram muito a fazer esta seleção, por causa de uma eleição. Depois, vi que era carta marcada a convocação dos que vieram pelas multinacionais. Eles tiveram de jogar de qualquer maneira e, para mim, perdemos o campeonato por causa da interferência das multinacionais, trazendo jogadores despreparados até fisicamente, forçando-os a entrar de qualquer maneira na seleção.

JB — Alguns dizem que foi Deus quem não ajudou Zico na hora de bater o pênalti...

Dom Serafim — Dependê, mas talvez Deus estivesse sendo conseqüente (risos).

JB — Se vier a ser convidado, o senhor aceitaria ser o presidente da CNBB?

Dom Serafim — Dependê. Acho que a Igreja, depois das reuniões de Roma e da mensagem do papa, está vivendo um clima de comunhão muito bonito. A união que estamos vivendo dos bispos em Minas é uma das coisas mais bonitas que conheço. Isto que ocorre em Minas, está acontecendo também no resto do Brasil. Seria um crime nesse momento pensar em duas facções para disputar a eleição da CNBB. Eu jamais aceitaria ser candidato para qualquer coisa, por uma facção. Aceitaria ser até varredor da CNBB, contanto que fosse por uma chapa de comunhão. Penso que a Igreja está no momento de caminhar, talvez até devagar, mas com todo mundo junto.

Libertação

Organismos
*Como o papa disse,
a Teologia da
Libertação é útil.
Não é nova, pois
vem do próprio
Evangelho*



Organismos da CNBB

- **ABESC** - Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
- **AEC** - Associação de Educação Católica
- **Cáritas Brasileira**
- **CCM** - Centro Cultural Missionário
- **CERIS** - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
- **CBJP** - Comissão Brasileira de Justiça e Paz
- **CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- **CRB** - Conferência dos Religiosos do Brasil
- **CIMI** - Conselho Indigenista Missionário
- **CNL** - Conselho Nacional de Leigos
- **IBRADES** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
- **INP** - Instituto Nacional de Pastoral
- **OSIB** - Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil
- **POM** - Pontifícias Obras Missionárias

- 97/11/27.A-ABESC - Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
 - **E-mail:** abesc@brnet.com.br

- 98/03/20.A-AEC - Associação de Educação Católica
 - **Home-page:** <http://www.geocities.com/Athens/Delphi/2170/> (AEC - São Paulo)
 - **E-mail:** aecbr@solar.com.br (AEC - Brasil)
 - **E-mail:** aec-sp@geocities.com (AEC - São Paulo)

- 98/10/02.A-Cáritas Brasileira
 - **Home-page:** <http://www.caritas.org.br>
 - **E-mail:** caritasn@zaz.com.br (Cáritas Nacional)
 - **E-mail:** caritace@fortalnet.com.br (Cáritas Ceará)
 - **E-mail:** caritas@elo.com.br (Cáritas Maranhão)
 - **E-mail:** caritamg@bhnet.com.br (Cáritas Minas Gerais)
 - **E-mail:** carecife@elogica.com.br (Cáritas Nordeste 2)
 - **E-mail:** caribr3@bahianet.com.br (Cáritas Nordeste 3)
 - **E-mail:** careg2@zaz.com.br (Cáritas Norte 2)
 - **E-mail:** caritasr@portoweb.com.br (Cáritas Rio Grande do Sul)
 - **E-mail:** caritasbsp@cidadanet.org.br (Cáritas São Paulo)

- 98/01/26.A-CCM - Centro Cultural Missionário
 - **E-mail:** ernanne@gns.com.br (Pe. José Ernanne Pinheiro - Diretor)


- 97/05/07.A-CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
 - **E-mail:** ceriscnbb@ax.ibase.org.br

- 98/05/25.A-CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz
 - **Home-page:** <http://www.cbjp.org.br>
 - **E-mail:** cbjpcnbb@gns.com.br
 - **E-mail:** intercom@cidadanet.org.br (Francisco Whitaker - Secretário Executivo)

Fidel Castro

*Embora ele tenha
tomado algumas
medidas de Justiça,
ainda não dá para
batizar Fidel Castro*

- 97/07/08.A-CPT - Comissão Pastoral da Terra
- 98/09/02.A-CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil
 - **E-mail:** shvilla@aol.com (CRB - São Paulo)
 - **E-mail:** crb006@ibm.net
- 98/10/07.A-CIMI - Conselho Indigenista Missionário
 - **Home-page:** <http://www.cimi.org.br>
 - **E-mail:** cimi@embratel.net.br
- 97/10/17.A-CNL - Conselho Nacional de Leigos
 - **Home-page:** <http://www.rosi.com.br/cnlrsul/>
 - **E-mail:** 4250.rosi@bradesco.com.br (Rosineide Lira)
- 97/11/27.A-IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
 - **E-mail:** ibrades@ax.apc.org
- 98/05/13.A-INP - Instituto Nacional de Pastoral
 - **E-mail:** inp@cnbb.org.br (Pe. João Inácio Kollign - Secretário)
- 98/06/24.A-OSIB - Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil
- 98/11/19.A-POM - Pontifícias Obras Missionárias
 - **Home-page:** <http://www.pom.org.br>
 - **E-mail:** pom@pom.org.br
 - **E-mail:** direcao@pom.org.br (Pe. João Panazzolo - Diretor)
 - **E-mail:** adm-financas@pom.org.br (Francisca Lúcia Moreira)
 - **E-mail:** secretaria@pom.org.br (Selma Maria dos Santos de Andrade)
 - **E-mail:** material@pom.org.br (Alair Ranzan)
 - **E-mail:** infancia@pom.org.br (Infância Missionária: Ir. Nilva Brugnera, Pe. Manoel Aparecido Monteiro (Pe. Néó) e Pe. Jaime Gusberti)
 - **E-mail:** webmaster@pom.org.br (Roberto Mamoru Matuda)



[Home page](#)



[Índice](#)

- COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - CEP
- Dom Angélica Sáfadi
 - Dom Mauro Menezes, C.S.B.
 - Dom Evair de Jesus, C.S.B.
 - Dom Frei Francisco José de Almeida, O.S.B.
 - Dom Geraldo Lyrio, S.M.
 - Dom João Carlos, S.M.
 - Dom Jacyr Francisco, S.M.
 - Dom Dário Zamboni, S.M.
 - Dom Aloysio José de Souza, S.M.

CONSELHO PERMANENTE



Organização da CNBB (parte I)

Parte I

- 1999/05/26.A-Presidência da CNBB
- 1999/05/26.A-Comissão Episcopal de Pastoral - CEP
- Conselho Permanente
- 1999/05/26.A-Comissão Episcopal de Doutrina
- 1999/05/26.A-Secretariados Regionais
- 1999/05/26.A-Órgãos e Organismos da CNBB

Parte II

- Tribunais Eclesiásticos Regionais e Interdiocesanos
- Assessores Nacionais
- 1999/05/26.A-Assessores Nacionais das Linhas ou Dimensões
- Home page

PRESIDÊNCIA DA CNBB

(Eleita em abril/1999, com mandato de quatro anos)

Presidente - Dom Jayme Henrique Chemello

Vice-Presidente - Dom Marcelo Pinto Carvalheira

Secretário-Geral - Dom Raymundo Damasceno Assis

COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - CEP

- **Dom Angélico Sândalo Bernardino**
- **Dom Mauro Montagnoli, CSS**
- **Dom Erwin Kräutler, CPPS**
- **Dom Frei Francisco Javier Hernandez Arnedo, OAR**
- **Dom Geraldo Lyrio Rocha**
- **Dom João Oneres Marchiori**
- **Dom Jacyr Francisco Braido, CS**
- **Dom Décio Zandonade, SDB**
- **Dom Aloysio José Leal Penna, SJ**

CONSELHO PERMANENTE

Organização da CNBB (parte I)

- Parte I
- 1999/02/26 A - Presidência da CNBB
 - 1999/02/26 A - Comissão Episcopal de Pastoral - CEP
 - Conselho Permanente
 - 1999/02/26 A - Conselho Episcopal de Doutrina
 - 1999/02/26 A - Secretariados Regionais
 - 1999/02/26 A - Grupos e Organizações da CNBB
- Parte II
- Tribunais Eclesiais Regionais e Interdiocesanais
 - Assessoria Jurídica
 - 1999/02/26 A - Assessoria Jurídica das Igrejas na América Latina
- Homologação

PRESIDÊNCIA DA CNBB

- (Dura em 2001/02, com mandato de quatro anos)
- Presidente - Dom Jayme Henrique Chizzotto
- Vice-Presidente - Dom Marcelo Pinto Carvalheira
- Secretário-Geral - Dom Ruymano Domenech Azis

COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - CEP

- Dom Antônio Sérgio Brandão
- Dom Mauro Montagnol, CSS
- Dom Ezequiel Riboldi, CPT
- Dom Frei Francisco Javier Hernandez Avenda, OAR
- Dom Geraldo Lúcio Ruela
- Dom João Carlos Marcolini
- Dom Jacyr Francisco Bialli, CS
- Dom Sérgio Landoni, SDB
- Dom Alvaro José Leal Pente, SJ

CONSELHO PERMANENTE

Inclui a Presidência, a Comissão Episcopal de Pastoral e os seguintes representantes dos Regionais:

- N 1 - Dom Antônio Possamai, SDB
- N 2 - Dom Frei José Vieira de Lima, TOR
- NE 1 - Dom Benedito Francisco Albuquerque
- NE 2 - Dom Antonio Soares Costa
- NE 3 -
- NE 4 - Dom Augusto Alves da Rocha
- NE 5 - Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte
- L 1 - Dom Eugênio de Araújo Card. Sales
- L 2 - Dom José Geraldo do Valle, CSS
- S 1 - Dom Frei Fernando Antônio Figueiredo, OFM
- S 2 - Dom Murilo Sebastião Krieger, SCJ
- S 3 - Dom Altamiro Rossato
- S 4 - Dom Eusébio Oscar Scheid, SCJ
- CO - Dom Washington Cruz, CP
- O 1 - Dom Frei Osório Beber, OFM Cap
- O 2 - Dom Paulo Antônio de Conto

COMISSÃO EPISCOPAL DE DOCTRINA

- Dom Dadeus Grings
- Dom Walmor Oliveira de Azevedo
- Dom Frei Fernando A. Figueiredo
- Dom Frei Moacyr Grechi, OSM
- Dom João Braz de Aviz

SUPLENTES

- Dom Filippo Santoro
- Dom Moacyr José Vitti, CSS

SECRETARIADOS REGIONAIS

1. NORTE 1 (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia)

Presidente: Dom José Maria Pinheiro
 Vice-Presidente: Dom Luiz Soares Vieira
 Secretário: Dom Jesus Moraza Ruiz Azúa

2. NORTE 2 (Pará, Amapá)

Presidente: Dom Frei Francisco Antônio Pignatelli, OSM

Presidente: **Dom Vicente Joaquim Zico**
Vice-Presidente: **Dom João Risati**
Secretário: Dom Flávio Giovenale

3. NORDESTE 1 (Ceará)

Presidente: **Dom Benedito Francisco de Albuquerque**
Vice-Presidente:
Secretário:

4. NORDESTE 2 (RG do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Fernando Noronha)

Presidente: **Dom Antônio Soares Costa**
Vice-Presidente:
Secretário:

5. NORDESTE 3 (Bahia e Sergipe)

Presidente: **Dom Ricardo Weberberg**
Vice-Presidente: **Dom José Palmeira Lessa**
Secretário: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

6. NORDESTE 4 (Piauí)

Presidente: **Dom Augusto Alves da Rocha**
Vice-Presidente: **Dom Fernando Panico**
Secretário: Dom José González Alonso

7. NORDESTE 5 (Maranhão)

Presidente: **Dom Affonso Filippe Gregory**
Vice-Presidente: **Dom Xavier Gilles de Maupeau d'Ableiges**
Secretário: Dom Franco Masserdoti

8. LESTE 1 (Rio de Janeiro)

Presidente: **Dom Karl Josef Romer**
Vice-Presidente: **Dom Alano Maria Pena**
Secretário: Pe. Antônio José de Moraes

9. LESTE 2 (Minas Gerais e Espírito Santo)

Presidente: **Dom José Geraldo Oliveira do Valle, CSS**
Vice-Presidente: **Dom Lélis Lara**
Secretário:

10. SUL 1 (São Paulo)

Presidente: **Dom Frei Fernando Antônio Figueiredo, OFM**

Vice-Presidente:
Secretário: Pe. Lício de Araújo Vale

11. SUL 2 (Paraná)

Presidente: **Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, CSJ**
Vice-Presidente:
Secretário: Dom Sérgio Arthur Braschi

12. SUL 3 (Rio Grande do Sul)

Presidente: **Dom José Mário Sthroer**
Vice-Presidente: **Dom Orlando Octalício Dotti**
Secretário: Dom Eduardo Benes de Sales Rodrigues

13. SUL 4 (Santa Catarina)

Presidente: **Dom José Jovêncio Balestieri**
Vice-Presidente: **Dom Orlando Brandes**
Secretário: Dom Luiz Carlos Eccel

14. CENTRO-OESTE (Goiás)

Presidente: **Dom Washington Cruz, CP**
Vice-Presidente: **Dom José Silva Chaves**
Secretário:

15. OESTE 1 (Mato Grosso do Sul)

Presidente: **Dom Isidoro Kosinski**
Vice-Presidente: **Dom Vitório Pavanello**
Secretário: Dom Bruno Pedron

16. OESTE 2 (Mato Grosso)

Presidente: **Dom Juventino Kesting**
Vice-Presidente: **Dom José Foralosso**
Secretário: Dom José Vieira de Lima

ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA CNBB

Vide: Relação dos organismos com presença na Internet

SUBSIDIÁRIOS

- **CNC (Comissão Nacional do Clero)**

ANEXOS

- **CÁRITAS BRASILEIRA**
- **CCM (Centro Cultural Missionário)**
 - **CENFI (Centro de Formação Intercultural)**
 - **SCAI (Serviço de Cooperação Apostólica Internacional)**

- CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais)**
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário)**
- COMINA (Conselho Missionário Nacional)**
- IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento)**
- INP (Instituto Nacional de Pastoral)**
- MEB (Movimento de Educação de Base)**
- OSIB (Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil)**

RELACIONADOS


- **CPO (Comissão Pastoral Operária)**
- **CPT (Comissão Pastoral da Terra)**
- **COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ**
- **PPOOMM (Pontifícias Obras Missionárias)**

CONEXOS

- **ABESC (Associação de Escolas Superiores Católicas)**
- **AEC (Associação de Educação Católica)**
- **CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil)**
- **CNIS (Conferência Nacional dos Institutos Seculares)**
- **CNL (Conselho Nacional dos Leigos)**
- **CND (Comissão Nacional de Diáconos)**

Pastorais ligadas à Dimensão Social

- **Pastoral da Criança**
- **Pastoral do Menor**
- **Pastoral dos Pescadores**
- **Pastoral dos Migrantes**
- **Pastoral da Saúde**
- **Pastoral da Mulher Marginalizada**
- **Pastoral Carcerária**
- **Pastoral dos Nômades**
- **Secretaria Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil**

 [Home page](#)

 [Índice](#)

Continua na Parte II

IGREJA Cardeal vem ao país ordenar diminuição de interferência em política e economia

Vaticano pedirá que CNBB se afaste de temas políticos

RENATA GIRALDI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O prefeito da Congregação dos Bispos, o cardeal Giovanni Batista Re, chegará no dia 7 de abril ao Brasil determinado a ordenar à Igreja Católica, pois antes de comandar a Congregação dos Bispos do Brasil) que interfira o menos possível nas questões políticas e econômicas.

O representante do Vaticano vem ao Brasil para transmitir o recado do papa João Paulo 2º.

A mensagem do papa é para que a Igreja Católica no país retome os valores religiosos e não entre em polémicas referentes a temas políticos e econômicos.

A medida do Vaticano é tomada justamente no momento em a CNBB, juntamente com movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, propõe a realização, ainda neste ano, de um plebiscito para saber a opinião da população sobre a adesão do Brasil à Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Para a entidade, a Alca ameaça a soberania do Brasil e dos demais países da América Latina e atende aos interesses econômicos norte-americanos.

A idéia da CNBB é promover a consulta sobre a Alca entre os dias 1º e 7 de setembro — a mesma data escolhida para o plebiscito sobre a dívida externa, realizado há menos de dois anos. Para o presidente da entidade, d. Jayme Henrique Chemello, os termos de adesão à Alca precisam ser mais bem explicados à população.

A discussão é endossada pelas críticas da CNBB à condução das políticas sociais no país.

D. Jayme apoiou a análise feita pelo relator das Nações Unidas sobre direito alimentar, Jean Zie-

gler, que disse haver uma "guerra social" no Brasil.

Autoridade

O cardeal Re é considerado uma das principais autoridades da Igreja Católica, pois antes de comandar a Congregação dos Bispos era responsável pela secretaria de Negócios do Vaticano. Também é avaliado como "papabile", ou seja, candidato a substituir João Paulo 2º.

Como representante do papa, ele se reúne com o presidente Fernando Henrique Cardoso durante sua viagem ao Brasil.

O encontro será uma prévia da audiência que FHC terá com o papa. Em maio, o presidente viajará para Roma onde é convidado oficial da canonização de madre Paulina, chamada de "a primeira santa brasileira".

Será a segunda vez que o presidente tem audiência com João Paulo 2º. A primeira audiência que teve no Vaticano ocorreu em 1997, quando fez uma visita de Estado ao papa.

Antes de voltar a Roma, o cardeal Re abrirá a Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (SP), no dia 10 de abril.

Dívida externa

A proposta de realizar uma auditoria na dívida externa foi aprovada em um plebiscito promovido pela CNBB entre os dias 2 e 7 de setembro de 2000.

Participaram da consulta popular 6.030.329 eleitores, dos quais 93,6% opinaram que o Brasil deveria romper seu acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), e 95,6% disseram que o país não deveria continuar pagando a dívida sem antes fazer uma auditoria.

OUTRO LADO

Entidade defende ação se a política mexer com pobres

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno, afirmou ontem que a entidade se preocupa com questões políticas, econômicas e sociais quando elas interferem na qualidade de vida dos mais pobres.

"Não é uma posição política e partidária, mas de quem tem preocupação com a ética", afir-

mou o secretário-geral, questionado se a CNBB fugia à sua atribuição ao opinar sobre assuntos políticos.

D. Damasceno disse ainda que a CNBB observa as questões de acordo com a ótica da população, principalmente das camadas mais pobres. Segundo ele, não há vínculos políticos ou econômicos da entidade com outros segmentos da sociedade organizada.

"Ao falarmos sobre algo — a CNBB ou um bispo —, estamos observando a situação sobre a ótica da ética, não há consideração técnica em economia, mas sim na incidência de certos fatores sobre a qualidade de vida das pessoas", afirmou.

37ª Assembléia Geral da CNBB

12º INFORMATIVO - 19/04/99 (TARDE)

Dom Jayme e Dom Marcelo ganharam as eleições para a Presidência da CNBB

Dom Jayme Chemello, Bispo de Pelotas (RS) e ocupando atualmente a Presidência da CNBB; e Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Arcebispo da Paraíba (PB) e também ocupando a Vice-Presidência da Conferência foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da instituição. Dom Jayme, assim como Dom Marcelo, foi eleito em terceiro escrutínio e o resultado oficial foi divulgado na tarde de hoje, dia 19. Com um sorriso nos lábios, Dom Jayme chegou à Sala de Imprensa para falar um pouco aos vários jornalistas que o aguardavam. Saudou a todos e explicou em primeiro lugar que não foi reeleito para o cargo, já que quem se elegeu Presidente da última eleição da CNBB foi o Cardeal Lucas Moreira Neves, nomeado, no ano passado, como Prefeito para a Congregação dos Bispos, no Vaticano, e que renunciou ao cargo. Leia a seguir alguns trechos da entrevista do Presidente da CNBB:

Reeleição não

"Essa foi a minha primeira eleição para a Presidência da CNBB e espero que seja a última. Peço a Nosso Senhor que nos dê a paz para que outro irmão Bispo possa continuar esse trabalho. Não sei direito qual foi o resultado exato da eleição, mas foi no terceiro escrutínio que ela se definiu. Eu não sou contra a reeleição, mas a gente sempre acha que um mandato é uma coisa muito delicada, pesada, difícil. E também a idade vai aos poucos corroendo a energia da gente. Então seria mais normal que houvesse outro candidato para ele experimentar como é trabalhar o dia inteiro, constantemente. E depois não acho que a gente tenha ambição por cargos, estamos aí para um serviço".

Comunhão com o Papa

"Nosso primeiro objetivo é uma grande comunhão com o Santo Padre, o Papa. É importantíssimo para nós. Ele inclusive vai vir ao Brasil, eu recebi uma correspondência ontem. Ele virá em 2001. Pode ser que de repente a data, os dias podem ter alguma mudança. Mas a primeira coisa que eu gostaria é de ter essa comunhão com o Santo Padre. Acho que a Conferência dos Bispos do Brasil tem um carinho muito especial pelo Papa e ele conosco. Não tenho a menor dúvida disso. O Papa olha para o Brasil com especial carinho. A segunda coisa é a comunhão com os Bispos, porque a Conferência não tem partidos e nós procuramos fraternalmente nos ajudar".

Povo brasileiro

"Certamente o povo brasileiro sempre poderá olhar para a Igreja Católica, para a CNBB como uma entidade que olha com amor para ele, especialmente os mais pobres. Por isso, muitas vezes, a nossa Conferência deve olhar a fé de nosso povo, a ética, sobre a qual muitas vezes a gente nota em nosso País muitas falhas, e especialmente essa atenção, esse olhar carinhoso para aquelas pessoas sofridas do nosso País. O Brasil é um País riquíssimo, extraordinário, só que nós ainda não encontramos a forma de partilhar fraternalmente tudo que ele é".

Reforma agrária

"Há mais de 50 anos a Igreja Católica trabalha em favor da reforma agrária. Existem documentos muito antigos que tratam dessa questão. Um País que tem toda essa terra, tem

que pensar e produzir alimentos. Isso é evidente. A gente vem num ritmo de reforma agrária que eu, pessoalmente, gostaria que fosse bastante mais rápido. Penso que em geral a Igreja Católica no Brasil gostaria disso. Porque realmente é uma coisa muito séria, o País não conseguiu ainda fazer uma boa reforma agrária. (...) Não me cabe fazer um julgamento do MST. Eu diria que certamente ele é um movimento que tem bastante peso no País. Tanto assim que está sempre aí na mídia e nas conversas do Governo. É difícil falar sobre invasões de terra, porque eu não sou muito favorável a elas. Esses temas são muito delicados e devem ser tratados com o máximo respeito. Lembro que a Santa Sé publicou, através do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, um documento sobre a terra que trata com muito cuidado essas questões. É preciso certo cuidado porque não cabe à Igreja apresentar propostas técnicas".

Relação com o Governo Federal

"Eu não prefiro o caminho da crítica, prefiro um caminho de incentivo a certas coisas. Porque muitas vezes eu fui ao Presidente (Fernando Henrique Cardoso), coloquei para ele coisas até difíceis. Sobre a reforma agrária, eu nunca tive um diálogo com ele, mas sobre outras coisas, sim, como por exemplo, a cesta básica. Num País que sofreu a crise de agora, como a Igreja não vai se importar com os pobres que não têm comida? É impossível isso. Temos que ser solidários com todo o povo. Não queremos tirar nada de ninguém, mas queremos que todos tenham o necessário para viver dignamente".

Progressista ou conservador

"Demorou essa pergunta. Isso é uma questão de etiqueta que costuma ser colocada sobre os Bispos. A gente tem mania de fazer isso em supermercado. Fulano é carne de primeira, o outro é carne de segunda e aí por diante. Isso aí não existe entre nós. Não tem isso. Não acredito nessa etiqueta. Só lamento que muita gente é enganada por isso. Agora mesmo, depois que fui eleito, Dom Cláudio Hummes logo veio me cumprimentar, também cumprimentei a ele. Achei que a campanha interna, dentro da casa (Vila Kostka), foi uma beleza. Como eu gostaria que vocês pudessem estar vendo, filmando, porque isso ia fazer um bem enorme a todos".

37ª Assembléia Geral da CNBB

14º INFORMATIVO - 20/04/99 (TARDE)

Eleições para a CEP

Os Bispos eleitos para a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB até o final da tarde de hoje foram os seguintes: Dom Angélico Sândalo Bernardino, Bispo Auxiliar de São Paulo e responsável pela Região de Brasilândia - 146 votos; Dom Erwin Krautler, Bispo da Prelazia do Xingu (PA) - 163 votos; Dom Mauro Montagnoli, Bispo de Ilhéus (BA) - 102 votos; Dom Francisco Javier Hernandez Arnedo, Bispo de Tianguá (CE) - 225 votos; Dom Geraldo Lyrio, Bispo de Colatina (ES) - 215 votos. Ficaram faltando outros quatro nomes.

Dom Marcelo visitou Sala de Imprensa

O novo Vice-Presidente da CNBB, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, que na verdade foi reconduzido ao cargo depois que Dom Jayme Chemello assumiu a Presidência no ano passado, esteve hoje à tarde na Sala de Imprensa para falar um pouco com os jornalistas. Ele começou dizendo que o núcleo de trabalho dos Bispos deve ser teológico, ou seja, antes de qualquer questão é preciso se considerar a vivência da fé, a promoção da criatura humana e o encontro com Cristo. Dom Marcelo contou um pouco da sua trajetória dentro da Igreja, lembrando que nasceu em Recife, em 1º de maio de 1928, onde trabalhou com o atual Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Foi sagrado Bispo Auxiliar da Paraíba (PB) em 1975. Em 1981 foi nomeado Bispo Diocesano de Guarabira (PB). Quatorze anos depois foi nomeado Arcebispo da Paraíba (PB). Sobre o relacionamento da CNBB com o Governo, Dom Marcelo disse que as críticas devem partir sempre de uma postura de fé.

Preso na época da ditadura militar

Dom Marcelo Carvalheira ficou preso 51 dias na época do regime militar. Ele relatou o episódio aos jornalistas hoje, em Itaici. No ano de 1969, o então padre Marcelo, que trabalhava em Recife (PE), foi fazer um curso de Teologia e Psicologia para Formadores de Opinião em uma casa da Congregação dos Jesuítas, em São Leopoldo (RS). Por lá andava também o dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, o frei Betto, que ajudava alguns brasileiros perseguidos pelo regime a atravessar a fronteira do Brasil para outros países. Quando a polícia matou o dirigente de esquerda Carlos Marighella, descobriram entre as suas coisas o endereço de frei Betto. Prenderam-no e, junto com ele, o padre Marcelo Carvalheira, que acusaram de "ter a missão de fazer um conexão entre o Nordeste e o Sul do País para derrubar o regime". Preso, ele foi levado para São Paulo acusado de fazer parte do grupo de Marighella. "O problema é que eu nunca tinha ouvido falar nele na vida", revelou o Arcebispo, com bom humor.

Moção sobre as Universidades Católicas

Na entrevista coletiva de hoje à tarde, o Arcebispo de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira; e o Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Filippo Santoro, falaram sobre a questão das Universidades Católicas. A 37ª Assembléia Geral vai tratar da normatização da Ex Corde Ecclesiae, que é um documento do Papa João Paulo II que trata desse assunto. Os dois aproveitaram para anunciar que a Assembléia está avaliando a possibilidade de soltar uma Moção, pedindo que o Governo adie a data para começar a cobrança da Cota Patronal das Universidades Católicas, que seria a partir deste mês de abril. Isso ocorreria em razão da Lei, editada no final de 1998, que modifica o sistema de tributação das entidades filantrópicas. Dom Antônio argumentou que as Universidades Católicas terão que fazer alguns ajustes para se adequarem a essa nova realidade, existindo, inclusive o risco de se cortar várias bolsas

17.2.99
Neoliberalismo cria desemprego, diz igreja

CNBB lança campanha com críticas ao governo

A Campanha da Fraternidade 1999, que será lançada hoje pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem como tema os desempregados, e seu texto básico critica o "neoliberalismo sem freios éticos", cujo dogma é o lucro.

O assunto deverá ser abordado na mensagem que o papa João Paulo 2º fará aos brasileiros na noite de hoje.

Para o secretário-geral da entidade, d. Raymundo Damasceno Assis, a política neoliberal do governo "contém o crédito e o investimento e gera desemprego". Ele criticou ainda cortes no Orçamento que "afetam programas sociais". Pesquisa Datafolha mostra que, para 35% dos brasileiros, criar empregos é a melhor medida contra a atual crise. Pág. 1-5

28/2/99

CNBB

A "virtus dormitiva" da

EDUARDO GIANNETTI
Colunista da Folha

O mundo era menor: obediente e fiel as nossas convicções. Houve um tempo, bem me recordo, em que um par de conceitos — as "contradições do capitalismo" e o "imperialismo" — resolvia qualquer parada. Da explosão demográfica ao surto de meningite; da censura à marginalidade social; do trânsito ao acidente nuclear; do milagre ao esgotamento do modelo — o diagnóstico final era sempre o mesmo. Nada que uma dialética criteriosa, rica em nuances e bem apanhada não pudesse resolver. Tudo dependia, é claro, das "devidas mediações".

O economista austríaco Schumpeter captou perfeitamente o espírito daquele tempo ao observar, sobre um terremoto que devastou Tóquio, que pelo menos um grande mérito ele teve: ninguém acusou o capitalismo de ser responsável pelo desastre.

De resto, porém, pouco sobrava. Pouco sobrevivia à fúria de "uma completa sobriedade científica na análise de um estado de coisas objetivo", que é como Lênin caracterizava o (verdadeiro) marxismo.

Tudo se passava como no final de "O Burguês Fidalgo", de Molière. Um estudante vai prestar o exame oral para se tornar doutor em medicina. A banca examinadora, composta por luminares da escolástica, pergunta por que o ópio provoca o sono. O candidato, cheio de confiança, responde: "Porque ele contém um princípio dormitivo".

Resposta impecável, nota máxima. Os doutores ficam impressionadíssimos. A "virtus

dormitiva" pode ser qualquer coisa, desde que adormeça o pensamento e embale o sono dogmático. Desde que alcance o enfeitiçamento da inteligência por meio da magia entorpecedora de certas palavras.

Os tempos mudaram. Os antigos demônios foram saindo à francesa do nosso discurso — os franceses, é claro, sempre foram mestres inigualáveis do riscado ideológico — e vão encontrando um merecido repouso na lata de lixo da história das idéias. Embora ainda pipquem envergonhados aqui e ali, longe vai o tempo em que "contradições do capitalismo" e "imperialismo" serviam de pau dialético para toda obra.

Os rótulos e as fantasias persecutórias mudam, mas os caçotes intelectuais permanecem. Como alguém que já padeceu do vício, talvez eu tenha uma atenção especial para a coisa. É impossível folhear uma revista ou jornal hoje em dia e não se dar conta de que o escaninho conceitual antes ocupado pelos bodes expiatórios da velha guarda possui agora novos inquilinos.

A operação, no fundo, é simples. Trata-se essencialmente de uma versão light — edulcorada e adaptada aos novos tempos — dos princípios dormitivos que davam conta do recado no mundo pré-queda do Muro de Berlim. Onde se lia "contradições do capitalismo" e "imperialismo", leia-se agora "neoliberalismo" e "globalização".

Que eu saiba, ninguém até aqui conseguiu atribuir a eles tragédias como as provocadas pelo El Niño ou pelo último terremoto colombiano. De resto, porém, não sobra muito. Afinal, do que não foram ainda



acusados esses monstruosos demônios doutrinários — "máquinas infernais", no dizer de Pierre Bourdieu — do nosso tempo?

A lista é interminável, e cada leitor, se tiver paciência, pode fazer a sua própria coleção. É fantástico como os exemplos pululam e se multiplicam de forma incontrolável depois que passamos a prestar um rabo de atenção neles. Ocorre que, de tempos em tempos, surgem preciosidades que não podem passar sem registro.

Confesso que quando li, na última "Veja", um resumo crítico do texto base elaborado pela CNBB para a Campanha da Fraternidade deste ano ("Sem Trabalho... Por quê?")

CEED

VICTOR PIA



fiquei incrédulo.

Aquilo era demais. Seria possível uma coisa dessas? E a publicação sendo divulgada, ainda por cima, na mesma semana em que, por ironia do destino, ficamos sabendo que o papa João Paulo 2º tentou sorrateiramente pressionar o governo britânico a libertar Pinochet? Resolvi checar.

Estava já acessando o documento dos bispos na Internet quando meu filho, que cursa o ensino fundamental (antigo primeiro grau), chateado por eu estar monopolizando o computador dele (o meu não está na rede), apareceu com a publicação que eu buscava na mão. Vão usá-la como material didático na escola, expli-

cou, reassumindo o controle do computador. De posse do original, comecei a leitura.

O que logo ficou claro é que, por mais inacreditável que pudesse parecer, não havia exagero na matéria de "Veja". Era aquilo mesmo. Da eugenia na China ao confisco de Collor, passando pela proliferação de condomínios fechados, eu já tinha visto o neoliberalismo ser acusado das coisas mais esdrúxulas no passado. A nova cartilha da CNBB foi além.

O neoliberalismo, sustentam os bispos, é um do "fruto do pecado", que tem como resultado uma "cultura da morte" na qual "cada vez mais os espertalhões e os sem ética vão fatuando e consumindo mais". É

ler para crer.

Parágrafo 121 ("A Astúcia do Sistema Neoliberal"): "Esta cultura coloca no ringue do livre mercado a exacerbação da luta livre entre todos e na qual o mais forte e o mais astuto vence. Esta cultura da luta livre, sem ética e sem moral, sob o império da violência, trabalha muito com o espetáculo do grotesco, a excitação dos desejos mais profundos no ser humano, especialmente a força do erotismo, da sexualidade e da violência".

Diante de passagens como essa (e muitas outras poderiam ser citadas), fica difícil saber onde termina a ignorância e onde começa a má-fé. Pífio na argumentação, o texto lateja ódio, rancor e ressentimento por todos os poros.

Pena que alguns fatos recalci-trantes não tenham sido considerados. Se mercados livres fossem sinônimo de exclusão social, a miséria no Canadá seria maior do que na Índia; se eles condenassem um país ao desemprego, a taxa de desocupação nos EUA não seria a menor dos últimos 30 anos.

Quanto ao dom do neoliberalismo de excitar "a força do erotismo, da sexualidade e da violência", só chamando um psicanalista para desvendar o mistério...

O mais lamentável, contudo, é o desaforo de chamar esse tipo de imprecisão raivosa e cangaço ideológico de "análise ética". O que se pretende com isso? A formação dos jovens? A "reconciliação" alegada pelo Vaticano ao justificar sua ação no caso Pinochet? Prefiro crer, num gesto de caridade cristã, que nem todos os 396 bispos brasileiros leram de fato o panfleto que assinam.



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
37ª Assembléia Geral
Itaici, Indaiatuba-SP, 14 a 23 de abril de 1999

ANÁLISE DE CONJUNTURA

Subsídio à 37ª Assembléia Geral da CNBB

OBSERVAÇÕES INICIAIS

O presente texto foi elaborado por uma equipe coordenada pelo Padre Virgílio Leite Uchôa, Assessor Político da CNBB e Francisco Whitaker Ferreira, Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP). Integraram a equipe os Padres Antonio Abreu e Thierry Linard de Guertechin, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Estudos Sociais (IBRADES) e Alberto Antoniazzi, do Instituto Nacional de Pastoral (INP), e por Guilherme Delgado, da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP).

Colaboraram igualmente com sugestões, correções e observações o Pe. José Cobo Fernandez, Subsecretário Geral para assuntos pastorais da CNBB, Ir. Israel José Nery, Assessor da CNBB para a Educação e Pe. Antônio Valentini Neto, Cura da Catedral de Erechim, RS e José Sílvia de Lana Marques, do Rio de Janeiro, RJ.

I. INTRODUÇÃO

Análises de Conjuntura são necessárias para nos situar na realidade em que estamos vivendo e agindo, e podermos definir as prioridades de nossa ação pastoral. Por isso as Assembléias da CNBB, assim como as reuniões da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e do Conselho Permanente, começam com tais Análises. Por outro lado, é preciso em cada uma verificar o que mudou no quadro apresentado na precedente.

A análise feita na Assembléia de 1998 mostrava que convivemos, num país moderno e promissor, cheio de luzes e sombras, com uma imensa massa de excluídos que nem sempre a sociedade consegue ver. Hoje, entre avanços e recuos de uma ordem econômica globalizada, cada vez mais dependente de interesses internacionais e de interesses de grupos nacionais a eles atrelados, a problemática dessa massa permanece indefinida e sem solução, e mesmo sua situação está se agravando. As garantias e os mínimos sociais encontram-se progressivamente degradados.

Na verdade, estamos sendo agora frontalmente atingidos pelos efeitos perversos do processo de globalização. Fomos sacudidos pela crise monetária que há tempos nos rondava e, por causa disso, 1999 se anuncia como um ano de grandes dificuldades para o povo. Este será portanto, necessariamente, o quadro de fundo da Análise que apresentaremos este ano, uma vez que nosso compromisso preferencial é com a população sofrida e marginalizada.

Cabe a nós, como Igreja, olhar essa realidade com grande atenção, procurando descobrir quais fatos e decisões políticas, neste ano que passou, levaram o País a tomar essa direção. Nossa ótica sendo o serviço a todas as pessoas humanas, particularmente aos pobres, nossas prioridades pastorais tem que considerar que os pobres "devem ser colocados em condições de defender-se numa economia globalizada".¹

A análise feita em 1998 se iniciava por uma rememoração da caminhada histórica da Igreja na realidade brasileira, no período pós-Concílio Vaticano II. Agora, com os efeitos da globalização tornando-se cada vez mais evidentes em todo o mundo, é o próprio Papa João Paulo II que nos alerta para a nova realidade em que se dará a continuação da nossa caminhada.

¹ Exortação Apostólica Pós-Sinodal, Ecclesia in America do Santo Padre João Paulo II, Documentos Pontifícios, Edições Loyola, 1999, nº 55, pág. 63.

O Papa João Paulo II e a Globalização

A questão social criada pelas novas transformações ocorridas no mundo necessita de permanente releitura² para que a Igreja se torne eficazmente a voz dos sem voz, lembrava o Santo Padre ao comemorar o trigésimo aniversário da Populorum Progressio do Papa Paulo VI.

As perspectivas do ensinamento da Igreja no campo social evoluíram desde quando ela consolidou a preocupação em promover o desenvolvimento integral ou seja, promover "todos os homens e o homem todo". Um passo à frente foi dado com o tema da globalização da solidariedade. Este é o contraponto aos aspectos negativos da globalização dirigida pelas cegas leis de mercado, tema desenvolvido na Encíclica "Solicitude rei socialis"³.

Diante de interesses globalizados, toca-nos bem de perto o alerta do Santo Padre o Papa João Paulo II.

"Porém, se a globalização é dirigida pelas puras leis de mercado aplicadas conforme a conveniência dos mais poderosos, as conseqüências só podem ser negativas. Tais são, por exemplo, a atribuição de um valor absoluto à economia, o desemprego, a diminuição e a deterioração de alguns serviços públicos, a destruição do ambiente e da natureza, o aumento das diferenças entre ricos e pobres, a concorrência injusta que põe as nações pobres numa situação de inferioridade sempre acentuada. A Igreja, mesmo estimando os valores positivos que a globalização comporta, vê com preocupação os aspectos negativos por ela veiculados"⁴.

As proposições do Sínodo para América, transformadas em Exortação Apostólica *Ecclesia in America* pelo Santo Padre o Papa João Paulo II, soam para a hora presente do nosso País como algo de profunda dimensão profética.

Analisar a conjuntura nacional, além de ajudar a nos situar diante do que está acontecendo e diante de um futuro, até mesmo fácil de se prever, traz no seu bojo, principalmente para a Igreja, o imperativo do compromisso mobilizador e transformador. É uma questão de coerência entre a fé e a vida. O alerta do Santo Padre, sobretudo face aos pecados sociais⁵ que clamam aos céus, soa como um caminho ético e um caminho de vida, diante do qual não pode haver hesitação.

Nestes últimos tempos ele tem sido crítico a respeito do fenômeno da globalização e com os rumos dos países que adotaram sem mais o receituário neoliberal, após a queda do muro de Berlim.

Na agenda do Papa já existem muitos temas de violação dos direitos humanos sobre os quais ele tem insistido reiteradamente: o aborto, a pena de morte⁶, a proliferação de armas, entre outros. O Papa⁷, porém, vê atualmente "a ordem econômica global como uma das maiores fontes de violação dos direitos humanos"⁸.

² "É-me grato ressaltar a continuidade fundamental e a natureza dinâmica do Magistério em matéria social, no momento do trigésimo aniversário da Encíclica Populorum Progressio, pela qual o Papa Paulo VI, no dia 26 de março de 1967, a seguir ao Concílio Vaticano II e no caminho aberto pelo Papa João XXIII, propunha uma releitura perspicaz da questão social na sua dimensão mundial. Como não recordar aqui o brado profético que ele lançava, ao fazer-se voz dos sem voz e dos povos mais desfavorecidos? Paulo VI queria assim despertar as consciências, mostrando que o objetivo a alcançar era o desenvolvimento integral, mediante a promoção "...de todo o homem e do homem todo" (Cf. Populorum Progressio, 14). Cfr. "O modelo de um Estado social moderno como instrumento de defesa dos pobres", discurso do Santo Padre aos participantes na Assembléia plenária da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, L'Osservatore Romano, Edição em língua portuguesa, n° 21, 24/05/97, pág. 4 (232).

³ "Solicitude rei socialis", João Paulo II, Documentos da Igreja - Encíclicas de João Paulo II - Editora Paulus, 1997, pág. 467-544.

⁴ Exortação Apostólica Pós-Sinodal, *Ecclesia in America* do Santo Padre João Paulo II, Documentos Pontifícios, Edições Loyola, 1999, n° 20, pág. 27.

⁵ Cfr. Exortação Apostólica Pós-Sinodal, *Ecclesia in America* do Santo Padre João Paulo II, Documentos Pontifícios, Edições Loyola, 1999, n° 56, pág. 65.

⁶ Cfr. "Papa prega o fim da pena de morte", *Jornal do Brasil*, 28/01/99, pág. 11.

⁷ Renan Antunes de Oliveira, "Papa defende índios e critica a globalização", *Estado de São Paulo*, 24/01/99, pág. A-10.

Idem. "Nos EUA, Papa criticará efeitos da globalização", *Estado de São Paulo*, 26/01/99, pág. A-9. Mário Andrada e Silva, "Papa critica as mazelas da globalização", *Jornal do Brasil*, 25/01/99, pág. 7.

⁸ Newton Carlos, "Esperando João Paulo II", *Correio da cidadania*, 16 a 23 de janeiro de 1999, pág. 3.

As recentes crises econômicas mostram o lado negativo da globalização e do endeusamento do mercado. Alguns países das chamadas economias emergentes viram, de repente, suas esperanças frustradas. O documento sinodal alerta para esses riscos.

As preocupações do Papa voltam-se particularmente para a novidade atual das ações que visam reduzir o tamanho dos Estados nacionais. Preocupa-se ele com as condições necessárias para garantir os mínimos sociais, diante do avassalador desejo neoliberal de tudo privatizar, tão ao gosto da economia absoluta de mercado. O Estado verdadeiramente moderno não pode deixar de ser um "...instrumento de defesa dos pobres"⁹.

Analisar objetivamente as novas situações que podem criar risco de vida para os mais pobres e excluídos é, para nós Igreja, tarefa essencial para um compromisso pastoral mais profundo, mais encarnado.

João Paulo II agora com sua voz autorizada justifica um Estado socialmente avançado, cujas decisões no campo político e econômico favoreçam moralmente todos os homens e todas as mulheres, particularmente os excluídos, e cada um deles e delas.

Terra, trabalho e dinheiro estão entre as forças mestras do atual mundo em mutação, "mas não são mercadorias pois não provêm de produção alguma. No entanto são tratados como mercadorias. Com essa ficção, se organizaram os mercados de trabalho da terra e do dinheiro. Outorgar ao mercado a sorte dos seres humanos e de seu meio ambiente, resulta na destruição da sociedade."¹⁰ Por isso, esses três elementos estão diretamente ligados a direitos fundamentais da sobrevivência de cada um e de todos os homens e de todas as mulheres.

As eficientes corporações produtivas se reorganizam nesse mundo globalizado e ameaçam regular esses direitos fundamentais, não a partir de princípios éticos e morais, mas pelas leis inexoráveis de oferta e de procura de bens. Daí nasce a palavra mágica: *flexibilização*, onde tudo é relativizado em função de interesses dos grandes conglomerados. Os direitos sociais, por sua vez, passam a ser uma ameaça permanente a essa nova ordem globalizada. O virtual ocupa, assim, cada vez mais o espaço da vida real.

A ordem social da convivência humana passa então a ser decidida nesse âmbito virtual, prenhe de formidáveis avanços tecnológicos no campo da informação que se transmite quase instantaneamente. As forças mobilizadas e organizadas são, cada vez mais, as das corporações transnacionais. Diante dessas forças os Estados soberanos perdem espaço e poder de mediação em favor da ordem justa e do bem comum para se tornarem instrumentos de execução das decisões de grandes organismos: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial. Foi exatamente pensando nessas instituições que o Santo Padre alertou sobre a necessidade de "uma concertação entre os grandes países e a consolidação duma ordem democrática planetária com as instituições, nas quais os 'interesses da grande família humana estejam representados de modo equitativo' (*Centesimus annus*, 58)"¹¹. Segue-se daí a necessidade de que "...se consolide uma cultura de 'regras' que não se limita à promoção do simples funcionamento comercial..." pois, "quanto mais o mercado for 'global', tanto mais deverá ser equilibrado por uma cultura 'global' da solidariedade, atenta às necessidades dos mais débeis"¹².

Como será analisado adiante, o Brasil, com a recente crise, já ultrapassou a margem de risco contida naquela observação papal, pois "os efeitos das recentes crises econômicas abateram-se grave-

⁹ Cfr. "O modelo de um Estado social moderno como instrumento de defesa dos pobres", discurso do Santo Padre aos participantes na Assembléia plenária da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, L'Osservatore Romano, Edição em língua portuguesa, n° 21 24/05/97, pág. 4 (232).

¹⁰ Ver Karl Polanyi. *The great transformation*, tradução francesa, Éditions Gallimard, 1983, pág. 107-108.

¹¹ "O modelo de um Estado social moderno como instrumento de defesa dos pobres", discurso do Santo Padre aos participantes na Assembléia plenária da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, L'Osservatore Romano, Edição em língua portuguesa, n° 21 24/05/97, pág. 4 (232). "O que está em jogo não é apenas o fato de um testemunho eclesial cada vez mais pertinente, mas a construção duma sociedade que respeite plenamente a dignidade do homem, que nunca pode ser considerado como um objeto ou mercadoria, porque traz em si a imagem de Deus."

¹² "O modelo de um Estado social moderno como instrumento de defesa dos pobres", discurso do Santo Padre aos participantes na Assembléia plenária da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, L'Osservatore Romano, Edição em língua portuguesa, n° 21 24/05/97, pág. 4 (232).

mente sobre inúmeras pessoas, que ficaram reduzidas a condições de pobreza"... "Muitas delas tinham chegado, ainda há pouco tempo, a uma situação que lhes permitia olhar o futuro com alentadora esperança"¹³.

Nesse contexto o Papa lança veemente apelo "àqueles que têm responsabilidade nas relações financeiras em nível mundial, para que tenham a peito a solução do problema inquietante da dívida internacional das nações mais pobres"¹⁴.... "Exige-se, sem demora, um esforço vigoroso que consinta ao maior número possível de países sair, por ocasião do ano 2000, duma situação claramente insustentável."

Os fatos atuais, que acontecem na ordem econômica e financeira, necessitam ser repensados em escala mundial. Eles mexem na estrutura social e na qualidade de vida das nações e das pessoas. O Brasil é o alvo mais recente, atingido em cheio pelos malefícios da globalização neoliberal, pelo excesso de confiança de nossos governantes nas inexoráveis leis de mercado.

Em Busca de Novos Critérios: Ética da Vida e da Solidariedade

Percebe-se que há um conflito de natureza ética por trás dos acontecimentos e das advertências de pessoas sensatas e, particularmente, daquelas com algum tipo de responsabilidade com o bem comum da humanidade. As autoridades monetárias e os governos mais lúcidos percebem o caos que pode advir para toda economia, caso continue sem limites a ganância dos especuladores.

As pessoas preocupadas com o bem comum intuem como é injusta uma ordem em que os benefícios da produção se concentram nas mãos de poucos. Se já era complicado diante das exigências da justiça, da solidariedade e do bem comum repensar a economia de produção, equilibrar o trabalho e o capital, imagine-se agora, com esta imensa distância que se está solidificando entre o valor do dinheiro, arbitrado pelo lucro extorsivo dos especuladores, e a realidade da produção. Nessa perspectiva, deve-se começar a redescobrir como é injusta a atual ordem econômica mundial e o peso de qualquer dívida, potencializada pelo fenômeno da globalização.

A concessão do prêmio Nobel de Economia no ano passado surpreendeu e trouxe esperança de que a ética chegue mais próxima do mundo financeiro. O prêmio foi concedido ao economista indiano Amartya Sen, legítimo representante da corrente de pensamento "contra a corrente hegemônica"¹⁵. Ele foi premiado "por seus estudos sobre a pobreza e não sobre os mercados". Ele notabilizou-se por criar índices mais abrangentes para medir o crescimento humano. A qualidade de vida determinada por fatores sociais e educativos deve enriquecer as estatísticas. Caso contrário, tem-se uma distorção do que é o verdadeiro crescimento humano. O "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (PNUD) adota exatamente as categorias desenvolvidas por Amartya Sen.

"A comunidade européia, que está tão determinada em cortar déficits (públicos), para atingir níveis predeterminados, não mostra nem uma fração desse empenho em baixar o desemprego."¹⁶

"Esse é o grande problema de nossa sociedade: não nos preocupamos com os pobres, não pensamos neles. Por isso, quando, ao saber que sou economista, alguém me pede conselho sobre como investir, respondo sempre: não tenho a menor idéia e não me interessa. Aliás, o que me interessa são justamente as pessoas que jamais terão dinheiro para investir."¹⁷

¹³ João Paulo II, "Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 1999", Encarte do Boletim Notícias da CNBB, n.º 9, pág. 6.

¹⁴ João Paulo II, "Mensagem para o Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 1999", Encarte do Boletim Notícias da CNBB, n.º 9, pág. 6. A questão é também abordada na exortação "Ecclesia in America" no n.º 22: "Compreende-se ainda melhor a gravidade da situação se se leva em conta que 'só o pagamento dos juros já constitui para a economia das nações pobres um peso que priva as autoridades da disponibilidade de dinheiro necessário para o desenvolvimento social, educação, saúde e a instituição de um fundo gerador de empregos'".

¹⁵ Clóvis Rossi, "O Nobel na contramão", Folha de São Paulo, 17/10/98, pág. 1-2.

¹⁶ Palavras citadas no jornal "Público" de Portugal na sua edição de 15/10/98. A referência encontra-se em Clóvis Rossi, "O Nobel na contramão", Folha de São Paulo, 17/10/98, pág. 1-2.

¹⁷ Citado por Rubens Ricupero, "Os pobres entre nós", Folha de São Paulo, 24/10/98, pág. 2-2.

Estas afirmações mostram a seriedade do seu trabalho, bem diferente dos dois premiados no ano anterior, responsáveis pela falência da LTCM¹⁸, supostamente inventores de investimentos infalíveis e seguros.

Muitos economistas¹⁹ e pensadores²⁰ socialmente engajados alertam a respeito dos equívocos que os governos cometem ao abandonarem os pobres de seus países à própria sorte, tese dominante entre os propagadores do mercado absoluto ou entre aqueles que se deixam sucumbir diante da "hegemonia neoliberal".

Avaliar o quadro político, econômico e social brasileiro significa verificar até onde há claras opções éticas em favor da vida, pela não mercantilização da terra e do trabalho, pelo não à idolatria do dinheiro, por uma clara definição a favor dos mais fracos e vítimas da crise financeira mundial.

O testemunho pontifício é claro nesse sentido e as surpresas éticas no campo da economia nos ajudam a ter critérios para enxergar a complexa realidade brasileira na atual hora do contexto mundial globalizado. Temos, portanto, aqui um forte apoio para as decisões que tomarmos, como Igreja, face ao quadro político, econômico e social do Brasil hoje, na continuação da nossa caminhada.

II. - DESAFIOS QUE ENFRENTAMOS HOJE NO BRASIL

"Em que direção, em que sentido a realidade social brasileira está se transformando?"²¹

Foi essa a pergunta básica da Análise de Conjuntura da 36ª Assembléia Geral, realizada no ano passado. Nela chamávamos a atenção para a realidade dos 100 milhões de excluídos de nosso País, que nem sempre somos capazes de ver.

Cabe fazer a mesma pergunta em 1999. E a resposta é a de que muitas são as dificuldades para continuar enxergando o País com otimismo. Na verdade a situação dos 100 milhões de excluídos é particularmente dramática e diante deles é impossível, para quem tem o dom da fé, ficar indiferente.

Alguns fatos nos ajudam a ver melhor porque o País caminhou, acelerada e ostensivamente, em direção contrária às conquistas sociais que beneficiariam à maioria dos excluídos.

As crises de países emergentes no cenário mundial, atingindo no momento de cheio o Brasil, mostram claramente que todos os países que, por decisões políticas governamentais, seguiram à risca o receituário neoliberal globalizado, encontram-se em situação difícil: abriram suas portas ao dinheiro especulativo internacional; se endividaram interna externamente além das potencialidades reais de produção; fragilizaram as suas moedas; venderam o seu patrimônio público, que, livre das suas mazelas corporativistas, poderiam, mediante legislação adequada, proteger direitos fundamentais das pessoas, promover o bem comum e prestar melhores serviços à comunidade.

No Brasil a crise social se alastra em decorrência dos cortes orçamentários destinados ao equilíbrio financeiro do Estado, não discutidos democraticamente com a comunidade. Da mesma forma, os recursos obtidos com as privatizações não foram utilizados com o aval democrático da população.

¹⁸ "Os acontecimentos mais importantes dos últimos dias se passaram no próprio coração do sistema. Um deles foi a quebra de uma das maiores instituições de investimento dos Estados Unidos, o Long-Term Capital Management (LTCM)." "Só a moratória do LTCM exigiu um pacote de US\$ 3,6 bilhões do sistema bancário internacional para o seu resgate, quer dizer, para evitar sua quebra de forma descontrolada." José Martins, "Moratória no sul, desconfiança no norte", Análise econômica do 13 de maio - Núcleo de Educação Popular, boletim Internet, 2ª e 3ª semanas de outubro de 1998. Curiosamente este Fundo tinha na sua diretoria os dois últimos prêmios Nobel da economia.

¹⁹ John Kenneth Galbraith, "O engajamento social hoje", Folha de São Paulo, 20/12/1998, Cd. "Mais!", pág. 5-4. O texto é uma palestra do autor, realizada em Montreal no Canadá, onde avalia porque os pobres estão sendo abandonados pelos governos.

²⁰ "Para a social democracia, que reina absoluta nos países europeus, a política, é a economia; a economia, é a finança; e a finança são os mercados. É por isso que ela se esforça em favorecer as privatizações, o desmantelamento do setor público, as concentrações e as fusões de gigantescas firmas. Ela aceitou renunciar ao pacto social. Já não se trata de fixar por objetivos o pleno emprego ou a erradicação da miséria a angustia de 18 milhões de desempregados e de 50 milhões de pobres que fazem parte da União européia." Ignace Ramonet, "Social-conformismo", Le Monde Diplomatique, abril de 1999, pág. 1.

²¹ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 19.

A - O PROBLEMA CENTRAL DO DESEMPREGO

Em 1998 dissemos que, dentro do quadro extremamente desfavorável para os 100 milhões de excluídos, havia uma problema central: o desemprego.

A crise desencadeada com a desvalorização da moeda fez com que o nosso problema central continue a ser o crescimento do número de desempregados. As medidas tomadas desde outubro de 1998, quando dos primeiros acordos com o FMI, só fizeram agravar o quadro de recessão e, conseqüentemente, o desemprego crônico.

Já bem antes das medidas anunciadas diante do ataque especulativo e posterior desvalorização da moeda, o quadro de deterioração social era preocupante. A questão da crônica seca do Nordeste, agravada pela intempérie recente, acentua uma vertente do desemprego com característica regional.

Estudo recente, "traça a primeira radiografia do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, polemiza com as explicações neoliberais para o fenômeno e alerta: mantido o atual modelo, restarão ao País os empregos mais precários da globalização"²². Tal estudo procurou, objetivamente, verificar a partir de dados da RAIS - a Relação Anual de Informações Salariais -, qual o comportamento do mercado de trabalho brasileiro. A evolução da relação entre o trabalho formal e informal é estudada a partir das comparações dos PNADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio -, que são publicações oficiais do IBGE, e essas comparações abrangem o período entre 1989 e 1996.

Com base em tais informações, foi montado um quadro comparativo da situação do emprego no Brasil em relação a outros países.

Eis as principais conclusões do autor²³ desse estudo:

1. "Além de insuficientes, os empregos gerados no Brasil ao longo da década são de baixíssima qualidade. A maior parte dos profissionais preparados para as tarefas mais modernas não encontra onde exercê-las;"
2. "A causa principal é a política econômica adotada ao longo desta década. Ela atinge em cheio os investimentos públicos e privados que poderiam gerar bons empregos;"
3. "O mercado de trabalho brasileiro já é duas vezes mais flexível que o norte-americano. Relaxar direitos trabalhistas apenas agravaria a desigualdade social;"
4. "Também está furada a idéia de que a geração de empregos não está mais associada a desenvolvimento industrial. A maior parte dos bons empregos oferecidos pelo setor de serviços está ligada à indústria."

Lucro e Desemprego

Revela-se na sua crueza e dramaticidade a grande questão nacional da desigualdade e do contraste. No mesmo dia em que as estatísticas apontavam o maior índice de desemprego²⁴ em 26 anos, foram anunciados os lucros²⁵ extraordinários das instituições bancárias. O detalhe mais paradoxal é o fato de que os bancos estrangeiros são os que mais estão lucrando com a crise.

²² Antônio Martins: "O País dos sem-carteira", Resenha da Internet, 19/06/98, pág. 1. O autor apresenta uma entrevista concedida, com exclusividade à Revista dos Bancários em 12/06/98, pelo economista Márcio Pochmann, diretor-executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade de Campinas. "Participante ativo por um Brasil mais justo, Pochmann não se recusa a opinar sobre as políticas capazes de gerar bons empregos. Segundo ele, um governo comprometido com a garantia do direito ao trabalho precisa promover a reforma agrária; propor uma verdadeira reforma tributária que faça os ricos pagarem impostos; e desencadear um conjunto de medidas de distribuição de rendas".

²³ Pochmann Márcio, economista e professor da Universidade de Campinas (UNICAMP).

²⁴ Chico Santos, "Desemprego em SP é recorde com 9,18%", em Folha de São Paulo, 03/03/99, pág. 1-1 e 2-10. Cf. também Arlete Salvador "O País passa pela maior crise de emprego da história", entrevista com o economista da Unicamp Márcio Pochmann, Correio Braziliense, 28/02/99, pág. 22.

²⁵ Aloysio Biondi, "Por trás dos lucros alucinantes", Folha de São Paulo, 06/03/99, pág. 2-2. Mauro Santayana, "O bumbo e os bancos", Correio Braziliense, 07/03/99. Cf. Maria Christina Carvalho, "Bancos lucraram em janeiro além do esperado", Gazeta Mercantil, 03/03/99, pág. B-1. Cf. Alex Ribeiro, "Real fraco faz bancos lucrarem R\$ 3,3 bi", Folha de São

Fica a impressão de que tudo fazia parte de um plano bem arquitetado para lucrar nesse período de desvalorização da nossa moeda. Análises²⁶ feitas no estrangeiro apontam nessa direção. A estabilidade da moeda permitiu ao Governo garantir a sua reeleição. Em contrapartida, os bancos estrangeiros (leia-se investidores) tiveram tempo de retirar os recursos em condições favoráveis. Posteriormente retornariam mediante a promessa de aportes financeiros e manutenção de juros altos. Sabe-se hoje que muitos bancos tiveram em poucos dias lucros tão formidáveis que jamais conseguiriam nem mesmo durante um ano inteiro. "Se perguntarmos a quem interessava a inflação, vamos encontrar nos lucros dos bancos uma prova conclusiva. Se perguntarmos também a quem interessou a estabilização, descobriremos a resposta nos balanços das instituições financeiras."²⁷

Além de exportar recursos, o Brasil "exporta" empregos, conforme outra recente pesquisa²⁸ realizada. Com uma economia recessiva e de longa data escancarada ao mercado internacional, o País deixa, na verdade, de ativar a sua mão-de-obra. Os números da pesquisa revelam que, no período de 1985 a 1998, o Brasil "exportou" 1,240 milhão de empregos.

Inflação, Reposição Salarial e Judiciário

Associada à questão do desemprego está a oscilação da inflação que "atingiu 4,4% em fevereiro, o maior número desde julho de 1994"²⁹. Como o quadro nacional é recessivo, com a demanda pelo consumo reprimida, os institutos de pesquisa estão atentos. A inflação pode refluir. A alta inflacionária tende ainda a refletir o impacto de recentes aumentos, como, por exemplo, o dos combustíveis e de outros já anunciados - correios, telefones e novamente, combustíveis.

Reabre-se a questão da reposição salarial³⁰ e da queda do poder aquisitivo dos salários. É a velha discussão entre direitos, distribuição de lucros, indexação e negociações entre patrões, operários e sindicatos. A questão abala também a base³¹ de sustentação política do Governo.

A vertente política dessa discussão envolve, inclusive, a polêmica do Presidente do Senado Federal com a Justiça do Trabalho. As discussões sobre flexibilização dos direitos trabalhistas, tão a gosto dos propagadores incondicionais da livre economia de mercado, incluem uma luta para acabar com a Justiça do Trabalho. Todos sabemos que as reformas nesta área são inadiáveis. Acabar, porém, simplesmente com a Justiça do Trabalho significa, na prática, fazer prevalecer a lei dos mais fortes em toda essa discussão. O enfraquecimento do aparato judiciário seria, numa sociedade com tantas desigualdades como é a nossa, a institucionalização da injustiça.

Paulo, 04/03/99, pág.2-9. Teresa Cruvinel, "Lucros que falam", O Globo, 04/03/99, pág. 2. Cf. Nelson Breve, "Mercadante diz que dólar foi alvo de especulação", O Estado de São Paulo, 24/02/99, pág. B4.

²⁶ "Sabendo que a moeda seria estacalhada depois das eleições, o Tesouro dos EUA garantiu ao bancos americanos que podiam retirar os seus recursos para fora do País em condições favoráveis. Entre o último julho e começo deste janeiro as reservas brasileiras em dólar caíram de US\$ 70 bilhões até US\$ 26 bilhões, um sinal de que os banqueiros surrupiaram o seu dinheiro e correram." Gregory Palast "How the US seized power in Brazil", "The Observer", Londres 07/03/1999.

Cf. também Michel Chossudovsky, "Recolonização programada no Brasil", Le Monde Diplomatique, março de 1999, pág. 20. "O assalto especulativo sofrido pelo Real em janeiro de 1999 foi objeto de uma cuidadosa repartição de papéis entre os 'investidores' e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o segundo permitindo aos primeiros concluir a pilha-gem das reservas de divisas do Brasil. Com uma economia sinistrada, com setores de atividade e ativos públicos a serem liquidados a preços sucateados, o capital estrangeiro pode agora vir' fazer a feira'. Essa recolonização, contudo, encontra uma poderosa resistência em todos os setores da sociedade."

²⁷ Wladimir Pomar, "A quem interessa?", Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 7.

²⁸ José Roberto de Toledo, "Brasil 'exporta' 1,2 milhão de empregos", Folha de São Paulo, 08/03/99, pág. 3-4. O autor comenta pesquisa realizada pelo economista Márcio Pochmann da Unicamp. Cf. também Simone Cavalcanti, "Número de empregos extintos cresceu 1.528% em 98", O Globo, 06/03/99, 2ª edição, pág. 27.

²⁹ Este índice de inflação refere-se aos preços por atacado e não o valor medido nos preços de varejo, cujos índices são menores. "Informe econômico", Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 9.

³⁰ "FI condena as propostas de reajuste automático dos salários pela inflação", "Governo avisa que poderá intervir para evitar reindexação", O Globo, 11/03/99, pág. 24.

³¹ Luiza Damé, Denise Madueño, "PMDB quer reposição das perdas salariais", Folha de São Paulo, 17/03/99, pág. 1-6.

Imagens da seca e da fome, anunciada e ignorada, mas real³²

Desemprego e fome: duas vertentes graves da fratura social brasileira expostas à consciência nacional. Desde longa data, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais vinha anunciando, com base nas observações, a perspectiva do comportamento da seca neste último ano. A seca se instalou desde o norte de Minas, passando pela Bahia e por todo semi-árido do Nordeste. O Governo correu atrás do prejuízo depois do grito de alerta do povo faminto saqueando lojas e supermercados. Compreende-se e tolera-se o desespero que permite este extremo, seja porque a sobrevivência está acima do direito de propriedade, seja pelas prerrogativas do "furto famélico".

Vale a pena lembrar o esforço emergencial para levar recursos e alimentos aos flagelados da seca no Nordeste. Igrejas e Sociedade civil rapidamente se mobilizaram. Foi louvável o empenho.

Ao mesmo tempo foram anunciadas medidas³³ que reduziram o peso e a quantidade de calorias das cestas básicas distribuídas pelo Governo. "A troca foi planejada para durar sete meses e não atingirá as cestas emergenciais distribuídas às vítimas da seca no Nordeste. Essas cestas têm apenas dez quilos de alimentos."³⁴

Segundo informações, esta mudança na cesta básica se deveu à redução dos estoques oficiais de arroz e à pressão dos produtores de leite. "Sem dúvida, houve uma perda de calorias na cesta, calcula o médico Malaquias Batista, professor de nutrição da Universidade Federal de Pernambuco³⁵."

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional do Nordeste, naquela ocasião, emitiu nota alertando que "a emoção que sacudiu o Brasil e provocou a solidariedade do envio de alimentos não é suficiente: há que suscitar indignação contra a injustiça e o descaso"³⁶.

Em situações de extrema necessidade, é impossível separar o joio do trigo. É fácil encontrar os "bodes expiatórios", sob a alegação de que, por exemplo, houve incitamento aos saques de alimentos, premeditado e político. Políticas são todas as ações de pessoas e grupos humanos vivendo em sociedade. Políticas são, principalmente, as omissões governamentais e de quem tem responsabilidade pela gestão da coisa pública. Portanto, é mais fácil desacreditar quem, com a sua atuação política e mobili-

³² Barra do Onça, município de Poço Redondo é um dos assentamentos do sem-terra. Fica no alto sertão sergipano. "A família de "seu" Agenor Miguel da Silva, um legítimo sertanejo de 42 anos, é só silêncio e tristeza. Agenor, seus 12 filhos, todos menores circulam horas em volta do único prato da casa. Nem arroz, nem feijão, nem água... A fome é absurda e a miséria absoluta... Entre os 12 filhos do "seu" Agenor, uma menina franzina, cabelos alourados e com olhar profundo e distante chama atenção. Ela é Anete Alves dos Santos, dez anos. Uma foto dela foi espalhada pelo País e percorreu o mundo. Anete foi descoberta por um dos mais importantes fotógrafos do mundo, o brasileiro Sebastião Salgado"... "Mas nem a foto de Salgado, nem as exposições do MST, e nem a Campanha da Fraternidade (versão 1988 da CNBB) conseguiram livrar Anete e seus 11 irmãos da rota da fome. "Sonho que não tenho comida", diz a menina. Ela só come uma vez por dia. Esse momento de glória acontece no lanche da escola... A foto de Sebastião Salgado denunciando a miséria na região não sensibilizou as autoridades." Cristian Góes, "Imagens da seca", Isto É, 20/05/98, pág. 40.

³³ Marta Salomon, "Cesta básica do Governo perde calorias", Folha de São Paulo, 18/05/98, pág. 1-5. A nova cesta passa a ter 19 quilos de alimentos em vez de 25 quilos anteriores. "Saem cinco quilos de arroz e dois de farinha de mandioca, entra um quilo de leite integral em pó. A falta de arroz nos estoques oficiais e a pressão dos produtores de leite mudaram a composição da cesta básica distribuída pelo Governo aos municípios atendidos pelo Programa Comunidade Solidária, que somam 2 milhões de famílias carentes por mês."... "Ao mesmo tempo, o custo da cesta subirá. O valor exato dependerá do preço que a Conab pagará pelo leite que será comprado em leilão público."

³⁴ Marta Salomon, "Cesta básica do Governo perde calorias", Folha de São Paulo, 18/05/98, pág. 1-5.

³⁵ Marta Salomon, "Cesta básica do Governo perde calorias", Folha de São Paulo, 18/05/98, pág. 1-5.

³⁶ A nota da Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste I - enumera ainda várias medidas que efetivamente configurariam uma ajuda mais definitiva ao Nordeste, para superar o crônico e estrutural problema da seca e da fome: Reforma Agrária e Agrícola, que permita conviver e tirar proveito do semi-árido, tornando os poucos recursos hídricos (açudes, captação de águas pluviais) públicos e acessíveis aos pequenos produtores; mudar a política que exclui regiões e contingentes populacionais. Isso significa mudar a política dos Estados nordestinos que reproduzem a exclusão; desmascarar a jogada oportunista que procura os bodes expiatórios da existência da fome entre os improváveis insufladores dos saques; lutar para que a democratização chegue ao interior do País, construindo a cidadania, mediante a educação, saúde, emprego, distribuição de renda e participação. Cfr. Boletim da Comissão Pastoral da Terra Nacional, março/abril/maio de 1998, nº 151.

zadora, tenta mostrar as chagas estruturais da massa majoritária e excluída, existente no País e a violência³⁷ que isso significa. O Nordeste ressecado e faminto é a imagem do Brasil real. É a "Central do Brasil" para lembrar esse recente filme de tanto sucesso e que retrata e denuncia uma realidade dolorosa do País.

É evidente que o problema da fome não é de agora. Ela se agrava quando há seca prolongada. Porém, mais dramática ainda se torna a conjunção do binômio seca e fome quando é agravada pela falta de sensibilidade e planejamento adequado da parte dos responsáveis governamentais. Cai-se, assim, no quase fatalismo por causa da tardia ação mobilizadora.

Mesmo admitindo a possibilidade de exagero verbal e de ações inadequadas de alguns de seus membros, não se pode esquecer que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é uma rara e inteligente força política ainda existente no cenário nacional. E que não usa armas!

"O Movimento presta aos brasileiros um serviço inestimável ao empurrar as autoridades para frente dos problemas que, se pudessem, elas ignorariam"... "Sem o alarme do MST, provavelmente o resto do Brasil não estaria interessado na seca do Nordeste"... "Até saque de armazém obedece ao calendário regional. É uma onda que espontaneamente se ergue aos poucos para quebrar lá na frente. Se neste ano ela ficou visível mais cedo é porque desta vez o MST aprendeu a surfá-la. Ele não a inventou, como o Governo e o próprio Movimento sugerem através da imprensa. Nos últimos vinte anos houve oito secas. Todas com saques."³⁸

Algumas análises³⁹ ajudaram a aprofundar a questão. O fato novo é que o drama do Nordeste não pode ser desvinculado dos efeitos da globalização da economia. Esses efeitos são fortes hoje no nosso País em virtude das opções impostas pelo progresso da internacionalização e o conseqüente poder ampliado das nossas elites. A perpetuação das secas é explicada por tendências que procuram entender "...o passado e o presente do Nordeste"⁴⁰.

A seca é basicamente uma questão social e como tal deve ser encarada. A questão da seca ganha, assim, "uma dimensão política e ética"⁴¹.

Não é de se estranhar, portanto, na perspectiva do mercado global⁴², o desinteresse pela pobreza do Nordeste, cuja face mais dramática é a fome. Esta é a questão chave, revelada de tempos em tempos pelo fenômeno natural da seca. Porém, nessa hora, por mais que pese o fato de o Governo preferir curvar-se diante do ídolo mercado, não se pode esquecer e deixar de lado ou apenas socorrer com emoção

³⁷ "... a violência não é essencial, ela é uma possibilidade constante e uma necessidade eventual de qualquer ação política. Sobretudo quando ela se exerce em defesa própria, da vida ou da possibilidade de sobreviver numa ordem fundada na justiça". Cfr. Rubens Ricupero, "Injustiça ou desordem", Folha de São Paulo, 11/04/98, pág. 2-2.

³⁸ Marcos Sá Corrêa, "Saque não é o forte do MST", revista "Veja", 20/05/98. O articulista faz ainda outras ponderações interessantes. "O bate boca do Governo com os líderes do sem-terra... só serve para mostrar a falta que faz ao Presidente Fernando Henrique Cardoso um adversário de verdade. Sem oposição que o acue no Congresso é o assiste nas urnas, fica o País entregue à impressão de que a única voz a falar pelo lado de lá é a gritaria do MST".

"Como não detém a patente do saque, o MST corre o risco de, assumindo a sua organização, desorganizar-se. O MST faria melhor negócio se em vez de depósitos de alimentos, começasse a invadir açudes privatizados pela oligarquia improdutiva. Porque nisso o Movimento é infalível: onde ele toca, descobre-se que o Brasil está atrasado."

³⁹ Milton Santos, "A seca social", "Carta Capital", 27/05/98, ano III, nº 74, pág. 60-62. As citações que se seguem em itálico referem-se ao mesmo artigo. "Mais uma vez o Nordeste, essa incômoda personagem da vida nacional, volta à cena pública para lembrar que existe e reclamar assistência. É uma espécie de assombração que, de tempos em tempos, perturba a placidez dos espíritos e comparece como alerta à consciência de que vivemos num País fragmentado, formado de regiões contrastantes e habitado por uma sociedade bipolar, opondo dois estratos, diferenciados estrutural e profundamente, e que evoluem segundo geometrias variáveis. Agora que a ausência das chuvas exhibe novamente a vida subdramática, e que evoluem segundo geometrias variáveis. Agora que a ausência das chuvas exhibe novamente a vida subdramática de milhões de brasileiros do Nordeste, a sina secular dessa região se revela à sociedade nacional e internacional mediante a velha trilogia dramática: seca, fome, êxodo."

⁴⁰ Milton Santos, "A seca social", "Carta Capital", 27/05/98, ano III, nº 74, pág. 60-62.

⁴¹ Milton Santos, "A seca social", "Carta Capital", 27/05/98, ano III, nº 74, pág. 60-62.

⁴² Milton Santos, "A seca social", "Carta Capital", 27/05/98, ano III, nº 74, pág. 60-62. "Já agora o que conta no território tem motivações e comando distantes."... "O Nordeste torna-se apenas uma região do fazer. O investimento público fica subordinado às preocupações globalizantes no que têm de mais pragmático... de tal modo que as preocupações com a própria região perdem força. Daí o desleixo quanto à problemática do território e das populações, como é o caso das secas. O Nordeste acaba por ser uma região sem governo, ao menos para as decisões de ordem estrutural"

e paliativos "as populações e as suas formas de existência, por mais desiguais e distantes que sejam,"... pois "formam, juntas, a Nação"⁴³.

B - PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

Quais as perspectivas de evolução do problema do desemprego com todas as suas matizes e variações? Em 1998 dizíamos que dinâmicas perversas tendem a complicar a situação. O que se passa hoje?

Terra, trabalho e dinheiro, como já lembramos, são variáveis modernas de uma difícil equação a ser resolvida. "Os mercados de trabalho, da terra e do dinheiro são essenciais para a economia de mercado. Mas nenhuma sociedade pode agüentar mesmo durante curto espaço de tempo, os efeitos de um sistema baseado sobre ficções grosseiras, se sua substância humana e natural, com sua organização comercial não fosse protegida contra os estragos desta fábrica do diabo."⁴⁴ É uma equação que não pode ser solucionada se forem consideradas apenas as variáveis econômicas, financeiras e de políticas de poder. A questão é fundamentalmente de ordem ética e passa por decisões políticas inovadoras.

Se continuarmos a analisar o que está acontecendo em nosso País e no plano internacional, perceberemos que até um certo pessimismo pode nos atingir. Ou seja, dinâmicas perversas continuam a complicar a situação e isso nos perturba.

Cresceram e muito, tanto a dívida interna, quanto a dívida externa. Notícias recentes indicam agora um aumento ainda maior, uma verdadeira explosão do total da dívida pública que "entre dezembro e fevereiro cresceu de R\$ 388,667 bilhões para R\$ 500,788 bilhões"⁴⁵.

Cresceu a dependência externa, vindo desembocar na forte crise da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI). O assunto foi amplamente debatido no Simpósio sobre a Dívida Externa promovido pelo setor da Pastoral Social da CNBB, em parceria com Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), realizado em Brasília, DF (21 a 23 de junho de 1998). Este Simpósio de um certo modo antecipou o que agora está acontecendo no Brasil no que diz respeito à realidade econômica.

A hora da verdade soou para o plano econômico do Governo. A desvalorização cambial colocou em evidência os erros da condução da política econômica governamental. Inclusive a explosão da dívida, acima referida, pode ser devida a erros agora revelados: "foi uma estratégia do Banco Central para convencer o mercado de que não desvalorizaria o real"⁴⁶. O Banco Central se comprometeu a vender dólares baratos no mercado futuro, após a desvalorização. Tendo o dólar ficado mais caro e, levando-se em conta a valorização em reais da dívida externa, o prejuízo total chegou a R\$ 102,594 bilhões. Pode-se perguntar se os dirigentes desta instituição teriam o direito de arriscar dessa forma recursos públicos. Quem pagará esses prejuízos? E quem está ganhando com eles?

Por outro lado, o projeto de reeleição e o resultado das eleições fizeram o Governo refém de si mesmo e das suas alianças políticas.

Recrudescer o conluio das relações público e privado, revelado na continuidade do projeto das privatizações, sendo que a questão adquire atualmente uma conotação internacional mais forte, em virtude do quadro de dependência externa, que parece ter vindo para ficar.

O País, porém, começa a tornar-se diferente. Avolumam-se as resistências que têm o mérito político indiscutível de quebrar a hegemonia do pensamento e da prática dominante em termos de justificação das medidas políticas. Esta é certamente uma novidade positiva que pode ser detectada na evolução das coisas neste ano de 1999.

Mas vejamos mais em detalhes essas perspectivas.

⁴³ Milton Santos, "A seca social", "Carta Capital", 27/05/98, ano III, n° 74, pág. 60-62.

⁴⁴ Karl Polanyi, op. cit; pág. 108-109.

⁴⁵ "País perde \$ 103 bi com a queda do real", Folha de São Paulo, 14/04/99, pág. 1-1; 1-8.

⁴⁶ "País perde \$ 103 bi com a queda do real", Folha de São Paulo, 14/04/99, pág. 1-8.

1. Política Econômica

A política econômica do atual Governo continua a insistir numa série de fatores que: produzem necessariamente recessão, "- evidentemente sempre negada pelo discurso oficial - e conseqüente diminuição da oferta de emprego" como dizíamos em 1998; que põe em risco a soberania nacional; agrava o quadro social da exclusão; torna extremamente difícil uma solução civilizada para a questão da dívida, tanto externa, quando interna.

A Hora da Verdade

"A lógica do Plano Real fazia todo o sentido no início de um processo de estabilização. O erro fatal foi tomar o temporário pelo permanente."⁴⁷

"Erramos e era evidente a necessidade de uma correção de rumo". "Os erros devem ser corrigidos tão logo sejam claramente configurados como tal."⁴⁸

A profunda crise econômica brasileira revela-se agora na sua real nudez⁴⁹ com a recente desvalorização da moeda. O País encontra-se totalmente exposto aos interesses internacionais. Poderosos grupos financeiros influem, cada vez mais, nas decisões deliberativas da política governamental. O Fundo Monetário Internacional (FMI), é hoje o grande e ostensivo mentor das decisões governamentais na área econômica.

O acordo com o FMI e perspectivas nacionais

"O segundo mandato de FHC está completamente comprometido com a administração da recessão. Se bem sucedido, o País viverá a mais prolongada e profunda recessão, da qual sairá enfraquecido e sem projeto como nação."⁵⁰

Esta análise nos introduz bem no tema dominante desde que a crise econômico-financeira brasileira se configurou como grave no cenário mundial. O País, finalmente, foi obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵¹. A lógica de todas as decisões políticas, desde a introdução do Plano de estabilização financeira (Plano Real) até o processo de decisões políticas que culminou com a reeleição do Presidente, nos mostra um quadro de definições onde fatalmente crescerão a recessão⁵² e o desemprego.

Passadas as eleições e definido, em parte, o arranjo das forças políticas, o Governo viu-se diante da inevitável decisão de recorrer às finanças internacionais.

A "ajuda" que agora se concretiza não é, em hipótese alguma, um cheque em branco. Há uma série de exigências, entre outras, a de se controlar o crônico déficit das nossas contas públicas, ignorando-se, no entanto, por assim dizer, as conseqüências das medidas com as já citadas, da venda arriscada de dólares no mercado futuro. Uma vez mais a já sacrificada população é chamada a pagar a conta. O aumento dos impostos, a continuação das reformas fiscais, especialmente a reforma previdenciária, o corte no orçamento da União, particularmente de recursos fundamentais para área social, para o programa de renda mínima⁵³ e de pelo menos dez promessas⁵⁴ da campanha de FHC, tudo isso leva a

⁴⁷ Eduardo Gianetti, "A hora mais negra é a que precede a manhã", Folha de São Paulo, 21/01/99, pág. 5-7.

⁴⁸ Carlos Eduardo Lins e Silva, "Malan descarta controle de capitais", Folha de São Paulo, 24/01/99, pág. 2-1. O autor comenta entrevista do ministro Pedro Malan.

⁴⁹ Maria da Conceição Tavares, "O real morreu. Salvemos a nação!", Folha de São Paulo, 24/01/99, pág. 2-6.

⁵⁰ Emir Sader, "Vítima e algoz", Correio Braziliense, 30/10/98, pág. 21.

⁵¹ Cláudia Safatle, "O País quebrou com elegância", entrevista irônica e bem-humorada com o deputado Antônio Delfim Netto, Jornal do Brasil, 15/11/98, pág. 12. Segundo ele, "o Brasil quebrou, só que, nas mãos de Fernando Henrique; quebrou com a elegância que o Fernando Henrique tem..." Cf. Aloizio Mercadante, "A concordata brasileira", Folha de São Paulo, 08/11/98, pág. 2-9.

⁵² Paul Singer, "A recessão desnecessária", Folha de São Paulo, 12/11/98, pág. 1-3.

⁵³ Marta Salomon e Daniela Falcão, "Ajuste compromete renda mínima federal", Folha de São Paulo, 22/11/98, pág. 1-8. "O combate à exclusão social, apresentado como o grande objetivo do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi atropelado pelo ajuste nas contas públicas acertado com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Os cortes de gastos anunciados para 99 tiraram 83,1% do dinheiro previsto para o programa de renda mínima e reduziram à metade o projeto de

um quadro sombrio quanto ao futuro da qualidade de vida e da distribuição de renda no País e a uma crescente dependência⁵⁵ aos interesses internacionais.

Essas previsões fazem crescer as apreensões, se confrontadas com os recentes dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que mostram como estamos entre os piores países em matéria de desigualdade na distribuição de riquezas na América Latina. Segundo o estudo⁵⁶ publicado em 11/11/98 por aquele Banco, "A América Latina face às desigualdades", 5% dos mais ricos da população concentram em média, 25% da renda nacional. O Brasil, com 10% da população mais rica concentrando 47% da renda nacional, é quase campeão em matéria de concentração de riqueza. Atrás do Brasil, só o Paraguai, Honduras e El Salvador.

Além de apontar perspectivas sombrias, analistas questionam a maneira jurídica pela qual o acordo com o FMI foi conduzido pelo Governo. É fundamental considerar-se o arrazoado que na ocasião foi feito por um Senador⁵⁷, de extrema respeitabilidade, em artigo então publicado.

Em síntese, ele afirmou que o Governo cometia uma flagrante ilegalidade ao assinar um acordo com o FMI sem consultar previamente o Senado, como manda a Constituição. Porém, mais do que pedir que se respeitasse as formalidades jurídicas, o Senador via a necessidade de dar respaldo político, através dos sistemas representativos da democracia, a uma decisão grave como essa, que iria exigir de todo o povo brasileiro enormes sacrifícios. O Governo estava arriscando uma perda de apoio que poderia ser ainda mais perigosa, social e economicamente, do que as dificuldades que ora enfrentava com as reservas financeiras do País.

Por outro lado, é com ilegalidades como essa, sem que haja reação da sociedade, que se constrói uma situação cada vez mais antidemocrática.

O que acontecia no País já foi objeto de todas as "Análises de Conjuntura", para a Presidência, a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e o Conselho Permanente da CNBB, desde abril de 1998. A crítica objetiva tentou mostrar a desfiguração ética e o rumo perigoso que tomavam as decisões na área econômica no Brasil. Saltava aos olhos de qualquer pessoa de boa vontade que não poderia chegar a bom termo, em assunto de projeto nacional, a excessiva vinculação da economia brasileira aos interesses do capital financeiro internacional. Além desse vínculo com a especulação financeira, o projeto de reeleição presidencial também postergou medidas que poderiam ter sido tomadas anteriormente e em melhores condições de negociação.

A queda do Real, conseqüência da desvalorização cambial, deve ser entendida num contexto mais amplo. No estágio em que chegamos, é difícil garantir a autonomia política da Nação sem reconhecer a necessidade de engenhoso equacionamento das dívidas interna e externa. A própria Unctad⁵⁸ reconhece essa necessidade, como foi lembrado em várias "Análises de Conjuntura" em 1998.

Infelizmente, a única âncora que se encontrou, no momento, para o Real desvalorizado são os juros altos que inibem o crescimento, o investimento, a produção de bens e, em conseqüência, ampliam o já crônico desemprego⁵⁹. Nunca foram tão altas as taxas de desemprego e elas estão em ascensão. A produção industrial é a pior em sete anos⁶⁰, a inflação volta a oscilar⁶¹, aumenta a violência⁶² e reapare-

erradicação do trabalho infantil".

⁵⁴ Gustavo Patu, "Corte afeta ao menos 10 promessas de FHC", Folha de São Paulo, 11/11/98, pág. 1-8.

⁵⁵ Mauro Santayana, "A razão oculta", Correio Braziliense, 08/11/98, pág. 25. "Na verdade, como até mesmo o Wall Street Journal reconhece, o 'ajuste' não resolverá o problema das contas externas. Trata-se de manobra com objetivo muito mais sério. O que pretendem os países centrais é nos conduzir a uma situação sem saída, obrigando-nos a aceitar as cláusulas do Acordo Multilateral de Investimentos, o nome que encontraram para o novo estatuto colonial, que está sendo rejeitado até mesmo pela França. Ao ceder ao FMI, o Governo desnacionalizará a Petrobrás, o sistema hidrelétrico e as nossas terras com todos os recursos naturais, entre eles os da biodiversidade. Estaremos dispostos a isso?"

⁵⁶ João Batista Natali, "Brasil é o País mais desigual da AL, diz BID", Folha de São Paulo, 14/11/98, pág. 14.

⁵⁷ Josaphat Marinho, "Constituição e empréstimo externo", Correio Braziliense, 21/11/98, pág. 27.

⁵⁸ Órgão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, atualmente dirigido pelo embaixador brasileiro Rubens Ricuperro.

⁵⁹ Álvaro Penachioni, "Desemprego chega a 18,3% em SP", Gazeta Mercantil, 28/01/99, pág. A-12.

⁶⁰ "Indústria tem piores resultados em sete anos", Folha de São Paulo, 10/02/99, pág. 2-15.

⁶¹ "Inflação é a maior desde março de 1997", Folha de São Paulo, 10/12/99, pág. 2-1; 2-11. Cf. Isabel Versiani, "Governo

com os saques⁶³ a supermercados. Sobe o custo da cesta básica⁶⁴. Facilitou-se o endividamento externo, dificultaram-se as exportações e inibiu-se a produção real. A nossa moeda perde cada vez mais o seu lastro dentro da realidade nacional. "O País começou a projetar a imagem de uma economia distorcida que se endivida no exterior para financiar investimentos especulativos e alienar o patrimônio nacional. A recessão tornou-se inevitável."⁶⁵

A atual crise brasileira é, assim, resultado da equivocada política⁶⁶ econômica do Governo, conduzida desde a entrada em vigor do Plano Real. Ela apenas consumou-se mediante a renúncia, em janeiro, do Presidente do Banco Central.

Essa equivocada política econômica levou a dívida pública líquida total (interna e externa) do País a uma situação insustentável. Ela perdeu "a conexão com a expansão da produção e do emprego elevou-se desmesuradamente, como é o caso brasileiro do último quadriênio, a ponto de onerar o setor público consolidado com um estoque líquido de dívidas de cerca de 368,0 bilhões de reais, que deverão, somente em juros, custar ao contribuinte, no ano de 1999, de 12 a 15% do PIB (Produto Interno Bruto); a relação desta com o mundo da vida passa a ser de conflito aberto"⁶⁷.

A "ajuda" ao Brasil também se explica pelo risco que corre hoje a economia global cada vez mais controlada pelo sistema financeiro, altamente especulativo e volátil. A parada cardíaca da economia do Brasil "é mais um sintoma de que o capitalismo global não deixará a UTI"⁶⁸. As nossas reservas se foram, pois o País foi utilizado como depositário fiel, através da grande ficção monetária que foi o Real. Como nossa economia, em tempos de Real, foi toda ela orientada para a inserção subordinada a esse capitalismo global, o País corre um sério risco de ter que emitir novamente moeda e caminhar rumo à hiperinflação, num contexto altamente recessivo. O Estado deve em dólares, as empresas tam-

projeta para este ano uma inflação de 11%", Folha de São Paulo, 19/02/99, pág. 2-3.

⁶² Vanice Cioccarri, "Pesquisadores culpam desemprego pela violência", O Globo, 19/02/99, pág. 5.

⁶³ George Alonso, "Saqueados dois supermercados na capital paulista", O Globo, 19/02/99, pág. 5.

⁶⁴ "No mês, a alta já foi de 4,89% segundo o Procon-Dieese. O câmbio não explica esses aumentos, mas eles devem resultar, politicamente, numa árdua batalha no Congresso pelo aumento do salário mínimo." Teresa Cruvinel, "A cesta sobe", O Globo, 19/02/99, pág. 2.

⁶⁵ Celso Furtado, "Que moratória", Folha de São Paulo, Cad. "Mais!", 24/01/1999, pág. 5-5.

⁶⁶ "É sabido que essa nova política foi concebida nos Estados Unidos, com a colaboração de técnicos do Fundo Monetário Internacional, o que explica que não se haja tido em conta as peculiaridades do processo legislativo brasileiro, o qual está longe de ter a racionalidade ao gosto dos tecnocratas. Por outro lado, os dividendos políticos produzidos pela estabilização dos preços inebriaram os dirigentes do Poder Executivo, cujo comando se dispôs a aceitar qualquer risco que lhe garantisse a reeleição". Celso Furtado, "Que moratória?", Folha de São Paulo, Cad. "Mais!", 24/01/99, pág. 5-5.

⁶⁷ Guilherme Delgado, "A dívida pública e o mundo da vida", artigo inédito para a revista "Tempo e Presença". O autor conclui dizendo que "a saída responsável para o dilema da dívida pública passa necessariamente pela sua repactuação, reescalonamento ou renegociação de prazos e de custos, sem o que, ai sim caminharemos para uma moratória unilateral compulsória. Em síntese, o ponto fundamental do problema das dívidas acumuladas é a impossibilidade física de seu carregamento exclusivamente nos ombros do público usuário de serviços públicos ou do contribuinte despossuído de riquezas financeiras. Em razão disso e independentemente da legitimidade desse compromisso, se impõe a socialização do peso dessas dívidas com credores internos e externos que também são beneficiários dos juros extorsivos pagos pela sociedade. Nesse contexto a moratória pactuada é não apenas legítima como legal à luz do direito interno ou do direito internacional. Nossa situação tanto da dívida interna e compromissos a pagar externamente em 1999 e 2000 caminha inexoravelmente para essa repactuação. Mas para não reeditarmos à frente um novo quadro de insolvência, teremos que discutir com seriedade os limites, condições e finalidades da dívida pública tirando esse tema do círculo restrito do sistema financeiro e recolocando-o efetivamente no âmbito da esfera pública".

⁶⁸ Robert Kurz, "A capitulação do Brasil", Folha de São Paulo, 24/01/99, Cad. Mais!, pág. 5-3. O autor mostra claramente a armadilha em que se meteu o Brasil e todos os outros países emergentes que se endividaram em moeda forte. E conclui, tendo em vista a extrema potencialidade virtual dos mercados financeiros, dizendo que "o crescimento da criação real de valor já chegou a um impasse, pois as forças produtivas técnico-científicas crescem rapidamente para além da economia monetária moderna, o que pode ser deduzido do crescente descompasso entre o enorme potencial produtivo e o reduzido poder de compra"... "O capital monetário, já insuficiente para ser revestido de produção, buscou uma válvula de escape e afluíu aos salientes mercados financeiros transnacionais, que, no entanto, só podiam ser insuflados sob a forma de numerário nacional, embora cada vez mais alheio à circulação da respectiva economia interna. Em outras palavras, o numerário monetário fictício, livre das amarras, deu início a um 'baile de máscaras das moedas', ao pular permanentemente dessa para aquela 'fantasia' monetária, a fim de especular com as oscilações das taxas de câmbio de livre flutuação, sem jamais ter de se fixar em investimentos estratégicos de caráter imóvel."

bém, e toda a produção depende de componentes importados. Os preços de produtos primários ou manufaturados para exportação, hoje em dia, equiparam-se aos preços internacionais. Restam dois caminhos: dolarização⁶⁹ plena ou emissão de moeda.

As medidas agora propostas internamente pelo FMI, já que o Governo não fez em tempo hábil o dever de casa da reforma fiscal, todas elas penalizam com impostos e obrigações os já sobrecarregados e explorados de sempre: assalariados e aposentados. Há também outras razões que levam a desconfiar de que o estrito controle dos gastos públicos, ou não se fará, ou encontrará muitas e fortes resistências⁷⁰ por diversos motivos.: a qualidade da aliança governista, a pressão dos endividados, a ameaça de inflação, o aumento do desemprego e os problemas do Mercosul.

Nem de longe se pensa em cortar privilégios nem taxar ou investigar grandes fortunas descobertas pela simples cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras).

Nesse sentido, é extremamente significativa a entrevista⁷¹ do Secretário Nacional da Receita Federal. Suas revelações mostram que quase tudo seria resolvido, em termos de ajuste fiscal, se apenas se conseguisse cobrar a sonegação revelada pela cobrança da CPMF. E mais ainda, o estudo revela que a sonegação não é peculiaridade do setor informal, mas antes de pessoas jurídicas de grande porte. Infelizmente, a legislação atual, conclui o secretário, não permite a utilização das informações para abrir processos de cobrança.

A polêmica⁷² recente envolvendo denúncias⁷³, reabre a questão ética do conluio entre o dinheiro público e a usurpação do mesmo pela iniciativa privada e grupos subterrâneos, agindo em "circuito fechado"⁷⁴.

Circularam, também, notícias de que grandes bancos⁷⁵, "a maioria de instituições estrangeiras"⁷⁶, fizeram operações fora do comum antes da desvalorização cambial, se utilizando de informações privilegiadas, obtendo com isso rápidos e fantásticos lucros.

Risco à Soberania Nacional

A Análise de Conjuntura, apresentada na 36ª Assembléia Geral da CNBB, enfatizou o que foi chamado de "submissão incondicional do Brasil ao modelo econômico neoliberal que prevalece no

⁶⁹ "Não se deve perder de vista que a crise econômica atual poderá ter conseqüências estratégicas da maior relevância para o Brasil. Se a flutuação cambial não for bem conduzida, se o Banco Central não souber protegê-la da excessiva volatilidade dos movimentos internacionais de capital, aumentará a pressão para que o Brasil caminhe na direção de algum esquema de subordinação monetária ao dólar e faça outras concessões aos EUA." Paulo Nogueira Batista Jr. "Uma opinião subversiva", Folha de São Paulo, 18/02/99, pág. 2-2.

⁷⁰ Cf. Antônio Brussi, "Requiescat in pace 'revolução heterodoxa'", Polêmica - Informativo do CA de Ciência Política - UNB, Janeiro de 1999, pág. 4.

⁷¹ Claudia Safatele, "Quase um PIB escapa do Fisco", Jornal do Brasil, 24/01/99, pág. 15. Segundo o secretário da Receita Federal "cerca de R\$ 825 bi de renda tributável no País estão fora do alcance da Receita Federal".

⁷² Eli Gaspari, "Ligações perigosas constroem o Governo", Folha de São Paulo, 17/02/99, pág. 2-5.

⁷³ Denúncias levantada pelo economista Paul Krugmann e, posteriormente, por ele mesmo desmentidas de que o novo presidente do Banco Central, Arminio Fraga, teria repassado informações privilegiadas ao seu ex-patrão, George Soros, mega especulador internacional. Cfr. Paul Krugmann, artigo inédito na revista eletrônica Slate da Microsoft, 12/02/98. Em 16/02/99 Krugmann publica nota desmentindo as suas afirmações especificamente contra Arminio Fraga. Cf. Igor Gielow, "Krugmann nega ter provas contra Fraga", Folha de São Paulo, 17/02/99, pág. 2-1. Marcelo Diego, "Krugmann pede desculpas a Arminio Fraga", Folha de São Paulo, 18/02/99, pág. 2-4.

⁷⁴ "Essa prática não é exclusiva da ciranda financeira e da cotação do valor do dólar. Concorrências, planos de obras, processos de privatização, são muito fartas as fontes potenciais de informações privilegiadas. Todas valem dinheiro, porque geram muito dinheiro e, no conjunto, compõem um verdadeiro mercado subterrâneo de informações em circuito fechado." Jânio de Freitas, "As fontes subterrâneas", Folha de São Paulo, 19/02/99, pág. 1-5.

⁷⁵ Vicente Nunes (colaborou Mônica Izaguirre), "BC apura vazamento na mudança de câmbio", Gazeta Mercantil, 09/02/99, pág. B-1. "O assunto vem sendo tratado com grande sigilo pelos fiscais do Banco Central porque as suspeitas do vazamento de informações estão recaindo sobre pessoas que fazem ou fizeram parte do primeiro escalão do próprio Governo." Cf. Altair Silva, "O BC fareja o mercado de câmbio", Gazeta Mercantil, 10/02/99, pág. A-1 e B-1.

⁷⁶ Clóvis Rossi, "Mais folia no BC", Folha de São Paulo, 17/02/99, pág. 1-2.

... mundo"⁷⁷. Após a crise da desvalorização cambial, está cada vez mais clara a profunda ingerência do FMI⁷⁸ nos rumos da economia do País.

O País ao aceitar a submissão à ordem internacional, torna-se vulnerável em duas direções: terá sua economia real cada vez mais desvinculada da produção real - o que significará recessão e desemprego ainda maiores - e perde autonomia para discutir o grande nó daquela submissão incondicional que é a dívida externa acumuladas nestes últimos anos.

Muitas vezes se levantaram quanto às questões embutidas nos acordos⁷⁹ com o FMI como o aumento da alíquota da CPMF de 0,20% para 0,38%. Naquela ocasião ele previa que estas "acabarão sendo aprovadas na base do 'rolo compressor'. Não se discutirão as conseqüências nefastas sobre o sistema financeiro nacional, sobre a taxa de juros, sobre as distorções alocativas e sobre o nível de atividade com a desculpa de que (na opinião do FMI) se trata de salvação nacional."⁸⁰

A estratégia⁸¹ do FMI parece ser a de vencer pelo cansaço, já que há, da parte do Governo, uma visível hesitação a respeito de qual caminho seguir. Vencido pelo cansaço, o País será definitivamente entregue ao sistema financeiro internacional.

Tudo indica que o País está na contramão da história⁸², onde os mais sacrificados serão novamente os mais pobres.

Precariedade Democrática

Apregoa-se pelo Brasil afora um certo alívio, diante do sufoco das turbulências acontecidas no mês de janeiro último com a desvalorização da moeda. Depois das investidas do capitalismo mundial contra a economia brasileira e de muitas trapalhadas do executivo governamental, o País encontra-se com um novo Presidente do Banco Central, cujo nome foi aprovado pelo Senado Federal. As autoridades financeiras, particularmente dos EUA, estão satisfeitas. As medidas econômicas, apesar de serem anunciadas pelo Presidente Fernando Henrique, estão sendo de fato ditadas, cada vez mais, em consonância com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Secretário⁸³ do Tesouro norte-americano.

As metas acertadas com o FMI em outubro de 1998 foram refeitas. Foi concedido um substancial aporte inicial de recursos, o que facilitou o equilíbrio da taxa de câmbio, evitando os efeitos danosos e inflacionários da moeda estrangeira sobrevalorizada. Há necessidade de se prestar atenção nos avanços na estabilização do câmbio, pois eles contêm algumas armadilhas e ambigüidades⁸⁴. Ninguém garante que o Governo, tendo errado uma vez, não errará outra e que a crise tenha chegado ao fim⁸⁵.

⁷⁷ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 28.

⁷⁸ "Acordo reafirma parceria com FMI", Gazeta Mercantil, 6 e 7/02/99, pág. A-8. "Novo acordo com o FMI exige mais ajuste fiscal", Gazeta Mercantil, 6 e 7/02/99, pág. A-7.

⁷⁹ Carlos Eduardo L. da Silva, "FMI espera CPMF para liberar US\$ 9 bi", Folha de São Paulo, 18/02/99, pág. 2-1.

⁸⁰ Antônio Delfim Netto, "Provisório é permanente; errado é certo", Carta Capital, 03/02/99, pág. 43.

⁸¹ "A estratégia do FMI parece ser prolongar a recessão até que o paciente aceite a adoção de um sistema de 'currency board', ou seja, a plena dolarização, à semelhança do ocorrido na Argentina. Isso significa nada menos que compartilhar com o sistema financeiro internacional o governo do país. Diante dessa perspectiva temos que reconhecer que a moratória é um mal menor, pois evita a abdicação de responsabilidade de se autogovernar." ... "Persistir na política moratória é um mal menor, pois evita a abdicação de responsabilidade de se autogovernar." ... "Persistir na política moratória é um mal menor, pois evita a abdicação de responsabilidade de se autogovernar." ... "Persistir na política moratória é um mal menor, pois evita a abdicação de responsabilidade de se autogovernar." ... "Persistir na política moratória é um mal menor, pois evita a abdicação de responsabilidade de se autogovernar." Celso Furtado, "Que moratória?", Folha de São Paulo, Cad. "Mais", 24/01/99, pág. 5-5.

⁸² José Luís Fiori, "A ilusão do desenvolvimento", Folha de São Paulo, 24/01/94, Cad. Mais!, pág. 5-4, 5-5.

⁸³ "Quando o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos Robert Rubin era criança, ele sonhou em tornar-se Presidente do Brasil. Agora esse sonho tornou-se realidade" ... "A crise é parte do plano. Somente numa situação de pânico pode o Brasil. Agora esse sonho tornou-se realidade" ... "A crise é parte do plano. Somente numa situação de pânico pode o Brasil. Agora esse sonho tornou-se realidade" ... "A crise é parte do plano. Somente numa situação de pânico pode o Brasil. Agora esse sonho tornou-se realidade" ... "A crise é parte do plano. Somente numa situação de pânico pode o Brasil. Agora esse sonho tornou-se realidade" ... "A crise é parte do plano. Somente numa situação de pânico pode o Brasil. Agora esse sonho tornou-se realidade" Gregory Palast, "How the US seized power in Brazil", "The Observer", Londres 07/03/1999.

⁸⁴ André B. Ripa, "Governo x dólar: a falsa vitória", Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 9.

⁸⁵ "Nada será fácil este ano, e nos próximos. Há muitas dívidas, dilemas pela frente. Mas o mercado respira aliviado

O acordo com o FMI, além do mais, coloca no País rédeas cada vez mais curtas em termos de recursos passíveis de serem gastos, para evitar o ataque especulativo à moeda. Há metas a serem cumpridas e credibilidade a ser restaurada para que, de fato, os créditos internacionais cheguem até nós. De qualquer modo, é uma lógica perversa e as leis do mercado financeiro simplesmente são insaciáveis. Algumas medidas governamentais⁸⁶ recentes até incentivam troca de dívida no exterior entre empresas e bancos e facilitam a oferta de recursos externos ao País.

Fala-se agora, mesmo no âmbito do FMI, na privatização⁸⁷ do que resta de emblemas nacionais: Banco do Brasil, Caixa Econômica e "o mais precioso símbolo da capacidade do povo brasileiro" a Petrobrás. O Governo pretende colocar à venda 33% do capital votante dessa última empresa, o "que favorece enormemente a privatização em um momento seguinte"⁸⁸. Já se prevêem mudanças nesse sentido.⁸⁹

Pode parecer curioso mas, segundo analistas⁹⁰, deve ter alguma justificativa o fato de o diretor-gerente do FMI anunciar, lá fora, que o Brasil privatizaria⁹¹ aquelas estatais, desmentindo o próprio Presidente da República⁹². Este, por sua vez, foi nesse assunto contraditado⁹³ pelo seu próprio Ministro da Fazenda. Tudo indica que "há acordos secretos do Governo com o FMI e credores internacionais"⁹⁴.

Mas a novela não termina aí. O mesmo diretor do FMI refutou, em recente entrevista⁹⁵, qualquer "responsabilidade do organismo na atual situação brasileira". "A recessão atual deve-se a erros cometidos pelo Governo brasileiro e não pelo programa imposto pelo FMI... Os brasileiros estão pagando um preço elevado pelas variações apresentadas pelo Governo no período eleitoral e pós eleitoral".

O custo⁹⁶ de todas essas medidas na vida da população não demorará a aparecer, embutido em todos os cortes orçamentários⁹⁷ e no desvio de verbas sociais denunciado por entidades idôneas⁹⁸.

Estudo⁹⁹ recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰⁰ revela "a cristalização das tendências iniciadas nos anos 80"... "O Brasil é um País injusto. Os dados mostram que,

porque o Banco Central está derrubando o dólar com dinheiro emprestado." Miriam Leitão, "Longe do fim", O Globo, 11/03/99, pág. 24.

⁸⁶ Sheila D'Amorim, "Nova medida aumentará oferta de dólares no País", O Globo, 11/03/99, pág. 26.

⁸⁷ Maria Luíza Abbott, Leandro Peres e Aziz Filho, "Novo acordo exige ritmo mais acelerado nas privatizações", O Globo 09/03/99, 3ª edição, pág. 21.

⁸⁸ Joel Rennó, entrevista ao Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 6. "Vendendo 33% das suas ações agora, o Governo passará a deter 50% mais uma ação - o suficiente para assegurar-lhe o comando da companhia. Mas, de 50% mais uma ação a 50% menos uma ação, o intervalo é mínimo."

⁸⁹ Roberto Cordeiro, Marcelo Aguiar e Sueli Campos, "Estrangeiros já poderão comprar Petrobrás ON", O Globo, 11/03/99, pág. 26.

⁹⁰ Aloysio Biondi, "O Congresso e os acordos secretos de FHC", Folha de São Paulo, 20/03/99, pág. 2-2. "A bondade do FMI não é gratuita. O Brasil está sendo vítima de uma das maiores chantagens internacionais já vistas, para 'entregar', a preço de banana, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, as últimas empresas energéticas e, obviamente, o petróleo."

⁹¹ Clóvis Rossi, "Brasil estuda privatização do BB e da Caixa, diz FMI", Folha de São Paulo, 17/03/98, pág. 1-4. O autor comenta declarações do diretor-gerente do FMI Michel Camdessus.

⁹² Leandro Peres, Shirley Emmerich e Christiane Jungblut, "Clóvis de Carvalho diz que Governo não tem intenção de privatizar BB Caixa", O Globo, 04/03/99, pág. 24.

⁹³ Shirley Emmerich e Maria Lima, "Malan admite privatizar BB e Caixa", O Globo, 03/03/99, pág. 19.

⁹⁴ Aloysio Biondi, "O Congresso e os acordos secretos de FHC", Folha de São Paulo, 20/03/99, pág. 2-2.

⁹⁵ "Para FMI, recessão é culpa só do Governo brasileiro", Folha de São Paulo, 20/03/99, pág. 2-3. Notícia de Nova Iorque e agências de notícias internacionais repercutindo entrevista de Camdessus ao jornal econômico francês "Les Echos".

⁹⁶ Antônio Carlos Seidl, "FMI errou no Brasil, afirma Jeffrey Sachs", Folha de São Paulo, 07/03/99, pág. 2 12.

⁹⁷ Abnor Gondim, "Governo corta verba para crianças e adolescentes", Folha de São Paulo, 24/03/99, pág. 1-4. Cf. também Daniela Falcão, "Governo tira R\$ 2,04 bi da área social", Folha de São Paulo, 28/02/99, pág. 1-11.

⁹⁸ Cf. "Nota técnica", Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), Brasília, DF 05/03/99. O referido documento chama atenção para o fato de que o Governo desviou US\$ 1 bilhão de recursos do Banco Mundial destinados ao "combate à pobreza e proteção às crianças... para o pagamento da dívida externa".

⁹⁹ Fernanda da Escóssia, "País envelhece e fica mais violento, diz IBGE", Folha de São Paulo, 11/03/99, pág. 3-4. "O

embora os indicadores venham melhorando, as desigualdades permanecem". Os dados da pesquisa mostram que o País já não é tão jovem, cresce a violência, particularmente nos grandes centros urbanos. É de se prever, colocadas as condições de evolução da crise financeira do País com previsão de altos custos sociais, que haja uma maior cristalização da injustiça social e das desigualdades.

O quadro político continua instável, afetado que foi pela debilidade econômica do projeto governamental. Crescem as artimanhas políticas, diante da fragilidade institucional da nossa democracia.

Não faltam vozes para apregoar saídas radicais e casuísticas, criando a instabilidade¹⁰¹ política. Ouve-se falar em parlamentarismo, encurtamento de mandato, "impeachment". Os aventureiros podem ocupar os espaços, diante de um Presidente visivelmente fragilizado.

"Este quadro deprimente - porque desnuda a precariedade da nossa democracia - decorre de um dilema real: ou a cidadania assiste, impotente, à mais devastadora entrega do patrimônio do País aos capitais estrangeiros ou vai às ruas para frear esse processo. Este dilema - e não o radicalismo de alguns opositores - é o fator gerador da instabilidade política atual".¹⁰²

Começa-se a viver um tempo de aceleração política. A classe remediada do País sente-se profundamente humilhada por ter acreditado no sonho de consumo permanente, concretizado até há bem pouco tempo mediante uma moeda sobrevalorizada. Os fatos estão a demonstrar que o sonho acabou. Aos poucos, amadurece a idéia de que tudo foi fruto do receituário neoliberal aplicado ao País e que a crise tem um verdadeiro responsável: o Governo de Fernando Henrique, aliás, em queda vertiginosa de popularidade segundo recentes pesquisas¹⁰³.

Tudo isso, no entanto, segue numa verdadeira rota de colisão com a sociedade. Torna-se agora mais fácil para o cidadão comum perceber as contradições da atual política econômica, pois já não existe o lenitivo do consumo fácil e abundante. Todos, principalmente os assalariados, estão convocados a pagar mais ônus financeiro com a prorrogação e aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF, "a última de uma proposta de aumento de impostos, anunciaram vários líderes governistas que parecem dizer a verdade"¹⁰⁴. Com isso, o Congresso Nacional acha que fez e concluiu a sua parte na atual crise.

Alguns se perguntam, ainda, quem será, no presente ou futuro, responsabilizado¹⁰⁵ pelo enorme prejuízo¹⁰⁶ "que fez descer pelo ralo cerca de US\$ 45 bilhões, levando de roldão os propalados lucros obtidos com os leilões de nosso patrimônio público"¹⁰⁷. Isso é particularmente dramático, quando se sabe que a geração atual no poder, parte dela, tem ligações com outros grupos que, juntos, "lutamos, corremos perigos, tínhamos esperanças, acreditamos em vitórias e vimos frustrados os sonhos que tínhamos para o Brasil"¹⁰⁸.

Brasil continua um País com duas realidades", Estado de Minas, 11/03/99, pág. 6.

¹⁰⁰ A publicação leva o nome de "Síntese de indicadores sociais". "Ainda que forneça uma visão geral e recente sobre o País, a Publicação do IBGE não permite um acompanhamento imediato da evolução histórica dos indicadores sociais." Fernanda da Escóssia, "País envelhece e fica mais violento, diz IBGE", Folha de São Paulo, 11/03/99, pág. 3-4. Cf. também Rosa Lima, "Brasil 2º em homicídios" Jornal do Brasil, 11/03/99, pág. 6.

¹⁰¹ Plínio de Arruda Sampaio, "Nuvens carregadas no horizonte político", Boletim Rede, n.º 74, fevereiro de 1999.

¹⁰² "Turbulências de novo" - Editorial - Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 2.

¹⁰³ Maurício Athaide, "Pesquisa aponta queda na popularidade de FHC", Estado de Minas, 11/03/99, pág. 3. José Roberto de Toledo, "Crise aumenta reprovação de FHC em SP", Folha de São Paulo, 07/03/99, pag. 1-12.

¹⁰⁴ Márcio Moreira Alves, "O bom e o ruim", O Globo, 11/03/99, pág. 4.

¹⁰⁵ Janio de Freitas, "Cabeças do desastre", Folha de São Paulo, 07/03/99, pág. 1-5.

¹⁰⁶ "Novo câmbio custou US\$ 40 bi", Jornal do Brasil, 16/03/99, pág. 11.

¹⁰⁷ Frei Betto, "A apoplexia das esquerdas", Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 8.

¹⁰⁸ "Adiando decisões sobre o câmbio, aceitando multiplicar por sete a dívida interna que recebera, o Governo Fernando Henrique dilapidou o patrimônio herdado das gerações passadas, provocou uma recessão profunda, cujo fim não se vê, jogou milhões de brasileiros no desemprego e no desespero. Nem a moeda conseguiu defender. A política de juros alucinados fatalmente levará a uma moratória da dívida interna. A sociedade e a sua representação política não aceitarão indefinidamente transferir para os investidores e banqueiros o resultado dos impostos que paga." Márcio Moreira Alves, "Triste geração", O Globo, 07/03/99, pág. 4.

O Governo insiste, prisioneiro da lógica na qual se envolveu, e "dobra a aposta no cassino financeiro"¹⁰⁹, sai à cata de novos recursos¹¹⁰ no exterior, facilita¹¹¹ a entrada de recursos e tenta recuperar a credibilidade perdida com a crise.

A Dimensão Política da Crise

É bom não esquecer as dimensões políticas da atual crise no País. É significativo o fato de que a forma mais contundente de reação tenha partido do governador Itamar Franco, que já foi Presidente da República. Mas as lideranças sociais têm tido dificuldades para se articularem. A imprensa hegemônica e os empresários, até então governistas, estão assustados. Vários líderes da oposição também se levantaram, alguns até propondo a renúncia do Presidente, causando grandes polêmicas¹¹². Ainda é uma incógnita a reação das massas populares.

Há uma preliminar em toda essa discussão. É arriscado apostar na quebra das instituições democráticas como meta política. O caminho é o de questionar profundamente o atual modelo econômico implantado no País e a forma pela qual o Governo continua insistindo em justificá-lo.

Hoje temos o País submetido aos ditames e interesses dos especuladores financeiros internacionais. A Sociedade civil está à margem de todas as discussões e o Congresso Nacional é induzido a tudo aprovar. As medidas de ajuste fiscal são apresentadas sem alternativas, como se fossem a salvação da pátria ameaçada.

A mídia ainda mantém uma lamentável complacência, mesmo abalada nas suas convicções e interpretações. "O Governo obteve espetacular sucesso em sua trajetória de encurrular o País. Do Congresso, hoje obterá tudo. Se não for obstado pelos governadores, continuará em sua marcha para a completa centralização econômica, além de reduzir drasticamente a concorrência política mediante reformas partidárias e eleitorais, em tramitação com o apoio suicida da classe política".¹¹³

A base de sustentação política governamental antes fascinada pelo pensamento hegemônico veiculado pela mídia, até a desvalorização cambial de janeiro de 1999, aos poucos vai dando sinais de que procura o seu próprio caminho a curto e a longo prazo. Começam a jogar para as platéias prevendo as eleições de 2002 e jogam uma cortina de fumaça sobre as questões de fundo da crise econômica do País.

O Presidente do Senado se mobiliza em torno da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, enquanto o Presidente da Câmara escolhe outro caminho. Reabre a questão dos projetos engavetados de reforma do Poder Judiciário. Ambos estão em visíveis campanhas para ocupar espaços políticos na opinião pública. O Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) deixam de ser apenas partidos de sustentação do Governo e procuram, agora, caminhos independentes.

Tudo isso acontece diante de um Executivo que se esfacela, desacreditado diante do abalo do Plano Real. Há riscos de confronto de poderes e desmoralização das instituições, o que vem sendo prontamente respondido pelas diversas manifestações e mobilizações do Poder Judiciário.

A Insistência de Submissão Incondicional do Brasil ao Modelo Econômico Neoliberal e ao FMI Pode Levar o País a Repensar a Questão da Sua Dívida Interna e Externa

Ainda é cedo para dizer que a atual situação brasileira não levará o País a adotar uma moratória não desejada nem planejada. Isso já aconteceu por duas vezes: em 1987, "na fase esgotada do Plano Cruzado", e em 1989, "pelo então ministro Mailson da Nóbrega". Tudo indica que, se o atual Gover-

¹⁰⁹ Léo Lince, "A aceleração do tempo político", "Correio da Cidadania", 13 a 20 de março de 1999, pág. 2.

¹¹⁰ Clóvis Rossi, "Malan e Fraga saem em busca de US\$ 20 bilhões", Folha de São Paulo, 10/03/99, pág. 1 e 2-3.

¹¹¹ Lu Aiko Otta, "Governo alivia taxa sobre aplicação externa", O Estado de São Paulo, 16/03/99, pág. B1.

¹¹² Tarso Genro, "Por novas eleições presidenciais", Folha de São Paulo, 25/01/99, pág. 1-3.

¹¹³ Wanderley Guilherme dos Santos, "Nostalgia do silêncio", Folha de São Paulo, 24/01/99, Cad. Mais!, pág. 5-7.

no vier a adotar a moratória, ele o fará pela força dos fatos e pela falta de uma decisão política que equacionasse de outra maneira a questão.

Não se enxerga, infelizmente, no horizonte da ação política dos partidos em geral e da sociedade civil nenhuma articulação consistente para tratar de uma maneira correta a questão da dívida. Os partidos de oposição e outros agentes que ocupam o espaço político parecem mais voltados para interesses imediatos, aproveitando-se da fragilidade do atual Governo.

Há quem¹¹⁴ pense também que está em processo de gestação um plano muito mais audacioso, chamado o Real 2, a ser implantado "se forem criadas condições políticas especiais, com grande fragilização da sociedade". A alternativa à moratória seria a dolarização¹¹⁵ da economia, ou seja, ela passaria "a depender do tamanho das nossas reservas em dólares". Seria o fim do Mercosul e estaria aberto "o caminho para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca)". Seria completada "com êxito a privatização das grandes estatais restantes, com destaque para a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o que resta do setor elétrico, além de franquear ainda mais o nosso território para as operações do grande capital globalizado".

Privatizações, Acordos, Serviços Públicos e Ética

"O Brasil, quando tinha a Telebrás, poderia também almejar um melhor lugar nesse mundo futuro, já muito presente. Ao liquidar a Telebrás, reafirmou a sua opção preferencial pela miséria."¹¹⁶

É importante reconhecer que o Brasil precisava mudar a maneira de conduzir a política das telecomunicações e o jeito de gerir as estatais. Nesse campo, herdamos alguns vícios da época da ditadura militar. As telecomunicações e as estatizações conheceram grande avanço naquele período. Por razões de segurança nacional, o modelo implantado, se de um lado era eficiente e tecnicamente bom para a época, o mesmo não se podia dizer quanto à lógica do bem comum e democracia na gestão da coisa pública.

Observe-se "que as esquerdas entraram muito mal e erradamente nesse debate. Identificaram a política de privatizações como um projeto neoliberal e resolveram bater contra."

A questão central, na prática, era a de como manter um projeto nacional, democrático, controlado pela Sociedade civil e não apenas perpetuar o pacto vigente entre capital privado e a União como controladora, acionária majoritária que era das empresas de telecomunicações. Esse pacto era fruto da época da ditadura militar. Em outras palavras, a privatização das telecomunicações visava romper esse pacto, mantendo o caráter público e nacional de tais empresas.

Aliás, a mesma reflexão vale para a privatização das outras empresas estatais, como por exemplo a Petrobrás. Até agora as principais empresas estatais, na prática, são empresas de economia mista, onde a União é a acionista majoritária. Com esse esquema, particularmente no período militar, as elites empresariais privadas foram as mais privilegiadas pelos benefícios das estatais.

No caso das telecomunicações, "teria sido melhor democratizar de vez o controle dessas empresas, convocando os seus acionistas a assumirem o seu comando e reduzindo a participação do Estado às dimensões reais do seu capital, resguardando certos interesses estratégicos do País". "É isso que os europeus estão fazendo: pulverizando as ações das suas empresas de telecomunicações e mantendo, nas mãos do Estado, uma parcela minoritária, porém estratégica"¹¹⁷.

¹¹⁴ Cf. entrevista do economista César Benjamin ao jornalista Antônio Martins, Correio da Cidadania, 27/02 a 06/3/99, pág. 9.

¹¹⁵ "Estudo sugere adoção da moeda americana ou câmbio fixo em toda a América Latina". Cf. "BID debate dolarização", Jornal do Brasil, 16/03/99, pág. 15.

¹¹⁶ Marcos Dantas, "Futuro das telecomunicações no Brasil é a subserviência", "Correio da Cidadania", 8 a 15/08/98, pág. 5. As outras citações em itálico, sem outra referência, dizem respeito ao artigo citado.

¹¹⁷ "A Telefônica tem 12% de capital estatal: o resto pertence a bancos espanhóis e ao público (1,5 milhão de acionistas), sendo que ninguém pode ter mais de 10% do capital." Marcos Dantas, "Futuro das telecomunicações no Brasil é a subserviência", "Correio da Cidadania", 8 a 15/08/98, pág. 5. As notas em itálico a seguir referem-se à mesma citação.

A democratização e um novo modelo de empresa sob controle de interesses nacionais, isto sim era o que deveria ter acontecido e não simplesmente a manutenção do Estado como acionista majoritário.

Infelizmente a mobilização da sociedade civil e de sindicalistas não entenderam o que se passava. "A idéia da BRASIL TELECOM, em sua essência, era a de transformar a Telebrás numa empresa sob o controle de 4 milhões de brasileiros, no mínimo." "Agora ela está sob o comando e posse de alguns milhares de espanhóis, portugueses, norte-americanos, associados a um punhado de banqueiros, especuladores, parasitas e testas-de-ferro brasileiros."

O mais grave em toda essa questão é que, assim configurada, a empresa depende de outra lógica. "Passam a operar conforme a lógica do mercado e da maximização de lucros." O sistema como funcionava antes da venda, mesmo que operasse em prejuízo em certas cidades, garantia, em princípio, o acesso universal à comunicação. Era possível a cobertura desses serviços em áreas eventualmente deficitárias pela alocação de recursos de regiões mais densas e rentáveis. Difícilmente os novos proprietários manterão essa atitude compensadora. Mais cedo ou mais tarde, pequenos municípios ou áreas mais distantes do País vão necessitar de recursos públicos, caso queiram continuar a ser atendidos pelos serviços de telefonia.

Aliás, isso já aconteceu no caso da Telemar ou Tele Norte-Leste que envolve a antiga Telerj e outras telefônicas. Essa empresa acabou nas mãos de brasileiros, vendida com apenas 1% de ágio sobre o preço mínimo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) financiou 25% da compra¹¹⁸. Será que alguém adivinha por que não houve interesse por parte dos estrangeiros em comprá-la? Eram as empresas mais problemáticas e sem a perspectiva de lucro fácil pois requeriam, de imediato, muitos investimentos.

Além da lógica de mercado, as decisões de investimentos passam pelo Conselho de Diretores das novas empresas, todos eles no exterior. Mesmo que haja uma diretoria brasileira, dificilmente essa deixará de ser submissa a aquela que estará em Washington, Madri, Lisboa ou Roma. "As companhias estrangeiras que compraram os sistemas brasileiros de telecomunicações vão olhar para esses sistemas como parte dos seus sistemas mundiais globalizados e vão investir neles em função das suas estratégias de expansão mundial."

E nem se diga que a ANATEL¹¹⁹ deverá e poderá controlar os contratos. Terá condições e força política suficiente, diante de tamanha pressão internacional?

Na verdade, o que falta é o controle e a pressão da sociedade civil para exigir, de fato e de direito, que todos esses serviços atendam às necessidades reais da população e aos interesses do País.

Outra coisa é se perguntar: no atual processo de privatizações e em particular no das telecomunicações, o Governo se ligou efetivamente a um projeto nacional estratégico, público e democrático? Tudo indica que não. O leilão das telecomunicações teve todas as características de um grande negócio financeiro, internacional e nacional. A maior preocupação era a de simplesmente fazer caixa para resolver o crescente déficit em conta corrente, em virtude de outras opções políticas e econômicas.

A equipe econômica, além do mais, em hipótese alguma aceitou levar os recursos do leilão para a área de investimentos sociais. Bem que o Presidente ensaiou e logo teve que voltar atrás nas suas afirmações¹²⁰.

Um Processo pouco Transparente

Dois assuntos distintos vieram à tona a respeito da privatização das telefônicas: um dossiê, aparentemente forjado, que revelara possíveis contas em paraísos fiscais pertencentes ao Governo e seus

¹¹⁸ Marcos Dantas, "Tele Norte-Leste é 'reestatizada' após o processo de privatização", Correio da Cidadania, 15 a 22/08/98, pág. 4.

¹¹⁹ Agência Nacional de Telecomunicações, prevista e criada pela Lei das Telecomunicações.

¹²⁰ Sucursal de Brasília, "Governo não usará verba com social" - Dinheiro das teles abaterá dívida pública - Folha de São Paulo, 31/07/98, pág. 1-9; Celso Pinto, "Uma ponte para a eleição", idem, "O sucesso além do esperado no leilão da Telebrás ajudou a tranquilizar o cenário das reservas externas até a eleição presidencial. Salvo uma crise surpresa, vinda da Bolsa americana ou da Ásia, não deverá haver sobressaltos." "...As inconsistências fiscais e das contas externas brasileiras, contudo, persistem e é cedo para falar em mudança mais profunda de humor."

aliados do PSDB, e as fitas gravadas de diálogos¹²¹ entre o então Ministro das Comunicações, o então Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o grupo interessado na compra das estatais telefônicas.

É bom lembrar que todos esses episódios aconteceram exatamente no momento em que o Congresso Nacional discutia as reformas requeridas para garantir os recursos necessários para avalizar o empréstimo de US\$ 41 bilhões concedido ao Brasil pelo Fundo Monetário Internacional, que trouxe repercussões profundas nas áreas sociais, em razão do corte de verbas orçamentárias, do aumento do desemprego e da recessão, e da nova legislação da previdência social. Teria sido uma mera coincidência? Uma cortina de fumaça?

As notícias e as informações sobre os episódios mostraram o conflito existente entre o legal, o justo e o ético na vida pública do País. Quase sempre a solução do conflito se formaliza num pacto entre as elites dominantes que se autodefendem. Mas existem cidadãos acima de qualquer suspeita, mesmo que violem os princípios fundamentais da ética e da moralidade pública?

Tais episódios também trouxeram à tona a evidência de como a nossa cultura está profundamente impregnada pela ética e lógica do mercado financeiro, sem critérios maiores que não os do lucro a qualquer preço.

Os fatos revelaram, também, como o processo de desmantelamento da coisa pública, mediante o mecanismo de privatização em curso, mais parece uma briga de facções financeiras, de grupos empresariais, do que uma verdadeira reestruturação do patrimônio público. A falta de transparência, a desinformação da opinião pública, bem como a ausência de uma ampla discussão mostraram as lacunas desse processo.

É o caso de aqui se lembrar a teoria das duas éticas, já exposta na Análise de Conjuntura¹²² feita em 1998.

Sobre esta questão de promiscuidade entre funcionários públicos e o setor privado, vale a pena relembrar, ainda, o que foi então dito: "talvez já seja hora de começarmos a pensar, no Brasil, em como impedir a extrema promiscuidade que se verifica entre, de um lado, nossos Bancos e órgãos públicos encarregados da política econômica e monetária e, de outro, instituições financeiras privadas. Funcionários de uns e outros trocam postos e também informações e redes de relações. Em países mais civilizados, há procedimentos de quarentena que poderíamos adotar"¹²³.

O problema, portanto, não é novo, mas o momento talvez seja extremamente oportuno para enfrentá-lo de vez. Trata-se claramente de uma questão ética, campo do qual a Igreja não pode se ausentar, para que a política sirva efetivamente ao bem comum, na opção preferencial pelos pobres, e não como instrumento de poder e de enriquecimento dos políticos.

O episódio dos grampos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos poucos sumiu do noticiário. A relação promíscua "público"- "privado", questão ética chave, foi até justificada por motivos de esperteza de mercado. Como outras questões envolvendo altas esferas do poder (SIVAM, Pasta Rosa, Precatórios, compra de votos para a reeleição), tudo some como por encanto e as investigações seguiram o seu curso apenas na tentativa de se encontrar um "bode expiatório".

Porém, não é apenas a questão ética que está em jogo. Na verdade "não fosse o escândalo dos grampos, as operações de privatização seriam consideradas pela opinião pública desinformada, e

¹²¹ Dialogantes: o então Ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Lara Resende, o então Presidente do BNDES e, principalmente, Pêrsio Arida um dos sócios do Banco Opportunity. Os três já trabalharam juntos no Governo José Sarney (1985-1989). Arida, até 1995, foi Presidente do Banco Central do Governo Fernando Henrique. O diálogo está transcrito na revista VEJA, 18/11/98, pág. 52-53 e ampliado na revista Carta Capital, nº 87, 25/11/98.

¹²² Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 22. Cf. também Mauro Santayana, "O que é mesmo ética?", Correio Braziliense, 22/11/98, pág. 31.

¹²³ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 29.

mesmo pelos pseudo-técnicos 'deformados' deste País, como operações vitoriosas"¹²⁴. É preciso estar atento, pois que está em jogo é o desmonte do Estado e a pilhagem do patrimônio público, entregue à ganância do capital nacional e internacional, absolutamente sem escrúpulos. "O jogo que interessa restaurar é o do fortalecimento das instituições democráticas, a começar pela restauração da independência dos poderes do estado, da federação e dos direitos de cidadania. Só isso poderá lançar as bases de uma nova aliança política capaz de nos salvar do naufrágio da aliança conservadora que domina a cena político-econômica brasileira."¹²⁵

2. Reforma Agrária

E a Reforma Agrária, apontada em 1998 com um dos caminhos mais diretos para o enfrentamento do problema do desemprego?

O Governo tem sido pródigo em tentar instrumentalizar a Igreja e a enfraquecer sua missão profética, mediante "marketing" feito junto aos meios de comunicação social pelas visitas periódicas - como já aconteceu por duas vezes neste último ano - do Ministro da Reforma Fundiária a personalidade importante como o Papa João Paulo II.

Não parece, contudo, evidente nem transparente que a prática governamental queira, de fato, realizar a reforma agrária, conforme o pensamento da doutrina social da Igreja, particularmente expresso no documento¹²⁶ do Pontifício Conselho "Justiça e Paz", ou mediante efetivo diálogo com entidades representativas em nível nacional.

Nos últimos tempos cresceu a violência no campo com notícias de conflitos e assassinatos. Observa-se, ainda, um forte acirramento de disputas entre o Movimento do sem-terra (MST) e o Governo. O MST continua insistindo na sua política de ocupações como o único espaço que lhe resta diante das opções governamentais em curso. O Governo deseja ardentemente transformar a Reforma Agrária em mais um dos instrumentos da economia de mercado, cada vez mais presente nos rumos da política no País.

Na verdade a grande questão mais recente entre o MST, o Governo e Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo "gira em torno da reestruturação da Reforma Agrária e da política relativa à agricultura familiar"¹²⁷. A perspectiva governamental passa, não pelo processo de democratização da terra, mas antes pelas ações que visam a incentivar a descentralização e a agricultura familiar.

A descentralização¹²⁸ visa a colocar recursos vindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial nas mãos dos estados e das prefeituras. Essa descentralização tem o claro objetivo de esvaziar o MST, pois os pequenos produtores e os sem-terra se aglutinarão em torno de evidente política de clientela localizada nos estados e nos municípios.

A agricultura familiar, assim, acabará sujeitando as suas pequenas unidades produtivas aos grandes empreendedores rurais e aos apadrinhados dos prefeitos, quase sempre grandes latifundiários. A terra deixará de ser um direito democrático e uma conquista dos trabalhadores rurais. Estes tornam-se obrigados a se adaptar ao grande sistema produtivo do complexo agro-industrial moderno. Abre-se a porta para ingerência e controle estrangeiro¹²⁹ no que diz respeito a empréstimos a projetos como o chamado "Cédula da Terra".

¹²⁴ Maria da Conceição Tavares, "O leilão dos perdedores", Folha de São Paulo, 29/11/98, pág. 2-12.

¹²⁵ Maria da Conceição Tavares, "O leilão dos perdedores", Folha de São Paulo, 29/11/98, pág. 2-12.

¹²⁶ "Para uma melhor distribuição da terra", - O desafio da reforma agrária - Pontifício Conselho "Justiça e Paz, Ed. Paulinas, série "A voz do Papa", n° 155, 1998. Cf. Brasil - Desafio e esperança- Análise de Conjuntura, Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998 Anexo 2, pág. 49-56.

¹²⁷ "Governo x MST: quem tem razão", Correio da Cidadania, 13 a 20 de março de 1999, pág. 8.

¹²⁸ Hugo Marques, "Reforma prevê parceria entre Governo e Estados", O Estado de São Paulo, 12/03/99, pág. A10.

¹²⁹ "Intromissão externa na Reforma Agrária, Correio da cidadania, 20 a 27 de fevereiro de 1999, pág. 5.

A provável corrupção detectada na aplicação da desapropriação por interesse social (terras excessivamente valorizadas, compra de funcionários, etc.) tudo isso pode ser eliminado, seja "pela participação das organizações dos trabalhadores", seja pela "gestão transparente em todos os níveis"¹³⁰.

É evidente que o MST fez avançar a reforma agrária. A sua luta mostra conquistas sociais e populares das mais importantes nestes últimos tempos no Brasil. O seu caráter mobilizador, eficaz, educativo e produtivo questionou princípios imutáveis da propriedade privada sem a sua dimensão de destinação universal e social. A presença do Movimento no contexto de luta pela terra obrigou o Governo a tomar algumas importantes decisões políticas e administrativas.

Iniciativas como o Banco da Terra/Cédula da Terra/Leilões da Terra até que poderiam funcionar, caso fossem adotadas como instrumento de crédito às iniciativas populares e sob seu controle, pois "caso o Banco da Terra possa oferecer crédito aos produtores agrícolas que não têm terra ou têm pouca terra, ele será um instrumento de democratização da propriedade"¹³¹.

Mas as atuais medidas governamentais indicam que todo e qualquer investimento no humano que não apresente resultados imediatos, e que exija subsídios sociais para se viabilizar, é visto como suspeito e deve ser eliminado, em nome da idolatria do dinheiro e do mercado. "A desapropriação deixa de ser o modelo predominante para a reforma agrária"¹³². O avanço nesses últimos anos foi possível pelo fato de ter existido esse instrumento. E, ainda, a atual demanda social somente será atingida se ele continuar a existir.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, que reúne significativas organizações, recentemente tomou posição a respeito da atual política governamental. Encontra-se, em anexo a esta Análise de Conjuntura, o texto em que o Fórum avalia a situação do problema da terra no País.

3. As perspectivas internacionais

O panorama internacional é preocupante, mas existem alguns sinais de esperança.

Em 1998 denunciemos o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) como um "desastre que está se preparando"¹³³. O quase esfacelamento¹³⁴ desse Acordo só foi possível graças a iniciativas que começaram pequenas. Aos poucos, por força de pressões dos movimentos sociais dos próprios países ricos foram se aglutinando tomadas de posição que levaram a um recuo estratégico da França. Foram, então, abandonadas as negociações ao final de 1998. Novas investidas estão sendo preparadas, agora no quadro das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas já existem iniciativas, concretas e articuladas, com propostas capazes de mudar, ainda que lentamente, o curso das especulações financeiras e a terrível ameaça dos direitos absolutos dos investidores.

Há imensas esperanças de que a Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos - ATTAC¹³⁵ possa ser, num futuro próximo, um forte instrumento de resistência¹³⁶

¹³⁰ Texto de discussão inédito do Instituto de Estudos Socio-Econômicos (INESC), Brasília DF.

¹³¹ Texto de discussão inédito apresentado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC) de Brasília, DF.

¹³² Rodrigo França Taves, "MST vai combater extinção do Procerá" - Crédito para assentados será feito com juros mais altos e sem-terra protestam - O Globo, 11/03/99, pág. 8.

¹³³ Cf. "As perspectivas internacionais": Brasil - Desafio e esperança" - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, n° 2 pág. 37.

¹³⁴ Christian de Brie, "Comment l'AMI fut mis en pièces", Le Monde Diplomatique", dezembro de 1998, pág. 21. Cf. também Noam Chomsky, "Finance et silence", idem.

¹³⁵ Já são mais de 4.000 membros quotistas, até outubro de 1998. Ritmo de adesões é elevado e já existem muitas ramificações fora da França, inclusive no Brasil. ATTAC, 9 bis, rue Valence, 75005, Paris, França - fone 01-43-36-30-54; fax 01-43-36-26-26; Site Internet: <http://attac.org> correio eletrônico: attac@attac.org

¹³⁶ É significativo destacar a ação militante, quase missionária, de Bernard Cassen, Diretor do jornal francês Le Monde Diplomatique, impulsor da idéia de colocar em prática a taxa ao capital especulativo solto pelo mundo e que tanto estrago traz às economias dos Estados nacionais. A presença de Cassen no Brasil - no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Porto Alegre, por iniciativa de várias entidades, entre as quais a Comissão Brasileira Justiça e Paz, - fortaleceu o debate em torno da aplicação da taxa Tobin, bem como estimulou a criação neste País dos grupos ATTAC.

mundial capaz de, efetivamente, impor limites¹³⁷ e reordenar¹³⁸ recursos financeiros em circulação pelo mundo. Esta organização já "constitui uma força marcante no debate público francês, e ela suscita um interesse crescente no estrangeiro"¹³⁹. Propõe, entre outras coisas, "bloquear a especulação internacional, taxar as rendas de capital, impor sanções aos paraísos fiscais, impedir a generalização dos fundos de pensão..."¹⁴⁰.

Trata-se de "reconquistar os espaços perdidos pela democracia em benefício da esfera financeira e rejeitar qualquer novo abandono da soberania dos Estados a pretexto do 'direito' dos investidores e dos negociantes". O movimento deve "assumir as bandeiras que melhor traduzem, em seus países, a luta para livrar as sociedades da tutela dos mercados"¹⁴¹.

É preciso, portanto, impulsionar a criação da associação ATTAC em nosso País, tarefa na qual já se encontra intensamente empenhada a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP).

C - PERSPECTIVAS DE AÇÃO

A crise central do País é de credibilidade. O Governo perdeu credibilidade interna junto ao povo que acreditava na moeda forte. O financiadores externos da moeda se retraíram e a duras penas e sob muitas condições o Governo tenta novamente atraí-los. O grande drama governamental é o de como recuperar a credibilidade. Ao longo do primeiro mandato, o Governo FHC foi gradativamente perdendo a interlocução com amplos setores da sociedade organizada, com os trabalhadores, com a comunidade universitária, com a quase totalidade dos partidos de oposição, com lideranças representativas do Judiciário.

Há no momento também a dificuldade de interlocução com os governadores, por causa das dívidas dos Estados. A vitória eleitoral para o segundo mandato foi construída em cima da estabilidade, última âncora de credibilidade que acaba de ruir.

A verdadeira união nacional se fará em torno de questões centrais que afligem o povo: emprego, saúde, alimentação, transportes, moradia. Trata-se de recuperar os benefícios sociais, resgatar as dívidas sociais restaurando os compromissos com o povo e com as suas lutas.

Causa muita apreensão, evidentemente, a ida incondicional e submissa do Brasil ao FMI. Há interesse quase que exclusivo em defender os investidores, para restaurar a credibilidade do País e, ao mesmo tempo, garantir a estabilidade da nossa moeda. Falta vontade política aos nossos dirigentes em buscar alternativas. Esperou-se tempo demais, as reservas do País caíram e há compromissos de curto prazo pela frente. Reduzem-se, assim, as possibilidades de negociações. Mais ainda, não há transparência e não se discutiu amplamente os termos do acordo, nem no Congresso Nacional nem com a Sociedade civil organizada.

O protocolo conjunto, assinado pelas nossas autoridades da área financeira e pelo FMI, indica pistas onde se percebe o caráter lesivo aos interesses da população. As perspectivas são de recessão e agravamento do desemprego. O mesmo se percebe no esboço¹⁴² de acordo de ajuste fiscal, já recentemente aprovado pelo Congresso Nacional.

Tudo indica que as autoridades brasileiras mantiveram e ainda insistem nas regras do jogo para os investidores, "evitando, às custas de um pesado ônus cambial e fiscal para a Nação que eles sejam penalizados com prejuízos 'injustos' decorrentes de mudanças inesperadas...". "Se, no tempo das

¹³⁷ Cf. Análise de Conjuntura, mês de dezembro de 1998. Cf. Cláudia Antunes, "Taxa Tobin dá boa polêmica", Jornal do Brasil, 03/03/99, pág. 6.

¹³⁸ Cf. Análise de Conjuntura, mês de janeiro - fevereiro de 1999.

¹³⁹ Attac et Bercy, Le Monde Diplomatique, novembro de 1998, pág. 6.

¹⁴⁰ Attac et Bercy, Le Monde Diplomatique, novembro de 1998, pág. 6.

¹⁴¹ Resenha da Internet, 2/3/99, pág. 2.

¹⁴² Mônica Izaguirre, Maria Helena Tachinardi e Vicente Nunes, "Acordo com o FMI define o ajuste fiscal", Gazeta Mercantil, 21/10/98, pág. A-1 e A-4.

vacas gordas, o Real aumentou a concentração de renda, ampliou a pobreza absoluta e intensificou o desemprego,¹⁴³ pode-se imaginar o traumatismo que a sociedade brasileira vai sofrer sob os programas de austeridade e reestruturação ditados pelos organismos financeiros internacionais."¹⁴⁴

Algumas ponderações¹⁴⁵ se impõem diante do quadro nacional, face à crise financeira. Tudo indica que estamos diante de uma profunda recessão. A exigências de ida do Brasil ao FMI foi extremamente exorbitante. A situação de recessão pode durar de 2 a 3 anos com conseqüências imprevisíveis para a vida do povo.

Insistir numa visão apenas economicista é apostar que a crise é inevitável e que nada pode ser feito a não ser exigir medidas heróicas da parte do povo. Sabe-se, porém, que existem alternativas, desde que se queira romper com a idolatria do dinheiro, mediante atitudes éticas.

III. - PISTAS DE ATUAÇÃO

A sociedade brasileira olha para a Igreja Católica com respeito e confiança como voz dos que não têm voz. E a atitude da Igreja de fazer a análise da situação nacional pode ser melhor entendida à luz da palavra do Papa João Paulo II e das advertências das pessoas de bom senso, que a felicitam por esta sua demonstração de profetismo.

Enquanto o Governo, diante da crise no País, convoca a população à união em defesa da sua própria credibilidade e a da moeda nacional, a Igreja se ocupa, em primeiro lugar, com os sofrimentos do povo. Ela, na prática, dá prioridade aos pobres, ou seja, toma partido pelos mais pobres.

É que para a Igreja há um discernimento a ser feito e uma clara posição a ser tomada, tornando bem evidente em torno de que objetivos devemos nos unir. Não se trata, evidentemente, da união em torno da confiança nas instituições de mercado. O discernimento da Igreja, e que ela propõe à sociedade, é em torno de uma perspectiva ética, chegando em seguida a propostas de uma nova ordem econômica, mais solidária e mais justa. Várias entidades nacionais - como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) - já manifestaram as suas apreensões diante da atual conjuntura nacional e se sintonizam com a iniciativa da CNBB.

A cada ano que passa, se faz necessário reforçar nossa união e assim renovar o nosso otimismo - nossa esperança - diante do quadro nacional nada promissor. Há alguns pequenos sinais propondo outros caminhos. Observa-se, por exemplo, algumas resistências maiores e positivas, como a mobilização dos governadores e os movimentos em torno de taxação dos capitais financeiros especulativos.

E preciso aproveitar e potencializar todas as brechas que permitam a entrada de novos valores éticos na atual realidade social brasileira. É urgente mudar o rumo das decisões políticas e sociais, que penalizam e muito a vida do nosso povo. Isso exige forte mobilização e empenho de todas as forças sensíveis em recuperar as graves dívidas sociais do País.

Como já aludimos, há muitas razões para denunciar as condições do acordo que foi feito com o FMI. O acordo fere o bem comum do País e foi firmado num círculo fechado sem participação e discussão da sociedade. Não houve transparência a respeito do que realmente foi acordado e que interesses internacionais estão em jogo. O acordo, além do mais, fere a Constituição. Os pobres e os excluídos, uma vez mais, serão os mais atingidos. Espera-se uma palavra profética de alerta à nação a ser proferida pelas Igrejas em geral e que estimule a palavra de outras instituições da Sociedade civil.

O clima político atual, paradoxalmente, provoca o povo para uma cidadania ativa, quase como uma exigência para se encontrar saídas, conforme detectam muitos analistas¹⁴⁶.

¹⁴³ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - 36ª Assembleia Geral da CNBB, Edições Loyola, pág. 24-26.

¹⁴⁴ Antônio José da Silva, "Rumo à submissão total", Correio da Cidadania, semana de 17 a 24 de outubro de 1998, pág. 6.

¹⁴⁵ Feitas a partir de uma pequena reunião informal com Dom Jayme Chemello e alguns assessores em 02/10/98 na sede da CNBB.

¹⁴⁶ "...é tempo de voltar à inspiração original e de reagir por meio da mobilização popular. Os responsáveis devem reconhecer os erros com humildade e pedir a ajuda do povo." "...o sentimento de solidariedade, de participação em um projeto comum, única força capaz de transformar a massa amorfa, desesperada, em povo organizado, para a esperança e para a ação, única possibilidade de salvar o real e de dar à moeda o povo que lhe faz falta." Rubens Ricupero, "Moeda sem povo", Folha de São Paulo, 28/02/99, pág. 2-2.

As oposições, contudo ainda não avançaram no enfrentamento do projeto neoliberal. A tese da moratória, questão altamente discutível, e que teria sido a pequena ponta do iceberg para se pensar, de fato, como começar a romper o círculo vicioso de espoliação, não foi suficientemente explorada.

O perdão das dívidas, em tese, faz parte, de longa data, dos grandes propósitos dos festejos jubilares das Igrejas¹⁴⁷, da agenda política de Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos partidos políticos de esquerda. Apesar de motivações diferentes, há um encontro político de tais intenções, bastante significativo para o atual momento histórico do País e do mundo.

As Igrejas - neste final de milênio - e as ONGs têm se articulado bastante em plano internacional em busca de ações efetivas no sentido da justa solução das dívidas dos países pobres. Fica, porém, em aberto um desafio para todas as instituições: como concretizar esta questão da dívida externa, de maneira objetiva e operacional, a partir da atual conjuntura.

É preciso trabalhar a problemática do equacionamento da dívida como um importante e necessário gancho para se tentar um projeto maior que atenda verdadeiramente aos interesses nacionais, sem desvinculá-los do resto do mundo, mas fugindo "do curto prazo e da aceitação da globalização como um fenômeno contra o qual é impossível lutar"¹⁴⁸.

O tratamento diferenciado a ser dado à dívida dos países pobres, caso fosse assumido de maneira ativa¹⁴⁹, ampla, democrática e planejada, reforçaria a tese de que é preciso enxergar o País e o mundo, cada vez mais, a partir da grande maioria dos excluídos. Estes fazem parte da grande realidade encoberta, para a qual já se chamou fortemente a atenção na Análise de Conjuntura¹⁵⁰ feita na 36ª Assembléia Geral de 1998. E o terrível é que os excluídos nunca são levados em consideração quando se discute a atual crise financeira mundial.

A nossa "Dívida externa" "cujo nome... se tornou emblemático durante muitos anos", e identifica "o processo histórico que foi criando dependência financeira, com graves conseqüências para os países pobres dentro dos países ricos"¹⁵¹, exige solidariedade "com aqueles que mais sofrem as conseqüências da dependência financeira". Há, assim, necessidade de que todas as forças ativas da sociedade assumam um papel ativo na superação de todas as dívidas.

O processo de endividamento externo e interno (público e privado) pela atual política econômica, excessivamente dependente de financiadores externos, "é responsável pela verdadeira inversão das prioridades sociais nos orçamentos". Essa situação, associada ao pouco investimento econômico, cria a recessão e o desemprego. "Tudo isso evidentemente não se traduz apenas em números mas num imenso inferno humano de degradação, violência, destruição física e psicológica das pessoas, especialmente dos mais pobres."

¹⁴⁷ O Conselho Nacional de solidariedade dos bispos franceses recentemente entrou nessa campanha. É a chamada operação "Jubileu 2000 - Anulemos a dívida dos países pobres". "Assim, a página web da Conferência Episcopal daquele País (<http://www.ccf.fr>) anima os católicos a assinar o texto de um pedido nesse sentido, que será apresentado ao Governo francês e aos representantes dos sete países mais industrializados do mundo, que se reunirão em Colônia (Alemanha) no próximo dia 19 de junho." (Fonte da informação Agência ZENIT, Roma Itália)

¹⁴⁸ "Incertezas na economia...", afirmação da economista e ex-Deputada Federal Maria Conceição Tavares em entrevista concedida ao "Correio da Cidadania", 13 a 20 de março de 1999, pág. 9. Cf. também Maria Conceição Tavares, "Acerto de contas", Folha de São Paulo, 07/03/99, pág. 2-2. "É tempo de reler os velhos mestres brasileiros e retomar a construção interrompida do País, deixando de ser vítimas da visão de curto prazo e da aceitação da globalização como fenômeno contra o qual é impossível lutar."

¹⁴⁹ "Já a moratória 'ativa' estaria a serviço de outros objetivos, sobretudo de ampliar autonomia e a soberania do País e de reduzir a grande instabilidade econômica potencial que, inevitavelmente, está associada à manutenção de laços estreitos com os credores internacionais." Jurandyr Negrão, "Qual moratória", Correio da Cidadania, 6 a 13 de março de 1999, pág. 6.

¹⁵⁰ "Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura", subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 21.

¹⁵¹ Cfr. Documento final do Simpósio sobre a dívida externa, realizado em Brasília entre 21 e 23 de junho de 1998, patrocinado pelo Setor de Pastoral Social da CNBB, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC) e Coordenadoria Eclesiástica de Serviço (CESE). Texto publicado no encarte do boletim "Notícias da CNBB, nº 429, 30/07/98. As outras citações em itálico referem-se ao mesmo documento.

É evidente que tal situação exige uma mudança substancial na ordem financeira internacional. Toda aquela dívida apresenta "em comum uma sobrecarga de obrigações à sociedade, cujas conseqüências são de várias naturezas": compromete "o desenvolvimento das gerações mais jovens", aumenta a "dependência econômica do País", limita os gastos sociais nos orçamentos públicos, causa a perda de soberania nacional pela submissão à lógica do capital financeiro internacional e impõe ônus compulsório ao povo simples e desprotegido.

Tudo isso é, evidentemente, intolerável sob o ponto de vista ético e teológico. A busca do cumprimento da vontade de Deus, a solidariedade com os irmãos, e o perdão, aliado ao restabelecimento da justiça social, manifestam que, especialmente no que diz respeito ao poder mobilizador do ano 2000, "a comunidade cristã pode e deve usar ... sua voz em face da questão crucial da dívida externa e do modelo econômico dominante"

1 - Reconstruir a nação brasileira

O desafio maior que hoje se apresenta parece ser o de encontrar caminhos para, por assim dizer, reconstruir a Nação brasileira, para que ela seja capaz, enquanto Nação, de superar os problemas que afligem a imensa maioria de sua população. O processo vivido nos últimos anos constituiu, mais do que uma interrupção da construção do País¹⁵², um verdadeiro processo de desconstrução, comandado pela globalização. A tarefa é difícil, e exige o empenho de toda a sociedade.

A CNBB poderia contribuir para isso provocando, mediante a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), um diálogo amplo com vários setores da sociedade (OAB, ABI, parlamentares, ONGs e outros) para debater uma pauta de assuntos neste campo.

Eis alguns dos assuntos que poderiam estar em pauta: fazer um levantamento, a partir das realidades locais, de iniciativas que propiciem a melhor qualidade de vida das pessoas; discutir uma nova maneira de analisar os indicadores do crescimento humano; discutir as repercussões na economia do Brasil das medidas de ajuste anunciadas pelo Governo, tais como o corte das verbas sociais, o aumento de impostos e outras, tendo em vista as exigências do acordo para obtenção de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI); discutir o impacto dessas medidas no crescimento da recessão e desemprego; planejar como sair da crise, articulando alternativas fora do "dogma" da idolatria do dinheiro; propor iniciativas para mitigar o sofrimento do povo.

2 - Continuar o empenho da Campanha da Fraternidade: ir às causas do desemprego e intensificar a solidariedade

A questão do desemprego continua central no debate da situação nacional. A Campanha da Fraternidade deste ano mostrou em todos os debates, encontros e conversas, que a Igreja, mediante esse seu compromisso, está sensível, atenta a esse crucial problema da atual conjuntura nacional e com força mobilizadora da opinião pública.

Emerge na opinião pública a consciência de que a Igreja, ao questionar o desemprego, o faz a partir das suas causas e, entre elas, destaca que, atualmente, o País está excessivamente exposto e dependente em relação ao capital estrangeiro especulativo e às decisões políticas e administrativas, adotadas em consonância com as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O povo espera, confiante, que a Igreja se antecipe em favor da dignidade humana e de uma proposta de nova postura ética diante da crise nacional e que continue a se empenhar na "globalização da solidariedade" e, ainda, que amplie o diálogo sobre o tema da Campanha da Fraternidade com todas as forças políticas e organizações da Sociedade civil.

3 - Ampliar as ações em torno do resgate das dívidas sociais

¹⁵² Cfr. Celso Furtado, "Brasil a construção interrompida", Editora Paz e Terra, 2ª edição.

"A proximidade do jubileu do ano dois mil coloca em evidência a importância teológica e pastoral do tema das dívidas. Muito mais do que uma questão periférica e ocasional, a questão das dívidas está no cerne da proposta do jubileu, mas também no cerne do novo relacionamento que Cristo veio estabelecer e propor, tanto assim que ele colocou esta questão na 'oração' que ensinou aos discípulos, síntese prática de todo o seu evangelho."¹⁵³

É oportuno relembrar as conclusões do Simpósio sobre a dívida externa, realizado no âmbito dos eventos da 3ª Semana Social Brasileira pelo Setor de Pastoral Social da CNBB, em junho de 1998. Entre as suas decisões encontra-se a realização do "Tribunal da Dívida Externa" nos próximos dias 26 a 28 de abril no Rio de Janeiro, RJ.

Tais iniciativas práticas e que são de caráter ecumênico, conseguem com mais facilidade despertar solidariedade, consciência de cidadania e ampla mobilização, pois envolvem Igrejas, movimentos populares, grupos da sociedade civil organizada. E é importante não esquecer as iniciativas internacionais como, por exemplo, a já mencionada ATTAC.

E nesta tarefa as comunidades das Igrejas poderiam estimular o surgimento de pequenos fóruns de discussão e mobilização, juntamente com a sociedade civil e os movimentos populares.

4 – Terra, Reforma Agrária, Seca e Fome no Nordeste

"Um clamor que nos vem do Nordeste"¹⁵⁴, este foi o apelo da 36ª Assembléia Geral da CNBB. Hoje podemos nos perguntar até onde esse apelo adquiriu força de mobilização, aliada a outras iniciativas da Sociedade civil em torno da questão da seca e fome no Nordeste.

Muitos foram os bispos que, naquela ocasião, ressaltaram em suas entrevistas a tradicional doutrina da Igreja, compreendendo e justificando¹⁵⁵ os saques¹⁵⁶ no Nordeste como "questão de legítima defesa"¹⁵⁷ pois, "agir dessa forma, em caso de extrema necessidade, segundo a lei não é crime"¹⁵⁸.

Alguns enfatizaram o emprego político da seca usada como força de manutenção do poder na região: "com o povo passando fome, é mais fácil comprar votos". E assim a seca¹⁵⁹ continua um problema crônico no Nordeste¹⁶⁰ pois "os políticos não têm interesse em resolvê-lo."¹⁶¹

Alguns setores da opinião¹⁶² pública destacaram a reação da área governamental, particularmente do Presidente da República, que comentou como "irresponsável que líderes políticos e religio-

¹⁵³ Dom Demétrio Valentini, "Conjuntura Social e Documentação Eclesial", encarte do boletim "Notícias da CNBB", nº 428, 23/07/98.

¹⁵⁴ Mensagem dos Bispos do Brasil a respeito da seca e fome no Nordeste por ocasião da 36ª Ass. Geral da CNBB, "Notícias", Boletim Semanal da CNBB, 07/05/98, Ano XXX, nº 19, (1464).

¹⁵⁵ Carlos Heitor Cony, "O direito da fome", Folha de São Paulo, 04/05/98, pág. 1-2. "A CNBB lembrou que a melhor doutrina da Igreja, centrada na obra de Alberto Magno e, principalmente, de Tomás de Aquino, justifica o saque quando há fome."

¹⁵⁶ Paulo Mussoi, citando palavras anteriores de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Arcebispo de João Pessoa, PB em "Presidente ataca demagogia da seca", Jornal do Brasil, 29/04/98, pág. 5.

¹⁵⁷ William França e Luís Henrique Amaral, "Para FHC, incentivar saque é imoral e irresponsável", Folha de São Paulo, 29/04/98, pág. 1-1. Os jornalistas comentam declarações do Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo de Belo Horizonte, MG para quem "...a defesa dos que roubam comida para viver é uma doutrina secular da Igreja. Isso não quer dizer que a gente esteja incentivando. Se houvesse outro modo, nós não diríamos que é certo. É uma questão de legítima defesa..."

¹⁵⁸ Clayton Levy, "Bispo critica ação de políticos na região" a propósito das declarações de Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Bispo de Afogados do Ingazeira, PE, O Estado de São Paulo, 29/04/98, pág. A 14.

¹⁵⁹ A Igreja, no Ceará, publicou um documento a respeito do assunto. Cfr. "A Igreja e a seca no Ceará", Comissão Episcopal de Pastoral da seca, CNBB - Regional Nordeste I, 1998.

¹⁶⁰ Existem, certamente, boas iniciativas para se lutar contra a seca, tanto no âmbito das Igrejas, quanto no da Sociedade civil. Cfr. Mair Pena Neto, "Celso Furtado: a seca tem solução", Jornal do Brasil, 12/11/98, pág. 9.

¹⁶¹ Clayton Levy, "Bispo critica ação de políticos na região" a propósito das declarações de Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Bispo de Afogados do Ingazeira, PE, O Estado de São Paulo, 29/04/98, pág. A 14.

...os incitem saques"... "O saque desorganiza a possibilidade de atender a população. É demagogia. É a pior demagogia é a que é feita com o pobre."¹⁶³

Para além do debate, "o importante não é nosso modo de falar sobre o saque, mas a razão que leva as pessoas desesperadamente ao saque. E essa razão, que nos comove e nos compromete, é a fome..."¹⁶⁴

A questão chave, porém, é a de como manter a opinião pública mobilizada para continuar a realizar ações efetivas. Mesmo numa conjuntura como a que estamos vivendo, é bom não se esquecer que as ações em favor da seca são prioritárias. Essas ações não podem nem devem cair no esquecimento.

Tais episódios e manifestações revelam que todas as vezes que a voz pública da Igreja se faz ouvir diante de questões dramáticas da vida do nosso povo, cresce sua credibilidade, clarificam-se as ações a serem concretizadas e abrem-se espaços de colaboração diante dos desafios. E esta colaboração desperta sua vocação de unir forças dispersas da sociedade. E tem sido extremamente significativa a generosidade demonstrada pela população em querer demonstrar, de fato, a sua solidariedade com a dor do povo do Nordeste.

Vinculado ao desafio da seca mas com sua importância específica fundamental para o País, como a CNBB vêm continuamente alertando, há o assunto da Reforma Agrária, e dos verdadeiros interesses que estão em jogo nessa questão.

Em todos essas considerações é preciso insistir que há um papel importante dos movimentos populares, da Sociedade civil organizada e das Igrejas, no sentido de se evitar manipulações da opinião pública por parte dos detentores dos meios de comunicação.

5 – Novos Padrões Éticos, Moralidade Pública e Corrupção Eleitoral

O episódio das privatizações das telefônicas revelou um novo ângulo das relações éticas entre patrimônio público e privado no que diz respeito a avanços e recuos da moralidade.

Há agora uma onda de moralismo no País desencadeada pelas questões do conflito do Judiciário com o Legislativo, bem como pela extensão que vão adquirindo escândalos mais locais como o da corrupção nas administrações regionais e outros órgãos da Prefeitura de São Paulo.

A questão da ética pública tem muito a ver com os desafios a serem enfrentados tanto pelo Executivo, quanto pelo Judiciário e pelo Legislativo. Estes, enquanto poderes, deveriam se nortear cada vez mais pela qualidade do serviço que prestam à população. O nosso drama é que a maioria do povo vive e sofre os problemas da exclusão, carente de serviços públicos fundamentais, cada vez mais usurpados pelas elites em seu proveito próprio.

Vai ficando assim cada vez mais claro que é necessário abrir caminho para que as instituições da Sociedade civil adotem uma corajosa campanha ética de combate à corrupção, principalmente aquela que se desenvolve no coração do Estado, inviabilizando-o para cumprir sua função precípua de salvaguarda do bem comum, erradicação da miséria e redução das desigualdades sociais.

Mas o problema na verdade é ainda mais profundo. Analistas internacionais o situam nos próprios fundamentos do funcionamento da economia liberal. As privatizações, o desmanche do social,

¹⁶² Formadores de opinião pública não deixaram de reconhecer, tanto na nota da CNBB, quanto nas palavras de bispos individualmente, o caráter consensual dessa posição de tolerância ao saque no âmbito da doutrina da Igreja. Cfr. Carlos Heitor Cony, "O direito da fome", Folha de São Paulo, 04/05/98, pág. 1-2. "Durante secas históricas, como as de 1915, 1932 e a de agora, o direito ao pão (que simboliza o direito à vida) subordina todos os demais direitos, principalmente os cartoriais, que guardam escrituras de terra e propriedade." E ainda, o mesmo autor diz que "a crítica de FHC aos bispos revela ignorância num assunto sobre o qual, como sociólogo, ele deveria estar mais bem informado."... "Para ele a solução da fome é a eterna distribuição de cestas básicas, desde que feitas pelos cabos eleitorais dos políticos que prometem apoiá-lo na reeleição. Sua visão do campo social ficou limitada a isso: ordem e cesta básica".

¹⁶³ Paulo Mussoi, "Presidente ataca demagogia da seca", Jornal do Brasil, 29/04/98, pág. 5. "Pessoas famintas ou desesperadas saqueiam supermercados e invadem terras. É melhor matar a fome do povo do que manter um supermercado."

¹⁶⁴ Luís Henrique Amaral, "CNBB arrecadará alimentos para o Nordeste", Folha de São Paulo, 30/04/98, pág. 1-6, citando de declarações de Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, MG.

desmonte do setor público e a espoliação são impostas pela onda liberal que hoje domina o mundo. Para essa ideologia "a política é a economia, a economia é a finança, a finança são os mercados"¹⁶⁵, o mercado é a especulação, a especulação é corrupção.

A Comissão Brasileira Justiça e Paz já vem realizando uma campanha nacional em torno da questão da corrupção eleitoral. Urge agora, na esteira do questionamento já feito na 36ª Assembléia Geral, em torno da questão da promiscuidade entre o público e o privado, realizar estudos sobre esses desvios, considerando inclusive como esse problema é enfrentado em outros países do mundo.

O objetivo é o de encontrar critérios para definir um novo espaço e um novo padrão de moralidade pública e, neste sentido, provocar a realização de ações políticas pelos Sindicatos, pelas Igrejas, pelo Ministério Público, cada qual exercendo a sua função, para desenvolver e ampliar a consciência ética diante do bem público.

CONCLUSÃO

Muitos, talvez, julgarão a presente Análise demasiadamente pessimista. O Presidente da República, em seu recente discurso¹⁶⁶ ao País, já mostrou e justificou o lado positivo das ações governamentais. Mesmo ele admitindo as dificuldades da hora atual, o seu discurso é otimista e mostrou, com dados e informações, os benefícios inegáveis de sua ação em favor da população. Essa realidade positiva, aliás, é continuamente repercutida, enaltecida e comentada pelos formadores da opinião pública nos meios de comunicação social, amplamente favoráveis em divulgá-la.

Acontece que - como já lembramos na Análise de 1988 - "uma realidade é sempre feita de luzes e sombras. Há momentos em que vemos somente o que é sombrio, com dúvidas e perigos. Outros, em que identificamos luzes apontando para caminhos de superação de problemas"¹⁶⁷.

Cabe a nós como Igreja talvez o papel inglório de apontar, com realismo, o outro lado cheio de sombras, enquanto persistir em nosso País a sua "característica fundamental, que é a desigualdade social"¹⁶⁸ e, sobretudo, enquanto continuarem as "100 milhões de pessoas quotidianamente esquecidas"¹⁶⁹. E isso o faremos sempre em nome do Evangelho para que não haja dúvidas quanto a nossa Missão.

Agindo assim, estaremos seguindo os passos do Papa João Paulo II na Exortação Apostólica Pós-Sinodal - Ecclesia in America -, pois a "constante dedicação aos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se a superar toda forma de exploração e opressão"¹⁷⁰.

Tudo que pudermos fazer, mesmo que não seja muito, é significativo como testemunho pois "trata-se, de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes mediante ações individuais e esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração mais justa e solidária."¹⁷¹

¹⁶⁵ Ignace Ramonet, "Social-conformismo", Le Monde Diplomatique, abril de 1999, pág. 1.

¹⁶⁶ Folha de São Paulo, 13/04/1999, pág. 1-11.

¹⁶⁷ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 19.

¹⁶⁸ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 20.

¹⁶⁹ Brasil - Desafio e esperança - Análise de Conjuntura - Subsídio apresentado à 36ª Assembléia Geral da CNBB, Edições Loyola, 1998, pág. 21.

¹⁷⁰ Exortação Apostólica Pós-Sinodal, Ecclesia in America do Santo Padre João Paulo II, Documentos Pontifícios, Edições Loyola, 1999, n° 18, pág. 26.

¹⁷¹ Exortação Apostólica Pós-Sinodal, Ecclesia in America do Santo Padre João Paulo II, Documentos Pontifícios, Edições Loyola, 1999, n° 18, pág. 26. Cfr. ainda no mesmo n° 18 da mesma citação: "O serviço aos pobres, para que seja evangélico e evangelizador, deve ser um reflexo fiel da atitude de Jesus, que veio para anunciar aos pobres a Boa Nova (Lc. 4,18). Se realizado com esse espírito, torna-se uma manifestação do amor infinito de Deus por todos os homens e um modo significativo de transmitir a esperança de salvação que Cristo trouxe ao mundo, e que resplandece de modo particular quando é comunicada aos abandonados ou rejeitados pela sociedade."

ANEXO

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO

REFORMA AGRÁRIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

"São muitos os que estão cansados, dizem, de ouvir falar em opção pelos pobres. A isso eu respondo que certamente os pobres estão muito mais cansados de ser pobres..."

(Pedro Casaldáliga)

1. Por que a REFORMA AGRÁRIA?

O anúncio do Banco da Terra, no contexto do Programa "Novo Mundo Rural", ilustra a nova forma que o governo FHC encontrou para dar continuidade ao aprofundamento do seu modelo econômico no campo brasileiro: a mercantilização da política fundiária. As medidas adotadas pelo atual governo em relação à agricultura familiar e aos sem terra têm inviabilizado a realização da verdadeira reforma agrária e a valorização da agricultura familiar, no país. E os resultados desastrosos dessas políticas já são por nós conhecidos.

Os cortes orçamentários promovidos pelo governo nos recursos para a reforma agrária, assim como em toda a área social, comprovam que as receitas da União estão, na verdade, comprometidas com o pagamento dos juros das dívidas públicas interna e externa. Esse é o compromisso do atual governo. Portanto, muito distante do social.

A concentração da propriedade da terra é a base material de um sistema econômico, social e político que responde pela situação de pobreza da população rural, pobreza esta consequência direta das políticas públicas que apenas privilegiam os poderosos.

Desde 1994 até hoje, mais de 450.000 famílias de produtores rurais familiares tiveram que abandonar a terra e migrar para as cidades sem que nestas obtivessem, necessariamente, condições dignas de trabalho e de cidadania. Essa situação dos migrantes do campo para a cidade é agravada pelo crescente desemprego urbano, tanto no setor industrial como no de serviços.

O censo agropecuário do IBGE revela que de 1985 a 1995-96, ocorreu a diminuição do número de estabelecimento agrícolas no Brasil. Os 5.801.809 estabelecimentos agrícolas registrados em 1985, foram reduzidos em 941.944 na contagem de 1995-96, resultando em 4.859.865. Dos estabelecimentos extintos, 906.283 (96%) apresentavam área inferior a 100 hectares.

Sem modificar esse sistema não há como eliminar a pobreza rural, e sem desconcentrar a propriedade da terra, concentração esta que permite aos grandes proprietários da terra o acesso privilegiado ao dinheiro público, não há como modificar esse sistema injusto e perverso.

Desse modo, quando uma sociedade comprova a existência, no seu mundo rural, de um sistema que causa a pobreza, ela encarrega o Estado de realizar um processo de desconcentração da propriedade da terra.

Por essa razão é que o artigo 184 da Constituição Federal determina ao Estado brasileiro a realização de uma reforma agrária, ou seja, que o Estado intervenha e promova a desconcentração da propriedade rural, mediante a desapropriação daquelas que não cumprem sua função social.

Este comando institucional significa o reconhecimento de que o mercado capitalista, por si só, não conduz a uma repartição mais equitativa da terra e que os outros instrumentos de que o Estado dispõe para desconcentrar a terra, como o imposto territorial rural progressivo, o banco hipotecário, o crédito subsidiado ao pequeno agricultor, a exclusão das grandes propriedades dos programas governamentais de assistência técnica e comercialização, são insuficientes para desestimularem a concentração de terras.

Reconhecendo a necessidade da intervenção do Estado pela via da desapropriação, a Constituição reconheceu também que precisava dar-lhe meios efetivos para poder desapropriar as grandes propriedades que não cumprem a função social da terra.

Por isso, o texto constitucional abriu uma exceção no princípio de que toda desapropriação de bens particulares pelo Estado deve ser indenizada a vista e permitiu que, dado o interesse social da desconcentração da propriedade da terra, o pagamento das benfeitorias seja feito a vista e que a indenização da terra seja feita a prazo, através das TDAs - Títulos da Dívida Agrária.

É essa possibilidade que viabiliza a reforma agrária, pois, só pagando a terra a prazo, o Estado tem condições financeiras de desapropriar uma quantidade suficientemente grande de terras e, desse modo, renovar a base material do sistema econômico, político e social que é a causa última da pobreza rural.

Existe hoje no Brasil uma demanda de terra para a produção familiar por cerca de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, e de filhos de trabalhadores rurais que foram obrigados a trabalharem na cidade mas que desejam voltar a cultivar a terra.

Esta é a essência da reforma agrária e foi isto que a Constituição Brasileira consagrou, em 1988, no seu artigo 184.

A partir dessa noção pode-se deduzir os requisitos de uma reforma agrária brasileira:

- a existência de uma alta concentração da propriedade da terra;
- a desapropriação de uma grande quantidade de terras, em um tempo razoavelmente curto, para incidir decisivamente sobre a concentração da propriedade privada da terra utilizada apenas para especulação. Na atualidade existe um estoque de 80 milhões de hectares de terras ociosas no Brasil em propriedades privadas que não cumprem com a função social da terra;
- pagamento da indenização da terra a prazo para possibilitar a desapropriação massiva de terras e garantir a oferta de recursos financeiros para apoiar os assentamentos com crédito, assistência técnica e capacitação;
- absoluto respeito pelos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, sem os quais é impossível mobilizar a população rural para que ela se integre no processo de reforma agrária de modo autônomo sem temer ameaças nem se sujeitar a manipulações de qualquer ordem.

A realidade fundiária do país legitima as ocupações das grandes terras improdutivas como forma de cumprimento do texto constitucional. O próprio Superior Tribunal de Justiça, em sentença judicial proferida, afirmou que as ocupações de terras agrícolas improdutivas representam um "ato de resistência cívica".

As ocupações de terra são uma forma legítima, democrática, justa e histórica de acesso à terra. Por outro lado, a mercantilização da política fundiária através do Banco da Terra e do Leilão de Terras não promovem a redistribuição da propriedade da terra e aprofundam a pobreza no meio rural brasileiro.

2. Banco da Terra: o banco dos donos das terras

O que o Governo Federal deseja ocultar da opinião pública brasileira e internacional é a grande ofensiva popular pela democratização da terra rural desencadeada, principalmente a partir do final da década de 80, pelos movimentos sociais e sindicais de luta pela terra.

Em função dessa luta pela terra o Governo Federal foi constringido, de baixo para cima, a efetivar as desapropriações decorrentes do processo de ocupação daquelas terras que não cumpriam a sua função social, conforme dispõe a Constituição Federal.

Nessa conjuntura histórica, a correlação de forças políticas e sociais, na luta pela reforma agrária, tornou-se desfavorável política e ideologicamente para o Governo Federal. E, isso, por que?

- porque o Governo Federal teve que atuar à reboque da iniciativa popular no campo, contrariando a tendência histórica autoritária (de cima para baixo) dos governos no Brasil;

- ideologicamente a expressão *sem*, de sem terra, tornou-se referência cotidiana, nacional e internacional, para os desprovidos de terra, de moradia, de emprego, de alimentos, de reconhecimento civil étnico, ou seja, para todos aqueles que as classes dominantes no país denominam falaciosamente de socialmente excluídos;

O Governo Federal, acostumado historicamente a cooptar os movimentos sociais e sindicais, no campo e na cidade, encontrou pela frente uma muralha democrática popular, a muralha dos trabalhadores rurais sem-terra organizados sejam em movimentos sociais, sejam em sindicatos de trabalhadores rurais, que não aceitaram qualquer tipo de insinuação de cooptação, de agrado político ou de convivência com a ideologia dominante, sempre favorável aos interesses dos latifundiários e do grande capital.

Desorientado pela impossibilidade de cooptar os trabalhadores rurais sem terra e de dissuadir suas ações pela repressão político-militar, o Governo Federal, com o apoio dos setores estrategistas civil-militares e do Banco Mundial, desenvolveu uma nova estratégia para desmobilizar os movimentos sociais e sindicais no campo, não mais dando ênfase às iniciativas no campo político-administrativo e ideológico, mas sim no econômico, com o programa Cédula da Terra e a criação do Banco da Terra, ambos formas institucionais da proposta de reforma agrária pelo mercado.

Qual o objetivo estratégico da reforma agrária pelo mercado, ou seja, das propostas em execução pelo programa Cédula da Terra e aquelas a serem executadas pelo Banco da Terra? A tentativa de cooptar os trabalhadores rurais sem terra desorganizados pela oferta de dinheiro para comprarem, a vista, terra dos latifundiários, dinheiro esse que terão que pagar com juros altos e condições desfavoráveis, principalmente na fase histórica da vida brasileira em que as políticas macroeconômicas do Governo Federal desmantelam toda a base produtiva na agricultura do país.

Nesse processo geral da reforma agrária pelo mercado a iniciativa de venda ou não da terra ociosa (em geral da pior qualidade) passaria para o controle dos latifundiários, tradicionais especuladores com a terra, sem a mediação do Estado, e sem qualquer restrição por não cumprirem a função social da terra como dispõe o artigo 184 da Constituição Federal.

Para que essa nova estratégia civil-militar do Governo Federal para dismantelar os movimentos sociais no campo possa ocorrer tem sido fundamental o apoio financeiro e ideológico do Banco Mundial: financeiro ao comprometer-se a aprovar o pedido de empréstimo do Governo Federal no valor de um bilhão de dólares (com contrapartida do Governo Federal de mais um bilhão de dólares) para o Banco da Terra, e ideológico porque incorpora as idéias neoliberais do livre mercado no processo de reforma agrária, reforçando mais uma vez os interesses dos latifundiários contra as necessidades do povo no campo.

O Banco da Terra estará sendo implantado efetivamente em 1999. Porém, em 5 Estados do país, o programa Cédula da Terra (programa piloto) já foi implantado e demonstrou, à evidência, que os preços pagos aos latifundiários foram sempre supervalorizados, que foram adquiridas as piores terras e que os trabalhadores rurais, obrigados a criarem associações de cima para baixo, passaram a depender, mais uma vez, das oligarquias locais.

Compete aos trabalhadores rurais sem terra e àqueles já nos acampamentos e nos assentamentos aprofundar o conhecimento sobre esse assunto e tomar as decisões que lhes convier para que suas organizações populares de massa não sejam desbaratadas pelo dinheiro fácil do Banco da Terra e do discurso governamental de cooptação, todos eles com um único objetivo: acabar com os movimentos sociais e sindicais autônomos de luta pela terra no campo e subordinar a luta popular aos interesses dos latifundiários.

Na verdade, como afirmou em recente audiência pública no Senado Federal, o secretário executivo do Programa Comunidade Solidária, Milton Seligmann (ex-presidente do INCRA), o governo FHC abandonou, daqui para frente, o instituto da desapropriação, o que significa não querer fazer a reforma agrária, limitando-se a uma política de assentamentos pontuais, aos projetos de colonização e ao negócio da terra.

O único instrumento legal válido para que se efetive uma reforma agrária massiva de interesse popular é o processo de desapropriação da terra por interesse social.

3. As políticas agrícolas contra os trabalhadores rurais

O acordo realizado pelo Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional -FMI, instituição que representa os interesses dos grandes capitalistas internacionais, está exigindo do povo brasileiro mais sacrifícios, estes expressos no arrocho salarial, na volta da inflação, no desemprego crescente, na perda da terra pelos agricultores familiares e na ausência de desenvolvimento econômico no país.

No campo, a situação agrava-se ainda mais com a liberalização das importações de produtos de consumo alimentar que tradicionalmente os agricultores brasileiros já produziam.

A maioria dos agricultores familiares não teve condições concretas de pagar o crédito rural do PRONAF, não porque seja da índole dos agricultores não honrar seus compromissos, ao contrário, mas porque este programa, nos moldes em que se encontra, é inacessível aos agricultores familiares do país. Ademais, a indiscriminada importação de produtos da agricultura para manter os preços dos alimentos muito baixos tendo em vista não aumentar os salários mínimos inviabilizou a renda desses agricultores. Centenas de milhares de pequenos produtores rurais tiveram que renegociar as suas dívidas com os bancos para não perderem suas terras. Nesse sentido, endividaram-se mais ainda, sem qualquer perspectiva de saírem dessa crise financeira.

Por outro lado, os trabalhadores rurais sem terra que, pela suas lutas, conseguiram obter um lote de terra, eram beneficiados por um crédito rural especial para a reforma agrária, o Programa de Créditos Especiais para a Reforma Agrária (PROCERA), cujos juros e condições de pagamento eram menores do que aqueles do Programa de Créditos Especiais para a Reforma Agrária (PRONAF). E, isso tinha uma razão: eram famílias que iriam iniciar suas vidas no novo lote a partir do nada, sem quaisquer condições mínimas de trabalho como as ferramentas, sementes, animais, moradia, etc. Iriam sair da pobreza e miséria em que estavam submetidos para um começo de produção na sua própria terra.

No PROCERA o agricultor familiar assentado pagaria 6,5% de juros ao ano, mas na hora do pagamento dessa dívida teria um desconto (rebate) de 50%. Já no PRONAF o pequeno agricultor teria que pagar, nos valores atuais, aproximadamente 9,42 % de juros ao ano e sem qualquer desconto.

Ora, o que o Governo Federal está propondo atualmente é que os agricultores familiares assentados paguem o mesmo juros, e com as mesmas condições, que aqueles pequenos agricultores já consolidados, ou seja, é a decretação do fim do PROCERA.

A idéia que os movimentos sociais e sindicais no campo defendem é exatamente o inverso: que todos os agricultores familiares tenham acesso ao crédito rural especial no padrão do PROCERA, e não do PRONAF. Ou seja, que o crédito rural para os pequenos produtores rurais seja não apenas barateado mas que tenha o desconto, na hora do pagamento da dívida, de 50% do saldo devedor.

E, por que isso, porque esse crédito especial para o pequeno produtor rural? Para que seja possível enfrentar as deslealdades na concorrência estabelecidas pelas indiscriminadas importações de alimentos, na maioria deles com subsídios nos seus países de origem, e pelo controle no preço de compra dos produtos rurais estabelecido pelos grandes grupos econômicos atacadistas. Esse crédito rural teria um caráter social de garantir a permanência das famílias de produtores rurais no campo.

Mas as idéias do Governo Federal são diferentes. Insensíveis à crise econômica e social eles consideram que só devem permanecer como pequenos produtores rurais aqueles mais fortes, os mais viáveis, mesmo que isso custe a perda da terra por um elevado número de agricultores familiares, o êxodo dessas famílias para as cidades e o desemprego de milhares e milhares de pessoas.

E aonde irá parar a terra daqueles pequenos produtores rurais que não tiveram condições de produzir, por que são explorados na venda de seus produtos, na compra dos insumos e no pagamento de juros do crédito rural incompatível com a crise econômica e social na agricultura? Nas mãos dos grandes fazendeiros, favorecendo, assim, a concentração da terra.

Brasília, em 12 de abril de 1999.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA JUSTIÇA NO CAMPO

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Cáritas Brasileira
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNASI - Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA
CONDSEF - Conselho Nacional dos Servidores Públicos Federais
CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INESC - Instituto de Estudos Sócio-Econômicos
MAB - Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens
MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPA - Movimento de Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

FOLHA DE S. PAULO

3.4.99

Tel.: (011)224-4395. Fax: (011) 224-2288. E-mail: politica@uol.com.br

Versick

IGREJA Pela primeira vez, candidatos formam chapas e participam de debates

Dom Jayme e dom Cláudio disputam eleição na CNBB

Editoria de Arte/Folha Imagem

CLÁUDIA TREVISAN
da Reportagem Local

Dom Jayme Chemello, 66, e dom Cláudio Hummes, 64, disputam a presidência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na primeira eleição da entidade em que é permitido o registro de chapas e o debate entre os candidatos.

Gaúchos, os dois representam correntes diferentes dentro da entidade, de acordo com a divisão que leva em conta a prioridade dada a temas sociais ou espirituais.

Atual presidente, Chemello é considerado progressista, por enfatizar questões sociais.

Hummes integra o grupo moderado, tido como majoritário entre os cerca de 300 bispos que integram a CNBB.

Atual arcebispo de São Paulo, Hummes fica entre Chemello e o ex-presidente da entidade d. Lucas Moreira Neves no espectro ideológico da entidade.

Eleito para a presidência da CNBB em 1995, d. Lucas foi o primeiro conservador a ocupar o cargo em 23 anos. Ele deixou a função em junho de 98 para assessorar o papa e foi substituído por Chemello, seu vice-presidente.

Assembléia

A escolha do novo presidente da instituição vai ocorrer durante a 37ª Assembléia Geral da CNBB, que será realizada entre os dias 14 e 23 de abril em Itaiaci (distrito de Indaiatuba, no interior de São Paulo). O eleito vai comandar a entidade pelos próximos quatro anos.

As novas regras eleitorais foram aprovadas na assembléia no ano passado. Um dos principais defensores das alterações foi o bispo de Jundiá (60 km de São Paulo), d. Amaury Castanho.

Em sua opinião, o registro de chapas dará um caráter mais democrático à disputa. "Todo o processo democrático supõe aglutinações", afirma.

Historicamente, as eleições na CNBB eram resolvidas por acordo entre as diferentes correntes da conferência.

Segundo Castanho, isso já foi modificado na última eleição, em 1995, quando Chemello e Neves disputaram a presidência. "Não podia haver chapa, mas sempre houve chapa", afirmou.

Chemello perdeu para Neves e acabou eleito para a vice-presidência da entidade.

D. Serafim Fernandes de Araújo,

O perfil dos candidatos

Jayme Chemello

■ **Idade:** 66
 ■ **Local de nascimento:** São Marcos (RS)
 ■ **Cargos atuais:** Presidente da CNBB e bispo de Pelotas (RS)
 ■ **Cargos anteriores:** Vice-presidente da CNBB de 95 a junho de 98. Membro da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) de 87 a 94
 ■ **Perfil político:** Identificado com a ala progressista, que dá prioridade a questões sociais. Assumiu a CNBB em substituição a d. Lucas Moreira Neves, o conservador que presidiu a entidade de 95 até junho de 98, quando foi designado para assessorar o papa em Roma. Nos anos 60, assessorou movimentos da igreja que contribuíram para o surgimento da Teologia da Libertação



Cláudio Hummes

■ **Idade:** 64
 ■ **Local de nascimento:** Montenegro (RS)
 ■ **Cargos atuais:** Arcebispo de São Paulo desde abril de 98 e membro da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) desde 95
 ■ **Cargos anteriores:** Bispo de Santo André (SP) de 75 a 96. Arcebispo de Fortaleza (CE) de 96 a 98. Membro da CEP nos períodos de 76-78 e 79-83
 ■ **Perfil político:** É considerado um moderado dentro da CNBB, por priorizar mais questões espirituais que sociais. Mas durante o regime militar, assumiu postura mais identificada com a dos progressistas: como bispo de Santo André, apoiou metalúrgicos grevistas e abriu a igreja para organizações sindicais

Os cargos submetidos à eleição e seus atuais ocupantes

Presidente

■ Jayme Chemello*

Representa a CNBB e é responsável pelos contatos da Igreja Católica no Brasil com o Vaticano e o papa. Apesar de seguir as linhas definidas pela Assembléia Geral, o presidente tem visibilidade maior e fala em nome da CNBB

Vice-presidente

■ Marcelo Cavalheira

O vice-presidente também tem a função de representar a entidade. Substitui o presidente nas suas ausências temporárias, mas não é seu substituto natural no caso de ausência definitiva. Se a presidência fica vaga, há nova eleição entre os integrantes do Conselho Permanente da CNBB

Secretário-geral

■ Raymundo Damasceno Assis

Cuida da parte administrativa da entidade. É o secretário-geral que coordena a atuação dos assessores da presidência e que auxilia na preparação da pauta das assembleias gerais da CNBB

Comissão Episcopal de Pastoral

- Angélico Sândalo Bernardino
- Eduardo Koaik
- Cláudio Hummes
- Irineu Danelon
- Erwin Krautler
- Francisco Javier Hernandez Arnedo
- Geraldo Lyrio Rocha
- Ivo Lorscheiter
- Luiz Demétrio Valentini

Integrada por nove bispos, é responsável pelo trabalho pastoral da CNBB. De seus 9 membros atuais, 6 são considerados progressistas. Os integrantes da CEP integram o Conselho Permanente, a segunda instância mais importante da CNBB depois da Assembléia Geral

Comissão Episcopal de Doutrina

- Dadeus Grings
- Clóvis Frainer
- Aloísio Lorscheider
- Paulo Eduardo Andrade Ponte
- Moacyr Grechi

Integrada por bispos teólogos, acompanha a produção teológica dos integrantes da igreja para detectar eventuais "desvios da fé" e realiza estudos teológicos a pedido da direção da CNBB

Representante junto ao Celam

- Celso Queiroz
- Representa a igreja brasileira no Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano)

*Assumiu a presidência em junho de 98, em substituição a d. Lucas Moreira Neves

arcebispo de Belo Horizonte, acredita que as eleições serão mais "transparentes". Mas diz que é impossível prever como será o processo. "É a primeira vez."

O bispo auxiliar de São Paulo d. Angélico Sândalo Bernardino não vê grandes mudanças no processo eleitoral. "Na prática, antes havia chapas também."

A Folha apurou que as duas candidaturas estão sendo apresentadas em cartas assinadas por quatro

bispos. Chemello é defendido por d. Tomás Balduino (bispo emérito de Goiás), d. Antônio Ribeiro de Oliveira (arcebispo de Goiânia), d. José Alberto Moura (bispo de Uberlândia, MG) e d. Waldyr Calheiros Novaes (bispo de Barra do Piraí-Volta Redonda, RJ).

Hummes é apoiado por d. Muriilo Krieger (arcebispo de Maringá, PR), d. Bonifácio Piccini (arcebispo de Cuiabá, MT), d. Orani Tempesta (bispo de Rio Preto, SP) e d.

João Bosco de Faria (bispo de Patos de Minas, MG).

Além do presidente, serão escolhidos na eleição do mês que vem o vice-presidente, o secretário-geral, os integrantes da Comissão Episcopal de Pastoral e da Comissão Episcopal de Doutrina e o representante da CNBB junto ao Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano). A Folha apurou que cerca de metade das duas chapas é formada pelos mesmos candidatos.

IGREJA Bispos elegerão presidente da entidade

Assembléia da CNBB começa em Itaici

da Reportagem Local

Começa hoje em Itaici (SP) a 37ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na qual será eleito o presidente que comandará a entidade pelos próximos quatro anos. Até ontem, havia dois candidatos ao cargo; o atual presidente, d. Jayme Chemello, e o arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes.

Chemello era vice-presidente da entidade e substituiu d. Lucas Moreira Neves, que foi trabalhar em Roma com o papa João Paulo 2º.

14.4.99 F
 Ele é identificado com a corrente progressista, que valoriza mais questões sociais que espirituais.

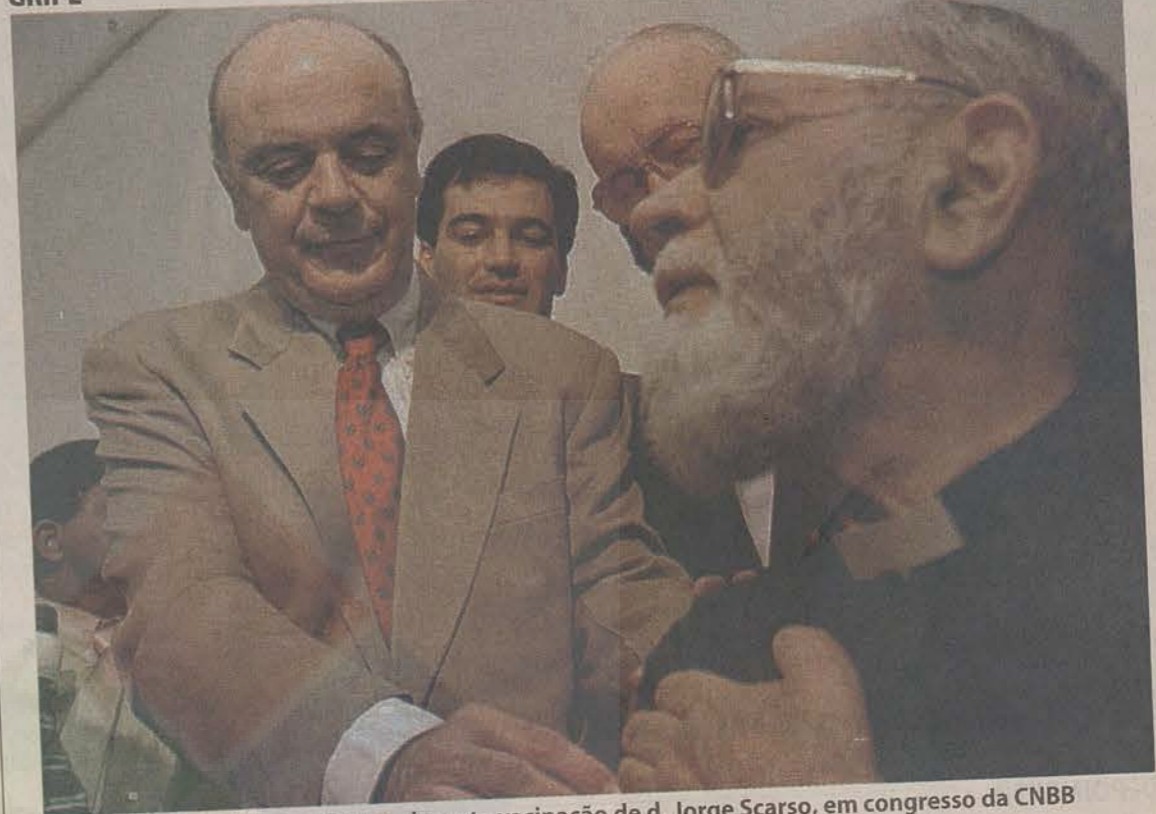
Hummes é um moderado, corrente à qual se filia a maioria dos bispos. A posição do arcebispo é intermediária entre Chemello e o conservador Moreira Neves.

A assembléia termina no dia 23. Os bispos vão aprovar as diretrizes da ação evangelizadora da igreja para os próximos quatro anos e definir o calendário de eventos para comemorações dos 2000 anos do nascimento de Cristo e dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Versicherungen • Rechts

CNBB culpa FMI por pro

GRIFE



O ministro da Saúde, José Serra, durante vacinação de d. Jorge Scarso, em congresso da CNBB

Bispos não se vacinam com medo de reações colaterais

Somente eméritos, que não votam na assembleia, foram vacinados

do enviado especial

O ministro da Saúde, José Serra, aproveitou a alta concentração de idosos na 37ª Assembleia Geral da CNBB e foi ao mosteiro da Vila Kostka para promover a campanha nacional de vacinação contra a gripe para maiores de 65 anos.

O medo de que a vacina provocasse reações colaterais, como a febre, fez com que a entidade en-

viasse apenas bispos eméritos (aposentados) para a vacinação ontem.

“É que eles vão embora mais cedo e não há o risco de a assembleia ser atrapalhada. Os demais serão vacinados mais para frente”, disse o médico Carlos Alberto Rodrigues de Souza, responsável pela saúde dos bispos.

Além de irem embora mais cedo, os bispos eméritos que não têm cargo de direção não votam

na eleição que começa segunda-feira.

Serra foi recebido na entrada do mosteiro pelo presidente da CNBB, d. Jayme Chemello —que não quis se vacinar alegando ‘falta de tempo’— e não quis comentar o teor das críticas feitas ao governo federal.

Para o ministro, a possibilidade de reações não é motivo de medo. ‘A reação é muito improvável, mas pode ocorrer’, disse.

ição, ACM e volta a apoiar saques de flagelados

Problemas sociais

RICARDO GALHARDO
enviado especial a Itaiaci

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou ontem um documento no qual responsabiliza a interferência de grupos financeiros internacionais na política econômica brasileira pelos principais problemas sociais do país.

"As medidas econômicas, apesar de serem anunciadas pelo presidente Fernando Henrique, estão sendo de fato ditadas, cada vez mais, em consonância com o Fundo Monetário Internacional e com o secretário do Tesouro norte-americano", diz o texto intitulado "Análise da Conjuntura", lido ontem, durante a 37ª Assembléia Geral da CNBB.

O documento enfatiza a preocupação da Igreja Católica e, em especial, do papa João Paulo 2º com a vulnerabilidade dos ditos países emergentes frente ao processo de globalização econômica. "O papa vê atualmente a ordem econômica global como uma das maiores fontes de violação dos direitos humanos", diz o texto.

Segundo a CNBB, a globalização penaliza os países pobres gerando o desemprego que, por sua vez, aumenta os índices de violência, miséria, analfabetismo e doenças.

O documento faz críticas severas à atuação do governo na área social e reafirma posições polêmicas já abordadas em outras assembleias, como a defesa dos saques pelos flagelados da seca no Nordeste e das invasões promovidas por movimentos de sem-terra.

Os partidos de oposição também são criticados por não apresentarem propostas. O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não escapou das críticas por sugerir a extinção da Justiça do Trabalho.

Para os bispos, o fim da Justiça do Trabalho seria prejudicial aos

trabalhadores.

"Não achei o texto repetitivo. Talvez ele aborde os mesmos aspectos de outros anos, só que com mais gravidade", disse o bispo de Lages (SC), d. Oneres Marchiori.

A "Análise da Conjuntura" serve como subsídio à reflexão dos bispos. O texto foi elaborado por uma comissão de padres e assessores escolhida pela CNBB.

Embora não tenha sido submetido à assembleia, o texto reflete a visão da CNBB sobre a realidade política, econômica e social do país, segundo a assessoria da entidade.

O texto também foi alvo de reclamações de bispos de alas distintas da igreja. O bispo de Jundiá (SP), d. Amaury Castanho, considerado conservador, contestou a informação de que 100 milhões de brasileiros são "excluídos" do processo econômico. "Ao que consta, 30 milhões de brasileiros, o que já é uma indecência, vivem abaixo da linha da pobreza", disse d. Amaury.

Já para o bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, da chamada ala progressista, o texto poderia ter incluído mais temas, como a questão da violência e da tortura nas delegacias de polícia.

Eleição

D. Antônio Celso de Queiroz disse ontem achar difícil que o arcebispo de Mariana (MG), d. Luciano Mendes de Almeida, aceite uma indicação para voltar a presidir a CNBB. "É a hora dos mais novos."

A eleição para os 21 cargos de direção da entidade começa segunda-feira. Os principais candidatos são o atual presidente, d. Jayme Chemello, e o arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes, mas desde anteontem o nome de d. Luciano começou a ser articulado por um grupo de bispos mineiros.

A 37ª Assembléia Geral da CNBB prossegue até o dia 23 no mosteiro da Vila Kostka, em Itaiaci, distrito de Indaiatuba (SP).

IGREJA CATÓLICA Candidaturas de d. Jayme Chemello e de d. Cláudio

CNBB realiza hoje eleição

CLÁUDIA TREVISAN
enviada especial a Indaiatuba (SP)

A Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) escolhe hoje o novo presidente da entidade em uma disputa razoavelmente equilibrada, na qual nenhum dos dois candidatos deverá conseguir se eleger com grande margem de votos.

Isso significa que a definição só deverá ocorrer no terceiro turno de votação, no qual é exigida apenas metade mais um dos votos.

Para se eleger nos dois primeiros turnos, o candidato precisa da aprovação de dois terços dos participantes da assembleia.

Tudo indica que a disputa ficará restrita aos candidatos que encabeçam as duas chapas já inscritas: d. Jayme Chemello, 66, atual presidente da CNBB, e d. Cláudio Hummes, 64, arcebispo de São Paulo.

O arcebispo de Mariana (MG), d. Luciano Mendes de Almeida, fez um pronunciamento ontem que

praticamente eliminou a articulação para lançá-lo como nome alternativo. Duas vezes presidente da CNBB, Almeida declarou que não era candidato e fez apelo para que não sugerissem seu nome.

"Há bastante equilíbrio entre as duas chapas", avaliou d. Lélis Lara, bispo de Itabira (MG), para quem dificilmente a eleição será decidida no primeiro turno.

"A eleição não vai ser fácil. O presidente não deverá sair nem no primeiro nem no segundo escrutínio", afirmou d. Antônio Possamai, bispo de Ji-Paraná (RO).

Essa é a primeira eleição da CNBB em que há o registro oficial de chapas e a discussão em plenário do processo eleitoral. O tema foi debatido na manhã de ontem.

Na plenária foi anunciada mudança na chapa de Chemello. O candidato a secretário-geral, d. Raymundo Damasceno Assis, que integrava as duas chapas, foi substituído por d. Demétrio Valentini, bispo de Jales (SP).

Além do presidente, serão escolhidos o vice-presidente, o secretário-geral e os ocupantes de outros 18 cargos. Pelo menos os três primeiros devem ser decididos hoje. Os restantes serão eleitos até sexta-feira, quando termina a Assembléia Geral da CNBB.

As candidaturas de Chemello e Hummes representam, respectivamente, as correntes progressista e moderada dentro da CNBB.

Chemello é tido como um presidente que valorizou o trabalho pastoral da igreja e a integração com movimentos sociais. Hummes seria mais voltado a questões espirituais e problemas internos da igreja, como a perda de féis.

Hummes pode ser beneficiado pela mudança no perfil do episcopado brasileiro, que se tornou mais conservador após a posse do papa João Paulo 2º, em 78. O papa não via com bons olhos a Teologia da Libertação e nomeou bispos moderados ou conservadores para se contrapor àquela corrente.

MINAS Governador homenageia os sem-terra Itamar condecora MST com medalha

da Agência Folha, em Belo Horizonte

O governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), vai homenagear o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com a medalha da Inconfidência, na próxima quarta-feira, em Ouro Preto (MG).

Essa será a primeira vez que um governo de Estado brasileiro prestará homenagem ao MST e que, depois de pelo menos 15 anos, a solenidade do dia 21 de abril em Ouro Preto deixará de ter caráter governista. Até então, os principais homenageados eram políticos afi-

nados com o governo federal.

Na última sexta, na Alemanha, Fernando Henrique Cardoso chamou o MST de "movimento paramilitar", acusando-o de ter trocado a reforma agrária pela "contestação ao sistema político e social".

A oposição ao governo mineiro na Assembléia Legislativa quer saber quanto o Executivo e o Legislativo estão gastando na solenidade, instituída em 1952 pelo então governador Juscelino Kubitschek.

Até o ano passado, cerca de 300 medalhas eram distribuídas. Itamar reduziu o número para 88 comendas. (PAULO PEIXOTO)

FORÇAS ARMADAS Exército inicia em SP semana comemorativa

da Redação

O Exército inicia a partir de hoje, em São Paulo, uma semana em comemoração aos seus 351 anos. A abertura ocorrerá às 17h, no quartel-general do Comando Militar do Sudeste (av. Sargento Mário Kozel Filho, 222). Até domingo, tropas farão demonstrações e atividades, como atendimento médico.

Ainda hoje, Dia do Exército —alusivo à data da Batalha de Guararapes, em 1648—, o general Nelson Borges Molinari transmite o comando da 2ª Divisão ao general Jorge Armando Felix.

getrocknet,
100 g Beutel
Best.-Nr. 750 605
€ 2,30

Der Verkauf von Mangos schafft Arbeitsplätze auf den Philippinen und dämmt damit die Ausbreitung der Kinderprostitution ein. Als Kooperationspartner bieten missio, PREDA und „dritte-welt partner“, Ravensburg, die getrockneten Früchte an.

Bestelltelefon: 02 41/75 07-235
Faxbestellung: 02 41/75 07-336
E-Mail: bestellungen@missio-aachen.de

Die diesen Vordruck
ing des Betrages von
zur Bareinzahlung,
se nicht beschädigen,
sein oder beschmutzen.

0 0 0

SPENDE

19

740 016 V 001

ausfüllen)

Aachen

	EUR*
st, 100 g	2,30
	12,73
	4,35
	A 478

isio,
chen

PAULO

do Hummes à entidade estão equilibradas, dizem bispos

Escolha sem favorito

HISTÓRIA

Igreja pede perdão a indígenas e negros

da enviada especial

As comemorações da Igreja Católica pelos 500 anos do Descobrimento começaram no sábado à noite, com uma missa que exaltou o trabalho de evangelização ao mesmo tempo em que reconheceu erros no passado.

O reconhecimento foi manifestado em um primeiro pedido de perdão a índios e negros pelas injustiças cometidas contra eles no período colonial. A manifestação deverá estar presente nas atividades que a igreja promoverá até abril de 2000.

O pedido de perdão integra, ainda que de forma sutil, a oração elaborada para acompanhar a peregrinação pelo Brasil de 16 réplicas da cruz utilizada na Primeira Missa, celebrada no dia 26 de abril de 1500.

As cruces foram entregues aos presidentes das regionais da CNBB na missa de sábado, celebrada em Indaiatuba (SP), que reuniu cerca de 300 bispos.

"Nós te pedimos perdão por tantas cruces que, em nossa história, foram impostas aos teus filhos, sobretudo aos índios e negros", diz a oração.

"Nem tudo foi glorioso nesses 500 anos", afirmou o presidente da CNBB, d. Jayme Chemello, durante a homilia. (CT)



Luiz Carlos Murauskas/Folha Imagem

O padre Marcelo Rossi (em 2º plano) e o frei Hermano da Câmara

Frei português inicia turnê

da Reportagem Local

O frei cantor português Hermano da Câmara começou ontem, em São Paulo, uma turnê por cinco cidades brasileiras como preparação para as comemorações dos 500 anos da Primeira Missa no Brasil.

Além de ser um dos religiosos mais populares de Portugal, com mais de 2 milhões de discos vendidos, frei Hermano foi escolhido para vir ao país por ser descendente de Pedro Álvares Cabral e do rei d. João 6º.

Ontem, ele participou de uma missa do padre Marcelo Rossi no santuário do Terço Bizantino. Até domingo, ele fará seis apresentações no Brasil.

Frei Hermano deve voltar no

próximo trazendo a cruz de ferro usada pelo frei Henrique de Coimbra no dia da Primeira Missa e a imagem de Nossa Senhora da Esperança que acompanhou a expedição de Cabral.

Ao contrário do padre Marcelo, que ficou famoso já ordenado, frei Hermano abandonou uma carreira de sucesso como cantor de fados para, em 1961, aos 27 anos, ingressar na vida religiosa.

Canonização

Ontem o papa João Paulo 2º canonizou o fundador da congregação marista, Marcelino Champagnat. Em 1817, Champagnat fundou na França a primeira escola marista. Só no Brasil os maristas controlam, hoje, 80 colégios e seis faculdades.

Economia, diz CNBB

A Igreja Católica não vai acatar a gestão de não se manifestar sobre a economia brasileira feita na Alemanha pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jaime Chemello, eleito ontem, disse em entrevista coletiva em Itaipu, interior paulista, onde acontece a 37ª Assembléia Anual da CNBB, que a Igreja Católica vai continuar discutindo política econômica, e vai continuar se pronunciando sobre a economia brasileira.

Dom Jaime referia-se a desagrado demonstrado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que disse que a Igreja não deveria comentar a economia, assim como ele não comenta os dogmas católicos. "A Igreja vai continuar se pronunciando sobre a economia brasileira. Afinal, o presidente Fernando Henrique também não é economista e fala de economia. Nós, bispos brasileiros, vamos continuar debatendo os problemas que afligem a população brasileira, sobretudo a grande massa de excluídos deste País", disse o bispo. Dom Jaime foi eleito por 146 a 122 votos dados a chapa do arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes.

Dom Jaime, bispo de Pelotas (RS), vinha exercendo a presidência

da CNBB desde o afastamento do cardeal dom Lucas Moreira Alves, nomeado para o cargo de prefeito da Congregação dos Bispos, no Vaticano. O presidente eleito venceu a ala mais progressista da Igreja. Ele defende a intensificação dos trabalhos das pastorais sociais. A chapa derrotada, liderada por dom Cláudio, defendia uma Igreja mais voltada da espiritualidade e o avanço dos carismáticos. Dom Jaime, no entanto, fez um discurso conciliador e pediu a unidade da Igreja em torno da nova direção da entidade.

Dom Jaime afirmou que recebeu correspondência do Vaticano anteontem tratando de viagem do papa João Paulo 2º ao País. "Ele virá em 2001", afirmou dom Jaime. O presidente da CNBB disse que a entidade tem de

olhar a ética "sobre a qual muitas vezes a gente nota, em nosso País, muitas falhas".

O bispo comentou ainda o projeto de reforma agrária. "Há mais de 50 anos a Igreja trabalha em favor da reforma agrária", afirmou dom Jaime. Ele disse que gostaria que o processo fosse mais rápido. "Penso que a Igreja no Brasil gostaria disso. Porque, realmente, é uma coisa muito séria. O País não conseguiu fazer uma boa reforma agrária".

com agência O Globo

Kapitalanlagen

IGREJA D. Raymundo Damasceno fica com a secretaria-geral

Corrente progressista elege maioria de membros da CNBB

CLÁUDIA TREVISAN
enviada especial a Indaiatuba
GUSTAVO PORTO
free-lance para a Folha Campinas

A corrente progressista da Igreja Católica elegeu a maioria dos membros de direção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), na Assembléia Geral da entidade, em Indaiatuba (SP).

Além do presidente, d. Jayme Chemello, 66, os progressistas elegeram o vice-presidente, d. Marcelo Carvalheira, e pelo menos 5 dos 9 integrantes da CEP (Comissão Episcopal de Pastoral). A eleição

deverá terminar hoje.

Pela primeira vez na história da CNBB foi permitida a formação de chapas. O grupo de Chemello foi vitorioso em praticamente todas as votações. O único candidato que não constava em sua chapa a ser eleito foi d. Raymundo Damasceno Assis, do grupo de d. Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo.

Identificado com as alas moderada e conservadora da igreja, Hummes foi derrotado por Chemello por 146 votos a 122, anteontem.

Assis integrava as duas chapas até o dia da votação, quando foi substituído por d. Demétrio Va-

lentini, bispo de Jales (SP), do grupo liderado por Chemello.

A grande diferença entre os dois grupos está na ênfase diferenciada que dão ao trabalho social e espiritual. Os progressistas valorizam a atuação social da igreja, principalmente por meio das pastorais da CNBB.

Os conservadores são mais voltados a questões espirituais e valorizam, por exemplo, a atuação da Renovação Carismática.

Chemello, que era vice-presidente, substituiu Neves, e Carvalheira, que integrava a CEP, ocupou a vice-presidência.

IGREJA CATÓLICA

CNBB acusa governo de omissão

da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Confé-
rência Nacional dos Bispos do Bra-
sil), dom Jayme Chemello, acusou
ontem o governo federal de estar
sendo "omisso" em relação à vio-
lência contra os trabalhadores
sem-terra no país, principalmente
no Paraná.

Dom Chemello acusou o gover-
no do Paraná de ser "conivente"
com as "barbaridades" cometidas
pela polícia contra os sem-terra
Estado (despejos feitos durante a
noite, barracos incendiados, 41
presos, vários feridos e denúncias
de torturas e assassinatos).

"Você já entrou na Câmara, no
Senado e nas casas do governo em
Brasília? Isso não é o Brasil. Quem
está nesses ambientes às vezes não
se dá conta do que o povo está vi-
vendo e não percebe a realidade
dos mais pobres", disse.

Anteontem, a Comissão de Di-
reitos Humanos da Câmara e a
Anistia Internacional acusaram o
governador do Paraná, Jaime Ler-
ner (PFL), de ter descumprido
acordo feito no início de abril, pelo
qual a desocupação de fazendas in-
vadidas seria feita durante o dia.

Reportagem levada ao ar quarta-
feira pelo "Jornal Nacional" mos-
trou três operações de desocupa-
ção realizadas de madrugada, nos
dias 7, 21 e 23 de maio.

Em nota, a CNBB cobrou medi-
das para conter a violência no cam-
po e a implantação de uma refor-
ma agrária "ampla e integral".

Dom Chemello criticou o gover-
no por destinar recursos para sal-
var "bancos falidos", enquanto re-
tira de hospitais e faculdades cató-
licas a isenção de contribuições,
concedida às filantrópicas.

O presidente da CNBB disse que
não quer ser oposição ao governo,
mas apenas cobrar ações em favor
das populações mais carentes.

"Às vezes me pergunto se os as-
sessores do presidente não mos-
tram a ele as coisas como realmen-
te são. Talvez as brigas entre minis-
tros e outros elementos que estão
em jogo para o governo atrapa-
lhem o presidente", disse.

VICTORIA

CED

26.6.44
1902 U4 - 99

K



Natureza e histórico da Campanha da Fraternidade

Em 1961, três padres responsáveis pela Cáritas Brasileira idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição e torná-la autônoma financeiramente. A atividade foi chamada **Campanha da Fraternidade** e realizada pela primeira vez na quaresma de 1962, em Natal-RN, com adesão de outras três Dioceses e apoio financeiro dos Bispos norte-americanos. No ano seguinte, 16 Dioceses do Nordeste realizaram a campanha. Não teve êxito financeiro, mas foi o embrião de um projeto anual dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil, realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja em nosso País.

Em seu início, teve destacada atuação o Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, sob cuja dependência estava a Cáritas Brasileira, que fora fundada no Brasil em 1957. Na época, o responsável pelo Secretariado de Ação Social era Dom Eugênio de Araújo Sales, e por isso, Presidente da Cáritas Brasileira. O fato de ser Administrador Apostólico de Natal-RN explica que a Campanha tenha iniciado naquela circunscrição eclesiástica e em todo o Rio Grande do Norte.

Este projeto foi lançado, em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o impulso renovador do espírito do Concílio Vaticano II, em andamento na época, e realizado pela primeira vez na quaresma de 1964. O tempo do Concílio foi fundamental para a concepção e estruturação da Campanha da Fraternidade, bem como o Plano Pastoral de Emergência e o Plano de Pastoral de Conjunto, enfim, para o desencadeamento da Pastoral Orgânica e outras iniciativas de renovação eclesial. Ao longo de quatro anos seguidos, por um período extenso em cada um, os Bispos ficaram hospedados na mesma casa, em Roma, participando das sessões do Concílio e de diversos momentos de reunião, estudo, troca de experiências. Nesse contexto, nasceu e cresceu a Campanha da Fraternidade.

Em 20 de dezembro de 1964, os Bispos aprovaram o fundamento inicial da mesma intitulado: "Campanha da Fraternidade - Pontos Fundamentais apreciados pelo Episcopado em Roma". Em 1965, tanto Cáritas quanto Campanha da Fraternidade, que estavam vinculadas ao Secretariado Nacional de Ação Social, foram vinculadas diretamente ao Secretariado Geral da CNBB. A CNBB passou a assumir a CF. Nesta transição, foi estabelecida a estruturação básica da CF. Em 1967, começou a ser redigido um subsídio maior que os anteriores para a organização anual da CF. Nesse mesmo ano iniciaram também os encontros nacionais das Coordenações Nacional e Regionais da CF. A partir de 1971, participam deles também a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral.

Em 1970, a CF ganhou um especial e significativo apoio: a mensagem do Papa em rádio e televisão em sua abertura, na quarta-feira de cinzas. A mensagem papal continua enriquecendo a abertura da CF.

De 1963 até hoje, a Campanha da Fraternidade é uma atividade ampla de evangelização desenvolvida num determinado tempo (quaresma), para ajudar os cristãos e as pessoas de boa vontade a viverem a fraternidade em compromissos concretos no processo de transformação da sociedade a partir de um problema específico que exige a participação de todos na sua solução. É grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e ação comunitária como a verdadeira penitência que Deus

quer de nós em preparação da Páscoa. É momento de conversão, de prática de gestos concretos de fraternidade, de exercício de pastoral de conjunto em prol da transformação de situações injustas e não cristãs. É precioso meio para a evangelização do tempo quaresmal, retomando a pregação dos profetas confirmada por Cristo, segundo a qual a verdadeira penitência que agrada a Deus é repartir o pão com quem tem fome, dar de vestir ao maltrapilho, libertar os oprimidos, promover a todos.

A Campanha da Fraternidade tornou-se especial manifestação de evangelização libertadora, provocando, ao mesmo tempo, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de problemas específicos, tratados à luz do Projeto de Deus.

A Campanha da Fraternidade tem como objetivos permanentes: despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum; educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho; renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na Evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja; daí o destino da coleta final: realização de projetos de caridade libertadora e manutenção da ação pastoral).

- A proposta litúrgica na quaresma e a CF

A Campanha da Fraternidade é realizada durante a quaresma e para aprofundar o espírito quaresmal. A Campanha é um meio a serviço da evangelização em vista de novas relações fraternas, de compromisso com a justiça social. Não é a quaresma que realiza a Campanha da Fraternidade.

A reflexão da temática da Campanha da Fraternidade, por outro lado, não pode ficar restrita aos momentos litúrgicos. A promoção e a vivência da Campanha devem acontecer também na catequese, nos encontros de grupos de famílias, nos meios de comunicação social, em mesas-redondas, em palestras, seminários e cursos.

Naturalmente, as celebrações litúrgicas - não só a celebração eucarística - são momentos privilegiados para repercutir o que as pessoas e os grupos aprofundaram sobre a Campanha e ao mesmo tempo para iluminar e desencadear os passos seguintes. Desta forma, a CF não é algo paralelo à quaresma, nem algo que a relega a segundo plano. Ela é um modo criativo de a Igreja no Brasil celebrar a quaresma em preparação à Páscoa. Ela dá ao tempo quaresmal uma dimensão histórica, humana, encarnada, comprometida com a caminhada libertadora de nosso povo na Páscoa do Senhor.

Os temas da CF no seu contexto histórico

A Campanha da Fraternidade surgiu durante o desenvolvimento do Concílio Vaticano II. O primeiro documento conciliar aprovado foi sobre a Liturgia. O documento *Lumen Gentium*, *constituição dogmática*, sobre a Igreja - sua natureza e sua missão evangelizadora - foi também dos primeiros documentos refletidos e aprovados pelo Concílio. O documento *Gaudium et Spes*, *constituição pastoral*, sobre a Igreja no mundo de hoje - sua presença transformadora, surgiu de um discurso do Cardeal Suenens no final da primeira sessão. Foi aprovado no final do Concílio.

A primeira das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano após o período conciliar, em Medellín, 1968, foi convocada para a implementação do Concílio no Continente. A reflexão sobre a realidade latino-americana levou a Igreja a enfrentar o desafio da pobreza e da urgente presença transformadora nas estruturas sociais. A

Conferência de Puebla, dez anos depois, acentuou ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, a fim de se superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive a maioria do povo, e criar comunhão e participação.

Os temas da Campanha da Fraternidade, inicialmente, também contemplaram mais a vida interna da Igreja. A consciência sempre maior da realidade sócio-econômico-política, marcada pela injustiça, pela exclusão, por índices sempre mais altos de miséria, fez escolher como temas da Campanha aspectos bem determinados desta realidade em que a Fraternidade está ferida e cujo restabelecimento é compromisso urgente da fé. A partir do início dos encontros nacionais sobre a CF, em 1971, a escolha de seus temas vem tendo sempre mais ampla participação dos 16 Regionais da CNBB que recolhem sugestões das Dioceses e estas das paróquias e comunidades.

Alguns pontos de referência na escolha dos temas são:

- aspectos da vida da Igreja e da sociedade (eventos especiais, como centenário da Rerum Novarum em 1991 - Solidários na Dignidade do Trabalho; ano da família em 1994 - A Família, como vai?);
- desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos da realidade brasileira;
- as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, agora Evangelizadora, da Igreja no Brasil e documentos do Magistério da Igreja Universal;
- a Palavra de Deus e as exigências da quaresma.

Ao longo dos mais de trinta anos de CF, podem ser destacadas as seguintes fases nos seus temas:

1ª FASE: EM BUSCA DA RENOVAÇÃO INTERNA DA IGREJA

1) Renovação da Igreja

CF-64: Tema: **Igreja em Renovação** - Lema: Lembre-se: você também é Igreja

CF-65: Tema: **Paróquia em Renovação** - Lema: Faça de sua paróquia uma Comunidade de fé, culto e amor

2) Renovação do Cristão

CF-66: Tema: **Fraternidade** - Lema: Somos responsáveis uns pelos outros

CF-67: Tema: **Corresponsabilidade** - Lema: Somos todos iguais, somos todos irmãos

CF-68: Tema: **Doação** - Lema: Crer com as mãos

CF-69: Tema: **Descoberta** - Lema: Para o outro o próximo é você

CF-70: Tema: **Participação** - Lema: Participar

CF-71: Tema: **Reconciliação** - Lema: Reconciliar

CF-72: Tema: **Serviço e Vocação** - Lema: Descubra a felicidade de servir

2ª FASE: A IGREJA PREOCUPA-SE COM A REALIDADE SOCIAL DO POVO, DENUNCIANDO O PECADO SOCIAL E PROMOVENDO A JUSTIÇA (Vaticano II, Medellín e Puebla)

CF-73: Tema: **Fraternidade e Libertação** - Lema: O egoísmo escraviza, o amor liberta

CF-74: Tema: **Reconstruir a Vida** - Lema: Onde está o teu irmão?

CF-75: Tema: **Fraternidade é Repartir** - Lema: Repartir o Pão

CF-76: Tema: **Fraternidade e Comunidade** - Lema: Caminhar juntos

CF-77: Tema: **Fraternidade na Família** - Lema: Trabalho e justiça para todos

CF-78: Tema: **Fraternidade no Mundo do Trabalho** - Lema: Trabalho e Justiça para Todos

CF-79: Tema: **Por um Mundo mais Humano** - Lema: Preserve o que é de todos

CF-80: Tema: **Fraternidade no mundo das Migrações-Exigência da Eucaristia** - Lema: Para onde vais?

CF-81: Tema: **Saúde e Fraternidade** - Lema: Saúde para todos

CF-82: Tema: **Educação e Fraternidade** - Lema: A Verdade vos libertará

CF-83: Tema: **Fraternidade e Violência** - Lema: Fraternidade sim, Violência não

CF-84: Tema: **Fraternidade e Vida** - Lema: Para que todos tenham Vida

3ª FASE: A IGREJA VOLTA-SE PARA SITUAÇÕES EXISTENCIAIS DO POVO BRASILEIRO

CF-85: Tema: **Fraternidade e Fome** - Lema: Pão para quem tem fome

CF-86: Tema: **Fraternidade e Terra** - Lema: Terra de Deus, Terra de Irmãos

CF-87: Tema: **A Fraternidade e o Menor** - Lema: Quem acolhe o Menor, a Mim acolhe

CF-88: Tema: **A Fraternidade e o Negro** - Lema: Ouvi o Clamor deste povo!

CF-89: Tema: **A Fraternidade e a Comunicação** - Lema: Comunicação para a Verdade e a Paz

CF-90: Tema: **A Fraternidade e a Mulher** - Lema: Mulher e Homem: Imagem de Deus

CF-91: Tema: **A Fraternidade e o Mundo do Trabalho** - Lema: Solidários na dignidade do Trabalho

CF-92: Tema: **Fraternidade e Juventude** - Lema: Juventude - Caminho Aberto

CF-93: Tema: **Fraternidade e Moradia** - Lema: Onde Moras?

CF-94: Tema: **A Fraternidade e a Família** - Lema: A Família, como vai?

CF-95: Tema: **A Fraternidade e os Excluídos** - Lema: Eras Tu, Senhor?!

CF-96: Tema: **A Fraternidade e a Política** - Lema: Justiça e Paz se abraçarão!

O Serviço de Coordenação e Animação da CF

A CF é um programa global conjunto dos Organismos Nacionais da CNBB e das Igrejas Particulares no Brasil, realizado à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Desde 1963, com o Plano de Emergência, e 1966, com o Plano de Pastoral de Conjunto, a ação evangelizadora (pastoral) da Igreja vive um processo de planejamento abrangente. Este processo tem as Diretrizes como fundamentação e inspiração e se expressa no Plano de pastoral, feito em diversos níveis.

A busca de um planejamento sempre mais participativo requer envolvimento dos agentes de pastoral, das equipes de coordenação e animação, dos conselhos e outros órgãos a serviço do crescimento da vida comunitária.

A realização da CF, como programa global conjunto, é exercício e expressão de planejamento participativo e de articulação pastoral, decorrente da própria natureza da Igreja-comunhão. A articulação favorece o desenvolvimento dos carismas eclesiais de maneira orgânica. Distribui tarefas e atribuições entre as diversas pastorais, organismos, movimentos e grupos. Envolve maior número possível de interessados, seja na reflexão, decisão, na execução e na avaliação.

Para eficaz e frutuosa realização da CF, como de todo programa pastoral, é indispensável reavivar, a cada ano, o processo de seu planejamento. Isto não acontece sem eficientes equipes de coordenação nos diversos níveis. *Equipes entusiastas, dinâmicas, criativas, com profunda espiritualidade e zelo apostólico.* Em Regionais, Dioceses e paróquias, a animação da CF é assumida pela respectiva equipe de coordenação pastoral, com a criação de uma comissão específica para a CF. Este procedimento pode favorecer maior integração, evitando paralelismos. Pode, por outro lado, apresentar o risco de a CF "ser de todos e ao mesmo tempo de ninguém".

Especial compromisso das equipes nos diversos níveis deve ser a **desrotinização** da CF. A CF de um ano não é a mesma do anterior. Evitando a novidade pela novidade, as equipes saberão utilizar sua **criatividade** para realizar em cada Campanha algo realmente **ново**.

1. Equipe Regional da CF

Compete-lhe a) estimular a formação e/ou assessorar e articular as equipes diocesanas; b) planejar a CF em nível regional: **o que** organizar, **quem** envolver, **calendário** a ser seguido, **onde** e **como** atuar.

Sugestão de algumas atividades a serem desenvolvidas:

- **Antes da Campanha:** a) encontro regional de estudo do texto base, estudo da melhor utilização das diversas peças, com definição de atividades comuns nas Dioceses para operacionalização da CF, intercâmbio de informações, experiências e subsídios; b) produção de subsídios adaptados à realidade; c) informação e repasse de subsídios relacionados com o tema produzidos em outros Regionais ou provenientes de outras fontes; d) assessoria, se solicitada, às Dioceses.

- **Durante a Campanha:** a) contato com as equipes diocesanas para animação, intercâmbio de experiências mais significativas; b) acompanhamento das atividades comuns programadas.
- **Depois da Campanha:** a) encontro regional de avaliação; b) redação e envio da síntese regional da avaliação à Secretaria Executiva nacional da CF dentro do cronograma previsto; c) participação no encontro nacional de avaliação e planejamento da CF; d) repasse às Dioceses da avaliação nacional e outras informações; e) repasse, ao longo do ano, de subsídios oportunos sobre o tema da CF.

2. Equipe Diocesana da CF

Compete-lhe: a) estimular a formação e/ou assessorar e articular as equipes paroquiais da CF; b) planejar em nível diocesano: o **que** realizar, **quem** envolver, **calendário** a ser seguido, **como** e **onde** atuar.

Sugestões de algumas atividades:

- **Antes da Campanha:** a) encomenda dos subsídios para as paróquias, comunidades religiosas, colégios, meios de comunicação, movimentos de Igreja; b) encontro diocesano para estudo do texto base, busca comum da melhor forma de utilizar as diversas peças da Campanha, definição de atividades comuns nas paróquias, intercâmbio de informações e subsídios, sugestão ou escolha do gesto concreto; c) programação do lançamento; d) constituição de equipes para atividades específicas; e) informação e repasse de subsídios alternativos.
- **Durante a Campanha:** a) acompanhamento das diversas equipes; b) verificação do andamento das atividades comuns programadas; d) contatos com as paróquias para perceber o andamento da Campanha; e) conferir se os subsídios chegaram a todos os destinatários em potencial; "alimentar" com pequenos textos motivadores ("release") os meios de comunicação, colégios e outros segmentos.
- **Depois da Campanha:** a) encontro diocesano de avaliação; b) redação e envio da síntese da avaliação à equipe regional; c) participação no encontro regional de avaliação; d) repasse às equipes paroquiais da avaliação regional e outras informações; e) concretização do gesto concreto e garantia do repasse da parte da coleta para a CNBB Regional e Nacional; f) repasse, ao longo do ano, às paróquias de subsídios oportunos sobre o tema da CF.

3. Equipe Paroquial da CF

A Campanha da Fraternidade acontece mesmo é nas famílias, nos grupos e nas comunidades eclesiais articulados pela paróquia. Como em relação a outras atividades pastorais, o papel do pároco ou da equipe presbiteral é preponderante. Mesmo que, por vezes, muitas coisas aconteçam bem sem ou até apesar do pároco, tudo anda melhor quando ele estimula, incentiva, articula e organiza a ação pastoral. Em toda paróquia com dinamização pastoral, não faltarão equipes para todos os serviços, o Conselho Paroquial de Pastoral, e outros organismos necessários. A equipe de coordenação pastoral, por si ou pela constituição de comissão específica, garantirá a Campanha da Fraternidade.

Sugestão de algumas atividades:

- **Antes da Campanha:** a) pedido de material junto à Diocese; b) encontro paroquial para estudo do texto base, estudo da melhor utilização das diversas peças, definição de atividades comuns nas comunidades, programação da abertura em nível paroquial, previsão de como a CF atingirá colégios, hospitais, meios de comunicação, e outros

espaços ou ambientes da realidade paroquial, escolha do gesto concreto; c) planejamento da coleta; d) encontros conjuntos ou específicos com as diversas equipes paroquiais para programação de toda a quaresma e semana santa; e) previsão de como colocar o maior número possível de subsídios da Campanha e a quem oferecer, ao menos, o texto base.

- **Durante a Campanha:** a) divulgação permanente; b) conferir se os subsídios chegaram a todos os destinatários em potencial; c) motivação de sucessivos gestos concretos de fraternidade; c) realização da coleta.
- **Depois da Campanha:** a) avaliação da CF; b) participação do encontro diocesano de avaliação; c) repasse à(s) equipe(s) da avaliação diocesana e outras informações; d) concretização do gesto concreto e repasse à Diocese da parte da coleta devida; e) retomada do tema ao longo do ano.

Gesto(s) Concreto(s) da CF

A Campanha da Fraternidade, fundamentalmente, é programa global conjunto de evangelização. A Palavra anunciada desperta a fé, a conversão e a inserção na vida comunitária, conduz à vida sacramental e faz desabrochar para a vida fraterna, para o serviço, para o estabelecimento de novas relações sociais. Não há verdadeira evangelização sem o compromisso pessoal, social e comunitário de transformação do mundo segundo critérios evangélicos. Quem acolhe o anúncio do Evangelho vive como Jesus viveu, adere "ao programa de vida - vida doravante transformada - que Ele propõe, ao 'mundo novo', ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura" (EN 23). Esta adesão se expressa em gestos concretos.

Estes gestos são múltiplos e variados, mas não podem constituir ações isoladas. São expressões diferentes da vivência quaresmal, iluminada pela pregação da Campanha da Fraternidade, em preparação à Páscoa. *Estes gestos podem ser de:*

- **oração**, necessária para discernir a realidade, ver a missão de cada cidadão brasileiro e do cristão comprometido em face da situação de todos os marginalizados na história de nosso País;
- **jejum**, que ganha conotação de compromisso com a população empobrecida, em permanente jejum forçado por não ter acesso à educação, ao trabalho, à moradia, à cultura, ao exercício pleno da cidadania. Os que têm o suficiente são chamados a jejuar livremente, num ato de culto a Deus através dos bens materiais. São chamados, também, a renunciarem à convivência com os mecanismos de opressão e marginalização para todas as pessoas viverem como irmãos;
- **esmola**, vivenciada através da partilha e da libertação. Para isso é essencial não apenas dar esmola, mas transformar-se em "esmola" (doação), aliando-se a todos, a partir dos oprimidos e discriminados em sua aspiração por verdadeira fraternidade. Por isso, gestos de promoção humana libertadora. Diante de quem tem fome, de quem não tem roupa, não tem casa, está doente, está preso ou morto há ações imediatas indispensáveis: dar de comer, matar a sede, vestir, abrigar, visitar, sepultar.

Mas o dar de comer e matar a sede é também empenhar-se para que todos consigam capacitação profissional, emprego digno e salário justo; é buscar estruturas que não gerem a fome dos irmãos. Vestir é também trabalhar por todos os despojados, devolvendo-lhes a dignidade, possibilitando o retorno ao convívio social. Abrigar o peregrino é também acolher o migrante e promover sua integração na comunidade, batalhar para que todos tenham acesso à terra para trabalhar, promover uma política que não crie sempre mais novos sem-teto, sem terra e sem dinheiro. Visitar doentes é também criar novos serviços de assistência médica e hospitalar. Visitar os presos é também garantir-lhes assistência

jurídica, proteger os direitos humanos do preso e criar condições de vida digna que contribuam para diminuir a criminalidade.


A variedade de gestos que cada um/a pode realizar ao longo da quaresma, concretizando sua caminhada de conversão, é imensa. Mas há um **gesto concreto comum a todos: é a coleta da Campanha da Fraternidade - a contribuição financeira.**

No final da Campanha, cada comunidade é chamada a um gesto generoso, cuja destinação não contemplará apenas necessidades dela. Pela sua doação, a comunidade vai ajudar a Igreja desenvolver obras de promoção humana e a sustentar a ação pastoral. Certamente não há Diocese do Brasil que não tenha já recebido ajuda de irmãos e instituições eclesiais de outros países. Numerosas paróquias e comunidades receberam ajuda financeira de entidades católicas do estrangeiro para as mais diversas finalidades: construção de igrejas, de centros comunitários, programas de formação, seminários...

Na coleta da Campanha, cada comunidade dá conforme pode. Se ela tem pouco, dá pouco. Se tem mais, reparte mais. Se tem muito, partilha muito. O que não pode é ser mesquinha, dar uma sobra por descargo de consciência. A colaboração deve ser generosa, gratuita, solidária e libertadora.

A coleta da Campanha da Fraternidade, grande **gesto concreto de fraternidade**, deve tornar-se logo meio privilegiado para a autosustentação da Igreja no Brasil, garantindo recursos financeiros para ela manter obras sociais, programas de formação de leigos engajados, a infra-estrutura pastoral. A CNBB já recebe razoável recurso desta coleta para preparar a Campanha de cada ano e para as atividades que desenvolve.

A destinação da coleta é a seguinte: 45% para a própria paróquia aplicar em programas de promoção humana; 35% para a Diocese aplicar na mesma finalidade; 10% para a CNBB Regional e 10% para a CNBB Nacional.

 [Voltar](#)

[Home page](#) No final da Campanha, quando a comunidade faz a coleta, ela estará oferecendo não apenas dinheiro. Estará oferecendo todo seu esforço quaresmal, sua alegria de dar, sua corresponsabilidade, sua solidariedade fraterna.

[Tópicos](#)

Igreja lança campan

Arcebispo promove ato em frente da catedral, dia 3, para iniciar

Márcio Venciguerra
de São Paulo

O arcebispo metropolitano, d. Cláudio Hummes, fará um ato em frente da Catedral da Sé, no dia 3 de outubro, para lançar campanha de arrecadação de fundos para recuperar o templo, que continua interditado. Na avaliação atual, o restauro consumiria, no mínimo, dois anos e R\$ 16 milhões. A Cúria não tem esse dinheiro, nem tempo. Os pontos mais delicados demandam intervenção rápida. Para conseguir os recursos, o arcebispo está formando uma comissão pró-catedral, a sétima da história. Ela será formada por pessoas influentes da cidade e terá a incumbência de promover eventos e pedir apoio do empresariado.

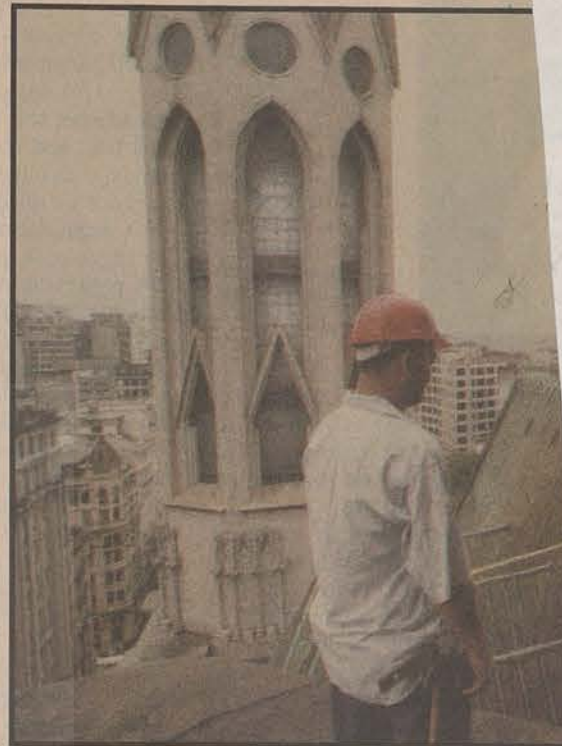
A Concrejato, uma empresa especializada em restaurações, investiu R\$ 200 mil nas obras iniciais. Além de conter riscos, estão sendo montadas proteções para permitir o uso de parte da igreja. "Temos fé que a campanha conseguirá arrecadar a verba necessária. Esse é um dos monumentos mais importantes da metrópole", diz Ronaldo Ritti Dias, diretor da Concrejato.

Segundo ele, uma das maiores dificuldades para fazer o projeto é a falta da planta original do arquiteto alemão Maximiliano Hehl. A única

disponível está ilegível. O papel de três metros de comprimento foi encontrado dentro de uma coluna, provavelmente esquecido ali por algum mestre de obras. "As nossas poucas referências foram fornecidas pela família de João Lang, um desenhista que trabalhou com Hehl." Os netos de Lang entregaram fotografias das construções, esboços e os diários da obra. Nada que substitua uma planta. Dias explica que serão cavadas valas para estudar as fundações, porque não se sabe como foram feitas.

Um dos operários encarregados de

em busca dos inúmeros problemas do prédio, Ribamar Ramos Coutinho, anda todos os dias pelos parapeitos da catedral, dando marteladinhas aqui e ali. "Isso aqui está oco por dentro, esse bloco de granito não está firme não", diagnostica. Boa parte dos problemas da estrutura co-



Problemas na estrutura começam na cobertura, que está com u

meça na cobertura, que está com uma boa área revestida com lonas para controlar as infiltrações, maiores responsáveis pelos danos na estrutura. Na Europa, a visita ao topo de templos centrais é importante fonte de renda para a manutenção desses edifícios. Hoje, apreciar a

ha para recuperar Sé

arrecadação: obras devem custar R\$ 16 milhões e levar dois anos

Giuseppe Bizzari

Schlüssel
lfd. Nr.
ISBN
Autor
Titel

i n

Ort/Verlag
Erscheinungsjahr

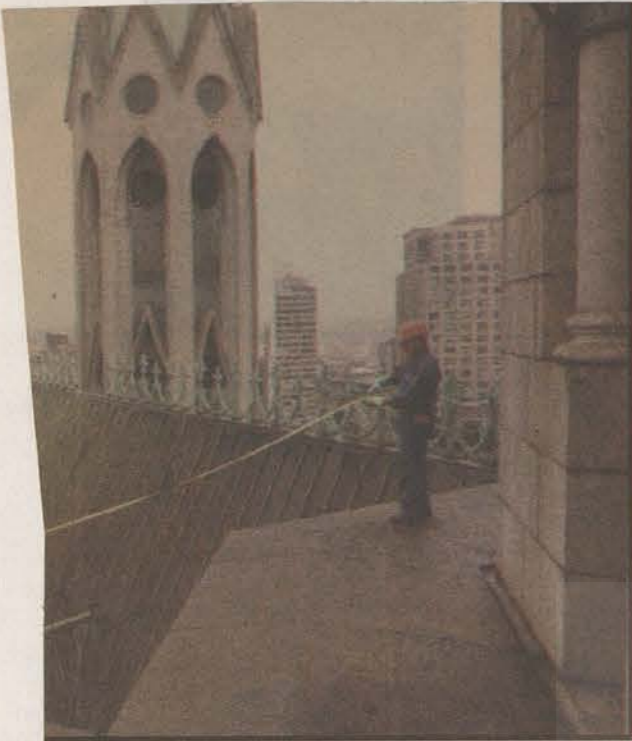
Schlagworte

AT 141
4451

Anthropologie
Kenntner, Georg
Rassen aus Erbe und Umwelt
Der Mensch im Spannungsfeld seines
Lebensraumes

Berlin, Safari
1975, 275 S.

Anthropologie Rassen Umwelt
Rassenbetachtung Entstehung Arten
Einfluß Klima Lebensraum
Umwelt



na boa área revestida com lonas para controlar as infiltrações

paisagem do alto da matriz é um privilégio da equipe da Concrejato.

A um passo de um abismo de 65 metros, Coutinho vislumbra a grandiosidade da capital vista a partir de seu centro exato. Em termos de altura, o terraço não é comparável a um arranha-céu de 30 andares, po-

passo a turistas por uma questão de segurança. A catedral não foi concluída. Falta arguer, por exemplo, 14 torres menores. Os responsáveis pelo projeto de restauro acha imprescindível construí-las. Não só por uma questão estética. "A falta delas abriu espaço para entrada de

rém, a falta de prédios altos nas proximidades permite uma bela vista. O esforço de subir duas centenas de degraus em espiral vale a pena por causa do charme do mirante. As catedrais góticas foram, por quatro séculos, o exemplo máximo da conquista da altura pela humanidade. Mesmo sem gárgulas de pedra para se apoiar, o visitante na Catedral da Sé teria todo o direito de se imaginar um corcunda sobre a Notre Dame ou um Batman vigiando os crimes de Gotham City.

A Cúria nunca teve possibilidade de oferecer esse

grande quantidade de água da chuva", diz Ritti Dias, da Concrejato, uma das empresas responsáveis pela transformação da Júlio Prestes em centro cultural.

Atualmente, a maior parte do trabalho dos oito operários, comandados pelo arquiteto Alessandro Pompei, é sondar as calhas e dutos de drenagem da água da chuva da catedral. Além de entupido, o sistema é pequeno para os temporais paulistanos e terá de ser reconstruído. "Como impermeabilizamos parte da cobertura, a aguaceira está bem menor. Antes, a nave ficava inundada", diz Dias.

Do chão da catedral, é possível ver algumas das rachaduras nas ogivas — uma das estruturas características do gótico. "Colocamos sensores nas trincas para verificar se estão estáveis", diz. Segundo Dias, o resultado das medições será fundamental para saber quais serão as técnicas de restauração. Os técnicos da Concrejato precisam também colher informações sobre o impacto do tráfego em torno do templo. Sob a praça da Sé, há o cruzamento de duas linhas do metrô e nas ruas próximas há um intenso tráfego. Esse entroncamento vital para o paulistano dificultará as obras. "Teremos de fazer as cargas e descargas à noite e vamos ocupar parte das vias para instalar os andaimes", explica Dias. ■

(Ver mais na página 2)

Novo presbítero?

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

De 1º a 6 de fevereiro, realizou-se em Itaiç (SP) o 8º Encontro Nacional de Presbíteros, reunindo 376 representantes das dioceses do Brasil, com a participação de bispos, diáconos e assessores, num total de 456 pessoas.

Num clima de amizade e comunhão espiritual, o tempo foi dividido entre momentos fortes de oração, avaliação da vida e do ministério do presbítero e aprofundamento em círculos de estudo dos aspectos marcantes da própria vocação e ação pastoral, respondendo à pergunta: "Novo milênio, novo presbítero?"

Podemos nos perguntar: "Qual o perfil do padre que emergiu no encontro?"

1) O padre descobre, cada vez mais, a necessidade de uma espiritualidade profunda, alicerçada no Evangelho e na configuração a Jesus Cristo a quem o presbítero, apesar de suas fragilidades, consagra com amor toda a sua vida no celibato. A exemplo dos apóstolos, os padres reconhecem o chamado pessoal de Jesus, que os considera não só servidores, mas amigos. O seguidor de Cristo aprende com o Bom Pastor o zelo pelo reino de Deus — de justiça, amor e paz — e uma profunda estima e compaixão pelo povo, exercendo a misericórdia do bom samaritano e a coragem do profeta atento aos sinais de Deus. O entusiasmo por Jesus e pelo seu reino permite ao padre, com a palavra e o testemunho, vir ao encontro da sede de Deus que está no coração de cada pessoa e contagiar homens e mulheres de hoje a serem também discípulos de Cristo.

2) O padre é chamado a reviver os sentimentos de Cristo pastor que veio — por amor — servir e dar a vida a todos, com especial predileção pelos pobres, doentes, aflitos e excluídos da sociedade, revelando-lhes a própria dignidade à luz de Deus e apoiando as justas iniciativas populares para a transformação da sociedade. Na dedicação gratuita ao próximo, encontram os sacerdotes os momentos mais felizes da própria vida afetiva.

3) O presbítero sente o dever de colaborar para a educação do povo na fé e na cidadania, insistindo na formação da consciência crítica que permita a cada um situar-se na sociedade pluralista, identificar valores e dialogar com todos. Na sua atuação pastoral, cabe ao sacerdote unir a comunidade, despertar carismas e a participação dos leigos, acompanhar os movimentos eclesiais, assegurando seu entrosamento na pastoral de conjunto.

4) Sublinharam os padres a necessidade de maior comunhão entre os irmãos na vocação sacerdotal, sabendo reconhecer as próprias limitações e partilhar com os outros a alegria e os desafios do ministério presbiteral. O padre não é um super-homem. Precisa, por isso, de amizade, apoio dos irmãos e irmãs da comunidade em que atua.

5) Na atual conjuntura, em que se abrem espaços novos de comunicação, o padre procurará usar os meios para anunciar a mensagem de Cristo, sabendo valorizar as várias formas de exercer o ministério — e que às vezes não aparecem tanto — na atuação paroquial, na presença missionária, na educação da juventude, no atendimento aos presos e doentes e no constante empenho por condições dignas para os excluídos.

Sentimos o dever de agradecer a Deus o testemunho milhares de padres que, entre angústias e esperanças, se dedicam com coragem — em nome de Cristo e da Igreja — ao serviço do nosso povo.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

ACM ameã

ACM ameã - Banco Central
de Portugal
para o desenvolvimento
económico do país
em 1977



FO

INSTITUTO DE RECURSOS

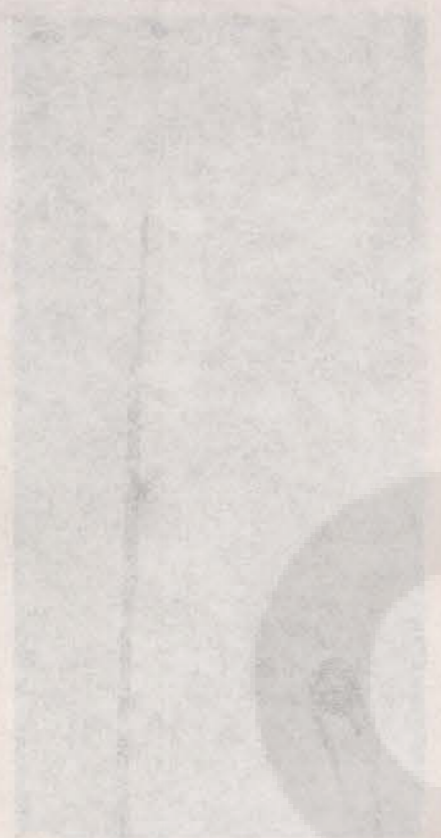


Imagem de uma mulher profissional

Moderados conto persã

INSTITUTO DE RECURSOS
para o desenvolvimento
económico do país



Imagem de um homem profissional

CEED

IM

Bibliothek
für Brasilienkunde
MÜNCHEN

55314



Institut für Brasilienkunde